PDUI

REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO (PDUI)

REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - PR

Relatório de Atividades 04

Etapa 4 - Definição de Processos Referentes às Três FPICs Priorizadas

Outubro, 2022

URBTEC Planejamento Engenharia Consultoria

ODS

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

APRESENTAÇÃO

O presente documento técnico corresponde ao RELATÓRIO DE ATIVIDADES 04, produzido durante a Etapa 04 – Definição de processos referentes às três FPICs priorizadas do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá, decorrente da Concorrência Pública 001/2019 e Contrato de Prestação de Serviços N° 008/2020, celebrado no dia 08 de outubro de 2020, entre a URBTEC™ Engenharia, Planejamento e Consultoria e o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.

EQUIPE DE SUPERVISÃO (ES)

VIRGÍNIA THEREZA NALINI
GESTORA DO CONTRATO 008/2020
entre 08 de outubro de 2020 e 17 de fevereiro de 2022

GERALDO LUIZ FARIAS
GESTOR DO CONTRATO 008/2020
a partir de 18 de fevereiro de 2022

CARLOS AUGUSTO STORER
FISCAL DO CONTRATO
entre 08 de outubro de 2020 e 17 de fevereiro de 2022

FERNANDO DOMINGUES CAETANO
FISCAL DO CONTRATO 008/2020

GLAUCO PEREIRA JUNIOR
FISCAL DO CONTRATO
a partir de 18 de fevereiro de 2022

REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS

EVERTON LUIS DA COSTA SOUZA
ANTONIO CARLOS C. MORETO
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO - SEDEST

JOSIL DO ROCIO VOIDELA BAPTISTA | TITULAR
LUCIANA BRUEL PEREIRA | SUPLENTE
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA – SEIL

ROBERTO ABAGGE DOS SANTOS | TITULAR
OCTÁVIO JOSÉ SILVEIRA DA ROCHA | SUPLENTE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO PARANÁ - DER

GISLAINE ELIZETE BELOTO | ARQUITETA DOCENTE DA UEM | TITULAR
HITOMI MUKAI | ARQUITETA DOCENTE DA UNIOESTE | SUPLENTE
SUPERINTENDENCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - SETI

RAPHAEL ROLIM DE MOURA | DIRETOR GERAL | TITULAR
FERNANDO PAULO DA SILVA MACIEL FILHO | COORDENADOR JURÍDICO | SUPLENTE
COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC

VERSÃO PRELIMINAR

EQUIPE DE APOIO (EA)

FERNANDO BRAMBILLA
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO PARANAENSE - AMUSEP

ALEXANDRE CANTAGALLO
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ - AMUVI

ADRIANA DE SOUZA RICARDO GAIO
EDGAR SILVESTRE
FABIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA
FERNANDO HENRIQUE BOSCHINI LEMUCCH
ESCRITÓRIO REGIONAL DO PARANACIDADE DE MARINGÁ - ERMGA

BRUNA BARBOSA BARROCA
SAMIRA ELIAS SILVA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ

VERSÃO PRELIMINAR

EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL (EAM)

MUNICÍPIO DE ÂNGULO
DONIZETE NEGRI
EDIMILSON MOREIRA
EDSON BUZATTO
JOSÉ MARCIO VILHENA
TAIS VITORINO DOS SANTOS

MUNICÍPIO DE ASTORGA
ALEXANDRE ORESTES GONÇALVES
EDINEIA MELAGUTTI

MUNICÍPIO DE ATALAIA
EDUARDO SIROTE BORGES GEISIMONE
BENTO DE LIMA
JOSÉ ANDREY CESTARO
JULIANA SILVA RODRIGUES
PAULO CESAR TRASSI
RENATA VILHENA DE PAIVA
RODRIGO CRISTIANO AFONSO
VANDERLEI BERTI

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO
BRUNA ZONIN MUNARETTO
DANIEL LUCAS DE SOUZA
DANIELE CRISTHINE PAREIRA
FABIANE R. C. DA SILVA
EMANUEL DE PAULA SILVA
MARCOS AURELIO MENDONÇA
PEDRO GABRIEL SIMILI
PEDRO JAIRO DA COSTA MELO
RONITA A. DE CARVALHO

MUNICÍPIO DE CAMBIRA
EDIPO ALVES SOARES
JULIO CESAR B. SAPATINI
JORGE MARCATO DONATO
RAFAEL TRINDADE SPERANDIO
ROGRIGO RODRIGUES

MUNICÍPIO DE DOUTOR CAMARGO
DANIELI OLIVEIRA DE PONTE
DOUGLAS RIBEIRO DO PRADO
JOSÉ ALBERTO DE MENDONÇA
NAZARENO MARÓSTICA
RAFAEL JACOMINI REIS

MUNICÍPIO DE FLORAÍ
AMANDA TULER BELUOMINI
BRUNA CARLA FERNANDES
EDSON VIOTTO
ELISANGELA CRISTINA GANAZZA
MARCOS TULIO CREMONEZZE GIMENEZ
JOÃO DONIZETE LONGO
PAULO SERGIO CONTIN

MUNICÍPIO DE FLORESTA
ADEMIR LUIZ MACIEL
EDIVALDO DIAS
JAIANE CAMILA OLIVEIRA
LARYSSA REGINA PIROLA
MARCELA INACIO DE BRITO
RODRIGO CESR MARANGONI

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
MARIA LUIZA B.P. DE SOUZA

MUNICÍPIO DE IGUARAÇU
ADALBERTO JOSÉ MOREIRA
ANGELO ZAMPIERI NETO
DELCRECIO JOSÉ DRIUSSI
GUSTAVO SOUZA KUHN
HEITOR LOPES CANAVEZI
OTÁVIO H. G. DE ALMEIDA
VINICIUS MENDES PARLADORE

MUNICÍPIO DE ITAMBÉ
BARBARA SANTOS GARCIA
CARLOS HENRIQUE J. NAUFEL
HELTON E. DE CAMARGO
LUIZ FLORENTINO RIBEIRO
MARIA A. ALINO ROSA

MUNICÍPIO DE IVATUBA
ODEIR PEREIRA DE MELO
REINALDO DA SILVA
ROBERTO AUGUSTO GOVERNO
VALTER VASSOLER JUNIOR

VERSÃO PRELIMINAR

MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL
ELVIS JUNIOR PONTARA
MILENI CRISTINA DA SILVA
THAYNÁ R DE O. BOLDRIN
VITOR M. ELIAS HASHIMOTO

MUNICÍPIO DE LOBATO
ANA PAULA KANEKO
EDINO WILSON F. NEVES
ODAIR LAURENTINO
PASCOAL A. PALHARES
TIHARA KELI M.S. MANTOVANI

MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU
ADALBERTO W. F. DA SILVA
ELTON A. M. DA SILVA
JOÃO RENATO ANTONIAZI
MAURICIO ROBERTO CEOLIM

MUNICÍPIO DE MANDAGUARI
DIONI DE SOUZA GOMES
GILBERTO A. DOMINGUES JR
PATRICIA SALVADOR CANDIDO
RAFAEL ROSSETTO RIBEIRO
RONALDO DEO SILVA

MUNICÍPIO DE MARIALVA
PAULO UNGARI

MUNICÍPIO DE MARINGÁ
ANA LÚCIA RODRIGUES
BRUNA BARBOSA BARROCA
LAURA GRANZOTTO
LEONARDO RAMOS FABIAN
RODOLVO VASSOLER DA SILVA
ROGÉRIO YABIKU
SAMIRA ELIAS SILVA
SIDNEI OLIVEIRA TELLES FILHO

MUNICÍPIO DE MUNHOZ DE MELO
LEANDRO A. DO PRADO
LETICIA BORGES DOS REIS
LEILA MARIA SPESSATO
MIRIÃ NUNES VENANCIO

MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA
ALYSON RODOLFO OZAKO
BRUNA MICHELLY PRESNAL
MICHEL A. DE ABREU GOMES
RODRIGO FRANCO SIQUEIRA
VINICIUS FATOBENI SALVATERRA

MUNICÍPIO DE OURIZONA
FABIANI FERRAREZI
OSWALDO MAGGI FILHO
RAFAELA DE ALEMAR FARDIN
ROSA M. DA SILVA MARTINS
RUBENS VANÇO

MUNICÍPIO DE PAIÇANDU
MARI CATIENE LORENÇONE
MAYCON RENATO TROLI BELÉM

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO
ADEMIR CRISPIM DA SILVA
ADRIANO LEINER FACCIN
DIONÍSIO GIL CARRARO
EWERTON GUELSSI
HYAGO MAGALHÃES SEVILHA
JOSÉ ANTONIO TROLEIS
LILIANE SCHILIVE FACCIN
MARCO AURÉLIO ROQUE

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
CARLOS ENEIAS F. A DA SILVA
HELOISA RIGHETTO SENISE
JAIME BERLESEI JÚNIOR
LIGYA FERNANDES LUCIER
MARIAN ANGELA JAMBERS SACANDELAI
RENATA ALVEZ PEREZ

MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CAIO HENRIQUE JUVÊNCIO
CÍNTIA DE SOUZA QUELIN
RENANA GHIRALDI DE OLIVEIRA
VALCI PERDOMO DA SILVA
YOHANA MACKERT

MUNICÍPIO DE SARANDI
EDUARDO APARECIDO S. KUN
FABIANO NEVES GONÇALVEZ
MAURÍCIO ROGÉRIO DA SILVA
NÍDIA YURI KURATA

VERSÃO PRELIMINAR

EQUIPE TÉCNICA PRINCIPAL URBTEC™

LUIZ HAYAKAWA | DR. ARQUITETO URBANISTA

COORDENADOR GERAL

LUIS HENRIQUE FRAGOMENI | MSC. ARQUITETO URBANISTA
RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

CELSO ANTONIO LAGO BECKMAN | MSC. ADMINISTRAÇÃO
RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GIL FERNANDO BUENO POLIDORO |MSC. GEÓLOGO
RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE MEIO AMBIENTE

GUSTAVO TANIGUCHI | MSC. ENG. CIVIL
RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE MOBILIDADE URBANA

SUELY FISCHER DE MORAIS | SOCIÓLOGA
RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO

GUILHERME KIRCHER FRAGOMENI | MSC. ADVOGADO
RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL

PEDRO LUIIZ FUENTES DIAS | MSC. ENGENHEIRO FLORESTAL
RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO

ESPECIALISTAS

MAXIMO A. SILVA MIQUELES | ENGENHEIRO CARTÓGRAFO
GEOPROCESSAMENTO E CARTOGRAFIA

PAULO VICTOR GREIN | JORNALISTA
REDATOR

JOSE GERALDO LOPES DE NORONHA FILHO
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

LUARA ANDRADE GODOI
SECRETARIADO EXECUTIVO
APOIO

VERSÃO PRELIMINAR

EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR URBTEC™

GUSTAVO TANIGUCHI | MSC. ENGENHEIRO CIVIL
COORDENADOR GERAL ADJUNTO

MANOELA FAJGENBAUM FEIGES | MSC. ARQUITETA URBANISTA
COORDENADORA ADJUNTA

LISSANDRA BALDISSERA | ARQUITETA URBANISTA
ANALISTA DO CONTRATO

LUISA AMORIELO SPOLADOR | ARQUITETA URBANISTA
APOIO TÉCNICO

MARIA EDUARDA DIRCKSEN AGUIAR | ARQUITETA URBANISTA
APOIO TÉCNICO

MARIA VITÓRIA CAVALOTTI KULTCHEK | ARQUITETA URBANISTA
APOIO TÉCNICO

AUGUSTO DOS SANTOS PEREIRA | DR. GEÓGRAFO

ANNELISSA GOBEL DONHA | MSC. ENGENHEIRA AGRÔNOMA

CECÍLIA PAROLIM FERRAZ | ENGENHEIRA CARTÓGRAFA E AGRIMENSORA

CLAUDIO MARCELO RODRIGUES IAREMA | ADVOGADO

LUCIANE LEIRIA TANIGUCHI | ADVOGADA

MARIANO DE MATOS MACEDO | DR. ECONOMISTA

MATHEUS ROCHA CARNEIRO | JORNALISTA

SÉRGIO LUIZ ZACARIAS | JORNALISTA
EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR URBTEC™

THEO MARCELLO MORO ZANARDO
MARIANA KZAN
ESTAGIÁRIOS DE ARQUITETURA E URBANISMO

ANTONIA VIEIRA ZANELLA
BARBARA NEHLS
ESTAGIÁRIA DE GEOGRAFIA

VERSÃO PRELIMINAR

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 2
1. INTRODUÇÃO 17
2. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 01 – PARANACIDADE 19
MEMÓRIA DE EVENTO 19
REGISTROS 22
APRESENTAÇÃO 23
3. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 02– IPPLAM 25
MEMÓRIA DE EVENTO 25
REGISTROS 30
APRESENTAÇÃO 31
4. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 03 – PARANACIDADE 33
MEMÓRIA DO EVENTO 33
LISTA DE PRESENÇA 35
REGISTROS 36
APRESENTAÇÃO 36
5. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 04 – PARANCIDADE 39
MEMÓRIA DO EVENTO 39
LISTA DE PRESENÇA 42
REGISTROS 43
APRESENTAÇÃO 44
6. REUNIÃO TÉCNICA 09 47
MEMÓRIA DO EVENTO 47
LISTA DE PRESENÇA 52
REGISTROS 53

VERSÃO PRELIMINAR

APRESENTAÇÃO 54
7. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 05 – PARANACIDADE 59
MEMÓRIA DO EVENTO 59
LISTA DE PRESENÇA 60
REGISTROS 61
APRESENTAÇÃO 61
8. REUNIÃO TÉCNICA 12 - PREFEITOS 65
MEMÓRIA DE EVENTO 65
REGISTROS 70
APRESENTAÇÃO 70
9. REUNIÃO TÉCNICA 08 – *WORKSHOP* PRELIMINAR E OFICINA TÉCNICA 03 75
MEMÓRIA DE EVENTO 78
LISTA DE PRESENÇA 84
REGISTROS 86
APRESENTAÇÃO 87
10. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 06 - IPPLAM 90
MEMÓRIA DE EVENTO 90
LISTA DE PRESENÇA 93
REGISTROS 93
11. SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA 94
11.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA 94
11.2. ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA 95
11.3. APRESENTAÇÃO 102
11.4. REGISTROS – LOCAL SEDE 109
11.4.1. REGISTRO FOTOGRÁFICO 109

VERSÃO PRELIMINAR

11.4.2. LISTA DE PRESENÇA 110
11.5. REGISTROS – CENTROS DE APOIO MUNICIPAL (CAMS) 111
11.5.1. REGISTROS FOTOGRÁFICO 111
11.5.2. LISTAS DE PRESENÇA 114
11.6. REGISTROS – ACOMPANHAMENTO VIRTUAL 120
11.6.1. REGISTRO FOTOGRÁFICO 120
11.6.2. ALCANCE DA TRAMSMISSÃO 120
11.7. CONTRIBUIÇÕES 121
11.7.1. CONTRIBUIÇÕES DURANTE O EVENTO 121
11.7.2. CONTRIBUIÇÕES VIA FICHA CAMS 121
11.7.2.1. FLÓRIDA 121
11.7.2.2. CONTRIBUIÇÃO 01: 121
11.7.2.3. CONTRIBUIÇÃO 02: 123
11.7.2.4. CONTRIBUIÇÃO 03: 125
11.7.2.5. CONTRIBUIÇÃO 04: 126
11.7.3. ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO 128
11.7.3.1. PRESS-RELEASES 130
11.7.3.2. REDES SOCIAIS 131
11.7.3.3. CONVITES 134
11.7.3.4. CONVITES FORMAIS 134
11.7.3.5. CONVITES E ENVIOS COMPLEMENTARES 135
11.7.3.6. RÁDIO 137
11.7.4. DIVULGAÇÃO NOS MUNICÍPIOS 138
11.7.5. FORMAS DE PARTICIPAÇÃO 139
11.7.6. RESULTADOS DE PARTICIPAÇÃO 140
12. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 07 - SEPL 142
MEMÓRIA DE EVENTO 142

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE PRESENÇA 144
REGISTROS 145
APRESENTAÇÃO 146
13. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 08 - IAT 149
MEMÓRIA DE EVENTO 149
LISTA DE PRESENÇA 151
REGISTROS 152
APRESENTAÇÃO 153
14. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 09 – SEIL/DER 156
MEMÓRIA DE EVENTO 156
LISTA DE PRESENÇA 160
REGISTROS 161
APRESENTAÇÃO 161
15. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 10 – IAT 164
MEMÓRIA DE EVENTO 164
LISTA DE PRESENÇA 167
REGISTROS 168
APRESENTAÇÃO 168
16. REUNIÃO TÉCNICA 10 – *WORKSHOP* FINAL 171
MEMÓRIA DE EVENTO 171
LISTA DE PRESENÇA 174
REGISTROS 175
APRESENTAÇÃO 175
17. ANEXOS 179
17.1. SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA 179

VERSÃO PRELIMINAR

17.1.1. MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAl 179
17.1.2. PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS 184
17.1.3. ATAS CENTROS DE APOIO MUNICIPAL 186

VERSÃO PRELIMINAR

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Reunião Técnica Complementar 01 22
Figura 2 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 01 23
Figura 3 - Reunião Técnica Complementar 02 30
Figura 4 - Apresentação da Reunião Técnica Complementar 02 31
Figura 5: Lista de Presença Presencial Reunião Técnica Complementar 03 35
Figura 6: Registros da Reunião Técnica Complementar 03 36
Figura 7: Apresentação da Reunião Técnica Complementar 03 36
Figura 8: Lista de Presença Presencial Reunião Técnica Complementar 04 42
Figura 9: Registros Virtual da Reunião Técnica Complementar 04 43
Figura 10: Registros Presencial da Reunião Técnica Complementar 04 43
Figura 11: Apresentação da Reunião Técnica Complementar 04 44
Figura 12: Lista de Presença Presencial Reunião Técnica 09 52
Figura 13: Registros Virtual da Reunião Técnica 09 53
Figura 14: Registros Presencial da Reunião Técnica 09 53
Figura 15: Apresentação da Reunião Técnica 09 54
Figura 16: Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 05 60
Figura 17: Registros da Reunião Técnica Complementar 05 61
Figura 18: Apresentação da Reunião Técnica Complementar 05 61
Figura 19: Registros da Reunião Técnica 12 70
Figura 20: Apresentação da Reunião Técnica 12 70
Figura 21: Ofício ao PARANACIDADE união Reunião Técnica 08 e Oficina Técnica 03 76
Figura 22: Lista de Presença Evento Presencial da Reunião Técnica 08 e Oficina Técnica 03 84
Figura 23: Registros Virtual da Reunião Técnica 08 e Oficina Técnica 03 86
Figura 24: Registros Presencial da Reunião Técnica 08 e Oficina Técnica 03 86
Figura 25: Apresentação da Oficina Técnica 03 87
Figura 26: Lista de Presença Evento Presencial Reunião Técnica Complementar 06 93
Figura 27: Registros da Reunião Técnica Complementar 06 93
Figura 28: Apresentação da Segunda Audiência Pública 102
Figura 29: Conteúdo Educativo Redes Sociais 131
Figura 30: Chamada Oficial Redes Sociais 133
Figura 31: Contagem Regressiva Redes Sociais 134
Figura 32 - Modelo de convite formal à Segunda Audiência Pública - Prefeitos Municipais e Equipe de Apoio 135

VERSÃO PRELIMINAR

Figura 33 - Registro do grupo de *WhatsApp* - Responsáveis pelos CAMs da Segunda Audiência Pública 136
Figura 34: Divulgação dos Municípios 138
Figura 35 – Quantitativo de participações presenciais na Segunda Audiência Pública 140
Figura 36 - Municípios que encaminharam contribuições sobre o conteúdo da Segunda Audiência Pública 141
Figura 37: Lista de Presença Evento Presencial Reunião Técnica Complementar 07 144
Figura 38: Registros Virtual da Reunião Técnica Complementar 07 145
Figura 39: Registros da Reunião Técnica Complementar 07 145
Figura 40: Apresentação da Reunião Técnica Complementar 07 146
Figura 41: Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 08 151
Figura 42: Registros Virtual da Reunião Técnica Complementar 08 152
Figura 43: Registros da Reunião Técnica Complementar 08 152
Figura 44: Apresentação da Reunião Técnica Complementar 08 153
Figura 45: Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 09 160
Figura 46: Registros da Reunião Técnica Complementar 09 161
Figura 47: Apresentação da Reunião Técnica Complementar 09 161
Figura 48: Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 10 167
Figura 49: Registros da Reunião Técnica Complementar 10 168
Figura 50: Apresentação da Reunião Técnica Complementar 10 168
Figura 51: Lista de Presença Reunião Técnica 10 174
Figura 52: Registros da Reunião Técnica 10 175
Figura 53: Apresentação da Reunião Técnica 10 175
Figura 54: Manual do Centro de Apoio Municipal 179
Figura 55: Procedimentos Aplicáveis 184
Figura 56: Atas Centros de Apoio Municipal 186

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Etapa 04 - síntese dos eventos 18
Quadro 2: Cronograma Divulgação 128
Quadro 3: Relação dos Convites Complementares à Segunda Audiência Pública 135

VERSÃO PRELIMINAR

SIGLAS

CAM – Centro de Apoio Municipal

CISPAR - Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná

COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba

COMEL - Coordenação da Região Metropolitana de Londrina

COMEM - Coordenação da Região Metropolitana de Maringá

DER/PR - Departamento de Estradas de Rodagem – Paraná

EA – Equipe de Apoio

EAM – Equipe de Acompanhamento Técnico Municipal

ES – Equipe de Supervisão

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

FPIC – Função Pública de Interesse Comum

IAT - Instituto Água e Terra

IPPLAM - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá

IPPUL - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PARANACIDADE – Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

PDM – Plano Diretor Municipal

PDUI – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana

RMM – Região Metropolitana de Maringá

SEDU – Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas – Paraná

SWOT - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças

TR – Termo de Referência

VERSÃO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente documento corresponde ao Relatório de Atividade 04, o qual compõe o conteúdo previsto no Termo de Referência para a *Etapa 04 –Definição de Processos Referentes às Três FPICs Priorizadas,* sendo elas: Planejamento Territorial e Uso e Ocupação do Solo; Mobilidade Metropolitana e Meio Ambiente. A Etapa 04 tem por objetivo indicar como será realizada a gestão de cada uma das FPICs em nível metropolitano. Ademais, também apresenta as responsabilidades das diferentes esferas administrativas e a estimativa de custos para a composição da futura Governança Interfederativa Metropolitana. Esta, apesar de ter seu debate previsto para a Etapa 05 do trabalho, é apresentada em versão preliminar ainda na Etapa 04 em virtude de sua relevância nos processos de gestão das FPICs.

O Relatório de Atividades 04 contém o registro dos eventos realizados ao longo desta fase. As memórias dos eventos contemplam informações relativas à data, ao horário, ao local e aos participantes de cada evento, além da apresentação do registro fotográfico, de listas de presença, dos materiais de apoio utilizados e do relato dos principais tópicos abordados, conclusões e recomendações. Os relatos são embasados em anotações colhidas durante o evento, e, quando necessário, em gravações audiovisuais.

Em concordância com o TR, os eventos previstos na Etapa 04 consistem em duas Reuniões Técnicas em formato de *Workshop*, uma Oficina Técnica para apresentação do *Produto 04 – Definição de Processos Referentes às Três FPICs Priorizadas* e na 2ª Audiência Pública. No quadro 1 é possível observar a síntese dos eventos realizados na etapa.

Acordou-se, na Reunião Complementar de Coordenação 04, que as Reunião Técnica 08 (Workshop) e Oficina Técnica 03 previstas no Termo de Referência (TR) contemplam pautas semelhantes, assim como participantes e, por isso, acordou-se a união dos eventos. As definições dessa reunião são encontradas no capítulo 5 do presente relatório. Ademais, a Consultoria enviou um oficio ao PARANACIDADE para consolidar a união dos eventos. O ofício encontra-se no capítulo 8, em conjunto com a memória do evento realizado.

VERSÃO PRELIMINAR

Quadro 1: Etapa 04 - síntese dos eventos

Eventos da Etapa 04 – Definição de Processos Referentes às Três FPICs Priorizadas	Data
Reunião Técnica Complementar de Coordenação 01 - PARANACIDADE	10/09/2021
Reunião Técnica Complementar 02 - IPPLAM	28/06/2022
Reunião Técnica Complementar de Coordenação 03 - PARANACIDADE	08/07/2022
Reunião Técnica Complementar de Coordenação 04 - PARANACIDADE	22/07/2022
Reunião Técnica 09 – Instituições Estaduais	28/07/2022
Reunião Técnica Complementar de Coordenação 05 - PARANACIDADE	03/08/2022
Reunião Técnica 12 – Prefeitos (Etapa 05)[1]	18/08/2022
Reunião Técnica 08– Workshop Preliminar	18/08/2022
Oficina Técnica 03	
Reunião Técnica Complementar 06 - IPPLAM	01/09/2022
Audiência Pública 02	01/09/2022
Reunião Técnica Complementar 07 – SEPL	13/09/2022
Reunião Técnica Complementar 08 – IAT	13/09/2022
Reunião Técnica Complementar 09 – SEIL/DER	19/09/2022
Reunião Técnica Complementar 10 – IAT	19/09/2022
Reunião Técnica 10 – Workshop Final	22/09/2022

Fonte: URBTEC™, 2022.

A seguir são apresentadas as memórias detalhadas dos eventos da Etapa 04 em ordem cronológica.

VERSÃO PRELIMINAR

[1] A Reunião Técnica 12 corresponde à atividade 22, prevista em TR para a Etapa 05 de elaboração do Plano. Apesar disso, sua memória está sendo apresentada neste relatório junto da justificativa técnica para sua realização ainda em agosto de 2022 para assegurar o registro fiel do processo de elaboração do Plano.

2. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 01 – PARANACIDADE

Data: 10/09/2021

Horário: 09h30

Local: Videoconferência — Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Carlos Storer, Fernando Caetano, Gil Polidoro, Glauco Pereira Junior, Guilherme Fragomeni, Gustavo Taniguchi, Lissandra Baldissera, Manoela Feiges, Marcia Polidoro, Maria Eduarda Aguiar, Maria Inês Terbeck, Mariano de Matos Macedo, Virgínia Nalini.

Pauta: Reunião com intuito de debater a Etapa 04.

MEMÓRIA DE EVENTO

A reunião teve início com a fala da arquiteta e urbanista Manoela Feiges, coordenadora operacional da URBTEC™, Manoela agradeceu a participação de todos e informou os assuntos a serem abordados na reunião, a saber:

- Retomada das atividades previstas nas Etapas 03 e 04;
- Debate sobre o conteúdo da Etapa 04 e outros questionamentos;
- Composição das Equipes de Acompanhamento Municipal;
- Prorrogação do prazo de execução dos contratos;
- Solicitação de dados à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná.

Em seguida, a arquiteta e urbanista Lissandra Baldissera, que integra a equipe de apoio da URBTEC™, explanou aos presentes os pontos a serem balizados para realização da Etapa 04 e introduziu os principais questionamentos da Consultoria às Equipes de Supervisão do PARANACIDADE.

O especialista em meio ambiente Gil Polidoro, perguntou como seria abordada a Lei Complementar n° 4/2021, que instituí microrregiões de saneamento no Paraná, no âmbito do PDUI e na proposta do novo ente metropolitano. De forma complementar, o especialista em direito urbanístico e ambiental Guilherme Fragomeni, questionou às equipes sobre o andamento do processo de aprovação das alterações propostas para a constituição do Paraná.

VERSÃO PRELIMINAR

De acordo com Fernando Caetano, membro da Equipe de Supervisão do PDUI da RMM, os questionamentos apresentados evidenciam a necessidade de uma governança e/ou comissão regional, que pudesse prover respostas mais detalhadas. Fernando relatou a dificuldade em fornecer um parecer técnico sobre as questões, considerando que o PARANACIDADE não tem experiência na gestão de territórios metropolitanos.

Na sequência, Lissandra apresentou propostas de abordagem sobre os conteúdos da Etapa 04, conforme o conteúdo do Termo de Referência. Gustavo Taniguchi, diretor da URBTEC™, acrescentou que há grandes desafios para implementar uma cultura metropolitana onde ainda não há um ente administrativo de fato.

Carlos Storer, também membro da ES do PDUI da Região de Maringá, orientou que fossem seguidas as disposições do Termo de Referência. De acordo com Carlos, seria interessante realizar uma análise sobre a compatibilidade das disposições na Lei Complementar n° 4/2021 e o trabalho desenvolvido para os PDUIs, no entanto sem alterar o escopo previsto no Termo.

Carlos também recomendou que fossem avaliadas as soluções adotadas nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço para proposição de formas de rateio de custos do ente metropolitano.

Maria Inês Terbeck, membro da Equipe de Supervisão do PDUI da Região Metropolitana de Londrina, lembrou que, atualmente, a maior parte dos municípios que participam das regiões metropolitanas tem poucos habitantes e possui limitações no que diz respeito à gestão. Há expectativa de que a nova governança metropolitana possa auxiliar esses municípios.

Em conformidade com o proposto por Carlos Storer, Maria Inês pontuou que a questão do saneamento básico deve ser tratada no PDUI conforme consta no Termo de Referência.

Ainda, segundo Maria Inês, a SEDU havia desenvolvido uma proposta preliminar para implementação de uma agência metropolitana, na qual o rateio de custos do novo ente considerava a capacidade de pagamento dos municípios e o grau de integração destes às regiões metropolitanas.

VERSÃO PRELIMINAR

No que diz respeito às propostas de alteração da Constituição do Paraná, Maria Inês informou que as propostas haviam sido encaminhadas à Casa Civil, mas que acreditava estarem "paradas" devido à elaboração dos PDUIs das Regiões de Maringá e Londrina. Ressaltou que há uma outra proposta de lei, coordenada pela Secretaria de Planejamento do estado do Paraná, propondo a criação de uma Agência Estadual Metropolitana.

O economista Mariano Macedo afirmou que gostaria de ter acesso à proposta de minuta de lei, se possível. Maria Inês se comprometeu em verificar a possibilidade de encaminhar à Consultoria o documento.

Gil Polidoro perguntou se havia expectativa do estado do Paraná participar do rateio de custos do novo ente metropolitano. Guilherme Fragomeni complementou a fala de Gil, lembrando que havia uma proposta no estudo de Referências para Política de Desenvolvimento Urbano Regional (PDUR) para que o estado arcasse com uma parte dos custos do ente.

De acordo com Maria Inês, há um entendimento de que o estado deve auxiliar na implementação do órgão metropolitano em um primeiro momento. Entretanto, a definição de como seria a participação do estado nessa questão irá depender da proposta institucional a ser apresentada. Maria Inês destacou que os PDUIs devem ser o ponto de partida para essa discussão.

Gil Polidoro agradeceu a colocação de Maria Inês e disse compreender ser necessário refletir sobre o rateio de custos do novo ente em duas frentes: manutenção da estrutura e execução das FPICs. Ademais, Gil ressaltou que a forma de participação no ente metropolitano pode variar de acordo com a função pública tratada. Segundo ele, o recorte territorial da região para a função pública de meio ambiente pode considerar municípios que possuem mananciais de abastecimento público, mas que não possuem movimento pendular expressivo ou conurbação – considerados critérios importantes em estudos referência.

Fernando Caetano ponderou sobre a dificuldade em detalhar procedimentos do novo ente, considerando que não há uma estrutura administrativa ativa hoje. Fernando recomendou que fossem analisados os PDUIs elaborados para outras regiões metropolitanas e solicitou que fosse verificado se

VERSÃO PRELIMINAR

havia no Brasil algum modelo de referência que pudesse ser adaptado para as realidades das regiões de Londrina e de Maringá.

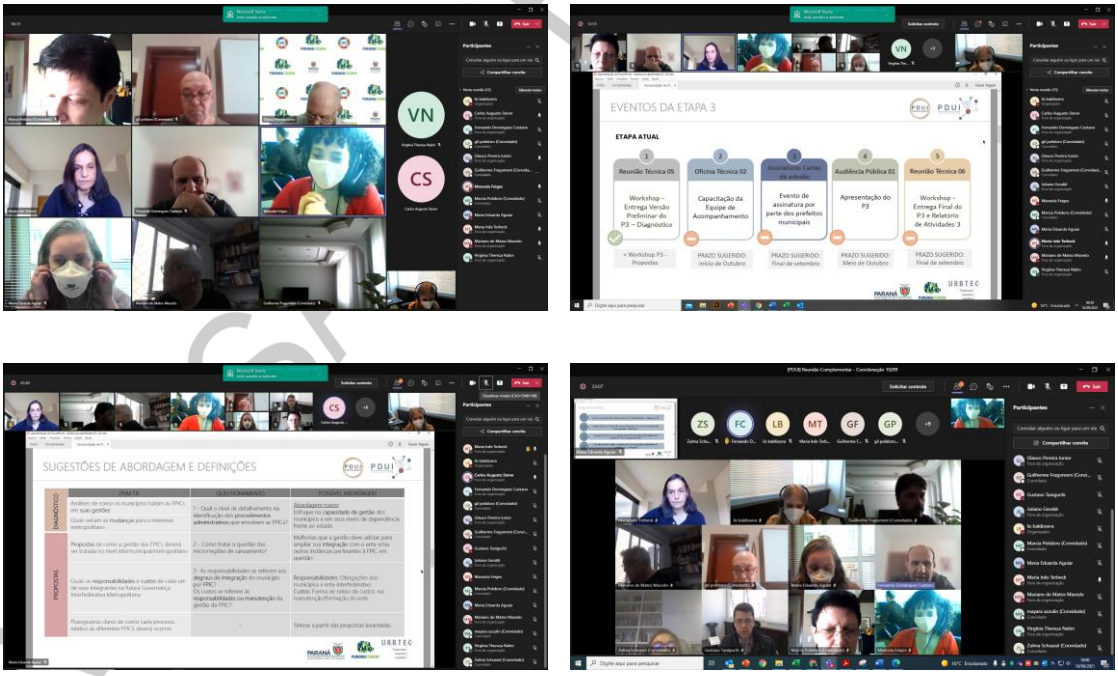
Encerrada a discussão sobre o conteúdo da Etapa 04, tratou-se sobre a nomeação das Equipes de Acompanhamento Municipal. A equipe da Consultoria lembrou que havia entrado em contato novamente com os municípios que ainda não haviam nomeado toda a EAM e que aguardava o reforço dos convites pelos escritórios regionais do PARANACIDADE. De acordo com a gestora dos contratos dos PDUIs, Virgínia Nalini, a solicitação para que os escritórios entrassem em contato com os municípios já havia sido feita.

Tratou-se brevemente sobre o retorno dos ofícios para prorrogação do prazo de execução dos planos. As equipes de supervisão dos planos se comprometeram em verificar a situação dos ofícios.

Ao final, Gustavo Taniguchi encerrou a reunião, agradecendo a participação e disponibilidade de todos.

REGISTROS

Figura 1 - Reunião Técnica Complementar 01



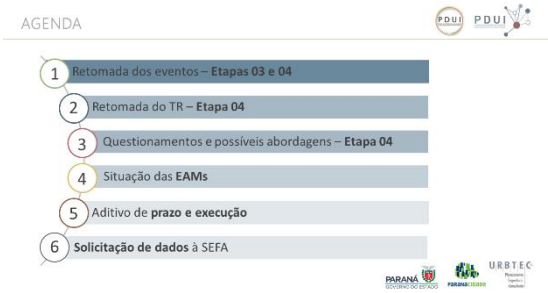
Fonte: URBTEC™, 2022.

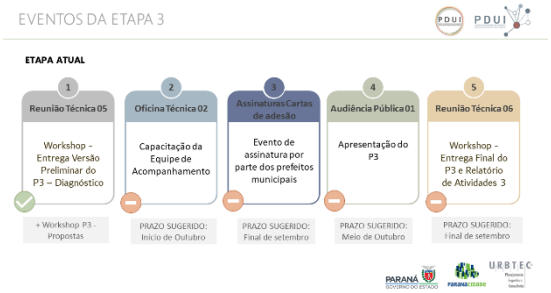
VERSÃO PRELIMINAR

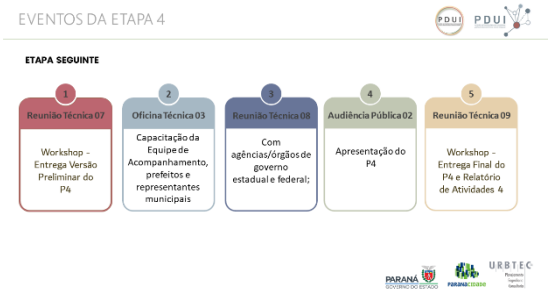
APRESENTAÇÃO

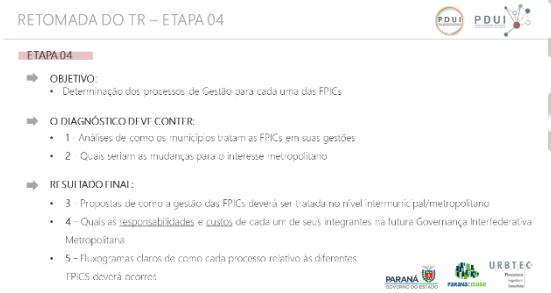
Figura 2 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 01

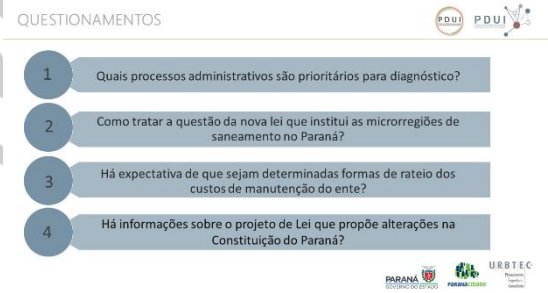




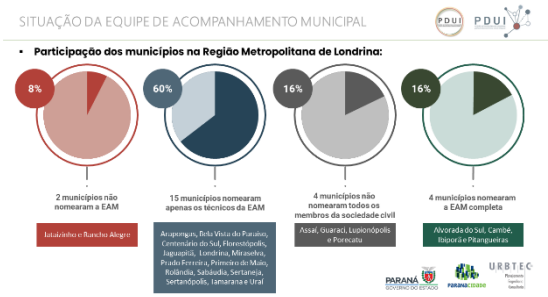


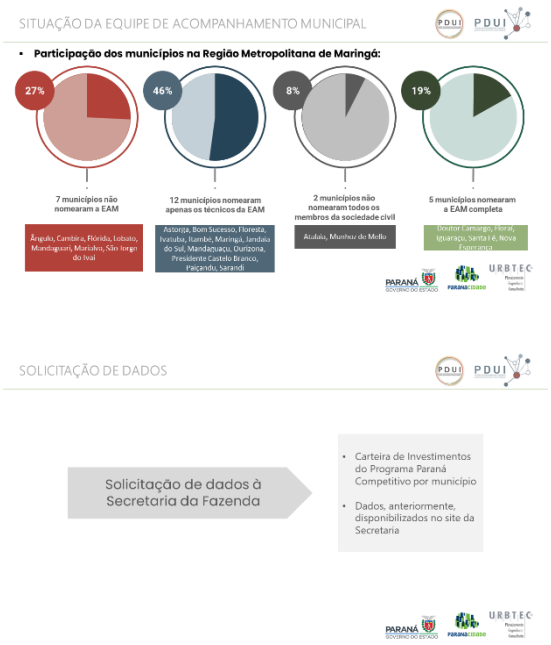
















Fonte: URBTEC™, 2022.

VERSÃO PRELIMINAR

3. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 02– IPPLAM

Data: 28/06/2022

Horário: 10h

Local: Videoconferência — Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Fernando Domingues Caetano, Gil Polidoro, Gustavo Taniguchi, Laura Granzotto, Lissandra Baldissera, Luisa Amorielo e Mayara Bormann.

Pauta: Reunião com intuito de apresentar as respostas aos apontamentos feitos pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá (IPPLAM).

MEMÓRIA DE EVENTO

Gustavo Taniguchi, diretor da URBTEC™, iniciou a reunião explicando que o intuito do evento era a apresentação das respostas aos apontamentos feitos pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá (IPPLAM) sobre o conteúdo referente à Primeira Audiência Pública de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM). Taniguchi destacou que as respostas também seriam encaminhadas via ofício.

O primeiro ponto apresentando foi em relação à Função Pública de Interesse Comum (FPIC) de Mobilidade Metropolitana. Taniguchi respondeu às questões sobre o contorno rodoviário sul e explanou que a equipe da Consultoria entende que muito brevemente o contorno deverá atuar como via metropolitana, sendo essa tendência considerada nas propostas para o sistema viário metropolitano.

Com relação ao transporte metropolitano, explicou que os dados utilizados para o Plano têm por base os planos diretores e de mobilidade dos municípios, além do PARANACIDADE e demais fontes oficiais. Destacou que será disponibilizado o banco de dados georreferenciados ao final do Plano, mas que, caso seja necessário, é possível encaminhar dados específicos ao Instituto.

VERSÃO PRELIMINAR

Laura Granzotto, arquiteta urbanista do IPPLAM, requisitou o dado aberto da proposta de macrozoneamento metropolitano para compatibilização. Também falou sobre dois novos projetos de mobilidade que seria uma ponte entre Maringá e Sarandi e a implantação de uma estrada que liga Maringá e Mandaguaçu. Laura Granzotto questionou se a consultoria está ciente da existência desses projetos. Taniguchi requisitou os dados para ser considerado no Plano. Laura Granzotto afirmou que assim que tiver acesso aos dados oficiais, irá encaminhar para a Consultoria.

Ainda em relação à FPIC de Mobilidade Metropolitana, foram respondidas questões sobre as torres de alta tensão, avenidas, rodovias e ciclovias. Gustavo Taniguchi ressaltou que em virtude da escala do plano são analisados apenas pontos de relevância metropolitana.

Laura Granzotto questionou os dados de contagem. Gustavo Taniguchi respondeu que os dados utilizados foram com base no Plano de Mobilidade de Maringá e Sarandi. Ressaltou que não consta no contrato da Consultoria a realização de contagem ou pesquisas primárias.

Com relação aos questionamentos trazidos pelo PlanMob de Maringá, Taniguchi enfatizou por conta da limitação de dados secundário, o PDUI traz considerações em escala regional e diretrizes metropolitanas. É citado o Ente Metropolitano, que será detalhado na Etapa 04.

Em relação à FPIC de Meio Ambiente, Gustavo Taniguchi passou a palavra para o Gil Polidoro, geólogo e especialista em Meio Ambiente, que completou com relação a gestão ambiental sobre os recursos hídricos. Colocou a importância de descentralizar do licenciamento ambiental que hoje em dia é responsabilidade do Instituto Água e Terra (IAT).

Polidoro ainda apresentou a ideia de integrar o uso do solo e anuências municipais e tratou sobre a importância de os municípios participarem da gestão, acompanhamento, monitoramento e fiscalização ambiental.

Gil Polidoro comentou sobre a situação do aterro sanitário de Maringá, que foi colocado pelo Instituto como um equipamento de natureza metropolitana. Está sendo proposto o plano de resíduos sólidos metropolitanos de forma a integrar

VERSÃO PRELIMINAR

todos os municípios, considerando os aterros sanitários da Região Metropolitana de Maringá.

Polidoro ressaltou que a coleta e demais atribuições continuariam sendo de responsabilidade municipal e que o plano de resíduos sólidos teria por objetivo principal a busca por apoio financeiro, facilitando a gestão intermunicipal. Ainda pontuou que a questão do aterro de Maringá está sendo acrescentada no relatório, conforme requisitado pelo Instituto.

Em relação aos mananciais de abastecimento público, Gil Polidoro informou que não existe legislação específica. Comentou que a Região Metropolitana de Curitiba possui legislação que determina as áreas de mananciais e que há proposta de realizar algo similar para a região de Maringá. Destacou que atualmente cada município tem sua legislação de uso do solo e trata os mananciais de maneira distinta.

Em relação às águas subterrâneas, Gil Polidoro falou que é possível tratar sobre o tema junto aos demais processuais. Polidoro ainda falou que Maringá possui basicamente dois mananciais de águas subterrâneas em utilização.

Laura Granzotto questionou como será realizada a relação do uso do solo com a parte ambiental. Gil Polidoro respondeu que o mais importante são os parâmetros e falou sobre importância de um decreto com precisão cartográfica.

Gil Polidoro falou sobre a importância de estudos que permitam especificar os usos e a ocupação possível para as áreas de manancial. Destacou que a proibição de qualquer tipo de atividade pode levar à ocupação irregular dessas áreas, citando o caso do bairro Guarituba sobre o manancial de abastecimento no município de Piraquara na RMC. Citou o Plano de Proteção e Reordenamento Territorial em Áreas de Mananciais (PPART), e explicou sua importância.

Laura Granzotto perguntou se são propostos condomínios de chácaras nessas áreas. Gil Polidoro falou que não necessariamente, mas que condomínios residenciais poderiam ter impacto positivo nessas áreas, a partir da instalação de infraestrutura e controles.

Laura Granzotto aponta que em Maringá há muita pressão para lazer na área rural, como condomínios de chácaras, por isso gostaria de alinhar com a equipe

VERSÃO PRELIMINAR

de elaboração do PDUI. Gil Polidoro comenta sobre a poluição ambiental (agrotóxicos, uso do solo, adubação, etc.) e outras situações que atividades agropecuárias e a instalação de chácaras de lazer podem acarretar, onerando o poder público, pois geram resíduos e demandam infraestrutura de água e esgoto. É ressaltado que esse nível de detalhamento não é abordado no PDUI, mas que já está como apontamento no relatório de diagnóstico e que fica como responsabilidade do ente metropolitano a definição desses parâmetros.

Tratando sobre a proposta de Macrozoneamento Metropolitano, Gustavo Taniguchi aponta que foram revisadas as macrozonas e as nomenclaturas. Reforça que o documento será encaminhado para o IPPLAM e que foram apontadas as alterações feitas.

Laura Granzotto comentou sobre a delimitação do perímetro urbano de Maringá com Paiçandu, que possui uma divergência em relação ao limite. Com relação à expansão urbana, Gil Polidoro reforça que quem toma a decisão da alteração dos limites municipais é a Assembleia Legislativa e que o ente metropolitano é responsável pela mediação.

Laura Granzotto coloca que na proposta de Macrozoneamento de Municipal de Maringá, o município irá considerar a área e questionou se a problemática entrará no PDUI. Gustavo Taniguchi responde que está colocado no relatório que existe esse problema e sugeriu colocar no Plano Diretor esse apontamento.

Em relação aos níveis de integração da FPIC de Uso do Solo, Taniguchi destacou que foram trabalhadas as dinâmicas urbanas e não, necessariamente, as divisas municipais.

Na Diretriz 03, foi questionado o potencial de Astorga e Iguaraçu enquanto novas centralidades. Gustavo Taniguchi responde que há uma conexão estratégica com a região de Londrina. No que se refere à Diretriz 4, será ressaltado em relatório a importância do IPPLAM no processo de construção da governança metropolitana.

Laura Granzotto questionou como que será a participação do Instituto e como é o diálogo entre COMEC e IPPUC em Curitiba. Taniguchi relembra que os processuais serão abordados na etapa 04, devendo ser construídos em conjunto com

VERSÃO PRELIMINAR

o IPPLAM. Gustavo Taniguchi e Gil Polidoro ressaltam que é um processo demorado até o órgão se estruturar e que no começo será necessário o apoio do Estado.

Na proposta de macrozoneamento metropolitano foram realizadas alterações com base nos apontamentos do ofício encaminhado pelo IPPLAM. Gustavo Taniguchi ressaltou que o PDUI traz diretriz metropolitana para o crescimento e que os municípios precisam respeitar para que haja o crescimento ordenado.

Laura Granzotto questionou como fica a orientação para os Municípios que já realizaram a revisão do Plano Diretor. Gustavo Taniguchi responde que foram considerados os Macrozoneamentos Municipais para propor o Macrozoneamento Metropolitano.

Gustavo Taniguchi também citou que foi considerada diretriz para o contorno rodoviário norte como limite para a Macrozona de Ocupação Controlada e para a Macrozona Rural.

Lissandra Baldissera, arquiteta urbanista da Consultoria, solicita a confirmação da diretriz de contorno rodoviário norte metropolitano, Laura Granzotto pede para que seja encaminhado o arquivo para o IPPLAM para avaliação. Lissandra Baldissera agradece e informa que o arquivo vetorial será encaminhado. Laura Granzotto citou que o IPPLAM possui o traçado do Contorno Sul, mas que irá discutir com os outros setores. Gustavo Taniguchi ressalta que o traçado da diretriz viária norte foi enviado pelos técnicos do IPPLAM. Laura Granzotto explana que irá confirmar com outros setores da prefeitura se está sendo utilizada a última versão do traçado.

Com o fim da apresentação, Gustavo Taniguchi agradece a participação de todos e lembra que os dados solicitados serão encaminhados para o IPPLAM.

Laura Granzotto pontua que algumas questões não foram faladas em reunião, como a atuação de Maringá enquanto polo de saúde, etc. Lissandra Baldissera responde que a reunião tinha intuito de promover a comunicação entre as equipes sobre os principais pontos levantados, mas que todos os questionamentos seriam respondidos por ofício. A equipe de consultoria se colocou à disposição para tratar de outros apontamentos, caso necessário.

VERSÃO PRELIMINAR

Laura Granzotto também questiona sobre as reuniões com os outros municípios e Gustavo Taniguchi responde que o cronograma está sendo discutido com o PARANACIDADE.

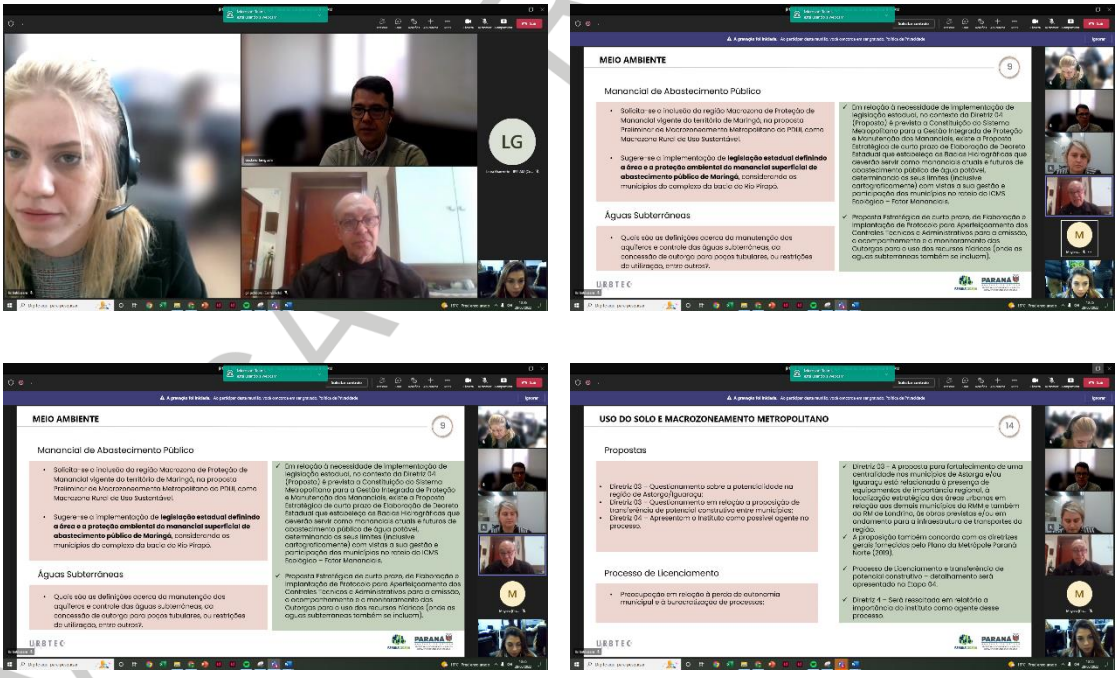
Laura Granzotto pergunta sobre os prazos para envio da resposta e dos arquivos vetoriais. Gustavo Taniguchi informa que o ofício seria encaminhado naquele dia, mas que os arquivos vetoriais podem demorar um pouco mais.

Laura Granzotto agradece e informa que irá realizar a análise em conjunto com a equipe do Plano Diretor, mas que, de maneira geral, os questionamentos foram respondidos na reunião. Destaca que caso tenha mais alguma dúvida entrará em contato com a Consultoria.

Gustavo Taniguchi se coloca à disposição e agradece a participação de todos, finalizando a reunião.

REGISTROS

Figura 3 - Reunião Técnica Complementar 02



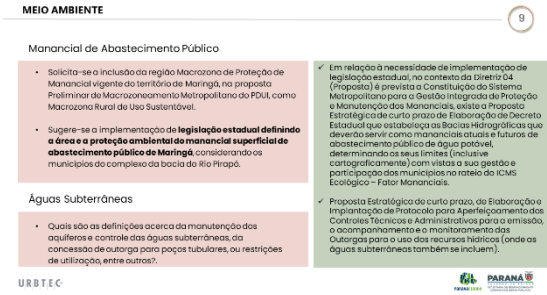
Fonte: URBTEC™, 2022.

VERSÃO PRELIMINAR

APRESENTAÇÃO

Figura 4 - Apresentação da Reunião Técnica Complementar 02




MEIO AMBIENTE 9

Manancial de Abastecimento Público

- Solicita-se a inclusão da região Macrozona de Proteção de Manancial vigente do território de Maringá, na proposta Preliminar do Macrozoneamento Metropolitano do PDUI, como Macrozona Rural de Uso Sustentável.
- Sugere-se a implementação de **legislação estadual definindo a área e a proteção ambiental do manancial superficial de abastecimento público de Maringá**, considerando os municípios do complexo da bacia do Rio Pirapó.

Águas Subterrâneas

- Quais são as definições acerca da manutenção dos aquíferos e controle das águas subterrâneas, da concessão de outorga para poços tubulares, ou restrições de utilização, entre outros?.

- ✓ Em relação à necessidade de implementação de legislação estadual, no contexto da Diretriz 04 (Proposta) é prevista a Constituição do Sistema Metropolitano para a Gestão Integrada de Proteção e Manutenção dos Mananciais, existe a Proposta Estratégica de curto prazo de Elaboração de Decreto Estadual que estabeleça as Bacias Hidrográficas que deverão servir como mananciais atuais e futuros de abastecimento público de água potável, determinando os seus limites (inclusive cartograficamente) com vistas a sua gestão e participação dos municípios no rateio do ICMS Ecológico – Fator Mananciais.
- ✓ Proposta Estratégica de curto prazo, de Elaboração e Implantação de Protocolo para Aperfeiçoamento dos Controles Técnicos e Administrativos para a emissão, o acompanhamento e o monitoramento das Outorgas para o uso dos recursos hídricos (onde as águas subterrâneas também se incluem).

URBTEC PARANÁ

3 QUESTIONAMENTOS USO DO SOLO E MACROZONEAMENTO METROPOLITANO


USO DO SOLO E MACROZONEAMENTO METROPOLITANO 11

Macrozonas Industriais

- Mapeamento das Macrozonas Industriais e Parques Industriais de Maringá. Exemplo: Parque Industrial Felizardo Maneguetti e o Parque de TI adjacente à Avenida Nilda Ribeiro da Rocha.

Desenvolvimento Econômico

- Abordar o ambiente econômico e outras potencialidades da matriz energética.
- Demarcar principais potencialidades do município de Maringá: produção de insumos para produção agrícola, produção de produtos industrializados e serviços como de Saúde, Educação e Crédito.

Infraestruturas - mobilidade

- Atividades ou potencialidades para a região do Contorno Sul Metropolitano.
- Consideração sobre o Plano de Desenvolvimento Aeroportuário.

- ✓ Mapeamento revisado e inclusas menções aos parques industriais citados pelo Instituto.
- ✓ As questões relativas ao desenvolvimento econômico foram abordadas em na caracterização da região Metropolitana de Maringá a partir da revisão de estudos de referência ainda na Etapa 02 – Determinação do Recorte Territorial da RM. A centralidade de Maringá na concentração de serviços públicos e privados é ressaltada no conteúdo produzido na referida etapa.
- ✓ Contorno sul - empreendimentos voltados para as atividades industriais, de comércio e serviço de grande porte e de logística (armazéns, pátios).
  - ✓ As diretrizes para ocupação do entorno do contorno são apontadas na proposta de macrozoneamento metropolitano e nas diretrizes viárias metropolitanas. Compreende-se que o detalhamento das atividades é uma prerrogativa dos municípios.
- ✓ A "desconsideração do plano de desenvolvimento Aeroportuário" diz respeito a análise geral de todos os municípios sobre os quais incide o Plano da Zona de Proteção do Aeroporto de Maringá, não tratando especificamente de Maringá.

URBTEC PARANÁ


USO DO SOLO E MACROZONEAMENTO METROPOLITANO 12

Parcelamento do Solo em Áreas Limítrofes

- Proposta em relação ao parcelamento do solo e ocupação das divisas de municípios.

Expansão Urbana

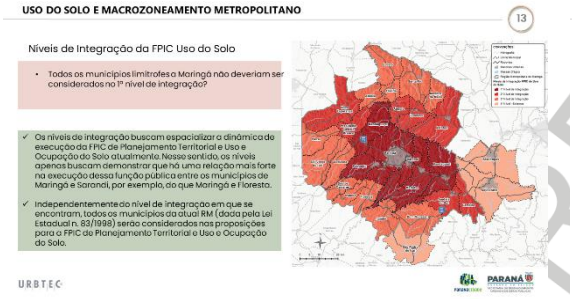
- Macrozona Rural de Transição de Maringá como Macrozona de Expansão Urbana – é uma área de controle e expansão urbana.
- Reforçar a necessidade de planejamento das ligações viárias entre os municípios limítrofes, como Sarandi e Marialva, que são acessados somente por Maringá (tríplice fronteira)

Presença de Divisas Secas entre Municípios

- Ajuste entre as divisas do município de Maringá com Paiçandu e Floresta.

- ✓ Parcelamento e ocupação do solo das divisas:
  - ✓ Conforme determinado pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei Federal nº 6.766/1979), o novo ente metropolitano deverá participar ativamente dos processos de anuência para novos parcelamentos e desmembramentos na RM.
  - ✓ Apesar da Coordenação da Região Metropolitana de Maringá (COMEM) estar instituída por lei, a estrutura operacional existente possui limitações que impedem sua plena atuação na gestão metropolitana.
  - ✓ Um dos principais objetivos da elaboração do PDUI trata-se do estabelecimento de um novo modelo de governança interfederativa à luz das disposições contidas no Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015).
- ✓ Revisão das áreas de expansão urbana – verificar junto da proposta de revisão do macrozoneamento ao final desta apresentação.
- ✓ Ajustes entre divisas - A problemática será ressaltada também no relatório da FPIC de Planejamento Territorial e Uso e Ocupação do Solo e o seu debate incluso nas próximas etapas da elaboração do plano.

URBTEC

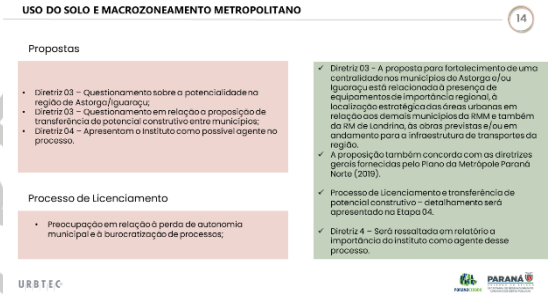

USO DO SOLO E MACROZONEAMENTO METROPOLITANO 13

Níveis de Integração da FPIC Uso do Solo

- Todos os municípios limítrofes a Maringá não deveriam ser considerados no 1º nível de integração?

- ✓ Os níveis de integração buscam espacializar a dinâmica de execução da FPIC de Planejamento Territorial e Uso e Ocupação do Solo atualmente. Nesse sentido, os níveis apenas buscam demonstrar que há uma relação mais forte na execução dessa função pública entre os municípios de Maringá e Sarandi, por exemplo, do que Maringá e Floresta.
- ✓ Independentemente do nível de integração em que se encontram, todos os municípios da atual RM (dada pela Lei Estadual n. 83/1998) serão considerados nas proposições para a FPIC de Planejamento Territorial e Uso e Ocupação do Solo.

URBTEC PARANÁ


USO DO SOLO E MACROZONEAMENTO METROPOLITANO 14

Propostas

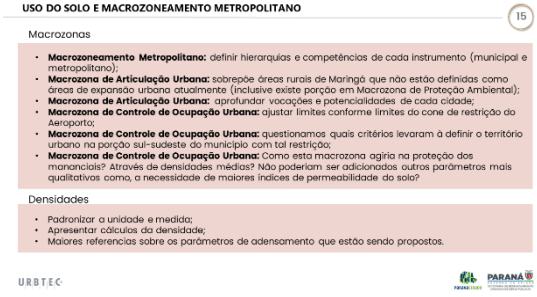
- Diretriz 03 – Questionamento sobre a potencialidade na região de Astorga/Iguaraçu;
- Diretriz 03 – Questionamento em relação a proposição de transferência de potencial construtivo entre municípios;
- Diretriz 04 – Apresentam o Instituto como possível agente no processo.

Processo de Licenciamento

- Preocupação em relação à perda de autonomia municipal e à burocratização de processos;

- ✓ Diretriz 03 – A proposta para fortalecimento de uma centralidade nos municípios de Astorga e/ou Iguaraçu está relacionada à presença de equipamentos de importância regional, à localização estratégica das áreas urbanas em relação aos demais municípios da RMM e também da RM de Londrina, às obras previstas e/ou em andamento para a infraestrutura de transportes da região.
- ✓ A proposição também concorda com as diretrizes gerais fornecidas pelo Plano da Metrópole Paraná Norte (2019).
- ✓ Processo de Licenciamento e transferência de potencial construtivo – detalhamento será apresentado na Etapa 04.
- ✓ Diretriz 4 – Será ressaltada em relatório a importância do Instituto como agente desse processo.

URBTEC PARANÁ


USO DO SOLO E MACROZONEAMENTO METROPOLITANO 15

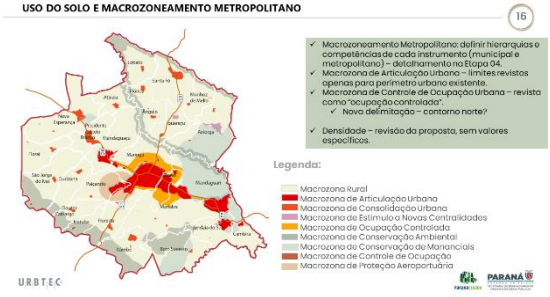
Macrozonas

- **Macrozoneamento Metropolitano:** definir hierarquias e competências de cada instrumento (municipal e metropolitano);
- **Macrozona de Articulação Urbana:** sobrepõe áreas rurais de Maringá que não estão definidas como áreas de expansão urbana atualmente (inclusive existe porção em Macrozona de Proteção Ambiental);
- **Macrozona de Articulação Urbana:** aprofundar vocações e potencialidades de cada cidade;
- **Macrozona de Controle de Ocupação Urbana:** ajustar limites conforme limites do cone de restrição do Aeroporto;
- **Macrozona de Controle de Ocupação Urbana:** questionamos quais critérios levaram à definir o território urbano na porção sul-sudeste do município com tal restrição;
- **Macrozona de Controle de Ocupação Urbana:** Como esta macrozona agiria na proteção dos mananciais? Através de densidades médias? Não poderiam ser adicionadas outros parâmetros mais qualitativos como, a necessidade de maiores índices de permeabilidade do solo?

Densidades

- Padronizar a unidade e medida;
- Apresentar cálculos da densidade;
- Maiores referencias sobre os parâmetros de adensamento que estão sendo propostos.

URBTEC PARANÁ


USO DO SOLO E MACROZONEAMENTO METROPOLITANO 16

- ✓ Macrozoneamento Metropolitano: definir hierarquias e competências de cada instrumento (municipal e metropolitano) – detalhamento na Etapa 04.
- ✓ Macrozona de Articulação Urbana – limites revistos apenas para perímetro urbano existente.
- ✓ Macrozona de Controle de Ocupação Urbana – revista como "ocupação controlada".
  - ✓ Nova delimitação – contorno norte?
- ✓ Densidade – revisão da proposta, sem valores específicos.

Legenda:
- Macrozona Rural
- Macrozona de Articulação Urbana
- Macrozona de Consolidação Urbana
- Macrozona de Estímulo a Novas Centralidades
- Macrozona de Ocupação Controlada
- Macrozona de Conservação Ambiental
- Macrozona de Conservação de Mananciais
- Macrozona de Controle de Ocupação
- Macrozona de Proteção Aeroportuária

URBTEC PARANÁ

Fonte: URBTEC™, 2022.

VERSÃO

4. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 03 – PARANACIDADE

Data: 08/07/2022

Horário: 09h

Local: Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas do Paraná - SEDU/PARANACIDADE

Participantes: Carlos Storer, David Pierin, Geraldo Luiz Farias, Gustavo Taniguchi, Glauco Pereira Junior, Manoela Feiges.

Pauta: Definição formato de realização dos eventos, as estratégias de divulgação dos mesmos, cronograma e atribuições dos atores envolvidos no processo.

MEMÓRIA DO EVENTO

A reunião teve início com a fala do gestor dos contratos para elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs), Geraldo Farias, que agradeceu a participação de todos e apresentou a pauta da reunião.

Na sequência, foi tratado do cronograma dos PDUIs da Região Metropolitana de Londrina e de Maringá, sendo debatido também o formato de realização dos eventos, as estratégias de divulgação dos mesmos e as atribuições dos atores envolvidos no processo.

No que diz respeito às definições adotadas para o PDUI da RM de Maringá, destaca-se:

- Reunião Técnica 08 - Workshop Preliminar da Etapa 04:
  - Alteração da data de realização do evento do dia 28/07 para dia 10/08.
  - Envio dos convites com 2 (duas) semanas de antecedência.
  - Reforço dos convites com 1 (uma) semana de antecedência.
- Reunião Técnica 09 – Instituições:
  - Alteração da data de realização do evento do dia 12/08 para 28/07, visando consolidar o conteúdo da Etapa 04 para debate com os municípios.
  - Adoção do modelo híbrido para o evento.

VERSÃO PRELIMINAR

- Inclusão da Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes na lista de participantes.
- Os modelos de convite para o evento serão elaborados pela Consultoria, contendo a pauta da reunião e breve explanação sobre o PDUI.
- Os convites serão encaminhados aos participantes pelo PARANACIDADE.

- Reunião Técnica 12 – Prefeitos Municipais:
  - Possibilidade de realizá-la junto às reuniões ordinárias das Associações de Município presentes na RMM, após a Oficina Técnica 03.
- Segunda Audiência Pública:
  - Realização do evento no mesmo modelo da Primeira Audiência Pública do Plano, contemplando:
    - Evento em formato presencial no município polo;
    - Transmissão ao vivo do evento para os Centros de Apoio Municipal (CAMs).

Em relação aos relatórios da Etapa 03, foram realizadas considerações a acerca do *Produto P3C – Diagnóstico, Diretrizes e Propostas para FPIC de Meio Ambiente,* do *Produto P3F - Consolidação do Recorte Territorial da Região Metropolitana* e do *Relatório de Atividades 03*.

Foram pontuadas as alterações necessárias nos referidos documentos, sendo esclarecido que as mesmas seriam encaminhadas por escrito pela Equipe de Supervisão.

Ademais, acordou-se que a resposta da Consultoria às dúvidas dos municípios deverá ser previamente aprovada pelo PARANACIDADE.

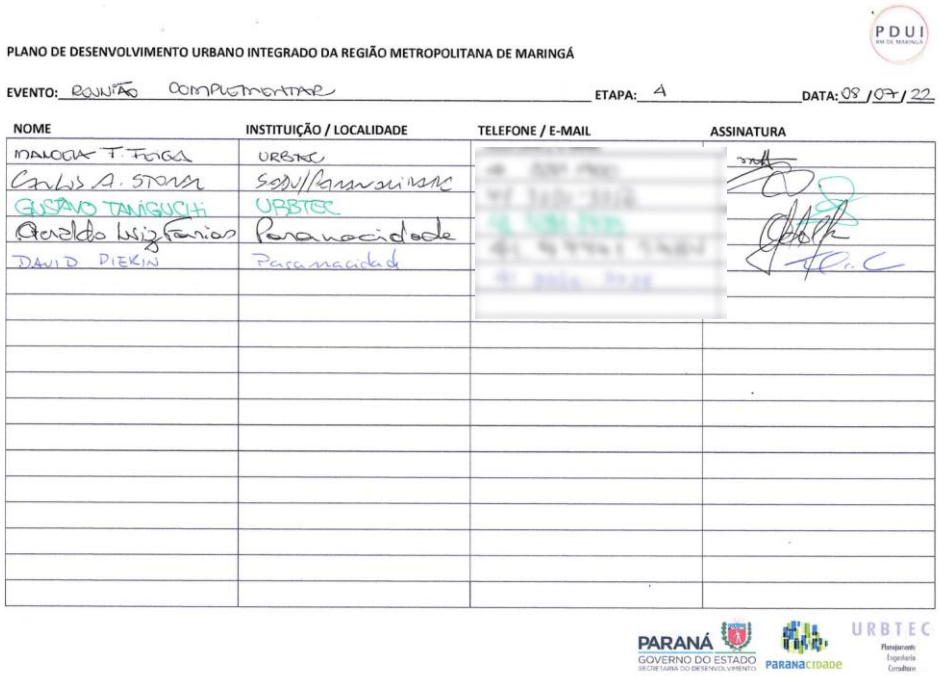
A Consultoria também foi informada sobre a substituição do responsável local do PARANACIDADE na RM de Maringá.

Ao final, Geraldo Farias encerrou a reunião, agradecendo a participação e disponibilidade de todos.

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE PRESENÇA

Figura 5: Lista de Presença Presencial Reunião Técnica Complementar 03



PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EVENTO: REUNIÃO COMPLEMENTAR ETAPA: A DATA: 08 / 07 / 22

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
MALOCK T. FOGA	URBTEC		
Carlos A. Stoss	SEDU/Paranacidade		
GUSTAVO TANIGUCHI	URBTEC		
Osvaldo Luiz Fonseca	Paranacidade		
DAVID PIEKIN	Paranacidade		

Fonte: URBTEC™, 2022.

VERSÃO PRE

REGISTROS

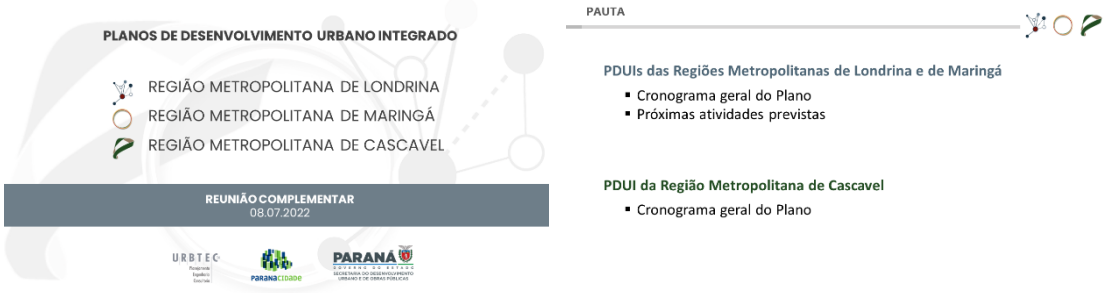
Figura 6: Registros da Reunião Técnica Complementar 03



Fonte: URBTEC™, 2022.

APRESENTAÇÃO

Figura 7: Apresentação da Reunião Técnica Complementar 03



RM de Londrina e RM de Maringá

PDUIs

Região Metropolitana de Londrina
Região Metropolitana de Maringá

1 CRONOGRAMAS

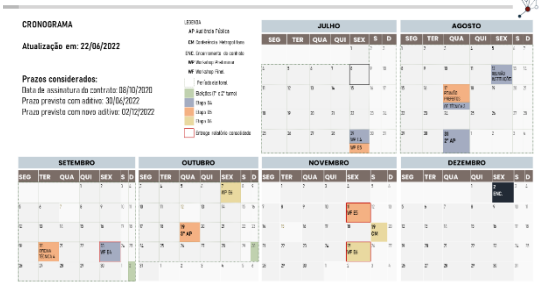
CRONOGRAMA

RM de Londrina

CRONOGRAMA

Atualização em: 22/06/2022

Prazos considerados:
Data de assinatura do contrato: 08/10/2020
Prazo previsto com aditivo: 30/06/2022
Prazo previsto com novo aditivo: 02/12/2022



CRONOGRAMA

RM de Maringá

CRONOGRAMA

Atualização em: 22/06/2022

Prazos considerados:
Data de assinatura do contrato: 08/10/2020
Prazo previsto com aditivo: 30/06/2022
Prazo previsto com novo aditivo: 02/12/2022



RM de Londrina e RM de Maringá

2 PRÓXIMOS EVENTOS

PRÓXIMOS EVENTOS

RM de Londrina e RM de Maringá

28/07 e 29/07 (QUINTA-FEIRA) (SEXTA-FEIRA)
Workshop Preliminar E4
Workshop Preliminar E5
Convites aos responsáveis pelos Centros de apoio?
Será convidada EAM?

12/08 (SEXTA-FEIRA)
Reunião com Instituições
Convite aos participantes.
Definição do formato dos eventos.
Mobilização dos representantes estaduais.

17/08 18/08 (TERÇA-FEIRA) (QUARTA-FEIRA)
Oficinas Técnicas E4
Reunião Técnica 12 E5 (prefeitos)
Convite aos participantes.
Definição do formato dos eventos.
Compatibilizar estratégias para Oficina e Reunião.

30/08 31/08 (TERÇA-FEIRA) (QUARTA-FEIRA)
2º AUDIÊNCIA PÚBLICA E4
Definição da forma de divulgação.
Definição do formato do evento.

ATIVIDADES E DEFINIÇÕES

RM de Londrina e RM de Maringá

28/07 e 29/07 (QUINTA-FEIRA) (SEXTA-FEIRA)
Workshop Preliminar E4
Workshop Preliminar E5
Convites aos responsáveis pelos Centros de apoio?
Será convidada EAM?

Atividades a serem desenvolvidas para realização do evento:

- Participantes do evento: Membros da Equipe de Supervisão e da Equipe de Apoio
- Definir:
  - haverá participação dos responsáveis pelos Centros de Apoio?
  - E da Equipe de Acompanhamento Municipal?
  - Quem irá encaminhar os convites?
- **21/07 e 22/07** - Disparo do convite aos participantes (uma semana de antecedência).

Entrega das versões preliminares

Produto 04 – Definição dos processos relativos às três FPICs priorizadas

Produto 05 – Modelo de Governança Interfederativa

ATIVIDADES E DEFINIÇÕES

RM de Londrina e RM de Maringá

12/08 (SEXTA-FEIRA)
Reunião com Instituições
Mobilização dos representantes estaduais.

Atividades a serem desenvolvidas para realização do evento:

- Participantes do evento: Membros da Equipe de Supervisão, da Equipe de Apoio e da LAM; Representantes das agências/órgãos do governo, estadual e federal que atuam na RM (ex. COPEL, SANEPAR, COHAPAR).
- Definir:
  - Qual será o formato do evento? (presencial, virtual, híbrido);
  - Quem irá encaminhar o convite aos participantes?
    - Equipe de Apoio
    - Equipe de Acompanhamento –
    - Agências/Órgãos do governo
  - Será necessário apoio da consultoria na produção de convites?
- **29/07** - Disparo do convite aos participantes (duas semanas de antecedência).

Pauta: Apresentação e debate acerca dos processos relativos às três FPICs e debate sobre ações prioritárias para implementação das FPICs.

ATIVIDADES E DEFINIÇÕES

RM de Londrina e RM de Maringá

17/08 18/08 (TERÇA-FEIRA) (QUARTA-FEIRA)
Oficinas Técnicas E4
Convite aos participantes.
Definição do formato dos eventos.
Compatibilizar estratégias para Oficina e Reunião.

OBS:
Alinhar estratégia de divulgação e realização do evento com Reunião com Prefeitos

Atividades a serem desenvolvidas para realização do evento:

- Participantes do evento: Membros da Equipe de Supervisão, da Equipe de Apoio e da LAM;
  - Serão convidados também os representantes dos Centros de Apoio?
- Definir:
  - Qual será o formato do evento? Local? (presencial, virtual, híbrido);
  - Quem irá encaminhar o convite aos participantes?
    - Equipe de Apoio –
    - Equipe de Acompanhamento –
  - A estratégia de comunicação será a mesma da última oficina?
- **20/07** – Prazo máximo para definição do formato do evento.
- **27/07** – Prazo máximo para pactuar formato de divulgação e programação do evento.
- **02/08 e 03/08** - Disparo do convite aos participantes (duas semanas de antecedência).

Pauta: Apresentação e debate acerca dos processos relativos às três FPICs (Produto 04).

ATIVIDADES E DEFINIÇÕES

RM de Londrina e RM de Maringá

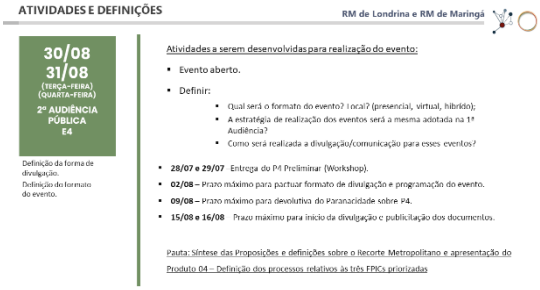
17/08 18/08 (TERÇA-FEIRA) (QUARTA-FEIRA)
Reunião Técnica 12 E5 (prefeitos)
Convite aos participantes.
Definição do formato dos eventos.
Compatibilizar estratégias para Oficina e Reunião.

OBS:
Alinhar estratégia de divulgação e realização do evento com Oficinas Técnicas

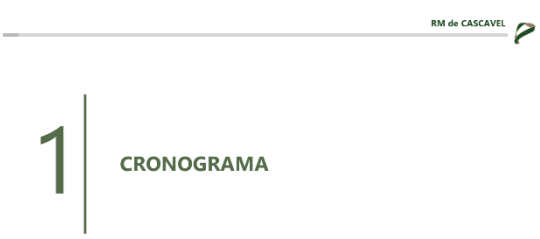
Atividades a serem desenvolvidas para realização do evento:

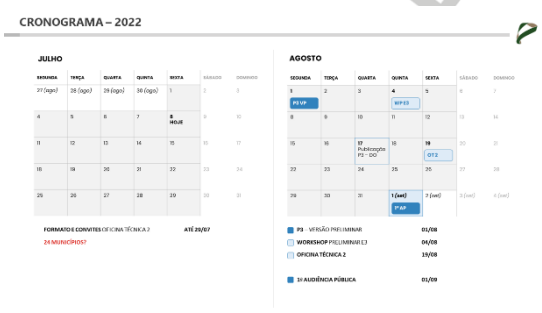
- Participantes do evento: Membros da Equipe de Supervisão, da Equipe de Apoio, PARANACIDADE e Prefeitos Municipais.
- Definir:
  - Qual será o formato do evento? Local? (presencial, virtual, híbrido);
  - Quem irá encaminhar o convite aos participantes?
    - Equipe de Apoio –
    - Equipe de Acompanhamento –
  - Quem irá encaminhar os convites? A estratégia de comunicação será a mesma da última oficina?
- **20/07** – Prazo máximo para definição do formato do evento.
- **27/07** – Prazo máximo para pactuar formato de divulgação e programação do evento.
- **02/08 e 03/08** - Disparo do convite aos participantes (duas semanas de antecedência).

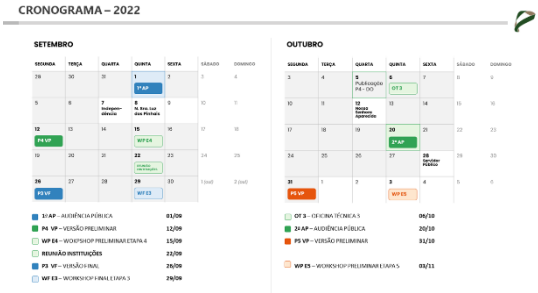
Pauta: Apresentação e debate acerca do Modelo Preliminar da Governança Interfederativa Metropolitana.

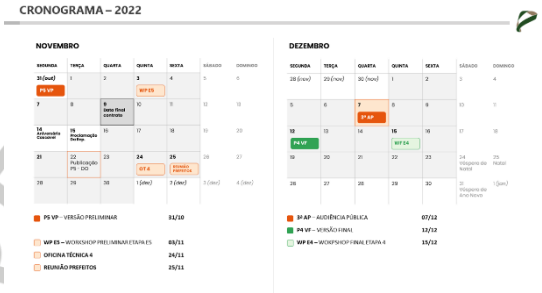


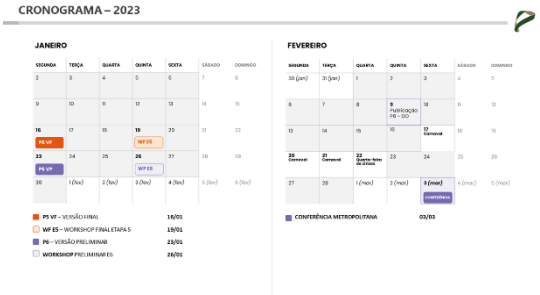


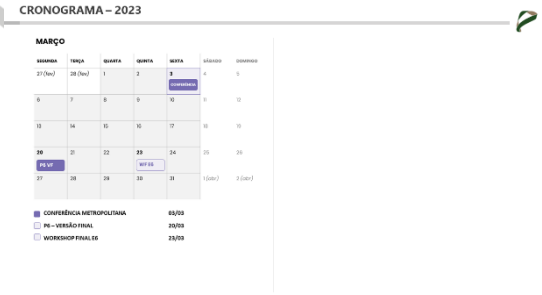














Fonte: URBTEC™, 2022.

5. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 04 – PARANCIDADE

Data: 22/07/2022

Horário: 09h

Local: Híbrido

Virtual: Videoconferência — Plataforma *Microsoft Teams*

Presencial: Palácio das Araucárias – PARANACIDADE – Sala do Conselho

Participantes: Carlos Augusto Storer, Fernando Caetano, Geraldo Luiz Farias, Gil Polidoro, Glauco Pereira, Gustavo Taniguchi, Lissandra Baldissera, Luisa Amorielo, Manoela Feiges, Marcia Polidoro, Maria Eduarda Aguiar, Maria Vitória Cavalotti.

Pauta: Definições dos próximos eventos e validação da versão preliminar da Etapa 04

MEMÓRIA DO EVENTO

A reunião teve início com a fala do gestor dos contratos de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs), Geraldo Farias, que agradeceu a participação de todos e apresentou a pauta da reunião. Na sequência, Geraldo passa a fala para a coordenadora operacional da URBTEC™, a arquiteta urbanista Manoela Feiges, para apresentação dos cronogramas dos eventos.

Em relação ao cronograma, Geraldo solicita a alteração da data de publicação do Produto 04 em Diário Oficial, do dia 15 de agosto para dia 11 de agosto. A partir da alteração, expressa que o PARANACIDADE realizará esforços para retornar os produtos na data prevista (3 de agosto).

Manoela prossegue com a apresentação, em específico da *Reunião Técnica 09,* junto às Instituições atuantes nas RMs. Questionou a previsão de participantes da esfera federal, como solicitado no Termo de Referência (TR). Fernando Caetano, membro da Equipe de Supervisão do PDUI da Região Metropolitana de Maringá (RMM), afirma que deverão ser contatados o IBAMA, FUNAI, DNIT, IPHAN, Ministérios de Desenvolvimento Regional, entre outros. Em relação às esferas

VERSÃO PRELIMINAR

federais comentadas, o especialista da FPIC de Meio Ambiente do PDUI da RMM, Gil Polidoro reafirma a importância do DNIT na participação do evento.

Ainda sobre as definições da *Reunião Técnica 09*, Manoela indaga se os responsáveis pelos Centros de Apoio Municipal (CAMs) – definidos em prol da realização da Primeira Audiência Pública - deverão ser convidados para o evento, e caso sim, se o convite a eles poderia ser realizado via *WhatsApp*. Fernando comenta que muitos dos representantes dos CAMs já são membros da Equipe de Acompanhamento Municipal (EAM), portanto, não há necessidade de convidar mais integrantes. Ademais concorda que a comunicação via *WhatsApp* é mais precisa e efetiva. Por fim, sobre as definições do evento, Geraldo comenta que, para a condução do evento, deverão ser previstos 20 minutos para fala dos fiscais de contrato do PARANACIDADE e que posteriormente a apresentação da Consultoria deverá contar com informações sobre os Planos e as propostas da Etapa 04.

Em sequência, foi acordado por todos, a união da *Reunião Técnica 08* (Workshop) e a *Oficina Técnica 03*. Essa decisão foi tomada por conta da consonância entre as pautas dos eventos, e dos participantes previstos para cada evento no TR. Portanto, foi decidido que o evento acontecerá no formato híbrido nos dias 17 e 18 de agosto – datas respectivas para os PDUIs da RM de Londrina e de Maringá -, contando com a participação da ES, EA e EAM e dos representantes dos CAMs.

Tratou-se sobre a realização da *Reunião Técnica 12* do PDUI da RM de Maringá, com os Prefeitos Municipais, junto da reunião ordinária da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (AMUSEP), prevista para a terceira semana de agosto. Os municípios que participam da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí (AMUVI) e integram a RM atualmente poderiam ser convidados a participar na reunião da AMUSEP. Quanto ao PDUI da RML, foi acordado que o membro da Equipe de Supervisão, Carlos Augusto Storer, irá entrar em contato com a representante da Casa Civil, Sandra Moya, para maiores definições. Em complementação, Geraldo comentou a importância de a Consultoria pautar o evento a partir dos ônus e bônus da participação dos municípios na Região Metropolitana. Definiu, ainda, que deverá ser realizada uma reunião prévia entre Consultoria e PARANACIDADE para balizar

VERSÃO PRELIMINAR

o formato e o conteúdo do material a ser apresentado aos Prefeitos Municipais. Manoela frisou que a reunião está prevista na Etapa 05, conforme o TR.

Por fim, sobre as definições dos próximos eventos, foi definido que as Segundas Audiências Públicas deverão manter o horário de início das 14:00, para ambos os planos – como realizado nas Primeiras Audiências Públicas. Sobre as datas, foi levantada a necessidade de confirmá-las junto ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá (IPPLAM) e ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), evitando a sobreposição de eventos. Sobre os eventos nos municípios polo, foi solicitado o levantamento de outros locais em relação aos selecionados para a Primeira Audiência Pública. Comentou-se também sobre a importância de incluir no documento de Procedimentos Aplicáveis aos eventos ressalvas acerca do período eleitoral, vedando manifestações políticas.

Acordou-se que o documento de Procedimentos Aplicáveis seria revisado pela Consultoria e enviado ao PARANACIDADE para apreciação. Quanto às divulgações das Audiências Públicas, os membros do PARANACIDADE mencionaram a necessidade de ampliar os esforços de divulgação, contemplando a colocação de faixas nos locais sede e anúncios em rádios locais. Por fim, foi levantada a necessidade de já abordar nos próximos eventos com a EAM a necessidade de instalação dos CAMs e da mobilização municipal.

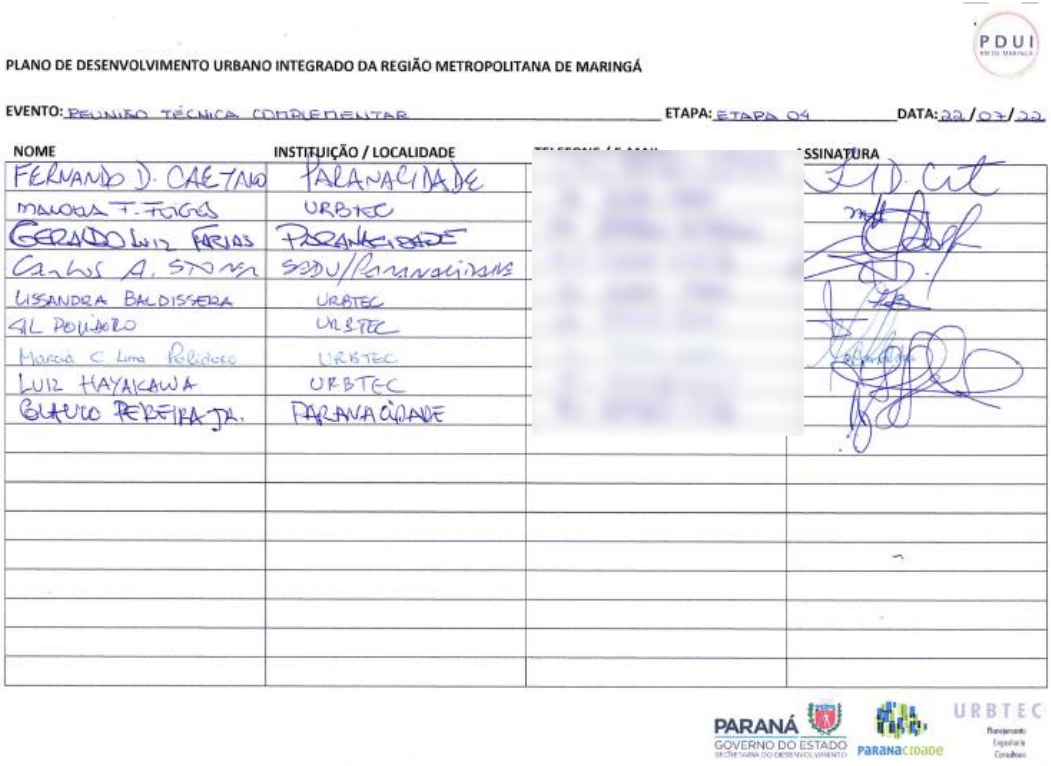
Dando sequência à reunião, Manoela apresentou as definições preliminares do conteúdo técnico da Etapa 04 para validação. Os especialistas das FPICs de Meio Ambiente Gil Polidoro e Márcia Polidoro e o Coordenador Geral do PDUI da RMM, Luiz Hayakawa, complementaram a apresentação, sanando dúvidas e apontamentos levantados pelo PARANACIDADE. Foi salientado que nos próximos eventos será abordado somente o Modelo Preliminar da Governança Metropolitana, junto aos processos de gestão das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs). Portanto, o modelo consolidado de Gestão Plena será abordado na Etapa 05. O PARANACIDADE solicitou alterações na representação gráfica das proposições, em prol do aprimoramento de sua apresentação nos próximos eventos.

Ao final, Geraldo encerrou a reunião, agradecendo a participação e disponibilidade de todos.

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE PRESENÇA

Figura 8: Lista de Presença Presencial Reunião Técnica Complementar 04



PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EVENTO: REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR ETAPA: ETAPA 04 DATA: 22/07/22

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
FERNANDO J. CAETANO	PARANACIDADE		
MANOELA T. FUGES	URBTEC		
GERALDO LUIZ FARIAS	PARANACIDADE		
CARLOS A. STONER	SEDU/PARANACIDADE		
LISANDRA BALDISSERA	URBTEC		
GIL PEIXOTO	URBTEC		
MARCIA C. LIMA PEIXOTO	URBTEC		
LUIZ HAYAKAWA	URBTEC		
GILBERTO PEREIRA JR.	PARANACIDADE		

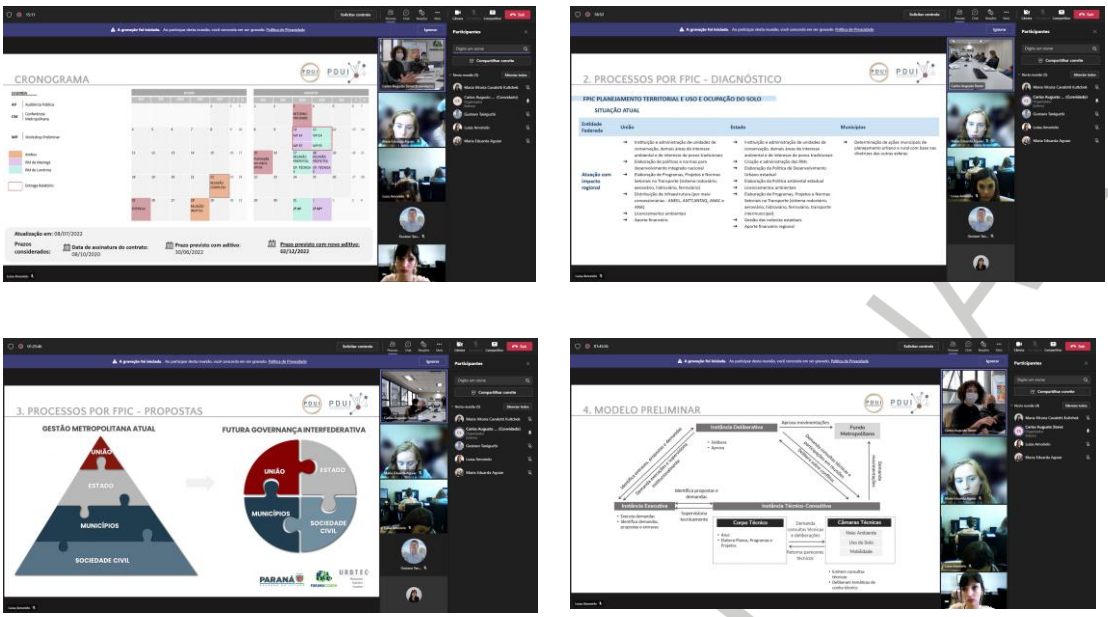
PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO paranacidade URBTEC

Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO

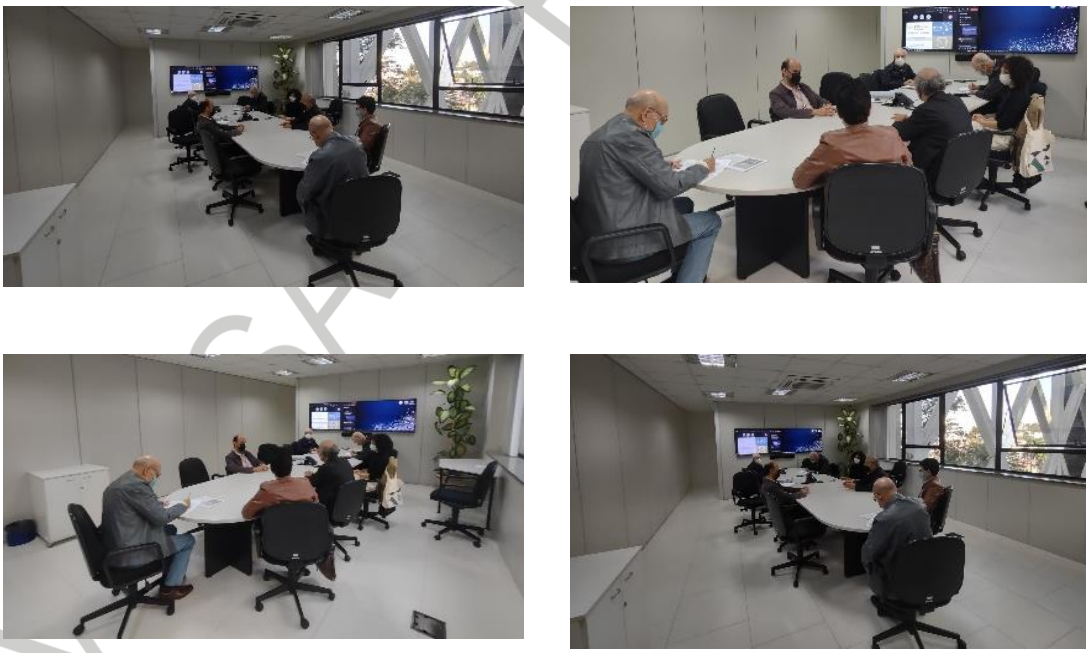
REGISTROS

Figura 9: Registros Virtual da Reunião Técnica Complementar 04



Fonte: URBTEC™, 2022.

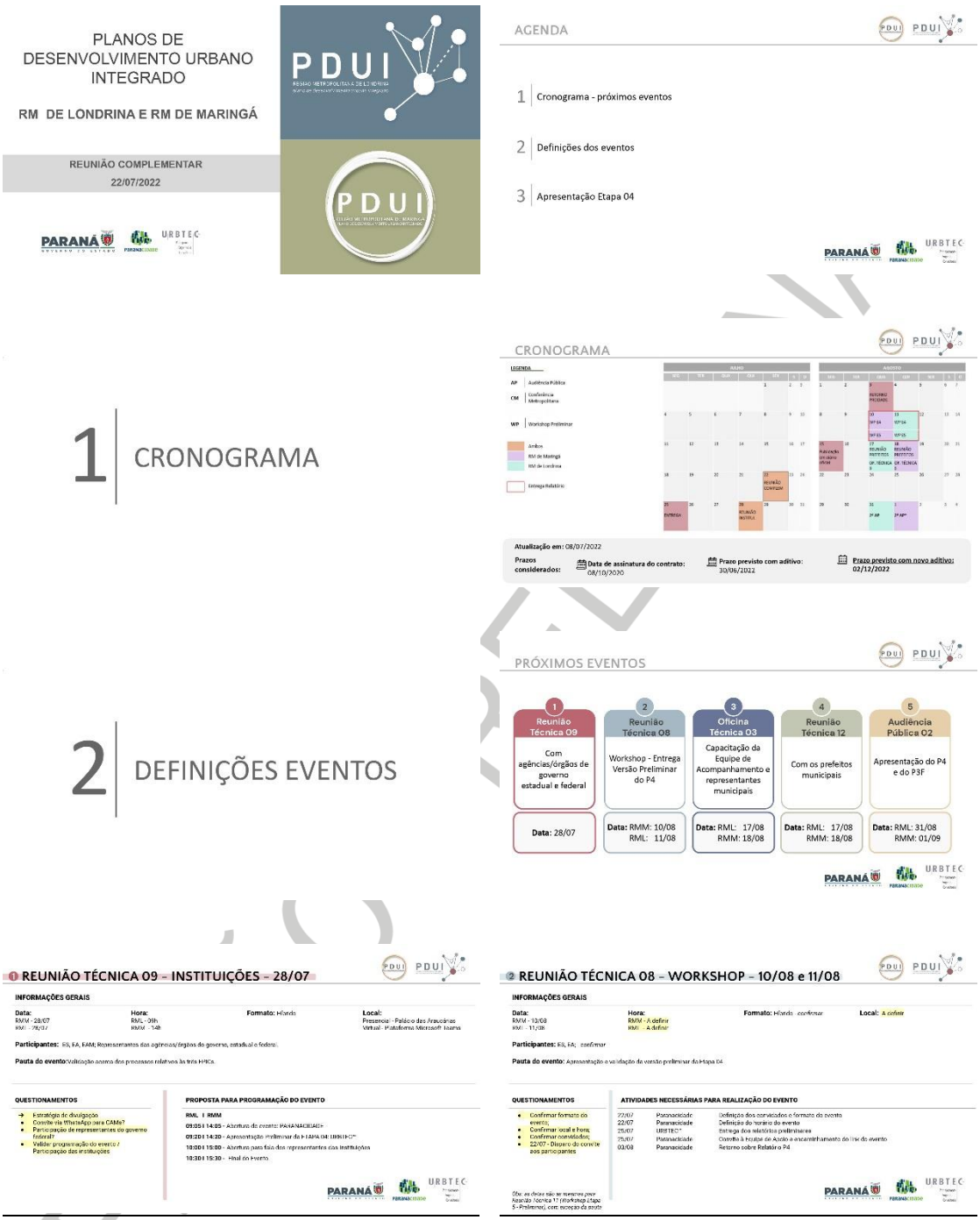
Figura 10: Registros Presencial da Reunião Técnica Complementar 04



Fonte: URBTEC™, 2022.

APRESENTAÇÃO

Figura 11: Apresentação da Reunião Técnica Complementar 04



❸ OFICINA 03 – 17/08 e 18/08

INFORMAÇÕES GERAIS

Data:	Hora:	Formato: A definir	Local: A definir
RML - 17/08 RMM - 18/08	RML - A definir RMI - A definir		

Participantes: EA, EAM, DS, representantes dos centros de apoio municipais - confirmar

Pauta do evento: Apresentação do Produto 04, especificamente para as FPICs prioritárias.

QUESTIONAMENTOS

- Confirmar formato do evento;
- Confirmar local e hora;
- Confirmar convidados.

ATIVIDADES NECESSÁRIAS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO

22/07	Paranacidade	Definição dos convidados e formato do evento
22/07	Paranacidade	Definição do horário do evento
22/07	Paranacidade	Definição das estratégias de comunicação
02/08	URBTEC*	Envio dos convites para EAM
02/08	Paranacidade	Envio dos convites para EA
03/08	Paranacidade	Retorno sobre Relatório P4

❹ REUNIÃO COM PREFEITOS – 17/08 e 18/08

INFORMAÇÕES GERAIS

Data:	Hora:	Formato: A definir	Local: A definir
RML - 17/08 RMM - 18/08	RML - A definir RMI - A definir		

Participantes: EA, ES, prefeitos municipais e demais representantes do Paranacidade.

Pauta do evento: Apresentação do modelo preliminar de governança, das possibilidades de recorte territorial metropolitano e dos direitos e obrigações dos municípios.

QUESTIONAMENTOS

- Confirmar formato do evento;
- Confirmar local - Associações?
- Confirmar horário.
- Confirmar convidados.

ATIVIDADES NECESSÁRIAS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO

22/07	Paranacidade	Definição dos convidados e do formato do evento
22/07	Paranacidade	Definição do local do evento
22/07	Paranacidade	Definição do horário do evento
22/07	Paranacidade	Definição das estratégias de comunicação
02/08	URBTEC*	Início da divulgação
02/08	Paranacidade	Início da divulgação

❺ AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – 31/08 e 01/09

INFORMAÇÕES GERAIS

Data:	Hora:	Formato: Híbrido	Local: A definir
RML - 31/08 RMM - 01/09*	RMM - 14h00? RMI - 14h00?		

Participantes: EA, ES, EAM, Autoridades e Sociedade Civil.

Pauta do evento: Apresentar o resultado do *Produto 04 - Definição de processos referentes às FPICs priorizadas*, para aprovação da população.

*alteração do dia 30/08 para dia 01/09

QUESTIONAMENTOS

- Confirmar formato do evento;
- Confirmar local - *Já pedir apresentação de mesmos locais da 1ª AP?*
- Confirmar horário.

ATIVIDADES NECESSÁRIAS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO

22/07	Paranacidade	Definição do horário do evento
22/07	Paranacidade	Definição do local do evento
22/07	Paranacidade	Definição das estratégias de comunicação
25/07	URBTEC*	Envio dos Relatórios P4 em versão preliminar
03/08	**Paranacidade**	**Retorno sobre Relatório P4**
04/08	**Paranacidade**	**Articulação do evento junto aos Centros de Apoio Municipais**
15/08	Paranacidade	Publicação em Diário Oficial e início das divulgações
15/08	URBTEC*	Início das divulgações

3 CONTEÚDO ETAPA 04

PRODUTO 04 – DEFINIÇÃO DOS PROCESSOS

APRESENTAÇÃO DO PRODUTO 04



1. ESTRUTURA DO RELATÓRIO

PRODUTO 04

- Análise Institucional
  - Histórico Institucional das Regiões Metropolitanas
  - Gestão Associada na RM
- Processos de Gestão para cada uma das três FPICs prioritárias, contemplando:
  - Identificação dos Processos de Gestão
  - Proposta para os Processos de Gestão em Nível Metropolitano
- Modelo Preliminar para a Governança Interfederativa

2. PROCESSOS POR FPIC – DIAGNÓSTICO

FPIC PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

SITUAÇÃO ATUAL

Entidade Federada	União	Estado	Municípios
Atuação com impacto regional	→ Instituição e administração de unidades de conservação, demais áreas de interesse ambiental e de interesse de povos tradicionais → Elaboração de políticas e normas para desenvolvimento integrado nacional → Elaboração de Programas, Projetos e Normas Setoriais no Transporte (sistema rodoviário, aeroviário, hidroviário, ferroviário) → Distribuição da infraestrutura (por meio concessionárias - ANTT, ANTAQ, ANAC e ANAC) → Licenciamentos ambientais → Aporte financeiro	→ Instituição e administração de unidades de conservação, demais áreas de interesse ambiental e de interesse de povos tradicionais → Criação e administração das RMs → Elaboração da Política de Desenvolvimento Urbano estadual → Elaboração de Política ambiental estadual → Licenciamentos ambientais → Elaboração de Programas, Projetos e Normas Setoriais no Transporte (sistema rodoviário, aeroviário, hidroviário, ferroviário, transporte intermunicipal) → Gestão dos recursos estaduais → Aporte financeiro regional	→ Determinação de ações municipais de planejamento urbano e rural com base nas diretrizes das outras esferas

2. PROCESSOS POR FPIC – DIAGNÓSTICO

FPIC MOBILIDADE METROPOLITANA

SITUAÇÃO ATUAL

Entidade Federada	União	Estado	Municípios
Atuação com impacto regional	→ Elaboração de políticas e normas para o desenvolvimento integrado nacional → Elaboração do Plano Nacional de Logística e Transporte → Elaboração de Programas, Projetos e Normas Setoriais no Transporte (sistema rodoviário, aeroviário, hidroviário, ferroviário) → Distribuição da infraestrutura (por meio concessionárias - ANTT, ANTAQ, ANAC e ANAC) → Gestão e planejamento da malha rodoviária federal → Elaboração da Política Nacional de Mobilidade Urbana → Levantamento e disponibilização de dados relativos à mobilidade urbana → Aporte financeiro (no caso da RMM - participação em convênio para integração do transporte coletivo)	→ Gestão e planejamento do transporte intermunicipal de ônibus (metropolitano e rodoviário), com exceção na RMC - DLVTM → Elaboração do Plano Logístico de Infraestrutura e Transporte no Paraná → Licenciamentos ambientais (específicos também, como de obras viárias) → Elaboração de Programas, Projetos e Normas Setoriais no Transporte (sistema rodoviário, ferroviário, hidroviário, ferroviário, transporte intermunicipal) → Gestão e planejamento da malha rodoviária estadual → Aporte financeiro (no caso da RMM - participação em convênio para integração do transporte coletivo)	→ Realização de ações conjuntas por meio de consórcios para gestão dos resíduos sólidos → Determinação de ações municipais de planejamento ambiental urbano e rural com base nas diretrizes das outras esferas → Criação e administração de Unidades de Conservação Municipais → Cooperação das ações estaduais e desenvolvimento de programas, projetos e normas no âmbito de Defesa Civil Municipal → Elaboração de instrumentos de compensação e incentivo à conservação/proteção/preservação dos recursos naturais → Aporte financeiro (no caso da RMM - participação em convênio para integração do transporte coletivo) → Elaboração de ações conjuntas por meio de consórcios → Aporte financeiro (no caso da RMM - participação em convênio para integração do transporte coletivo) → Articulação com demais municípios na elaboração de Planos de Mobilidade → Interlocução com o DER/PR para solicitar a implementação de novas linhas metropolitanas/novas datas de duplicação (ex. PR-323)

2. PROCESSOS POR FPIC – DIAGNÓSTICO

FPIC MEIO AMBIENTE

SITUAÇÃO ATUAL

Entidade Federada	União	Estado	Municípios
Atuação com impacto regional	→ Instituição e implementação do SNUC → Instituição e administração de unidades de conservação, demais áreas de interesse ambiental → Instituição de políticas de proteção de povos tradicionais → Elaboração de políticas nacionais para Meio Ambiente → Elaboração de políticas nacionais para Gestão de Resíduos Sólidos → Elaboração de políticas nacionais de proteção e defesa civil → Levantamento e disponibilização de dados relativos aos recursos naturais → Elaboração de instrumentos de compensação e incentivo à conservação/proteção/preservação dos recursos naturais → Licenciamentos ambientais → Aporte financeiro	→ Elaboração da Política Ambiental do Estado → Elaboração de Política de Resíduos Sólidos do Estado → Elaboração da Política Estadual de Defesa Civil → Elaboração de programas, projetos e normas setoriais para o Meio Ambiente → Instituição e administração de unidades de conservação estaduais, demais áreas de interesse ambiental → Licenciamentos ambientais → Emissão de outorgas para uso dos recursos hídricos → Coordenação das ações estaduais e do desenvolvimento de programas, projetos e normas no âmbito da Defesa Civil Estadual → Coordenação e planejamento das ações para proteção e áreas de risco locais → Levantamento e disponibilização de dados relativos aos recursos naturais → Elaboração de instrumentos de compensação e incentivo à conservação/proteção/preservação dos recursos naturais → Aporte financeiro	→ Realização de ações conjuntas por meio de consórcios para gestão dos resíduos sólidos → Determinação de ações municipais de planejamento ambiental urbano e rural com base nas diretrizes das outras esferas → Criação e administração de Unidades de Conservação Municipais → Coordenação das ações estaduais e desenvolvimento de programas, projetos e normas no âmbito de Defesa Civil Municipal → Elaboração de instrumentos de compensação e incentivo à conservação/proteção/preservação dos recursos naturais

3. PROCESSOS POR FPIC – PROPOSTAS

GESTÃO METROPOLITANA ATUAL



FUTURA GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA

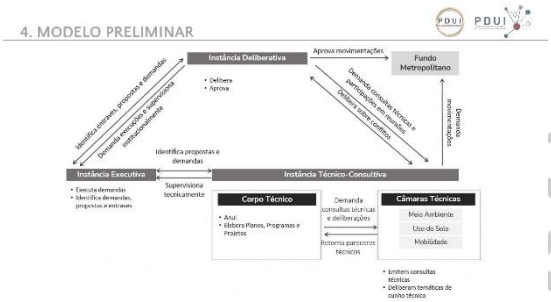


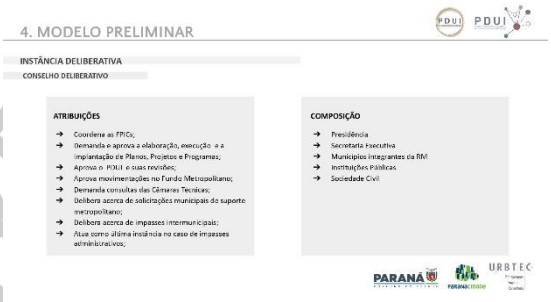


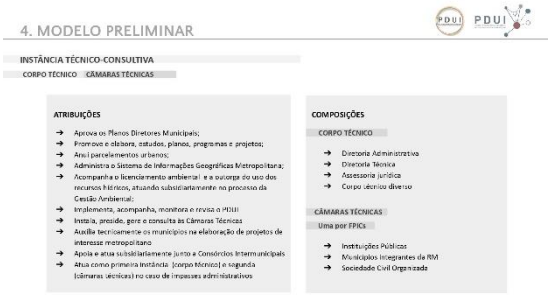
















Fonte: URBTEC™ (2022).

6. REUNIÃO TÉCNICA 09

Data: 28/07/2022

Horário: 14h00

Local: Híbrido

Virtual: Videoconferência — Plataforma *Microsoft Teams*

Presencial: Palácio das Araucárias – PARANACIDADE

Participantes: Adriana de Souza Ricardo Gaio, Albari A. Medeiros, Aline Leoni Ruth, Ana Lúcia Rodrigues, Augusto Pereira, Carlos Storer, Eduardo Kun, Fernando Domingues Caetano, Fernando Maciel Filho, Geraldo Luiz Farias, Gil Polidoro, Glauco Pereira, Guilherme Fragomeni, Gustavo Machado, Gustavo Taniguchi, Helton Camargo, Jozemar Losano, Lissandra Baldissera, Luisa Amorielo, Luiz Hayakawa, Marcia Polidoro, Maria Antonia, Maria Eduarda Aguiar, Maria Vitoria Cavalotti, Nídia Kurata, Patrícia Cherobim, Reinaldo da Silva, Rogerio Yabiku, Sidnei Telles Filho, Sônia Maria dos Santos e Valci Perdomo da Silva.

Pauta: Definições dos próximos eventos e validação da versão preliminar da Etapa 04

MEMÓRIA DO EVENTO

A reunião foi aberta pelo Analista de Desenvolvimento Urbano e Gestor do Contrato, Geraldo Luiz Farias, que saudou os participantes. Geraldo Farias informou que o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM) se encontra na quarta fase, tendo sido desenvolvido nas fases anteriores o Plano de Trabalho - na fase 01; a Determinação do Recorte Territorial - na fase 02; o Diagnóstico, Diretrizes e Propostas nas Funções Públicas de Interesses Comuns - na fase 03. Destacou que na Etapa 04 serão debatidas as definições dos processos referentes às FPICs prioritárias.

O Analista lembrou ainda que ainda estão por vir mais duas etapas, nas quais serão definidos o Modelo de Governança na etapa 05; e, por fim, o Relatório Final com o resumo das propostas.

VERSÃO PRELIMINAR

Após uma breve apresentação de todos que participaram da reunião, Fernando Caetano, fiscal do contrato do PDUI da RMM, tomou a palavra para introduzir e contextualizar o PDUI RMM. Perfez o histórico relacionado à instituição de regiões metropolitanas no Brasil, às alterações decorrentes da Constituição de 1988 e do Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015) na política nacional e estadual de desenvolvimento regional.

A seguir, Fernando explicou como são tratadas as FPICs no desenvolvimento do PDUI-RMM, incorporando os temas das funções prioritárias: Mobilidade Metropolitana; Planejamento Territorial e Uso e Ocupação do Solo; e Meio Ambiente.

O fiscal do contrato apresentou as equipes envolvidas no processo de elaboração do PDUI RMM, destacando as atribuições dos representantes das equipes de Apoio; de Acompanhamento Municipal; da URBTEC™; de Supervisão; e da Sociedade Civil.

Na sequência, o diretor da URBTEC™, Gustavo Taniguchi, tomou a palavra para discorrer sobre a Definição de Processos Referentes às Três FPICs Priorizadas no PDUI. Taniguchi agradeceu a participação de todos e imediatamente fez a introdução ao conteúdo específico do evento.

Taniguchi ressaltou que as propostas elencadas na fase anterior dependem da definição dos processos de gestão das FPICs para a sua devida execução.

O diretor da URBTEC™ retomou as principais formas de atuação das esferas federal, estadual e municipal nas questões regionais atualmente. Explanou que a compreensão sobre o papel de cada entidade federativa, somada à participação da sociedade civil, era imprescindível para a devida composição do modelo de gestão interfederativa para a RM.

Taniguchi apresentou a proposta de modelo preliminar do novo ente interfederativo, elaborada com base no “Modelo Provisório” desenvolvido no PDUR (2017) e nas determinações do Estatuto da Metrópole.

Explanou a estrutura básica do ente, composto pelas seguintes instâncias: Executiva, Deliberativa, e Técnico-consultiva, além do fundo metropolitano. Guilherme Fragomeni, advogado da equipe de consultoria URBTEC™, argumentou

VERSÃO PRELIMINAR

sobre a importância do IPPLAM no apoio à estruturação do novo ente metropolitano.

Taniguchi apresentou o fluxograma de funções e atividades atribuídas para cada instância, o estabelecimento do fundo metropolitano, e os principais processos a serem assumidos em cada FPIC prioritária, encerrando sua fala.

Com o encerramento da apresentação técnica, iniciou-se o momento de debate sobre o conteúdo exposto. A primeira participante a se manifestar, Adriana Gaio, Analista de Desenvolvimento Municipal - ER-Maringá – PARANACIDADE, sugeriu que em relação ao processo de formação de um colegiado, que no conselho deliberativo seria interessante que tivesse pelo menos um membro de conselho municipal de cada município e um representante técnico de cada município. Também questionou sobre as anuências dos Planos Diretores, se seria dada somente no final do Plano Diretor ou se teria um acompanhamento do ente durante o desenvolvimento.

Taniguchi agradeceu a contribuição e ponderou sobre a efetividade do Conselho com o grande número de integrantes. Em relação à anuência do Conselho Metropolitano aos Planos Diretores, argumentou que ente poderia acompanhar cada uma das etapas do processo.

O diretor da URBTEC™ ainda esclareceu as próximas etapas e eventos do Plano, ressaltando a 2ª Audiência Pública, que terá como pauta o conteúdo preliminar da Etapa 04.

A vereadora de Maringá e representante da EAM, Professora Ana Lúcia Rodrigues ponderou sobre a eficácia da realização da reunião. De acordo com a vereadora, o conteúdo abordado é muito complexo e deve ser analisado de maneira mais aprofundada. Ana Lúcia Rodrigues pontuou que a proposta de estrutura básica do ente interfederativo carecia de menção ao fundo metropolitano, conforme determinado pelo Estatuto da Metrópole.

Defendeu que o PDUI deve sombrear as necessidades dos Planos Diretores Municipais para melhor atender as funções de interesse comum de todos os municípios envolvidos. Por fim, argumentou que é inadmissível que a estrutura básica do ente metropolitano seja vinculada ao IPPLAM.

VERSÃO PRELIMINAR

Gustavo Taniguchi agradeceu a fala da vereadora e apontou que o Fundo Metropolitano está na composição do Ente Interfederativo, atrelado ao Conselho Deliberativo. O arquiteto urbanista e coordenador do PDUI da RMM, Luiz Hayakawa reforçou que a governança interfederativa está sendo chamado de ente interfederativo por ainda não ter uma natureza jurídica definida e que conforme o avance do debate e consolidação da proposta, será possível determinar fontes de recursos.

O especialista em Meio Ambiente e geólogo Gil Polidoro, do PDUI da RMM, complementou explanando que os entes federativos atuarão como sócios na composição do ente metropolitano, e que mais definições devem surgir a partir das próximas etapas. Em relação ao orçamento, argumentou que o mesmo será compartilhado entre os sócios, com participação de todas as esferas de governo.

Patrícia Cherobim, da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - SEJUP, relatou que, em sua experiência, observou loteamentos e os condomínios serem tratados como forma de ocupação do solo analisada pelo ente metropolitano como em RMs no Rio Grande do Sul, sugerindo abordagem similar no PDUI da RMM.

Gustavo comentou que a consulta prévia para loteamentos e condomínios que era feita no Rio Grande do Sul, não está mais sendo realizada, apesar de sua importância.

Patrícia afirmou que há muitas dificuldades para a realização de análises específicas, como geológicas. Sugeriu que o ente poderia ofertar assistência técnica para a realização dessas análises.

O geólogo Gil Polidoro concordou sobre a dificuldade das análises especificas e ponderou que o ente metropolitano poderia auxiliar os municípios a partir de profissionais qualificados para prestar assistência técnica.

Fernando pontuou que o debate da região metropolitana é muito rico, e aproveitou para falar sobre questões ambientais e outros assuntos que demandariam a manifestação do órgão metropolitano. Questionou sobre a atuação do ente em relação aos processos de mobilidade e em relação ao Aeroporto de Maringá, cuja administração é municipal.

VERSÃO PRELIMINAR

Fernando Maciel, do corpo jurídico da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, respondeu que tudo vai depender do arcabouço jurídico de composição deste ente metropolitano, e que é de fundamental importância o poder de fiscalização exercido pelo órgão. Tudo é feito através de normas e manifestações da autoridade metropolitana, que serve como um filtro a mais para impedir irregularidades.

Gil falou que a atuação do ente metropolitano deverá ser subsidiária às atribuições que são legais e competências exclusivas do Instituto Água e Terra – IAT, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e outros.

Fernando Maciel argumentou que o órgão metropolitano não pode interferir na autonomia dos entes municipais, sua atuação deve ser complementar e pautada no diálogo.

Gil Polidoro mencionou que no processo de licenciamento há manifestações municipais muito tímidas e focadas exclusivamente naquilo que a lei de uso e ocupação do solo determina para os municípios, e o mesmo se aplica no uso e aplicação dos recursos hídricos. Por isso, foi colocada na proposta uma maior participação dos municípios nos processos, com apoio dado pelos órgãos com competências técnicas.

Geraldo lembrou que contribuições para o PDUI podem ser enviadas a qualquer momento e convidou a todos para participar da 2ª Audiência pública prevista para 1° de setembro de 2022.

A vereadora Ana Lúcia Rodrigues comenta sobre as atribuições e papeis dentro do ente interfederativo, lembrando que a definição do território metropolitano não é arbitrária, assim como as FPICs, e que este órgão está sendo sistematizando dentro daquilo que já é de interesse comum e serviços compartilhados.

Ao final, Geraldo agradeceu a participação de todos e encerrou a Reunião Técnica 09, reforçando novamente o convite para participação na 2ª Audiência Pública.

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE PRESENÇA

Figura 12: Lista de Presença Presencial Reunião Técnica 09

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EVENTO: REUNIÃO TÉCNICA 09 ETAPA: 04 DATA: 28/07/22

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
Augusto Pereira	Urbtec		
GLAUCO PEREIRA JR.	PARANACIDADE		
Aline Vieira Ruth	ParanaCidade		
GERALDO LUIZ FARIAS	PARANACIDADE		
GUSTAVO TANIGUCHI	URBTEC		
FERNANDO D. CAETANO	PARANACIDADE		
CARLOS A. STOSS	SEDU/Paranavaí/MAR		
ALBARI A. MEDEIROS	PARANACIDADE		
LUIZ HAYAKAWA	URBTEC		
SÔNIA MARIA DOS SANTOS	SEPL/CDG		
PATRICIA CHEROBIM	SEDU/PGTPNG		
Gustavo Machado	SEPL/CDG		
MARIA EDUARDA AGUIAR	URBTEC		

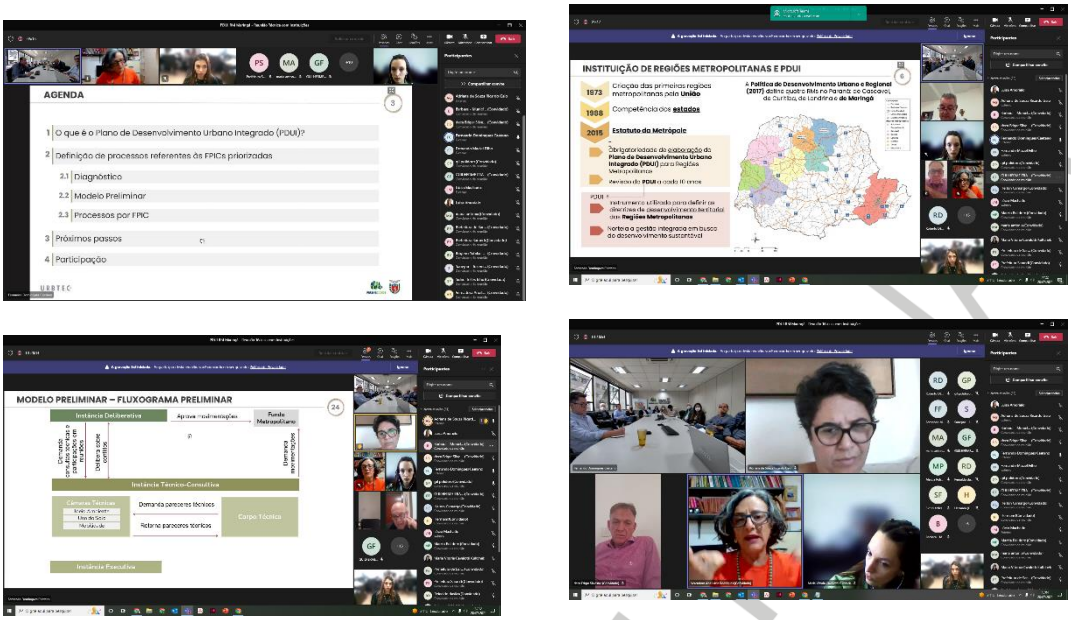
PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO | PARANACIDADE | URBTEC Planejamento Engenharia Consultoria

Fonte: URBTEC™, 2022.

VERSÃO

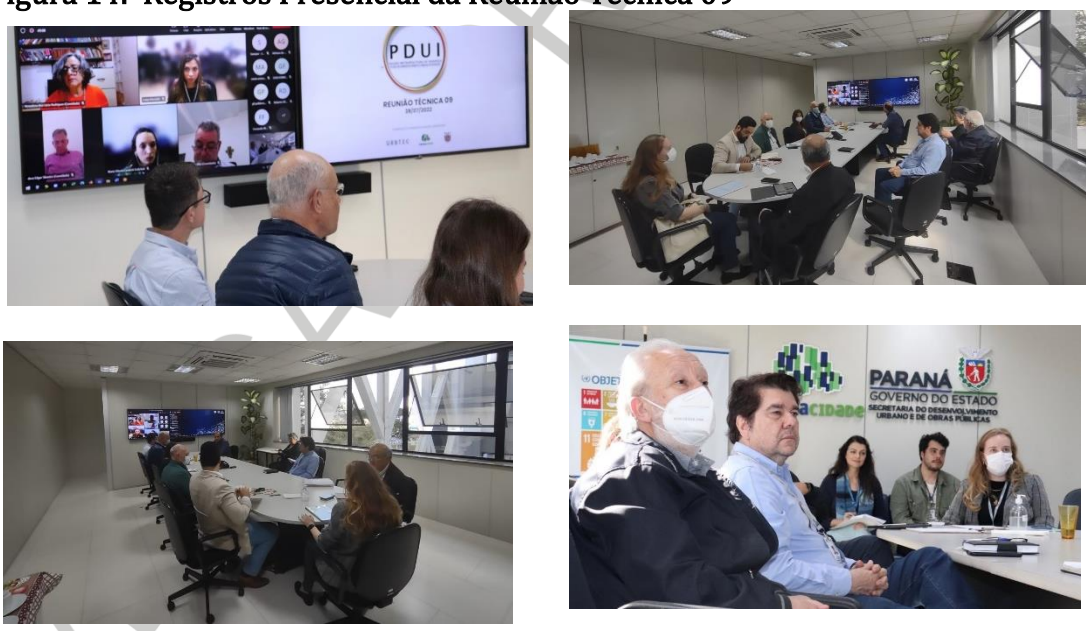
REGISTROS

Figura 13: Registros Virtual da Reunião Técnica 09



Fonte: URBTEC™, 2022.

Figura 14: Registros Presencial da Reunião Técnica 09

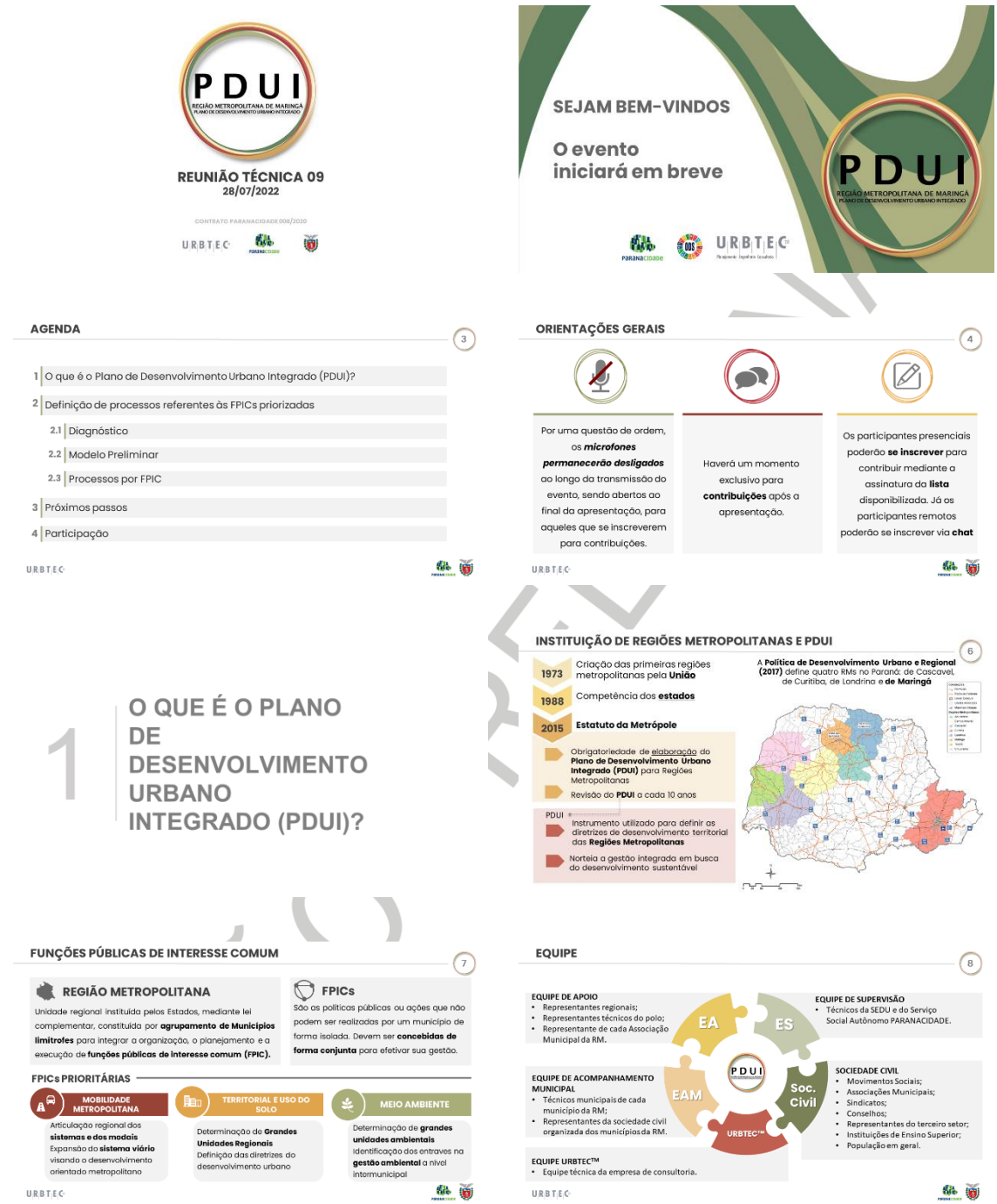


Fonte: URBTEC™, 2022.

VERSÃO PRELIMINAR

APRESENTAÇÃO

Figura 15: Apresentação da Reunião Técnica 09



2 DEFINIÇÃO DE PROCESSOS REFERENTES ÀS *FPICS* PRIORIZADAS

2.1 DIAGNÓSTICO

PAUTA

10

DIAGNÓSTICO

- Identificação dos principais processos por FPIC atualmente.
- Entes federados envolvidos no processo.

MODELO PRELIMINAR

- Apresentação do modelo preliminar para o novo ente metropolitano interfederativo.

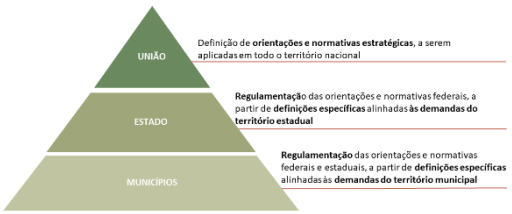
PROPOSTA

- Apresentação de proposta para os principais processos.
- Impactos na atuação dos demais entes federados.

URBTEC

DIAGNÓSTICO PRELIMINAR – ATUAÇÕES REGIONAIS ATUAIS

12



URBTEC

DIAGNÓSTICO PRELIMINAR – ATUAÇÕES REGIONAIS ATUAIS

13

FPIC DE USO DO SOLO EXEMPLOS DE ATUAÇÕES:

UNIÃO	Políticas e normas nacionais de **desenvolvimento urbano**	**Distribuição de infraestrutura** por meio de Concessionárias	**Aporte** financeiro
ESTADO	Criação e administração das **Regiões Metropolitanas**	Políticas de **desenvolvimento urbano** estaduais	**Aporte** financeiro regional
MUNICÍPIOS	Gestão do **uso do solo** urbano e rural	Articulação em **Consórcios** Intermunicipais e **Associações** de Municípios	Elaboração de **Planos, Programas e Projetos setoriais** a nível municipal

URBTEC

DIAGNÓSTICO PRELIMINAR – ATUAÇÕES REGIONAIS ATUAIS

14

FPIC DE MEIO AMBIENTE EXEMPLOS DE ATUAÇÕES:

UNIÃO	Instituição e implementação do **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** (SNUC)	Elaboração de **políticas nacionais** para o Meio Ambiente	Elaboração de políticas nacionais para a **gestão de resíduos sólidos**
ESTADO	Atuação nos **licenciamentos ambientais**	Coordenação e planejamento de ações para proteção de **áreas de mananciais**	Elaboração da política de gestão dos **Resíduos Sólidos** do Estado
MUNICÍPIOS	Determinação de ações municipais de **planejamento ambiental rural e urbano**	Articulação em **Consórcios** Intermunicipais e **Associações** de Municípios	Promoção e gestão de parques e demais **áreas verdes**

URBTEC

DIAGNÓSTICO PRELIMINAR – ATUAÇÕES REGIONAIS ATUAIS

15

FPIC DE MOBILIDADE EXEMPLOS DE ATUAÇÕES:

UNIÃO	Elaboração do **Plano Nacional de Logística e Transporte**	Gestão e planejamento da **malha rodoviária federal**	Elaboração da **Política Nacional de Mobilidade Urbana**
ESTADO	Gestão e planejamento do **transporte intermunicipal coletivo** (metropolitano e rodoviário)	Gestão e planejamento da **malha rodoviária estadual**	**Aporte** financeiro regional
MUNICÍPIOS	Articulação em **Consórcios** Intermunicipais e **Convênios**	Elaboração de **Planos de Mobilidade Municipais**	**Concessão** do Transporte Público Coletivo municipal

URBTEC

2.2 MODELO PRELIMINAR

ATUAÇÃO DA GOVERNANÇA METROPOLITANA

17

A futura Governança Metropolitana será **interfederativa**, conforme preconizado pelo Estatuto da Metrópole. Portanto, sua estrutura será composta pelas **três unidades federadas**



Também terá a participação da **Sociedade Civil** a partir de composições colegiadas



URBTEC

ATUAÇÃO DA GOVERNANÇA METROPOLITANA

18

A principal função da Governança Metropolitana será de **articular as entidades** em questão, na **gestão integrada das FPICs dentro do território metropolitano**



URBTEC

MODELO PRELIMINAR

19

COMPOSIÇÃO PRELIMINAR DO NOVO ENTE INTERFEDERATIVO

Proposta elaborada com base no "Modelo Provisório" - PDUR (2017) e determinações do ***Estatuto da Metrópole.***
Considera participação dos entes federados em todas as instâncias

Considera maior aporte do estado no início da implementação

Art. 8º A governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas compreenderá em sua estrutura básica:

Instância Executiva

I – instância executiva composta pelos representantes do Poder Executivo dos entes federativos integrantes das unidades territoriais urbanas;

Instância Deliberativa

II – instância colegiada deliberativa com representação da sociedade civil;

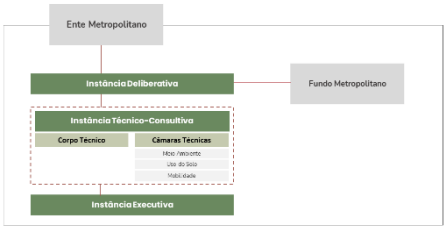
Instância Técnico-Consultiva

III – organização pública com funções técnico-consultivas;

URBTEC

ESTRUTURA PRELIMINAR DA GOVERNANÇA METROPOLITANA

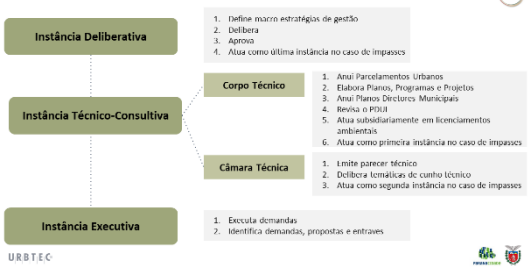
20



URBTEC

ATRIBUIÇÕES PRELIMINARES DA GOVERNANÇA METROPOLITANA

21



URBTEC

MODELO PRELIMINAR – FLUXOGRAMA PRELIMINAR

22



MODELO PRELIMINAR – FLUXOGRAMA PRELIMINAR

23



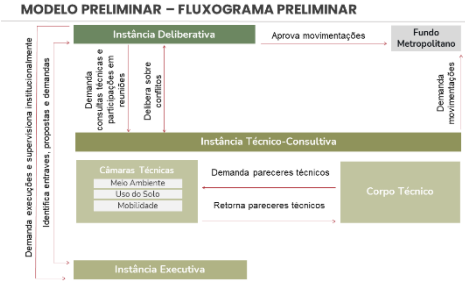
MODELO PRELIMINAR – FLUXOGRAMA PRELIMINAR

24



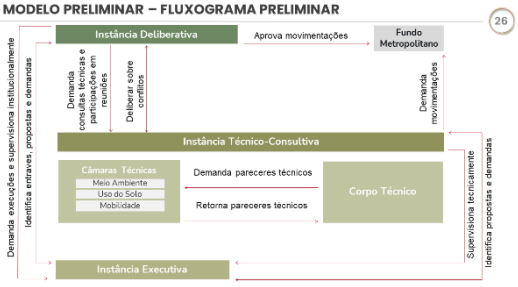
MODELO PRELIMINAR – FLUXOGRAMA PRELIMINAR

25



MODELO PRELIMINAR – FLUXOGRAMA PRELIMINAR

26



EXEMPLO – ANÁLISE DE PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

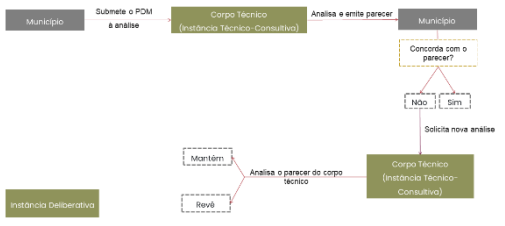
27



URBTEC

EXEMPLO – ANÁLISE DE PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

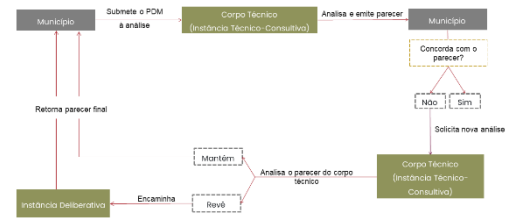
28



URBTEC

EXEMPLO – ANÁLISE DE PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

29



URBTEC

2.3 PROCESSOS POR FPIC

PROCESSOS A SEREM ASSUMIDOS PELA GOVERNANÇA

31



Durante o **modelo preliminar**, dentre a atribuição de garantir a gestão integrada das FPICs, a Governança Metropolitana **assumirá processos chaves, de cunho metropolitano.**

URBTEC

PROCESSOS PRELIMINARES

32

FPIC DE USO DO SOLO

1. Anuência prévia de **parcelamentos urbanos**
2. Emissão de **consultas prévias** de viabilidade de uso e ocupação, conforme critérios de interesse metropolitano
3. **Anuência de Planos Diretores Municipais**, em prol da compatibilização do planejamento municipal com diretrizes metropolitanas
4. **Administração do Sistema de Informações Metropolitanas** (SIM), atuando tanto na obtenção, quanto armazenamento e divulgação dos dados
5. Elaboração e implementação do PDUI aprovado pelo Estado e em conformidade com o Estatuto da Metrópole.

URBTEC

PROCESSOS PRELIMINARES

33

FPIC DE MEIO AMBIENTE

1. Coordenação do planejamento da gestão de **resíduos sólidos** na Região Metropolitana
2. Indicação e orientação de **áreas de conservação, preservação e de interesse ambiental** metropolitano
3. Atuação subsidiária nos processos de **licenciamento ambiental** na Região Metropolitana
4. Atuação subsidiária na **fiscalização ambiental** metropolitana
5. Coordenação da gestão das **áreas de risco** incidentes sobre a Região Metropolitana

URBTEC

PROCESSOS PRELIMINARES

34

FPIC DE MOBILIDADE

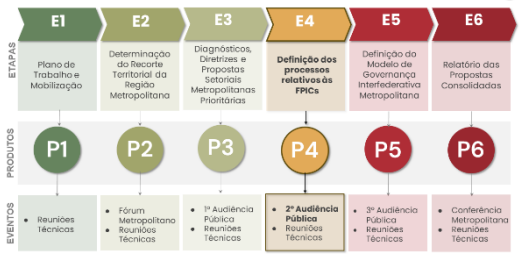
1. Planejamento, gestão e execução do **Transporte Metropolitano de Passageiros**
2. Participação na estruturação da **Rede Logística de Transporte na Região**
3. Planejamento, gestão e execução do **Sistema de Mobilidade Ativa**
4. Planejamento, gestão e execução do **Sistema Viário Metropolitano**
5. Gestão das **informações metropolitanas** de mobilidade

URBTEC

3 PRÓXIMOS PASSOS

PRÓXIMOS PASSOS

36



4 PARTICIPAÇÃO

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

38

As participações se darão por **ordem de inscrição**.

Serão consideradas as inscrições pelo **chat** e **lista presencial**. Será alternada a chamada, entre os participantes presenciais e remotos.

O **tempo de fala** é limitado a **3 minutos** por inscrito. Quando próximo a esse prazo, um dos colaboradores sinalizará a necessidade de concluir.

Todas as contribuições serão **consideradas** para o no aprimoramento do conteúdo técnico do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado.

URBTEC









Fonte: URBTEC™, 2022.

VERSÃO PRELIMINAR

7. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 05 – PARANACIDADE

Data: 03/08/2022

Horário: 09h00

Local: Palácio das Araucárias – PARANACIDADE – Sala do Conselho

Participantes: Carlos Storer, David Pierin, Fernando D. Caetano, Geraldo Luiz Farias, Lissandra Baldissera e Manoela F. Feiges.

Pauta: Alinhamento dos futuros eventos dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado das Região Metropolitana de Maringá.

MEMÓRIA DO EVENTO

A abertura da reunião foi realizada pelo engenheiro Geraldo Farias, gestor do contrato dos PDUIs das RMs de Cascavel, de Londrina e de Maringá, que agradeceu a presença de todos. Na sequência, passou a palavra para o diretor da URBTEC™, Gustavo Taniguchi.

Gustavo explanou brevemente sobre a pauta da reunião, que envolvia definições para a realização dos próximos eventos dos PDUIs.

Em relação às definições para os eventos, acordou-se em reunião:

- Reunião Técnica 12 – A data do evento foi confirmada para o dia 18/08 na AMUSEP às 10h00. A equipe da URBTEC™ indicou que iria encaminhar modelos de convites para serem enviados aos Prefeitos Municipais da RMM.

- Será realizada uma reunião complementar no dia 12/08 para revisar a pauta e a apresentação da reunião.

- Oficina Técnica 03 - A data do evento foi confirmada para o dia 18/08 na AMUSEP às 13h30.

- Audiência Pública – Foi confirmada a estratégia de mobilização dos Centros de Apoio Municipal por meio dos representantes do Escritório Regional do PARANACIDADE em Maringá. O prazo para recebimento das contribuições, após o evento, ficou determinado em 7 (sete) dias corridos.

VERSÃO PRELIMINAR

- Conferência Metropolitana – Será realizada no período da tarde, a princípio no dia 16/11.

Ao final, Geraldo encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos.

LISTA DE PRESENÇA

Figura 16: Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 05

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EVENTO: REUNIÃO EXTRA COORDENAÇÃO ETAPA: 04 DATA: 03/08/22

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
FERNANDO J. CAETANO	PARANACIDADE		
DAVID PIERIN	PARANACIDADE		
GERALDO LUIZ FARIAS	PARANACIDADE		
LISSANDRA BALDISSERA	URBTEC		
MANOELA T. JUNGES	URBTEC		
CAROLINA STORM	SEDU/PARANACIDADE		

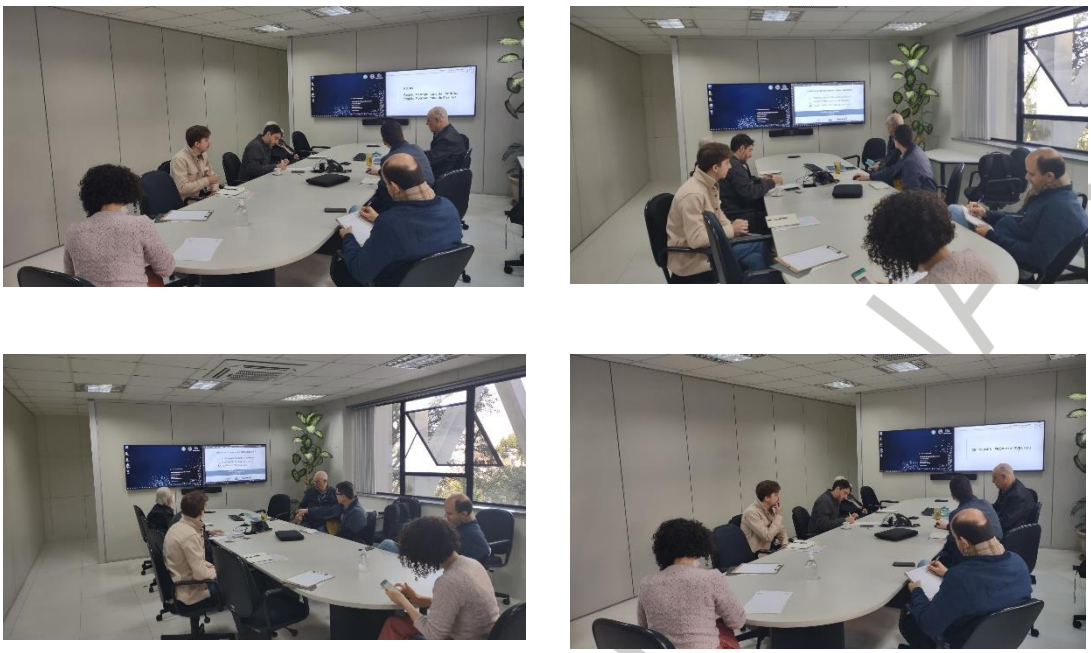
PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO | paranacidade | URBTEC

Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO

REGISTROS

Figura 17: Registros da Reunião Técnica Complementar 05



Fonte: URBTEC™, 2022.

APRESENTAÇÃO

Figura 18: Apresentação da Reunião Técnica Complementar 05



PRÓXIMOS EVENTOS

RMs de LONDRINA e MARINGÁ

- 17/08 18/08 (QUARTA-FEIRA) (QUINTA-FEIRA) — Reunião Técnica 12 E5 (prefeitos)
- 17/08 18/08 (QUARTA-FEIRA) (QUINTA-FEIRA) — Oficina Técnica E4
- 31/08 01/09 (QUARTA-FEIRA) (QUINTA-FEIRA) — 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA E4

ATIVIDADES E DEFINIÇÕES

RM de LONDRINA

Reunião Técnica 12 E5 (prefeitos)

RML 17/08 (QUARTA-FEIRA)

DIVULGAÇÃO

04/08: ENVIO MODELO CONVITES AO PARANACIDADE.

MÁXIMO 10/08: ENVIO DOS CONVITES ÀS EQUIPES DE APOIO E AOS PREFEITOS PELO PARANACIDADE.

CONFIRMAR:
Data: 17/08 – a confirmar
Horário: – a confirmar
Local: **AMEPAR** – a confirmar
Formato: Confirmar com a AMEPAR formato do evento

OBJETIVO:
Apresentação, em forma de workshop, do Modelo Preliminar de Governança Interfederativa Metropolitana e dos cenários do recorte metropolitano, com ênfase nos direitos e obrigações dos municípios.

PAUTA:
- Modelo Preliminar da Governança Interfederativa Metropolitana
- Cenários do Recorte Metropolitano
- Direitos e obrigações dos municípios dentro da Região Metropolitana - considerando impactos nas gestões municipais e acesso a recursos

OBSERVAÇÃO:
Convite ao Prefeito de Apucarana - confirmar.

Sugestão:
12/08 às 9h - Reunião para definição da pauta e debate da apresentação.

ATIVIDADES E DEFINIÇÕES

RM de MARINGÁ

Reunião Técnica 12 E5 (prefeitos)

RMM 18/08 (QUINTA-FEIRA)

DIVULGAÇÃO

04/08: ENVIO MODELO CONVITES AO PARANACIDADE.

MÁXIMO 10/08: ENVIO DOS CONVITES ÀS EQUIPES DE APOIO E AOS PREFEITOS PELO PARANACIDADE.

CONFIRMAR:
Data: 18/08 – a confirmar
Horário: – a confirmar
Local: **AMUSEP** – a confirmar (Edgar Silvestre - 05/08)
Formato: Presencial

OBJETIVO:
Apresentação, em forma de workshop, do Modelo Preliminar de Governança Interfederativa Metropolitana e dos cenários do recorte metropolitano, com ênfase nos direitos e obrigações dos municípios.

PAUTA:
- Modelo Preliminar da Governança Interfederativa Metropolitana
- Cenários do Recorte Metropolitano
- Direitos e obrigações dos municípios dentro da Região Metropolitana - considerando impactos nas gestões municipais e acesso a recursos

Sugestão:
12/08 às 9h - Reunião para definição da pauta e debate da apresentação.

ATIVIDADES E DEFINIÇÕES

RMs de LONDRINA

OFICINA TÉCNICA 03

RML 17/08 (QUARTA-FEIRA)

DIVULGAÇÃO

03/08: ENVIO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO EVENTO

03/08: ENVIO DOS CONVITES PARA EAM E CAMS

03 – 04/08: ENVIO DOS CONVITES À EQUIPE DE APOIO PELO PARANACIDADE.

CONFIRMAR:
Horário: conciliar com horário da Reunião Técnica 12
Formato: Híbrido
- Local: Município polo - a confirmar AMEPAR
  (Obs: Há também a possibilidade de utilizar o Auditório Municipal de Londrina)
- Virtual: Transmissão pelo Microsoft Teams
  (Obs: Não é prevista a participação virtual com direito à fala, apenas via formulário)

OBJETIVO:
Capacitação dos técnicos municipais e apresentação preliminar do Produto 04.
**Ressalta-se que esse evento foi unificado com a Reunião Técnica 08 (Workshop preliminar)

PAUTA:
- Retomada das diretrizes e propostas
- Apresentação do recorte metropolitano e seus cenários
- Apresentação dos ônus e bônus do pertencimento metropolitano
- Apresentação dos processos de gestão com impacto na operação municipal
- Debate sobre os processos definidos, usando como referência o fluxo de anuência de Planos Diretores Municipais

Para cada convite é previsto um envio inicial e outro de reforço. Entende-se que o convite inicial pode conter a informação de que o local presencial, no município polo, será definido e informado em sequência.

ATIVIDADES E DEFINIÇÕES

RM de MARINGÁ

OFICINA TÉCNICA 03

RMM 18/08 (QUINTA-FEIRA)

DIVULGAÇÃO

04/08: ENVIO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO EVENTO

04/08: ENVIO DOS CONVITES PARA EAM E CAMS

04 – 05/08: ENVIO DOS CONVITES À EQUIPE DE APOIO PELO PARANACIDADE.

CONFIRMAR:
Horário: conciliar com horário da Reunião Técnica 12
Formato: Híbrido
- Local: Município polo - a confirmar AMUSEP
- Virtual: Transmissão pelo Microsoft Teams
  (Obs: Não é prevista a participação virtual com direito à fala, apenas via formulário)

OBJETIVO:
Capacitação dos técnicos municipais e apresentação preliminar do Produto 04.
**Ressalta-se que esse evento foi unificado com a Reunião Técnica 08 (Workshop preliminar)

PAUTA:
- Retomada das diretrizes e propostas
- Apresentação do recorte metropolitano e seus cenários
- Apresentação dos ônus e bônus do pertencimento metropolitano
- Apresentação dos processos de gestão com impacto na operação municipal
- Debate sobre os processos definidos, usando como referência o fluxo de anuência de Planos Diretores Municipais

Para cada convite é previsto um envio inicial e outro de reforço. Entende-se que o convite inicial pode conter a informação de que o local presencial, no município polo, será definido e informado em sequência.

ATIVIDADES E DEFINIÇÕES

RMs de LONDRINA

2ª Audiência Pública

RML 31/08 (QUARTA-FEIRA)

DIVULGAÇÃO

VALIDAR O PLANEJAMENTO DA ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO

CONFIRMAR:
- 03/08: Retorno sobre o Produto 04.
- 03/08 – 10/08: Centros de Apoio Municipais:
  - Confirmação dos responsáveis pelos Centros de Apoio Municipal (CAMs).
  - Como será feita a mobilização dos responsáveis pelos Centros de Apoio Municipal?
  - Serão os mesmos que na última AP?

RML:
Data: 31/08
Horário: 14h00
Local: Auditório Municipal da Prefeitura - indicação IPPUL

OBJETIVO GERAL:
Apresentar para a população o conteúdo da *Etapa 04 - Definição dos processuais referentes às três FPICs priorizadas.*

PAUTA:
- Modelo Preliminar de Governança Interfederativa Metropolitana;
- Cenários do recorte metropolitano;
- Processuais por FPIC.

ATIVIDADES E DEFINIÇÕES

RM de MARINGÁ

2ª Audiência Pública

RMM 01/09 (QUINTA-FEIRA)

DIVULGAÇÃO
VALIDAR SE SERÁ A MESMA ESTRATÉGIA QUE PARA RM DE LONDRINA

CONFIRMAR:
- 03/08: Retorno sobre o Produto 04.
- 03/08 – 10/08: Centros de Apoio Municipais:
  - Confirmação dos responsáveis pelos Centros de Apoio Municipal (CAMs).
  - Como será feita a mobilização dos responsáveis pelos Centros de Apoio Municipal?
  - Serão os mesmos que na última AP?

RMM:
Data: 01/09
Horário: 14h00
Local: Proposta de local em definição junto ao IPPLAM

OBJETIVO GERAL:
Apresentar para a população o conteúdo da *Etapa 04 - Definição dos processuais referentes às três FPICs priorizadas.*

PAUTA:
- Modelo Preliminar de Governança Interfederativa Metropolitana;
- Cenários do recorte metropolitano;
- Processuais por FPIC.

ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO

RMs de LONDRINA e MARINGÁ

Principais datas de divulgação da Segunda Audiência Pública dos PDUIs das RMs de Londrina e de Maringá

PARANACIDADE	PARANACIDADE		PARANACIDADE		
Definição dos CAMs	Publicação em Diário Oficial	Publicação nos sites dos PDUIs	Disparo dos Convites Oficiais Envio dos materiais para os veículos de comunicação	2° Audiência Pública	Contribuições após a 2° Audiência Pública
entre 03 e 10/agosto (quarta-feira)	11/agosto (quinta-feira)	12/agosto (sexta-feira)	15/agosto (segunda-feira)	RML 31/agosto (quarta-feira) RMM 01/setembro (quinta-feira)	RML 07/setembro* (quarta-feira) RMM 08/setembro* (quinta-feira)

*Confirmar prazo para recebimento de contribuições após o evento.

ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

RMs de LONDRINA e MARINGÁ

- RML 17/08 RMM 18/08 (QUARTA-FEIRA) (QUINTA-FEIRA) — Oficinas Técnicas E4
- RML 31/08 RMM 01/09 (QUARTA-FEIRA) (QUINTA-FEIRA) — 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA E4

DIVULGAÇÃO POR TELEFONE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA E DA OFICINA TÉCNICA DA ETAPA 04

1. Reforço do convite à Oficina Técnica 03
2. Convite e mobilização para a 2ª Audiência Pública
3. Confirmação do responsável e do endereço do CAM do município em questão

P03 F – CONSOLIDAÇÃO DO RECORTE METROPOLITANO

RMs de LONDRINA e MARINGÁ

URBTEC™	PARANACIDADE	URBTEC™
Envio do P03.F	Retorno do P03.F	Publicação do P03.F no site do PDUI
04/agosto (quinta-feira)	09/agosto (terça-feira)	11/agosto (quinta-feira)

RM de CASCAVEL

PDUI

Região Metropolitana de Cascavel

RM de CASCAVEL

Próximos eventos

PRÓXIMOS EVENTOS

RM de CASCAVEL

09/08 TERÇA-FEIRA 14h — WORKSHOP P3

25/08 QUINTA-FEIRA — OFICINA TÉCNICA 2

15/09 QUINTA-FEIRA — 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Confirmar:
- Convite aos participantes
- Envio do documento

ATIVIDADES E DEFINIÇÕES

RM de CASCAVEL

25/08 QUINTA-FEIRA

OFICINA TÉCNICA 2

Capacitação para Diagnóstico, Diretrizes e Propostas

Participantes:
ES, EA, EAM

Formato:
- Semelhante aos demais PDUIs?
- Sugestão: presencial em Cascavel com transmissão online e **participação assíncrona.**

Local:
- **Auditório da Prefeitura de Cascavel** (270 lugares):
  - *disponível apenas na parte da tarde*
- **Auditório da AMOP** (180 lugares):
  - *a verificar disponibilidade*
- **Auditório da ACIC** (208 e 382 lugares):
  - *a verificar disponibilidade*
- **Auditório da UNIOESTE** (404 lugares):
  - *em princípio, disponível para o dia*

Horário:
- Sugestão: 14h00

Divulgação:
- Convite elaborado pela URBTEC™
- Envio para EAMs pela URBTEC™
- Envio para EA pelo PARANACIDADE

Organização do evento – datas importantes:
- **08/08:** Envio dos convites para aprovação.
- **10/08:** Envio dos convites aos participantes.

Municípios:
- Convite para todos participantes do recorte da RM atual (24).
- Reforço para presença dos municípios do Recorte Metropolitano Proposto.
- Convite para Toledo e Ouro Verde do Oeste?

ATIVIDADES E DEFINIÇÕES

RM de CASCAVEL

15/09 QUINTA-FEIRA

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Apresentação P3 para apreciação e contribuições

Participantes:
ES, EA, EAM, Prefeitos, vereadores, representantes municipais, sociedade civil organizada, demais interessados

Formato:
- Presencial em Cascavel – com transmissão para os Centros de Apoio Municipal (CAMs) e **participação síncrona.**

Local:
- **Auditório da Prefeitura de Cascavel** (270 lugares):
  - *disponível apenas na parte da manhã.*
- **Auditório da AMOP** (180 lugares):
  - *a verificar disponibilidade.*
- **Auditório da ACIC** (208 e 382 lugares):
  - *a verificar disponibilidade.*
- **Auditório da UNIOESTE** (404 lugares):
  - *em princípio, indisponível.*

Organização do evento:
- Formação das equipes responsáveis pelos CAMs:
  - Sugestão: mobilização inicial dos responsáveis pelos CAMs por contato do PARANACIDADE.
- Elaboração de estratégia de divulgação URBTEC™.

Datas importantes:
- Publicação do Produto (site) e D.O.: **até 26/08.**
- Definição dos locais dos CAMs: **até 22/08.**

Municípios:
- Convite para todos participantes do recorte da RM atual (24).
- Reforço para presença dos municípios do Recorte Metropolitano Proposto.
- Convite para Toledo e Ouro Verde do Oeste?

RM de CASCAVEL

Cartas de Adesão

CARTAS DE ADESÃO

RM de CASCAVEL

Temos assinatura de 11 municípios

- Dos pertencentes ao **Recorte Metropolitano Proposto**, apenas 2:
  - Corbélia
  - Santa Tereza do Oeste
  - Cascavel
- **Realizar novo esforço para obter assinaturas?**
- **Sugestão:** centralizar cartas já assinadas na pasta compartilhada. Faltantes:
  - Vera Cruz do Oeste
  - Iguatu
  - Matelândia

CARTAS DE ADESÃO

Município	Assinada	Física/Digital	Local do original
Anahy	S	F	URBTEC
Cão Azul	S	F	URBTEC
Corbélia	S	F	Prefeitura
Cascavel	S	F	URBTEC
Iguatu	S	F	SEDU
Ibema do Oeste	S	F	Prefeitura
Jesuítas	S	F	Prefeitura
Lindoeste	S	F	Prefeitura
Matelândia	S	F	Prefeitura
Santa Tereza do Oeste	S	F	URBTEC
Vera Cruz do Oeste	S	F	SEDU
Boa Vista da Aparecida			
Braganey			
Cafelândia			
Campo Bonito			
Capitão Leônidas Marques			
Cascavel			
Catanduvas			
Diamante do Sul			
Formosa do Oeste			
Ibema			
Nova Aurora			
Santa Lúcia			
Três Barras do Paraná			

CRONOGRAMA DE EVENTOS

PDUI

Região Metropolitana de Londrina

PDUI

Região Metropolitana de Maringá

PDUI

Região Metropolitana de Cascavel

CRONOGRAMA DE EVENTOS





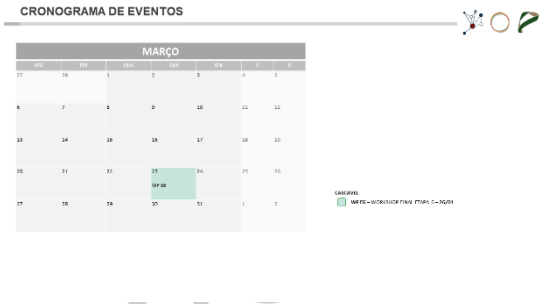












Fonte: URBTEC™, 2022.

VERSÃO PRELIMINAR

8. REUNIÃO TÉCNICA 12 - PREFEITOS

A Reunião Técnica 12 está prevista no Termo de Referência para realização durante a Etapa 05 - Modelo de Governança Interfederativa, contando com a presença dos Prefeitos dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Maringá.

A Reunião foi realizada agosto, no mesmo dia da Reunião Técnica 08 e Oficina Técnica 03. A intenção foi apresentar o conteúdo para os prefeitos e os técnicos simultaneamente, facilitando o debate interno das prefeituras.

Essa articulação foi possível uma vez que o conteúdo técnico previsto em TR para a Reunião Técnica 12 (Modelo Preliminar da Governança Interfederativa) já havia sido contemplado ainda na Etapa 04. Dessa forma, buscou-se também ampliar o debate sobre a governança e apresentá-lo em conjunto com os processos de gestão.

A memória do evento está inclusa neste relatório para assegurar o registro fiel do processo de elaboração do plano, porém será retomada também no Relatório de Atividades 05 por se tratar de uma atividade da Etapa 05, conforme determinado pelo TR.

Data: 18/08/2022

Horário: 09h30

Local: Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (AMUSEP) - Av. Nóbrega, 370 - Zona 04, Maringá - PR, 87014-180

Pauta: Reunião com intuito de apresentar o Ente Interfederativo para os Prefeitos da RMM.

MEMÓRIA DE EVENTO

A reunião com os Prefeitos Municipais da RM de Maringá foi realizada em sessão extraordinária da AMUSEP, contando com a representação também de municípios metropolitanos associados à Associação dos Municípios do Vale do Ivaí (AMUVI), como Jandaia do Sul e Bom Sucesso.

VERSÃO PRELIMINAR

O presidente da Associação e Prefeito do Município de Santa Fé, Sr. Fernando Brambilla, agradeceu a presença de todos e convidou os representantes do PARANACIDADE e da equipe técnica de elaboração do PDUI para fazerem o uso da palavra.

Geraldo Luiz Farias, supervisor do contrato de elaboração do PDUI, agradeceu o espaço cedido pela AMUSEP e a participação dos prefeitos. Na sequência, explanou brevemente sobre o desenvolvimento dos trabalhos, os objetivos do PDUI e a importância da participação efetiva dos gestores municipais.

O Prefeito do Município de Nova Esperança, Sr. Moacir Olivatti, questionou se os municípios que não estão nas regiões metropolitanas seriam contemplados em algum PDUI.

Geraldo Farias respondeu que não, informando os PDUIs que estão em elaboração atualmente. Passou a palavra para o Diretor da URBTEC™, Gustavo Taniguchi, que realizou a apresentação do conteúdo técnico relativo às propostas de delimitação territorial da RM e de governança interfederativa.

O Prefeito do Município de Mandaguaçu, Professor Índio - Sr. Maurício Aparecido da Silva, questionou o diagnóstico apresentado para Mandaguaçu, relatando questões que compreende ser de interesse metropolitano, tais como: o processo de conurbação de Mandaguaçu com o distrito de Iguatemi de Maringá e as diferenças nas normas do programa habitacional Casa Verde e Amarela entre os municípios da RM.

Gustavo Taniguchi argumentou que o diagnóstico apontava, justamente, para a falta de integração dessas políticas na RM e que o município de Mandaguaçu estava contemplado em todas as proposições para delimitação territorial da região.

O Prefeito do Município de Lobato, Sr. Fabio Chicaroli, relatou a dificuldade de conseguir acesso à financiamentos para o saneamento básico pelo pertencimento do município à RM. O Prefeito do Município de Ângulo, Sr. Rogério Aparecido Bernardo, também mencionou situação semelhante ocorrida em seu município. O Prefeito do município de Santa Fé esclareceu que os recursos da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) para saneamento não poderiam ser acessados por municípios metropolitanos.

VERSÃO PRELIMINAR

Fernando Caetano, fiscal do contrato do PDUI da RMM, pontua que a questão do saneamento deverá ser debatida na Microrregião de Saneamento, explanando aos presentes o contexto de criação das microrregiões. Na sequência, retomou o debate sobre a governança metropolitana, destacando a importância da articulação entre os municípios.

O Prefeito do município de Ângulo questionou como seria abordada a gestão dos resíduos sólidos, visto que não está contemplada nas microrregiões.

Fernando Caetano respondeu ao Prefeito que a gestão dos resíduos sólidos está sendo abordada no PDUI, havendo propostas para esse tema.

O Prefeito do município de Ângulo relatou as dificuldades do município para gestão do saneamento básico e na provisão de serviços de transporte coletivo. Pontuou que não estão claras as vantagens e desvantagens da participação do município na RM.

O Prefeito do município de Santa Fé respondeu que esse era o objetivo do debate, que cada município refletisse sobre os aspectos positivos e negativos da participação na RM.

Na sequência, os Prefeitos debateram a questão do saneamento.

Retornando à pauta da reunião, o Prefeito do município de Santa Fé lembrou que deveriam ser abordadas outras questões que os municípios da região não conseguem resolver sozinhos.

O Prefeito do município de Nova Esperança argumentou que as RMs costumavam a ser compostas apenas os municípios lindeiros ao polo, mas que atualmente o recorte territorial abrange mais municípios. Expressou sua preocupação com o aumento do processo burocrático para aprovação de novos parcelamentos do solo e de licenciamentos ambientais.

O Prefeito do município de Mandaguaçu expôs a mesma preocupação que o Prefeito de Nova Esperança, sugerindo que a proposta de funcionamento do novo ente metropolitano tivesse como princípio a desburocratização e simplificação dos processos.

VERSÃO PRELIMINAR

O Prefeito do município de Nova Esperança também citou que tem buscado concentrar a regionalização dos serviços em Maringá, sendo que a sede da regional de educação de Nova Esperança é Paranavaí, por exemplo, enquanto os demais serviços têm sede em Maringá.

O Vice-Prefeito do município de Mandaguari, Sr. João Jorge Marques, relatou que a prefeitura está acompanhando o desenvolvimento do Plano e que o município possui preocupações com novos parcelamentos e com a gestão de resíduos sólidos. Solicitou que a RM seja constituída visando um impacto positivo nos cotidianos das prefeituras, com processos menos burocráticos.

Em concordância, o Prefeito do município de Mandaguaçu ressaltou a importância de que a elaboração do PDUI considere as ações desenvolvidas no âmbito do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão da AMUSEP (PROAMUSEP).

Edgar Silvestre, membro da Equipe de Apoio do PDUI da RMM, ponderou que a RM de Maringá possui uma das melhores delimitações territoriais entre as RMs do Paraná. Reforçou aspectos importantes da região, como a proximidade entre os municípios e a própria existência e operação das Associações de Municípios. Ressaltou a visão de desenvolvimento proposta para a região, contemplando a distribuição de recursos e a maior agilidade na captação de recursos e na realização de ações de interesse regional.

O Prefeito do município de Nova Esperança afirmou não ser contra a RM e que se trata de um tema importante, informando que o município seguirá acompanhando e participando do debate.

O Prefeito do município de Mandaguaçu pontuou que o debate deve ser aprofundado e que as propostas devem potencializar os aspectos positivos de participação na RM.

O Prefeito do município de Nova Esperança se colocou à disposição para a realizar novas reuniões e lembrou aos presentes que o debate também seria realizado junto aos técnicos municipais na Oficina Técnica naquele mesmo dia.

Geraldo Farias descreveu as próximas atividades previstas na elaboração do PDUI, destacando as oportunidades de debate e reforçando a importância da

VERSÃO PRELIMINAR

participação das lideranças políticas, técnicos municipais e da população nos eventos.

Gustavo Taniguchi reforçou a importância do debate continuo para a formulação de uma proposta que atenda aos interesses coletivos e que seja construída de forma participativa.

Edgar Silvestre agradeceu a disponibilidade dos prefeitos e representantes municipais em participarem do evento e à AMUSEP e seu presidente pelo apoio na realização do evento.

O Prefeito do município de Nova Esperança e Presidente da AMUSEP agradeceu a participação de todos e realizou os encaminhamentos da reunião.

Ao final, Geraldo Luiz Farias ressaltou que o objetivo do desenvolvimento do PDUI não é impor aos municípios o planejamento regional, mas construí-lo de forma colaborativa. Solicitou aos participantes que refletissem sobre o conteúdo apresentado e que se manifestassem nos debates, inclusive no caso de dúvidas. Encerrou o evento agradecendo a participação de todos e o espaço cedido pela AMUSEP.

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

Figura 19: Registros da Reunião Técnica 12



Fonte: URBTEC™, 2022.

APRESENTAÇÃO

Figura 20: Apresentação da Reunião Técnica 12



REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL

5

Criação das primeiras regiões metropolitanas pela **União.**

Competência dos **estados.**

Estatuto da metrópole

1973 1988 2015

Determina:

- obrigatoriedade de elaboração do **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)** para Regiões Metropolitanas
- revisão a cada 10 anos

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)

- instrumento utilizado para definir as diretrizes para o **desenvolvimento territorial estratégico** das **Regiões Metropolitanas**
- norteia um processo permanente de planejamento e gestão em busca do desenvolvimento sustentável

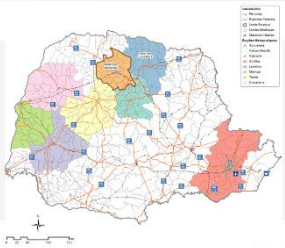
URBTEC

REGIÕES METROPOLITANAS NO PARANÁ

6

A proposta da **Política de Desenvolvimento Urbano e Regional (2017)** define, por conta da implantação do **Estatuto da Metrópole**, a manutenção de quatro Regiões Metropolitanas:

- Cascavel (2015)
- **Londrina (1998)**
- **Maringá (1998)**
- Curitiba (1973)



URBTEC

A REGIÃO METROPOLITANA

7

O que é Região Metropolitana?

Unidade regional instituída pelos Estados, mediante lei complementar, constituída por agrupamento de Municípios limítrofes **para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.**

(Lei Estadual Complementar nº83/1998 e suas alterações)

Região Metropolitana de Maringá
26
municípios

Associação dos Municípios do Entorno do Paranavaí (AMUSEP)
23
MUNICÍPIOS

Associação dos Municípios do Vale do Ivaí (AMIVI)
3
MUNICÍPIOS



URBTEC

FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM

8

FPICs

São as políticas públicas ou ações que não podem ser realizadas por um município de forma isolada.

Devem ser **concebidas de forma conjunta** para efetivar sua gestão.

A partir da formação da Governança Interfederativa novas FPICs podem ser incorporadas à gestão metropolitana, por meio de acordos entre os atores envolvidos.

FPICs PRIORITÁRIAS

MOBILIDADE METROPOLITANA
- Articulação regional dos **sistemas e dos modais**
- Expansão do **sistema viário** visando o desenvolvimento orientado metropolitano

PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO
- Determinação de **Grandes Unidades Regionais**
- Definição das diretrizes do desenvolvimento urbano

MEIO AMBIENTE
- Determinação de **grandes unidades ambientais**
- Identificação das questões comuns na **gestão ambiental** a nível intermunicipal

URBTEC

DESENVOLVIMENTO DO PDUI DA RMM

9

ETAPAS	E1	E2	E3	E4	E5	E6
	Plano de Trabalho e Mobilização	Determinação do Recorte Territorial da Região Metropolitana	Diagnósticos, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias	Definição dos processos relativos às FPICs	Definição do Modelo de Governança Interfederativa Metropolitana	Relatório das Propostas Consolidadas
PRODUTOS	P1	P2	P3	P4	P5	P6
EVENTOS	• Reuniões Técnicas	• Fórum Metropolitano • Reuniões Técnicas	• 1ª Audiência Pública • Reuniões Técnicas	• 2ª Audiência Pública • Reuniões Técnicas	• 3ª Audiência Pública • Reuniões Técnicas	• Conferência Metropolitana • Reuniões Técnicas

EVENTOS REALIZADOS NO PDUI DA RMM

10

EVENTOS PARTICIPATIVOS
29

Objetivo de **apresentar e debater** o **conteúdo**, oportunizando articular atores locais. Os eventos são:
- Fórum Metropolitano;
- Audiências Públicas;
- Oficinas Técnicas.

REUNIÕES TÉCNICAS
14

Apresentam e alinham o andamento dos trabalhos, conforme previstas em TR.

REUNIÕES COMPLEMENTARES
31

Reuniões extras de alinhamento.

TOTAL
74

URBTEC

DESENVOLVIMENTO DA ETAPA 04 E DO RECORTE METROPOLITANO

11

DIAGNÓSTICO metropolitano das três FPICs	SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO – níveis de integração e análise swot	DIRETRIZES E PROPOSTAS METROPOLITANAS	PROCESSOS DE GESTÃO
Levantamento das principais informações da região e entendimento de sua realidade e cenários.	Delimitação dos graus de necessidade do planejamento integrado de cada FPIC e análise de suas potencialidades e desafios.	Concepção de ações para reforçar os aspectos positivos identificados e superar os aspectos adversos.	Definição dos processos operacionais a serem seguidos, em obediência ao Estatuto da Metrópole e de forma a possibilitar a execução das propostas.

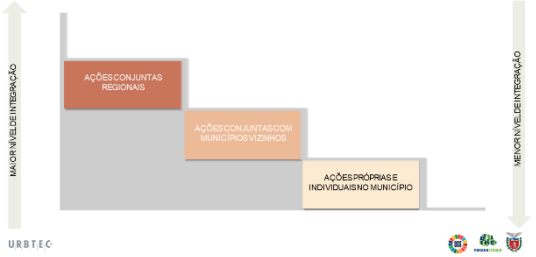
URBTEC

2 RECORTE METROPOLITANO

2.1 DEFINIÇÃO DOS DEGRAUS METROPOLITANOS

METODOLOGIA

14



URBTEC

DEGRAUS METROPOLITANOS

15



CONVENÇÕES
- NUC – Núcleo Urbano Central
- Primeiro Degrau
- Segundo Degrau

URBTEC

NUC – NÚCLEO URBANO CENTRAL

16



- Alto índice de deslocamentos diários entre municípios (movimento pendular);
- Cidades com continuidade urbana (conurbação);
- Elevada integração populacional.

URBTEC

PRIMEIRO DEGRAU

17



- Municípios ao longo do eixo de integração da BR-376;
- Municípios interrelacionados com Maringá.

URBTEC

SEGUNDO DEGRAU

18



- Apesar da significativa relação com o Polo, apresentam menores níveis de integração;
- Municípios mais distantes de Maringá.

URBTEC

2.2 METODOLOGIA RECORTE METROPOLITANO

METODOLOGIA DEFINIÇÃO RECORTE METROPOLITANO

20



URBTEC

INDICADORES PARA O RECORTE METROPOLITANO

21



- Incidência de vias de ligação entre Municípios
- Deslocamentos diários entre Municípios
- Previsão de projetos de relevância intermunicipal

- Continuidade da mancha urbana
- Dependência de comércio e serviço
- Integração e dependência em processos de abastecimento hídrico
- Participação em consórcios intermunicipais

URBTEC

2.3 OPÇÕES DE RECORTE

OPÇÕES DE RECORTE

23

A delimitação e caracterização de uma RM estão atreladas às FPICs, que refletem as realidades e necessidades regionais e demandam políticas públicas de integração.

Nesse sentido a revisão territorial da RMM se faz necessária de forma a garantir que seus limites correspondam às reais necessidades de integração, prezando, consequentemente pela **otimização da gestão Metropolitana.**

A decisão de recorte territorial deverá ser pautada no **debate entre os integrantes** da futura gestão metropolitana.

Para subsidiar esse debate foram elaboradas **três opções de recorte**, considerando a **integração de gestão entre os municípios.**

URBTEC

RECORTE METROPOLITANO - OPÇÃO 01

24

EIXO URBANO DA BR-376



OPÇÃO 01
13
MUNICÍPIOS

ASSINARAM A CARTA DE ADESÃO
08
MUNICÍPIOS

CONVENÇÕES
- Municípios considerados
- Integração da mancha urbana
- Novas centralidades
- Conservação de recursos hídricos
- Eixos logísticos existentes
- Eixos logísticos projetados

VANTAGENS
- Caráter estratégico para ordenamento territorial, sobre áreas de recursos hídricos sensíveis;
- Foco na integração das políticas de mobilidade;
- Alta integração entre os municípios.

DESVANTAGENS
- Diminuição de capacidade do ente metropolitano para atuação em alguns municípios;
- Limitação do papel da RMM de catalisar o desenvolvimento regional de forma ampla.

URBTEC

RECORTE METROPOLITANO - OPÇÃO 02

25

CORREDOR URBANO-AMBIENTAL ENTRE OS RIOS IVAÍ E PIRAPÓ



OPÇÃO 01
21
MUNICÍPIOS

ASSINARAM A CARTA DE ADESÃO
09
MUNICÍPIOS

CONVENÇÕES
Municípios considerados
Integração da mancha urbana
Novas centralidades
Conservação de recursos hídricos
Corredores ambientais
Eixos logísticos existentes
Eixos logísticos projetados

VANTAGENS
- Integração dos municípios ao longo da BR-376 e da PR-317;
- Estratégia de preservação dos recursos hídricos;
- Recuperação da cobertura florestal às margens dos rios Ivaí e Pirapó.

DESVANTAGENS
- Maiores despesas;
- Maior quantidade de processo de gestão;
- Maior número de agentes metropolitanos necessários.

URBTEC

RECORTE METROPOLITANO - OPÇÃO 03

26

CORREDOR URBANO-AMBIENTAL ENTRE OS RIOS IVAÍ E BANDEIRANTES



OPÇÃO 01
26
MUNICÍPIOS

ASSINARAM A CARTA DE ADESÃO
11
MUNICÍPIOS

CONVENÇÕES
Municípios considerados
Integração da mancha urbana
Novas centralidades
Conservação de recursos hídricos
Corredores ambientais
Eixos logísticos existentes
Eixos logísticos projetados

VANTAGENS
- Manutenção da RM atual;
- Gestão regional integrada
- Controle de Uso do Solo sobre áreas de fragilidade ambiental;
- Maior atratividade de investimentos.

DESVANTAGENS
- Maiores despesas;
- Maior quantidade de processo de gestão;
- Maior número de agentes metropolitanos necessários.

URBTEC

3 DIREITOS E OBRIGAÇÕES

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES

28

RECURSOS PÚBLICOS	AUTONOMIA	PLANEJAMENTO
Direitos	**Direitos**	**Direitos**
Acessar **recursos públicos** direcionados às RMs	Participar dos **Conselhos Metropolitanos**	Receber **assessoria técnica** do Ente Metropolitano
Obrigações	**Obrigações**	**Obrigações**
Contribuir com **recursos humanos e materiais** para a gestão da RMM	**Revisar o Plano Diretor Municipal** para atender ao disposto no PDUI	Necessidade de **anuência nos processos de aprovação** do parcelamento do solo
Contribuir com o **Fundo Metropolitano**	**Acatar as decisões do Conselho Metropolitano** - gestão das FPICs	

URBTEC

PROPOSTAS POR FPIC

29

FPIC: MOBILIDADE METROPOLITANA

TEMA: Transporte Público Coletivo Metropolitano

PROPOSTA: Estruturar o transporte coletivo metropolitano, subsidiando – tecnicamente – a definição de uma política tarifária para a região e outras ações para qualificação do transporte coletivo.

FPIC: PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO

TEMA: Integração de informações

PROPOSTA: Estruturação e implantação do sistema de informações metropolitanas, concentrando dados de relevância e facilitando o trâmite de processos metropolitanos.

FPIC: MEIO AMBIENTE

TEMA: Incentivo Ambiental

PROPOSTA: Elaborar e implementar o Programa de Incentivos e Compensações Fiscais voltados à conservação ambiental.

URBTEC

CUSTOS PRELIMINARES

30

Corpo Técnico Preliminar

Diretoria Administrativa	Diretoria Assessoria Gerência Administrativa Financeira Gerência Recursos Humanos Gerência de serviços
Assessoria Jurídica	Consultor Jurídico Assessoria
Diretoria Técnica	Diretoria Assessoria
Técnicos	Técnico em Gestão Ambiental Técnico em Gestão Territorial Técnico em Mobilidade Técnico em Geoprocessamento Técnico em Planejamento Urbano Técnico em Informática Estagiários

Estrutura física Mínima

- Equipamentos e Infraestrutura
- Custos Fixos Estimados (água, luz, internet, etc.)
- Cálculo estimado de **operação anual aproximadamente** R$ 3.000.000,00

4 PRÓXIMOS PASSOS

PRÓXIMOS PASSOS

32

ETAPAS	E1	E2	E3	E4	E5	E6
	Plano de Trabalho e Mobilização	Determinação do Recorte Territorial da Região Metropolitana	Diagnósticos, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias	**Definição dos processos relativos às FPICs**	Definição do Modelo de Governança Interfederativa Metropolitana	Relatório das Propostas Consolidadas
PRODUTOS	P1	P2	P3	P4	P5	P6
EVENTOS	• Reuniões Técnicas	• Fórum Metropolitano • Reuniões Técnicas	• 1ª Audiência Pública • Reuniões Técnicas	• **2ª Audiência Pública** • Reuniões Técnicas	• 3ª Audiência Pública • Reuniões Técnicas	• Conferência Metropolitana • Reuniões Técnicas











Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO PRELIMINAR

9. REUNIÃO TÉCNICA 08 – *WORKSHOP* PRELIMINAR E OFICINA TÉCNICA 03

Data: 18/08/2022

Horário: 13h30

Local: Híbrido

Presencial: AMUSEP – Maringá

Virtual: Videoconferência — Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes:

Presencial: Adriana Gaio, Alan Junior S. de Oliveira, Alexandre O. Gonçalves, Ana Lucia Rodrigues, Ana Paula Kaneko, Aniceia Savi, Barbara Santos, Bruna Fernandes, Camina Rodrigues, Carlos da Silva, Diego Fernandes de Lima, Dioni de Souza Gomes, Edinéia Malagutti, Edson Barbieri, Edson Buzatto, Elisangela O., Evonilda Ap., Fernando D. Caetano, Gabriel Luciano, Gilberto Flavio, Gustavo Siyza, Gustavo Taniguchi, Helton Camargo, Jaime A. Oliveira, Jalex Sandro Pinheiro, João Renato, Laura Granzotto, Letícia Leoni, Letícia Reis, Lissandra Baldissera, Lucas Francisco, Lygia Fernanda, Marcia Amorim, Marcio Custodio, Marcos José, Matheus Rocha, Maria Antonieta T., Patrícia Candido, Paula Souza, Valci Perdomo Da Silva , Rebeca Moedo, Reinaldo da Silva, Samira Elias, Thayná Rafaela, Valter Vassolen, Viviane Bocato e Yohana Mackert.

Virtual: Cezar Augusto Neves, Gustavo Maraldi, Luisa Amorielo, Maria Eduarda Aguiar, Maria Vitoria Cavalotti, Mônica Iamamoto, Nídia Yuri Kurata, Stefhani Miranda e Vinicius.

Pauta: Apresentação para a Equipe de Acompanhamento da Etapa 04

As Reunião Técnica 08 (Workshop) e Oficina Técnica 03 previstas no Termo de Referência (TR) contemplam pautas semelhantes, assim como participantes. Com essa premissa, acordou-se na Reunião Complementar de Coordenação 04 a união dos eventos. As definições dessa reunião são encontradas no Capítulo 5 do presente relatório. O ofício ao

PARANACIDADE para consolidação da união dos eventos encontra-se a seguir:

Figura 21: Ofício ao PARANACIDADE união Reunião Técnica 08 e Oficina Técnica 03

Curitiba, 26 de julho de 2022

OFÍCIO Nº 14/2022

Ilmo. Sr. Geraldo Luiz Farias
Gestor do Contrato Nº 008/2020

Ilmo. Sr. Fernando Caetano
Ilmo. Sr. Glauco Pereira Júnior

Fiscais do Contrato Nº 008/2020

Prezados,

Conforme acordado em Reunião Complementar, realizada no dia 22 de julho de 2022, às 9h, em modelo híbrido (presencial - Palácio das Araucárias e virtual - Plataforma Microsoft Teams), solicitamos a consolidação das Atividades 15 e 16 da Etapa 04, referentes à *Reunião Técnica 08 (Workshop)* e *Oficina 03*, considerando:

- A similaridade das pautas das reuniões de acordo com o Termo de Referência

  Reunião Técnica 08: Para apresentação, em workshop, da versão preliminar do Produto 04, contendo as análises de como os municípios integrantes da RM tratam sua gestão e quais seriam as mudanças necessárias ao interesse metropolitano. Deverá definir as propostas de como a gestão, em espacial das 03 (três) FPICs deverá ser tratada no nível intermunicipal / metropolitano e quais as responsabilidades e custos de cada um dos seus integrantes municipais na futura Governança Interfederativa Metropolitana). (Termo de Referência, página 82)

  Oficina Técnica 03: Apresentação do Produto 04, especificamente para as Funções Públicas Comuns de: Planejamento Territorial e Uso e Ocupação do Solo Metropolitano; Mobilidade Metropolitana e Meio Ambiente... (Termo de Referência, página 83)

- A similaridade nos participantes de acordo com o Termo de Referência;

  Reunião Técnica 08: ES; EA.(Termo de Referência, página 82)
  Oficina Técnica 03: EA; EAM. (Termo de Referência, página 83)

- O cronograma atual de Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Maringá;
- Período escasso de divulgação e mobilização dos participantes.

A Consultoria propõe a realização do Evento Unificado no dia 18 de agosto de 2022. Ressaltamos que, conforme solicitação do Termo Referência o conteúdo dos eventos demanda publicação antecipada, para consulta dos participantes. Portanto, tento em vista a data proposta,

o *Produto 04 - Definição de processos referentes às FPICs priorizadas*, deve ser publicado no dia 11 de agosto de 2022.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos.

Cordiais saudações,

Gustavo Taniguchi
Diretor Executivo da URBTEC™

Fonte: URBTEC™, 2022

MEMÓRIA DE EVENTO

Edgar Silvestre, representante do Escritório Regional do PARANACIDADE em Maringá, deu início ao evento cumprimentando os participantes e agradecendo os presentes. Ressaltou a relevância da participação ativa municipal no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM) e passou a palavra ao fiscal do contrato do PDUI da RMM, também representante do PARANACIDADE, Fernando Caetano.

Fernando agradeceu novamente os presentes e ratificou a importância dos eventos participativos na construção colaborativa e interfederativa da gestão metropolitana. Em seguida, solicita que os participantes se apresentem.

Após a apresentação dos participantes, o Diretor da Consultoria URBTEC™ e especialista na área de mobilidade do PDUI da RMM, Gustavo Taniguchi, deu início à pauta técnica do evento.

Gustavo contextualizou a presente Etapa 04 do PDUI da RMM e o objetivo do evento, de colher contribuições acerca dos processos de gestão metropolitana, assim como sobre a delimitação territorial a ser considerada. Em seguida conceituou o futuro Ente Interfederativo, a ser criado em prol da administração da Região.

Seguiu apresentando a configuração territorial atual da RMM, junto às opções de revisão desse recorte e sua metodologia de concepção. Indica, ainda, os direitos e as obrigações municipais implicados no pertencimento metropolitano, assim como exemplos de propostas de interesse regional.

Em sequência, Gustavo explanou os processos de gestão das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) priorizadas que terão início a partir do acionamento do Ente Metropolitano, por parte dos municípios e exemplificou o processo de acompanhamento e anuência dos Planos Diretores Municipais (PDM).

Após, contextualizou as próximas etapas do PDUI e reforçou o convite à 2ª Audiência Pública, agendada para 1º de setembro. Apresentou também o cálculo preliminar dos custos operacionais do futuro órgão metropolitano.

Ao final da apresentação, Gustavo abriu o espaço de contribuições.

Fernando solicita que as opções do recorte metropolitano e seus critérios de definição sejam retomados, para subsidiar o debate.

Gustavo, então, volta à essa temática, detalhando os indicadores e a visão estratégica considerada nas opções.

A vereadora do município de Maringá, Professora Ana Lúcia Rodrigues, toma a palavra e comenta a necessidade de considerar a integração pela ótica das FPICs na delimitação territorial metropolitana, e que o pertencimento metropolitano, ou não, deve ser pautado em indicadores que reflitam essa integração. Questiona, ainda, se o PDUI já planeja um movimento regional para a integração dos Municípios e se isso foi pensado como metodologia para a geração das opções de recorte metropolitano.

Gustavo, agradece a contribuição da Vereadora, e em resposta, indica que podem ser consideradas mais FPICs na definição da delimitação territorial. As FPICs priorizadas na elaboração do PDUI não são limitantes e podem ser ampliadas, conforme a necessidade for identificada.

Bárbara Santos Garcia, engenheira de Itambé questiona sobre a FPIC de Mobilidade Metropolitana. Pauta em sua fala sobre a migração sazonal dos habitantes do município de Itambé para Maringá, e como esse deslocamento será afetado com o Município de Itambé no segundo degrau metropolitano, se haverá alguma mudança tanto no preço da passagem quanto na infraestrutura dedicada.

Gustavo, em resposta, comenta que nem todos os municípios do recorte metropolitano são abrangidos nas três FPICs priorizadas. Exemplifica a gestão consorciada do Transporte Metropolitano, que não necessariamente envolve a totalidade metropolitana.

Bárbara cita que o município de Itambé tem alta dependência no que diz respeito à integração do transporte metropolitano e argumenta, que essa realidade não está refletida nos degraus metropolitanos anteriormente apresentados.

Gustavo explica que a metodologia de determinação dos degraus metropolitanos não se baseia exclusivamente em dados de mobilidade, mas sim em demais indicadores de integração referentes às FPICs de Uso do Solo e Meio Ambiente. Nesse sentido, Itambé, para a FPIC de Mobilidade demonstra maior

VERSÃO PRELIMINAR

necessidade de integração, no entanto, para as demais FPICs a realidade não é a mesma.

Em seguida, Luiz Hayakawa, integrantes da Consultoria da URBTEC™ e Coordenador Geral do PDUI da RMM, defende a necessidade de considerar na delimitação territorial da Região a visão estratégica de futuro, a partir de projetos e planos de grande porte, e de relevância regional. Cita, como exemplo, o planejamento logístico nacional.

Adriana Gaio, representante do escritório regional do PARANACIDADE em Maringá e integrante da Equipe de Apoio (EA) do PDUI da RMM, questiona como os arranjos territoriais já identificados pelo IBGE são considerados na metodologia de determinação do recorte.

Gustavo responde que os dados oficiais foram considerados para a avaliação da RM, e contribuem para a definição de qual é a integração metropolitana atual. No entanto, conforme a fala anterior, a delimitação metropolitana deve considerar também a visão estratégica de futuro, a partir de diretrizes e propostas de impacto regional.

Um dos participantes comenta acerca da anuência de parcelamentos urbanos. Cita o exemplo do município de Mandaguari, em que são comuns loteamentos conflituantes com áreas ambientais. Questiona se a entidade metropolitana contribuirá tecnicamente nesse processo, auxiliando, por exemplo na articulação com os órgãos ambientais competentes.

Cita ainda a problemática do Transporte Público Coletivo, atualmente com frequência incompatível com a demanda municipal.

Em resposta, Gustavo explica que o Ente Metropolitano atuará sim na aprovação desses tipos de loteamentos, apoiando tecnicamente o município na imposição de maiores restrições nesse caso. Quanto à temática do transporte, Gustavo contextualiza que essa é uma problemática nacional e comenta que a entidade metropolitana poderá contribuir para a gestão mais eficiente do transporte, no entanto, para isso é necessário considerar as formas de subsídio envolvidas e, portanto, um Plano específico para definição dessas questões deve ser elaborado.

VERSÃO PRELIMINAR

Letícia Leoni Zaguine, Diretora da Revisão do Plano Diretor de Maringá e representante do IPPLAM, questiona como será articulado o debate técnico e político na determinação do recorte territorial. Pergunta, ainda, quem terá a atribuição de instituir esse Ente Metropolitano.

Gustavo retoma o recorte técnico e comenta que conforme apontado pelo PDUI, todos os municípios atualmente pertencentes à RMM são considerados relevantes para a gestão das FPICs priorizadas. Cita que a determinação do recorte não é unicamente técnica e deve passar pelo debate político, a ser discutido extensivamente.

Fernando, complementa a fala de Gustavo, e ratifica a necessidade do debate múltiplo acerca do recorte. Afirma que o recorte será discutido junto à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), que votará sua configuração final, os debates visam justamente subsidiar essa votação.

João Renato Antoniazi, representante do município de Mandaguaçu, cita a questão de definição de Zonas Especiais de Habitação de Interesse Social (ZEIS), e questiona se essa situação será abordada em nível metropolitano.

Gustavo comenta a elaboração do Macrozoneamento Metropolitano, proposto na Etapa 03 do PDUI. Explica que o macrozoneamento servirá como norteador do uso do solo metropolitano, contribuindo para a instalação de áreas específicas. Esclarece, que a efetividade disso se dará a partir da compatibilização entre os Planos Diretores Municipais e o PDUI.

Lucas Francisco Rodrigues Tognato, Geógrafo do Município de Mandaguari, e integrante da Equipe de Acompanhamento Municipal (EAM) do PDUI da RMM, cita as determinações das áreas de interesse de conservação dos recursos hídricos, apresentadas em macrozoneamento e nas opções de recorte. Questiona qual o efeito que essas áreas terão sobre os municípios em que incidem, além disso pergunta como se dará a compensação por serviços ambientais e afins.

Gustavo retoma o macrozoneamento metropolitano e cita que as áreas de conservação de recursos hídricos devem seguir no município as diretrizes e os parâmetros de ocupação definidos no PDUI como, por exemplo, manutenção de menores densidades habitacionais nessas áreas. Quanto ao Pagamento por Serviços

VERSÃO PRELIMINAR

Ambientais, cita que a princípio haverá uma Câmara Técnica de Meio Ambiente interna ao Ente Metropolitano, que coordenará as definições necessárias junto aos órgãos ambientais competentes.

Juliano Sapatini, Secretário de Obras e Urbanismo do município de Cambira questiona como está sendo considerada Metrópole Paraná Norte, em que abrange as RMs de Londrina e Maringá, além de Apucarana.

Fernando responde e comenta a relevância de considerar a visão macro da Metrópole Paraná Norte. Cita o aspecto político da divisão entre as Regiões Metropolitanas e explica que o PDUI é pautado nas diretrizes e propostas da Metrópole Paraná Norte.

Luiz complementa a fala de Fernando e comenta que a visão estratégica do recorte metropolitano, citada anteriormente, considera justamente as diretrizes em questão e a forte integração entre as Regiões.

Letícia Borges dos Reis, representante do município de Munhoz de Mello, argumenta que em sua opinião técnica é relevante a manutenção do município na Região, em especial por conta da necessidade de suporte técnico, decorrente da incidência de áreas de fragilidades ambientais sobre o município. Comenta também a aprovação de aeródromos em municípios vizinhos e o Munhoz de Mello foi notificado pela Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) sobre as restrições a serem seguidas, questiona se a Entidade Metropolitano auxiliará o município em questões como essa.

Gustavo comenta que o futuro ente contribuirá para a articulação do município com os demais órgãos e instituições em questão, para que possa defender suas demandas tecnicamente.

A vereadora Ana Lúcia comenta que o recorte atual da RMM tem significativa conotação política e que sua revisão deve conciliar a visão política e técnica. Explica que isso é possível a partir da promoção do processo participativo e cita a relevância da participação da sociedade civil. Defende a ampliação da participação.

Explica, ainda, que interesses exclusivos de municípios específicos não devem pautar o Ente Interfederativo, que se atentará às demandas relevantes ao

VERSÃO PRELIMINAR

território metropolitano. Quanto à Metrópole Paraná Norte, defende que legalmente e politicamente tem pouca relevância.

Na ausência de mais contribuições, Gustavo agradece a participação de todos, reforça o canal aberto de comunicação no site do PDUI (www.pduimaringa.com.br) e convida todos, novamente, à 2ª Audiência Pública.

Fernando contextualiza o papel dos técnicos municipais de difundir a discussão metropolitana em seus municípios. Retoma importância de que os municípios com interesse no pertencimento metropolitano firmem à Carta de Adesão ao PDUI.

Geraldo Luiz Farias, gestor do contrato do PDUI da RMM e representante do PARANACIDADE, retoma a reunião técnica junto aos Prefeitos, realizada no mesmo dia, pela manhã e reforça a necessidade de aliar a contribuição técnica à política no subsídio aos debates de constituição da Governança Metropolitana. Convida todos a avaliarem e consultarem os documentos técnicos elaborados no decorrer do desenvolvimento do PDUI e disponibilizados no site do Plano.

Reforça, a importância dos Centros de Apoio Municipais, em prol da realização da 2ª Audiência Pública do PDUI da RMM e da participação ativa municipal no evento. Agradece novamente a presença de todos e encerra o evento.

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE PRESENÇA

Figura 22: Lista de Presença Evento Presencial da Reunião Técnica 08 e Oficina Técnica 03

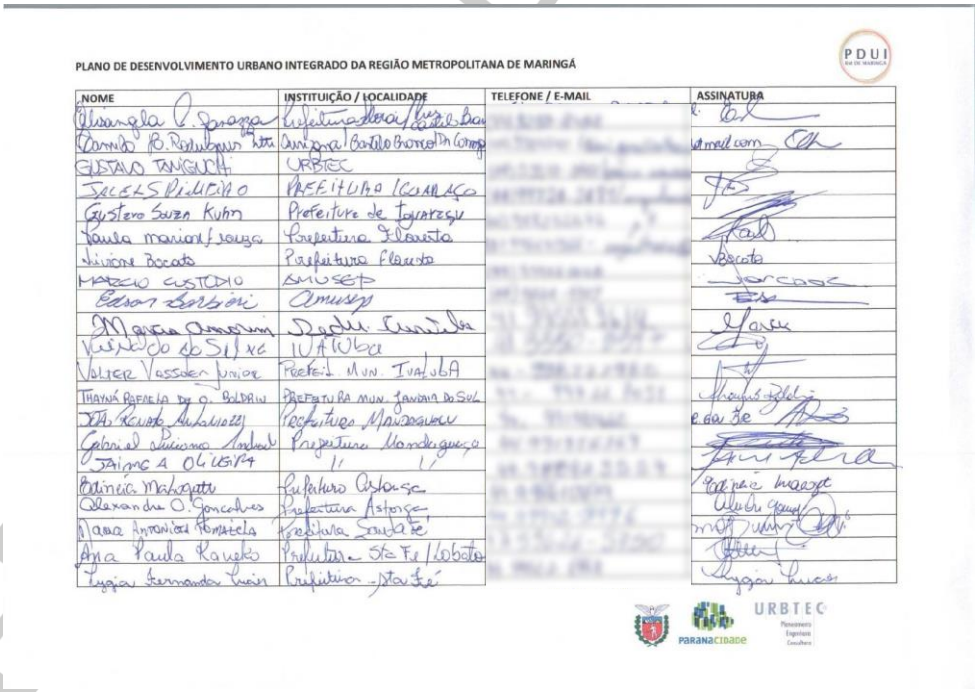


PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EVENTO: 3ª Oficina técnica ETAPA: E4 DATA: 18 / 08 / 22

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
Samira Elias	IPPLAM		
LAURA GRANZOTTO	IPPLAM / MARINGÁ		
ANICEIA SAVI	AMUSEP		
Adriana Maria Candido	Prof mandaguaçu		
Adriana de S.R. Faria	PARANACIDADE - ~~FR~~ MGA		

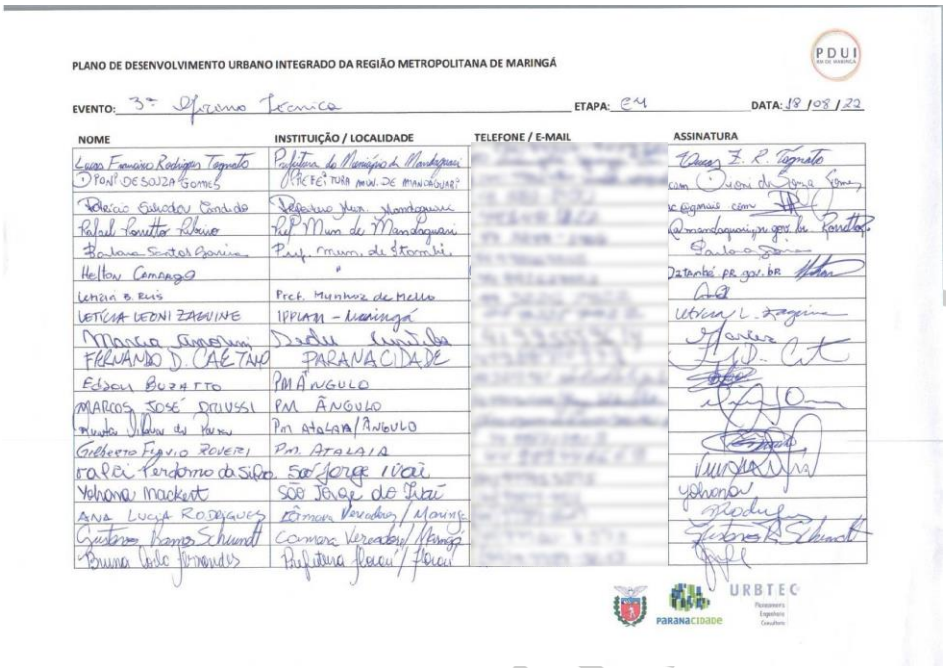
URBTEC PARANACIDADE



PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
Alexandra P. Zanoza	Prefeitura Mun. Cambé-Bar		
Danilo R. Rodrigues	Amusep/ Cambé-Bratac-Dr Camp		e mail com
GUSTAVO TANIGUTI	URBTEC		
JACELE SILVERIO	PREFEITURA IGUARAÇU		
Gustavo Souza Kuntz	Prefeitura de Ivaiporã		
Paula maria f souza	Prefeitura Floresta		
Silvone Bocato	Prefeitura Floresta		Bocato
MARCIO CUSTODIO	AMUSEP		
Edson Barbosa	Amusep		
Marcia Amorim	Depto. Turismo		
VINICIUS DA SILVA	IVAIPORÃ		
Valter Vassoler Junior	Prefeit. Mun. Ivaiporã		
THAYNÁ PEREIRA DE O. BOLDRIN	PREFEITURA MUN. JANIÓPOLIS		
[illegible]	Prefeitura Marialva		
Gabriel Silvano Andrade	Prefeitura Mandaguaçu		
JAIME A OLIVEIRA	11 11		
Aniceia Mahagatte	Prefeitura Astorga		
Alexandre O. Gonçalves	Prefeitura Astorga		
Maria Aparecida Fonseca	Prefeitura Santa Fé		
Ana Paula Ranieli	Prefeitura - Sta Fé / Lobato		
Ingrid Fernanda Luiz	Prefeitura - Sta Fé		

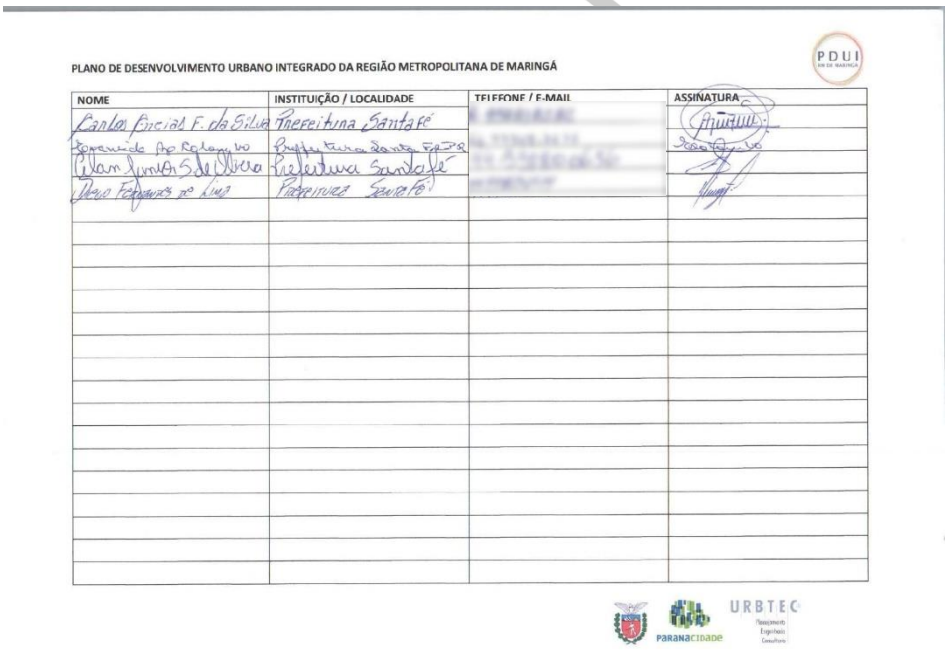
URBTEC PARANACIDADE



PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EVENTO: 3ª Oficina Técnica ETAPA: E4 DATA: 18/08/22

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
Lucas Fonseca Rodrigues Tognato	Prefeitura do Município de Mandaguaçu		
Paloma Souza Gomes	PREFEITURA MUN. DE MANDAGUAÇU		
Fabrício Estevão Candido	Prefeitura Mun. Mandaguaçu		
Rafael Fonseca Ribeiro	Pref Mun de Mandaguaçu		
Bárbara Santos Barbosa	Pref. Mun. de Iporã		
Helton Camargo			
Lenzia B. Reis	Pref. Municipal de Mello		
LETICIA LEONI ZANINE	IPPLAN - Maringá		
Marcia Simoes	Dados Sumidos		
FERNANDO D. CAETANO	PARANACIDADE		
Edson Buzatto	PM ÂNGULO		
MARCOS JOSÉ DALUSSI	PM ÂNGULO		
Nunes Maria da Penha	PM ATALAIA/ÂNGULO		
Gilberto Flavio Roveri	PM. ATALAIA		
Rafael Ferdinando da Silva	São Jorge do Ivaí		
Yohonna Mackert	SÃO JORGE DO IVAÍ		
ANA LUCIA RODRIGUES	Câmara Vereadores / Maringa		
Cristiano Ramos Schmidt	Câmara Vereadores/ Maringá		
Bruna Leite Fernandes	Prefeitura Floraí / Floraí		



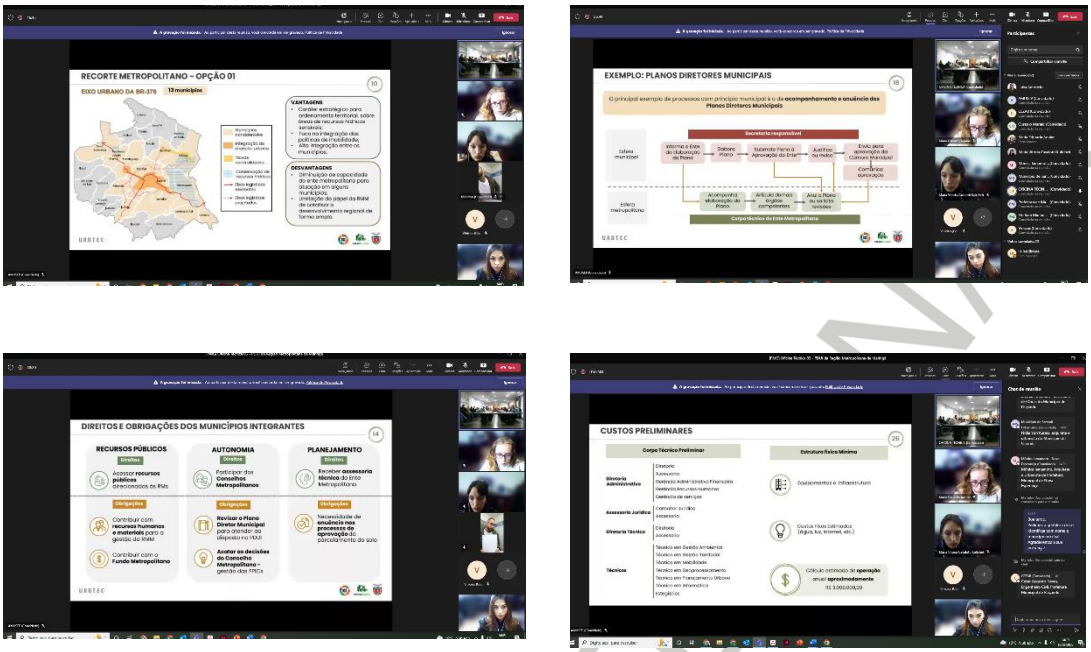
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
Carlos Vinicius F. da Silva	Prefeitura Santa Fé		
Represente do Rafael Ivo	Prefeitura Santa Fé		
Ilson Gomes S. de Oliveira	Prefeitura Santa Fé		
Mario Fernandes de Lima	Prefeitura Santa Fé		

Fonte: URBTEC™, 2022

REGISTROS

Figura 23: Registros Virtual da Reunião Técnica 08 e Oficina Técnica 03



Fonte: URBTEC™, 2022.

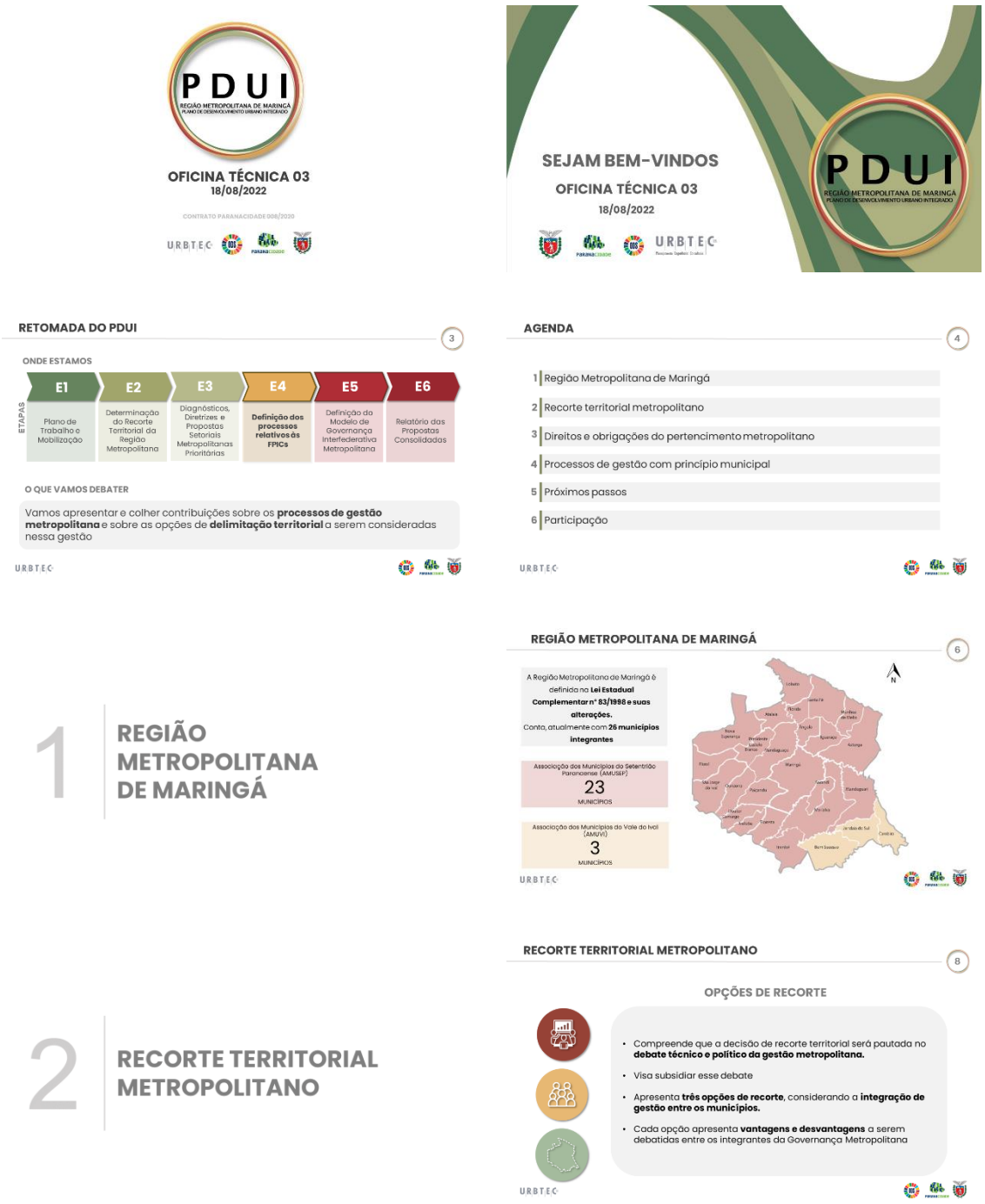
Figura 24: Registros Presencial da Reunião Técnica 08 e Oficina Técnica 03



Fonte: URBTEC™, 2022.

APRESENTAÇÃO

Figura 25: Apresentação da Oficina Técnica 03



METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DAS OPÇÕES DE RECORTE

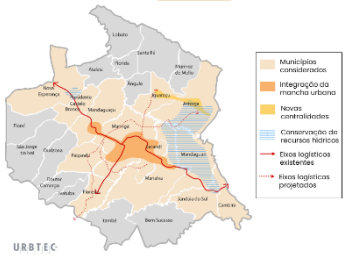
9



RECORTE METROPOLITANO - OPÇÃO 01

10

EIXO URBANO DA BR-376 13 municípios



VANTAGENS
- Caráter estratégico para ordenamento territorial, sobre áreas de recursos hídricos sensíveis;
- Foco na integração das políticas de mobilidade;
- Alta integração entre os municípios.

DESVANTAGENS
- Diminuição de capacidade do ente metropolitano para atuação em alguns municípios;
- Limitação do papel da RMM de catalisar o desenvolvimento regional de forma ampla.

RECORTE METROPOLITANO - OPÇÃO 01

12

CORREDOR URBANO-AMBIENTAL ENTRE OS RIOS IVAÍ E BANDEIRANTES 26 municípios



VANTAGENS
- Manutenção da RM atual;
- Gestão regional integrada
- Controle de Uso do Solo sobre áreas de fragilidade ambiental;
- Maior atratividade de investimentos.

DESVANTAGENS
- Maiores despesas;
- Maior quantidade de processo de gestão;
- Maior número de agentes metropolitanos necessários.

4 DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PERTENCIMENTO METROPOLITANO

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES

14

RECURSOS PÚBLICOS

Direitos
- Acessar **recursos públicos** direcionados às RMs

Obrigações
- Contribuir com **recursos humanos e materiais** para a gestão da RMM
- Contribuir com o **Fundo Metropolitano**

AUTONOMIA

Direitos
- Participar dos **Conselhos Metropolitanos**

Obrigações
- **Revisar o Plano Diretor Municipal** para atender ao disposto no PDUI
- **Acatar as decisões do Conselho Metropolitano** - gestão das FPICs

PLANEJAMENTO

Direitos
- Receber **assessoria técnica** do Ente Metropolitano

Obrigações
- Necessidade de **anuência nos processos de aprovação** do parcelamento do solo

URBTEC

EXEMPLOS DE PROPOSTAS DE INTERESSE REGIONAL

15

FPIC: MOBILIDADE METROPOLITANA

TEMA: Transporte Público Coletivo Metropolitano

PROPOSTA: Estruturar o transporte coletivo metropolitano, subsidiando – tecnicamente – a definição de uma política tarifária para a região e outras ações para qualificação do transporte coletivo.

FPIC: PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO

TEMA: Integração de informações

PROPOSTA: Estruturação e implantação do sistema de informações metropolitanas, concentrando dados de relevância e facilitando o tramite de processos metropolitanos.

FPIC: MEIO AMBIENTE

TEMA: Incentivo Ambiental

PROPOSTA: Elaborar e implementar o Programa de Incentivos e Compensações Fiscais voltados à conservação ambiental.

URBTEC

3 PROCESSOS DE GESTÃO COM PRINCÍPIO MUNICIPAL

PROCESSOS DE GESTÃO COM PRINCÍPIO MUNICIPAL

17

Processos de gestão com princípio municipal são aqueles que **tem início a partir do acionamento do Ente Metropolitano por parte dos municípios.**

MOBILIDADE METROPOLITANA
- Acompanhamento e anuência de **Planos de Mobilidade Municipais**

PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO
- Anuência prévia de **parcelamentos urbanos**
- Solicitação de **consultas prévias** de viabilidade de uso e ocupação, conforme critérios de interesse metropolitano
- **Anuência de Planos Diretores Municipais**, em prol da compatibilização do planejamento municipal com diretrizes metropolitana

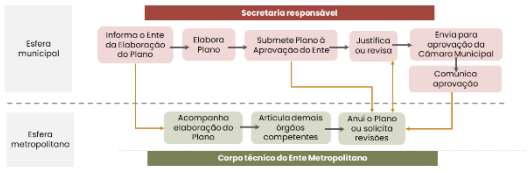
MEIO AMBIENTE
- Indicação e orientação de **áreas de conservação, preservação e de interesse ambiental metropolitano**

URBTEC

EXEMPLO: PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

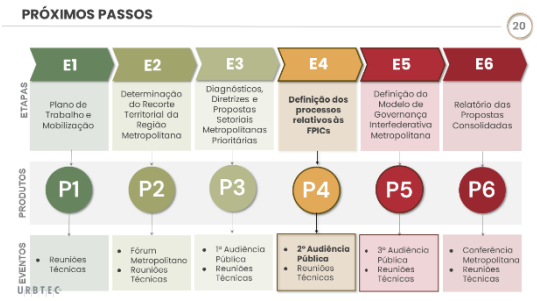
18

O principal exemplo de processos com princípio municipal é o de **acompanhamento e anuência dos Planos Diretores Municipais**



URBTEC

5 PRÓXIMOS PASSOS



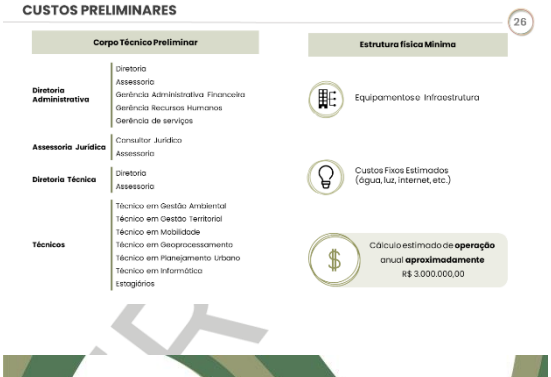






6 PARTICIPAÇÃO









Fonte: URBTEC™, 2022.

10. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 06 - IPPLAM

Data: 01/09/2022

Horário: 09h30

Local: IPPLAM

Participantes: Alexandre S. Simas, Bruna Barbosa Barroca, Bruno T. C. Rigon, Edgar Silvestre, Eduardo Pizzolim, Fernando D. Caetano, Geraldo Farias, Glauco Pereira, Gustavo Taniguchi, Laura Granzotto, Letícia Leoni, Maria Eduarda Aguiar, Natalia B. R. Gentilin e Samira Silva.

Pauta: Reunião com intuito de debater a Etapa 04.

MEMÓRIA DE EVENTO

Fernando Caetano, representante do PARANACIDADE e fiscal do contrato de elaboração do PDUI da RMM, deu início à reunião, contextualizando a pauta acerca dos processos de gestão da Governança Metropolitana. Ressaltou a relevância do aprofundamento do conteúdo do Produto 04 junto ao IPPLAM, em especial no que tange à definição do recorte metropolitano e o processo específico de anuência prévia de parcelamentos urbanos, assim como a própria composição da Governança.

Fernando questiona à Bruna Barroca, diretora presidente do IPPLAM, qual sua opinião acerca do recorte metropolitano. Em resposta, Bruna cita a AMUSEP, e sua composição como referência para o recorte, visto que a articulação entre seus integrantes municipais é significativa.

Edgar Silvestre, representante do escritório regional do PARANACIDADE em Maringá, concorda. Em adendo, Bruna cita a relevância de considerar a porção política da decisão do recorte e cita a possibilidade de manter o recorte territorial atual da RMM – dado pela Lei Estadual Complementar n° 83/1998.

Laura Granzotto, representante do IPPLAM, cita a problemática de aderência municipal resultante da falta de uma entidade metropolitana atualmente, e consequentemente o impacto sobre a visão metropolitana por parte dos municípios. Comenta também a relevância de manter o diálogo com os demais municípios da RMM.

Bruna questiona como se deu a reunião junto aos Prefeitos Municipais, na AMUSEP. Geraldo Luiz Farias, representante do PARANACIDADE e gestor do contrato de elaboração do PDUI da RMM, responde que houve resistência por parte de alguns Prefeitos, no entanto, com as explicações técnicas a temática metropolitana foi melhor aceita.

Letícia Leoni, representante do IPPLAM, ressalta o anseio dos técnicos, evidenciado na Oficina Técnica 03, em especial sobre os processos de gestão, dada a dificuldade de muitos municípios de administrá-los por conta do corpo técnico reduzido. Frisa a relevância de espacializar as estratégias metropolitanas, citando o exemplo do macrozoneamento.

Gustavo Taniguchi, diretor executivo da Consultoria URBTEC™, responde, citando a necessidade de retorno do IPPLAM em relação às últimas versões do Macrozoneamento Metropolitano Proposto.

Fernando questiona como será o detalhamento dos limites e consequentemente das definições das macrozonas. Gustavo responde que o macrozoneamento metropolitano tem caráter orientativo de usos, servindo como referência para a definição de parâmetros específicos por parte dos municípios em seus Planos Diretores.

Inicia-se a discussão acerca da modalidade jurídica do futuro Ente Metropolitano e a dificuldade de executar as determinações do Estatuto da Metrópole. Gustavo comenta a modalidade atual de Consórcios, capaz de assumir o caráter interfederativo.

Bruna cita a necessidade de envolver o Estado na Governança Metropolitana, como figura de suporte aos municípios. Reforça também a importância de flexibilizar as exigências metropolitanas, em especial no que se refere ao uso do solo, oportunizando o diálogo entre a Instâncias do Ente e os municípios, levando em consideração as especificidades municipais. Comenta que essa flexibilização é relevante já no momento de constituição da entidade, como fomento à aderência metropolitana.

Fernando introduz a questão da contribuição financeira municipal e a participação do Estado no rateio inicial de custos. Bruna e Edgar comentam a

VERSÃO PRELIMINAR

necessidade desse aporte inicial do Estado, que pode ser reduzido gradativamente. Edgar comenta ainda, que dado o valor estimado de custo operacional – 3 milhões de reais ao ano – e a participação estadual inicial, acredita que não haveria problemas na aderência municipal, mesmo com a necessidade de contribuição financeira.

Ao final do debate, Gustavo reforça a necessidade de revisão do Macrozoneamento Metropolitano Proposto por parte do IPPLAM. Geraldo, Bruna e Gustavo comentam a necessidade de definir o recorte metropolitano junto aos municípios e formalizá-lo em proposta, antes de submetê-lo à aprovação da Assembleia Legislativa Estadual.

Bruna coloca o IPPLAM a disposição para auxílio no aprofundamento das discussões.

Bruno Rigon, representante do IPPLAM, questiona como se deu a identificação dos compartimentos comuns entre os municípios, citando a importância da articulação do Estado na resolução de possíveis divergências identificadas.

Em resposta, Fernando comenta que a decisão passa pela Governança como um todo, não somente a partir da figura do Estado. Laura comenta que o Estado terá o papel organizador e deliberativo, articulando a debate municipal.

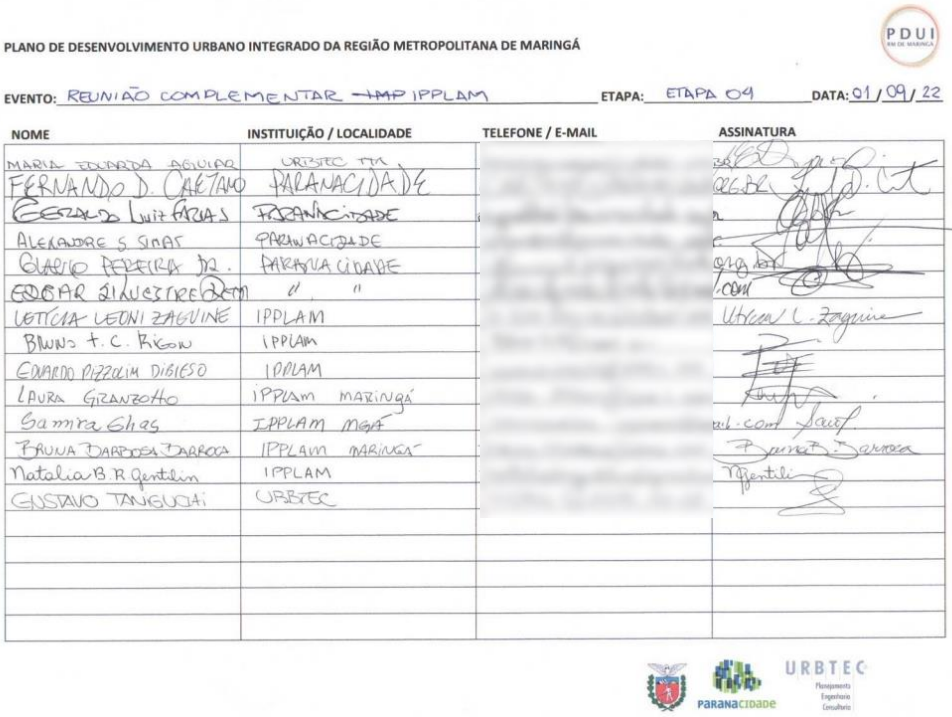
Edgar comenta que alguns Prefeitos relataram dificuldade de arrecadar recursos, por conta do pertencimento metropolitano, mas que ao longo do desenvolvimento do PDUI compreenderam melhor as vantagens desse pertencimento.

Ao final da reunião, Geraldo agradeceu a participação de todos.

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE PRESENÇA

Figura 26: Lista de Presença Evento Presencial Reunião Técnica Complementar 06



PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EVENTO: REUNIÃO COMPLEMENTAR – IMP IPPLAM ETAPA: ETAPA 04 DATA: 01/09/22

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
MARIA EDUARDA AGUILAR	URBTEC PR		
FERNANDO D. CAETANO	PARANACIDADE		
CESAR LUIZ FARIAS	PARANACIDADE		
ALEXANDRE S. SINAY	PARANACIDADE		
CLARIO PEREIRA DR.	PARANACIDADE		
EDGAR SIQUEIRA BOM	" "		
LETICIA LEONI ZAGUINE	IPPLAM		
BRUNO T. C. RIGON	IPPLAM		
EDUARDO PIZZOLIM DIGIESO	IPPLAM		
LAURA GIRANZOTTO	IPPLAM MARINGÁ		
Samira Elias	IPPLAM MGA		
BRUNA BARBOSA BARBOSA	IPPLAM MARINGÁ		
Natalia B. R. Gentilin	IPPLAM		
GUSTAVO TANIGUCHI	URBTEC		

Fonte: URBTEC™, 2022.

REGISTROS

Figura 27: Registros da Reunião Técnica Complementar 06









Fonte: URBTEC™, 2022.

11. SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

11.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Segunda Audiência Pública do PDUI da Região Metropolitana de Maringá ocorreu em 1º de setembro de 2022. O evento teve como objetivo apresentar à população da Região Metropolitana os resultados preliminares da Etapa 04 de elaboração do Plano, referente aos processos de gestão metropolitana, assim como a possibilidades de Recorte Territorial implicadas nesses processos. O evento objetivou, ainda, oportunizar a participação dos envolvidos – em especial da sociedade civil – colhendo subsídios para o aprimoramento do conteúdo apresentado.

O formato da Segunda Audiência Pública ocorreu em conformidade com as determinações do PARANACIDADE, já adotadas na realização da Primeira Audiência Pública do Plano. Na ocasião foram consideradas as determinações da Lei Federal 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole) e as orientações do Ministério Público do Paraná, a partir do Ofício Circular nº 005/2021. Assim, foram instalados 25 Centros de Apoio Municipais (CAMs) nos municípios que compõem a RM de Maringá (conforme Lei Complementar 83/1998 e alterações).

Os CAMs foram instalados com o objetivo de viabilizar o acompanhamento e participação da população municipal na Segunda Audiência Pública, por meio da plataforma Zoom. Cada CAM foi sediado em um local público dos municípios em questão. Sua gestão, organização e operação foram de responsabilidade de representantes municipais designados. Os representantes foram orientados por membros do Escritório Regional do PARANACIDADE e pela equipe de Consultoria, em especial a partir do envio do Manual de Instalação e Coordenação dos Centros de Apoio Municipais. (Vide Anexo 17.1.1).

A ata da Segunda Audiência Pública do PDUI da Região Metropolitana de Maringá foi desenvolvida até o presente momento com o levantamento da documentação enviada pelos Centros de Apoio Municipal. Ressalta-se que há municípios que ainda não enviaram seus registros para inserção nesse documento.

Ademais, foi levantada a participação de 21 Centros de Apoio Municipais no evento, sendo que apenas os municípios de Doutor Camargo, Lobato, Nova

VERSÃO PRELIMINAR

Esperança e Presidente Castelo Branco não foram identificados na plataforma Zoom. Os registros da realização e das participações da Segunda Audiência Pública podem ser consultados a seguir.

11.2. ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A 2ª. Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM) foi iniciada pelo mestre de cerimônias, que agradeceu a presença e a participação de todos e realizou o chamamento dos membros para compor a mesa de autoridades. Foram chamados à mesa o Analista de Desenvolvimento Municipal do PARANACIDADE e Supervisor do contrato de elaboração do PDUI da RM de Maringá, Geraldo Luiz Farias, o Vice-reitor da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Ricardo Dias Silva; o Prefeito de Mandaguaçu, Professor Índio – Sr. Maurício Aparecido da Silva; a Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá (IPPLAM), Bruna Barroca; o Coordenador do PDUI da RM de Maringá, o arquiteto urbanista Luiz Hayakawa; e o Fiscal do contrato do Plano, o arquiteto urbanista Fernando Domingues Caetano. Na sequência, foi registrada a presença do Diretor Executivo da Equipe de Consultoria URBTEC™, Gustavo Taniguchi, e demais autoridades participantes no evento sede e nos Centros de Apoio Municipal.

O evento foi aberto oficialmente pelo senhor Geraldo Farias, que também agradeceu a presença de todos os participantes na sessão pública. Geraldo Farias pontuou que o evento em questão compõe um trabalho técnico desenvolvido com ampla participação para elaboração de proposta de uma governança interfederativa, envolvendo a região metropolitana de Maringá.

A Presidente do IPPLAM, Bruna Barroca, afirmou que a iniciativa representa o avanço e o fortalecimento dos municípios da região metropolitana. Destacou que todos devem ter consciência da importância do PDUI, em especial na busca de recursos que favorecem o planejamento e a ação dos municípios.

O coordenador do PDUI RM de Maringá, Luiz Hayakawa, afirmou que a consolidação da RM se trata de um grande desafio para os municípios, em especial no que tange à criação do novo ente interfederativo que será responsável pela gestão dos interesses comum no nível metropolitano. Segundo Hayakawa, trata-se

VERSÃO PRELIMINAR

de um trabalho que está apenas começando, mas que conta com grandes contribuições, tanto de técnicos, quanto gestores e população, e que todos devem estar juntos em busca da construção coletiva para criar e decidir o destino dessa importante região do Paraná.

A seguir, foi lido por Geraldo Farias o regulamento que versa sobre a realização da Segunda Audiência Pública (vide Anexo 0).

No momento seguinte, foi desfeita a mesa de autoridades e, na sequência, o Diretor da URBTEC™, Gustavo Taniguchi, iniciou a apresentação técnica referente o conteúdo da *Etapa 04 – Definição de Processos Referentes às Três FPICs Priorizadas* nos seguintes temas: 1) Planejamento, Uso e Ocupação do solo; 2) Mobilidade Metropolitana; e 3) Meio Ambiente. O Diretor apresentou para a audiência de todos os municípios da RM de Maringá e para todos os interessados que acompanham a sessão na modalidade presencial e virtual.

Taniguchi explanou que a sua apresentação consistiria em demonstrar, entre outras informações, do que se trata o PDUI da Região Metropolitana; o Recorte Territorial Metropolitano; a Governança Metropolitana; os Processos de Gestão Metropolitana. Lembrou que os próximos passos do plano seriam retomados antes do momento de participações e contribuições. O Diretor da URBTEC™ apresentou um histórico da criação das regiões metropolitanas no Brasil e no Paraná. Explanou o objetivo principal do PDUI e apresentou as FPICs consideradas prioritárias no desenvolvimento do estudo. Discorreu sobre as temáticas de Mobilidade Metropolitana; Planejamento Territorial e Uso do Solo, e as questões do Meio Ambiente. Descreveu as etapas já concluídas do processo e apresentou as próximas fases que ainda estão previstas ao longo do plano.

Taniguchi retomou todos os atores envolvidos no processo e os eventos já realizados. São também apresentados os objetivos, considerando as expectativas e atribuições dos municípios, além das instâncias envolvidas com a governança metropolitana. Gustavo Taniguchi detalhou as propostas para o Recorte Territorial Metropolitano, apresentando três opções de recorte com base no estudo técnico feito até o estágio atual do Plano. Explicou que cada opção tem vantagens e desvantagens e seguiu demonstrando a fundamentação do estudo, que considerou: arcabouço legal; caráter orçamentário, jurídico-institucional; colaboração da

VERSÃO PRELIMINAR

sociedade; diagnóstico regional; planejamento estratégico, gestão e debates participativos.

Taniguchi apresentou a primeira opção para o Recorte Metropolitano, configurado com 13 municípios que compõem o chamado Eixo Urbano da BR-376. Na segunda opção, participariam 21 municípios para formar o que se chama Corredor Urbano-Ambiental entre os Rios Ivaí e Pirapó. Já na terceira opção chamada Corredor Urbano-Ambiental entre os Rios Ivaí e Bandeirantes são considerados os 26 municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Maringá.

Na sequência, o Diretor da URBTEC™ apresentou quais seriam os direitos e obrigações de cada município integrante ao Recorte Metropolitano, considerando recursos públicos; autonomia e processos de planejamento. No momento seguinte, Taniguchi exemplificou propostas de interesse regional, dentro das temáticas prioritárias de mobilidade metropolitana, planejamento territorial e uso e ocupação do solo, e meio ambiente, e explanando como isso pode ser considerado com a atuação da governança metropolitana, com três instâncias e um sistema integrado para alocação de recursos, sendo uma instância deliberativa, outra técnico-consultiva e, por fim, uma outra executiva.

Gustavo Taniguchi abordou a proposta do Sistema Integrado de Alocação de Recursos para administrar o Fundo Metropolitano, seguindo a sua composição por rubricas e interação para aprovações e solicitações de movimentações. Foram apresentados os principais processos de gestão metropolitana para as três FPICs prioritárias e alguns exemplos de processo de gestão, como para anuência pelo ente metropolitano de Planos Diretores e Planos de Mobilidade, entre outros. Ao final, Gustavo Taniguchi destacou a importância da criação do órgão interfederativo para a gestão metropolitana e encerrou a apresentação técnica.

As regras para a participação foram lidas pelo mestre de cerimônias e, assim, foi iniciado o momento de participações e contribuições, conduzidas pelo Diretor da URBTEC™, Gustavo Taniguchi.

O primeiro a se manifestar foi o Prefeito de Mandaguaçu, Professor Índio, que sugeriu a desburocratização dos processos, dando como exemplo as situações dos loteamentos urbanos que precisam da anuência de vários órgãos. Mencionou o

VERSÃO PRELIMINAR

receio de que a existência de mais uma instância para análises possa tornar ainda mais burocrático esse processo. Solicitou um maior envolvimento do comitê de bacias hidrográficas no PDUI da RM de Maringá, o qual, segundo ele, tem grande importância e poderia dar valiosas contribuições. O prefeito de Mandaguaçu também sugeriu uma especial atenção para o uso e parcelamento do solo em áreas rurais. Questionou sobre à formalização em relação a legislação que venha favorecer as áreas de lazer e chácaras de recreio, e ainda pediu por uma harmonização entre os municípios metropolitanos, em especial sobre as questões habitacionais e recursos provenientes da União.

A segunda manifestação foi realizada pelo vice-reitor da UEM, Ricardo Dias Silva, que concordou com a necessidade de se criar um ente para coordenação e gestão das questões metropolitanas. Em relação à mobilidade, ele solicitou uma maior integração do transporte metropolitano, lembrando que Maringá é um centro educacional muito importante e que a questão do transporte coletivo recai no aumento da evasão escolar, situação que, segundo o vice-reitor, deve ser minimizada para dar melhores condições para os deslocamentos dos estudantes. Ricardo Dias Silva também sugeriu a ampliação do compartilhamento dos investimentos públicos com os municípios de pequeno porte, favorecendo a melhor distribuição de recursos. Por fim, expôs a dificuldade que os municípios têm para executarem os Planos de Mobilidade e Planos Diretores, sugerindo que o ente metropolitano poderia apoiar os municípios no desenvolvimento de planos e projetos urbanísticos.

No que diz respeito ao transporte coletivo e à mobilidade urbana, Gustavo Taniguchi concordou serem grandes desafios a serem viabilizados no âmbito metropolitano. Gustavo complementou pontuando que, para isso, é necessário discutir questões relativas ao conforto, competição e custeio, que ajudam a viabilizar a necessidade do transporte metropolitano e que são pontos que devem ser amplamente debatidos com diferentes atores.

O Fiscal do contrato do PDUI RM Maringá, Fernando Domingues Caetano, afirmou que o PARANACIDADE trabalha com linhas de financiamento voltados para o desenvolvimento urbano dos municípios, que incluem investimentos na malha viária, mobilidade, calçadas, e apoio técnico para o desenvolvimento de Planos de

VERSÃO PRELIMINAR

Mobilidade e Plano Diretor. Fernando Caetano destacou a importância de ouvir gestores e a população para compreender as demandas específicas de cada local e que algumas questões de interesse comum podem ser tratadas no âmbito metropolitano. Pontuou que há de se considerar as opções de recorte metropolitano para o fortalecimento dos municípios que participam de cada opção, necessitando ouvir as demandas dos municípios, em especial daqueles que ocupam a periferia desse recorte. Por fim, solicitou mais explicações sobre a proposta de macrozoneamento metropolitano.

A vereadora de Maringá - Professora Ana Lúcia Rodrigues - concordou sobre a necessidade de haver o planejamento metropolitano e que o mesmo se torne uma realidade, com construção da governabilidade do território. Ela destacou que outros municípios que não estão incluídos na territorialização metropolitana devem participar do processo, podendo contribuir com informações que vão ajudar no desenvolvimento da governança da região.

Em relação à proposta de macrozoneamento metropolitano, Gustavo Taniguchi indicou a localização da macrozona de articulação urbana e explanou sua diferença com a macrozona de consolidação urbana, que ocorre nas sedes urbanas dos municípios. Explicou que a macrozona de estruturação de novas centralidades é formada pelo corredor de Iguaraçu-Astorga e que pode ser futuramente uma alternativa de ligação com a RM de Londrina. Tratou sobre a macrozona de ocupação controlada, que estaria situada em locais em que são necessários maiores cuidados para o uso e ocupação do solo. Pontuou que a macrozona rural é importante na RM de Maringá em virtude das atividades relacionadas ao agronegócio na região. Apontou as áreas de proteção, em especial próximas ao Rio Pirapó e áreas de mananciais, que devem ser consideradas no planejamento metropolitano. Por fim, apresentou a macrozona aeroportuária, argumentando sobre sua importância para ampliar as potencialidades para o desenvolvimento econômico da região.

O Coordenador do PDUI RM Maringá, Luiz Hayakawa, tratou da importância do Aeroporto de Maringá, sendo esse um equipamento que favorece a logística e o crescimento dos municípios da região. Segundo ele, o entorno do Aeroporto poderia ser ocupado por empresas de logística, contribuindo com a economia e a competitividade regional. Lembrou que os traçados previstos para a Ferrovia Norte-

VERSÃO PRELIMINAR

Sul estão próximos ao Aeroporto, sendo uma oportunidade para o desenvolvimento socioeconômico de toda região. Nesse sentido, o arquiteto urbanista defendeu que os municípios não podem atuar individualmente e devem debater em conjunto as questões de interesse comum em nível metropolitano.

Antes de passar a palavra para a Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá (IPPLAM), Bruna Barroca, Gustavo Taniguchi registrou que, por meio de mensagem enviada pelo chat da plataforma Zoom, os técnicos dos municípios de Itambé e de São Jorge do Ivaí manifestaram a intenção de permanecer na Região Metropolitana.

Bruna Barroca solicitou, em observância à macrozona de controle de ocupação, cautela nas definições em nível metropolitano para que não haja interferência da RM em aspectos próprios aos municípios.

A senhora Beatriz Fleury Silva, Professora do curso de arquitetura e urbanismo da UEM, afirmou haver necessidade de criar uma simbiose entre o polo Maringá e os município de seu entorno. Parabenizou a iniciativa de elaboração do PDUI da RM de Maringá, destacando a expectativa de concretização das ações debatidas. Ressaltou a importância de que sejam definidos o recorte territorial metropolitano e a participação dos municípios na RM com clareza. Dessa forma, argumentou ser possível o fortalecimento das vocações de cada município, a ampliação das relações intermunicipais e a consolidação de um projeto metropolitano, com base na cooperação e coordenação de ações que possam dar suporte aos municípios, em especial para os de pequeno porte.

Gustavo Taniguchi agradeceu as participações, concordando que há dificuldades para o desenvolvimento de projetos nos municípios. Não havendo novos inscritos para participação, Taniguchi finalizou o momento destinado ao debate e às contribuições.

Na sequência, para o encerramento da sessão, o Analista do PARANACIDADE Geraldo Farias agradeceu a todos que auxiliaram na realização da audiência e reiterou o convite para que gestores e população participem dos próximos eventos do plano. Ressaltou que o PARANACIDADE está aberto para atender todos os interessados, garantido que a ampla participação no processo de planejamento e nas definições sobre o futuro da Região Metropolitana de Maringá.

VERSÃO PRELIMINAR

Geraldo Farias encerrou oficialmente o evento e passou a palavra para o mestre de cerimônias, que agradeceu a participação de todos e finalizou a sessão.

VERSÃO PRELIMINAR

11.3. APRESENTAÇÃO

Figura 28: Apresentação da Segunda Audiência Pública



PROCEDIMENTOS 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 9

DA REALIZAÇÃO DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A participação nos Centros de Apoio Municipal (CAM) também garante direito à fala e será realizada por meio da plataforma *Zoom*.

A relação dos CAMs disponibilizados, contendo seus respectivos endereços e responsáveis, foi disponibilizada a partir de **12 de agosto de 2022** no *site* oficial: www.pduimaringa.com.br/audiencia; no *site* oficial da SEDU www.consultapublica.sedu.pr.gov.br e do PARANACIDADE www.paranacidade.org.br.

O acompanhamento transmissão ao vivo se dará pela plataforma *Youtube*, a partir do canal: www.bit.ly/PDUI-RMM.

Poderão ser encaminhadas contribuições acerca da Segunda Audiência Pública, até 7 (sete) dias corridos após a realização do evento, a partir do *site* oficial.

PROCEDIMENTOS 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 10

DA PARTICIPAÇÃO NO MUNICÍPIO SEDE

O número de participantes está limitado à capacidade de lotação máxima do local, 150 (cento e cinquenta) lugares. O preenchimento dessas vagas se dará a partir da ordem de chegada.

Esse limite é passível de alterações em decorrência de eventuais atualizações nas exigências estaduais e municipais de segurança sanitária.

No início do evento os participantes deverão identificar-se com documento oficial aos colaboradores do evento para registro de sua presença.

PROCEDIMENTOS 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 11

DA PARTICIPAÇÃO NO MUNICÍPIO SEDE

Aqueles com interesse em vocalizar seu questionamento, crítica ou contribuição deverão se inscrever até às 15h20.

A inscrição para fala será realizada mediante assinatura da lista de inscrições, disponível junto aos colaboradores do evento.

Os inscritos serão chamados por ordem de assinatura para se dirigirem ao microfone.

Não há limite no número de inscritos para fala.

Será reservado apenas um tempo de fala de 2 min (dois minutos) por inscrito.

Quando próximo a esse limite, um dos colaboradores do evento sinalizará ao participante a necessidade de concluir sua fala.

PROCEDIMENTOS 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 12

DA PARTICIPAÇÃO NO MUNICÍPIO SEDE

Àqueles que não tenham interesse em manifestar-se verbalmente, serão disponibilizadas fichas para contribuições por escrito, conforme modelo em anexo (Anexo I).

As fichas de contribuição serão recolhidas pelos colaboradores do evento e respondidas em relatório, a ser disponibilizado no *site* do PDUI: www.pduimaringa.com.br

PROCEDIMENTOS 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 13

ANEXO I - FICHA DE CONTRIBUIÇÃO


DATA: __/__/__

NOME: _____

E-MAIL: _____ TELEFONE: _____

DÚVIDAS/CRÍTICAS/SUGESTÕES: _____

URBTEC PDUI paranacidade

PROCEDIMENTOS 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 14

DA PARTICIPAÇÃO NOS CENTROS DE APOIO MUNICIPAL (CAM)

Em cada município da RMM, a parte do município sede, será instalado um CAM aberto ao público.

O número de participantes está limitado à capacidade de lotação máxima do CAMs. O preenchimento dessas vagas se dará a partir da ordem de chegada.

A relação dos CAMs disponibilizados, contendo seus respectivos endereços e responsáveis, será disponibilizada a partir de **12 de agosto de 2022** no site oficial: www.pduimaringa.com.br/audiencia

A disponibilização e organização da dinâmica dos CAMs são de responsabilidade de seus respectivos municípios. A cada CAM será designado um representante municipal que administrará a sessão de acompanhamento e de participação na Segunda Audiência Pública.

No início do evento os participantes deverão identificar-se com documento oficial ao responsável do CAM para registro de sua presença.

Cada CAM terá acesso ao evento a partir da plataforma *Zoom*, por onde o evento será transmitido ao vivo.

PROCEDIMENTOS 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 15

DA PARTICIPAÇÃO NOS CENTROS DE APOIO MUNICIPAL (CAM)

No momento de contribuições, aqueles com interesse de fala deverão informar o responsável pelo CAM, que encaminhará no *chat* do *Zoom* o nome completo dos respectivos inscritos, em conformidade com a ordem de inscrição.

As contribuições serão limitadas ao tempo de 2 (dois) minutos estabelecido na programação da Audiência Pública, e os inscritos serão chamados para fala de acordo com a ordem de inscrição.

PROCEDIMENTOS 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 16

DA PARTICIPAÇÃO NOS CENTROS DE APOIO MUNICIPAL (CAM)

Garantindo a participação ativa de todos os municípios da RMM, a chamada dos participantes se dará de forma alternada, sendo chamado um participante de cada CAM por vez.

A chamada dos participantes será previamente alertada no *chat* do *Zoom*. O responsável pelo CAM deverá acompanhar o *chat* e alertar o participante em questão para que se prepare

Quando próximo ao limite de fala estipulado, um novo alerta será encaminhado no chat da plataforma. Caso o limite seja ultrapassado, o microfone do CAM será desabilitado.

PROCEDIMENTOS 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 17

DA PARTICIPAÇÃO NOS CENTROS DE APOIO MUNICIPAL (CAM)

Aqueles que não tenham interesse em vocalizar sua contribuição poderão encaminhá-la no *site* do PDUI em até 7 (sete) dias corridos após o evento: www.pduimaringa.com.br/audiencia. As contribuições recebidas serão respondidas em relatório, a ser disponibilizado no referido *site*.

PROCEDIMENTOS 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 18

DO ACOMPANHAMENTO VIRTUAL

A Segunda Audiência Pública será transmitida ao vivo a partir da plataforma *Youtube*, com acesso pelo canal oficial do Plano:

A transmissão via *Youtube* é aberta e poderá ser acompanhada por qualquer interessado a partir do acesso ao canal supracitado.

O acompanhamento da transmissão não viabiliza o direito a fala a partir da plataforma *Youtube*. As contribuições poderão ser encaminhadas pelo *site*: www.pduimaringa.com.br/audiencia

A gravação da transmissão também será disponibilizada no *site*, junto à ata oficial do evento, em até 5 dias úteis após a realização da Segunda Audiência Pública.

PROCEDIMENTOS 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 19

DA PROGRAMAÇÃO

A Segunda Audiência Pública terá início às 14h00, com a seguinte programação prevista:

14h00 – 14h15	Identificação e entrada dos participantes presenciais.
14h15 – 14h30	Abertura do evento.
14h30 – 15h20	Apresentação Técnica.
15h20 – 16h25	Participações (presenciais e remotas).
16h25 – 16h30	Encerramento do evento.

As estimativas de duração da programação podem sofrer alterações conforme o decorrer do evento

PROCEDIMENTOS 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 20

DA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

A 2ª Audiência Pública será declarada aberta e seguirá com a apresentação técnica da Equipe Consultora.

Ao término da apresentação, será aberto espaço para perguntas e contribuições dos participantes no município sede e Centros de Apoio Municipais.

Respeitando o disposto neste documento, o cerimonial irá anunciar a ordem de fala dos participantes.

PROCEDIMENTOS 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 21

DA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

A participação com direito à fala será ordenada em rodadas.

A cada rodada será priorizada a fala de um participante por Centro de Apoio Municipal, visando a participação equitativa dos municípios no evento.

A fala dos participantes por Centro de Apoio Municipal será organizada conforme ordem de inscrição junto ao responsável pelo CAM.

Os inscritos terão 2min (dois minutos) para realizar suas contribuições com direito à fala.

Não haverá tempo para réplicas ou tréplicas.

PROCEDIMENTOS 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 22

DA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

O tempo definido para as contribuições será de até 01h05 (uma hora e cinco minutos), cabendo ao Coordenador, caso necessário, prorrogá-lo por mais 10 (dez) minutos.

Finalizado o tempo previsto, as perguntas e as contribuições restantes serão respondidas em relatório, a ser publicado no *site* www.pduimaringa.com.br

Após o momento de participações com direito à fala, serão feitas as considerações finais e será encerrada a 2ª Audiência Pública do PDUI da Região Metropolitana de Maringá.

O envio de perguntas sobre a 2ª Audiência Pública poderá ser feito a partir do site (www.pduimaringa.com.br/audiencia), antes de sua realização e em até 7 (sete) dias corridos após a sua realização.

PROCEDIMENTOS 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 23

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Equipe Consultora lavrará em até 8 (oito) dias úteis a ata da respectiva Audiência Pública e a encaminhará à Equipe de Supervisão, permanecendo uma cópia de seu arquivo digital à disposição dos interessados no *site*: www.pduimaringa.com.br/audiencia

AGENDA 24

1 O que é o PDUI e a Região Metropolitana?
2 Recorte Territorial Metropolitano
3 A Governança Metropolitana
4 Processos de gestão metropolitana
5 Próximos passos
6 Participação

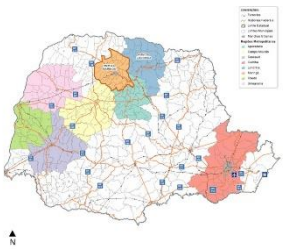
URBTEC

1 O QUE É O PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO (PDUI)?

REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL 26



REGIÕES METROPOLITANAS NO PARANÁ 27



A proposta da **Política de Desenvolvimento Urbano e Regional (2017)** define, por conta da implantação do **Estatuto da Metrópole**, a manutenção de quatro Regiões Metropolitanas:

- Cascavel (2015)
- Curitiba (1973)
- Londrina (1998)
- **Maringá (1998)**

A REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ 28

O que é Região Metropolitana?

Unidade regional instituída pelos Estados, mediante lei complementar, constituída por agrupamento de Municípios limítrofes **para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.**

(Lei Federal nº 13.089/2015 – Estatuto da Metrópole)

26
MUNICÍPIOS INTEGRANTES



FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM 29

FPICs

São as políticas públicas ou ações que não podem ser realizadas por um município de forma isolada.

Devem ser **concebidas de forma conjunta** para efetivar sua gestão.

Orientam o desenvolvimento metropolitano, e consequentemente **a gestão da Região**.

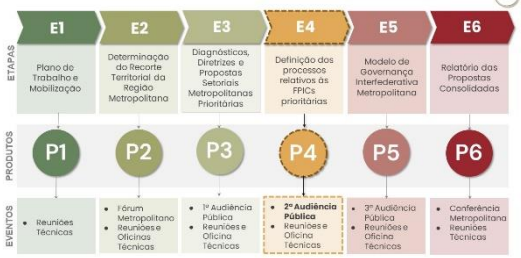
FPICs PRIORITÁRIAS

MOBILIDADE METROPOLITANA
- Articulação regional dos **sistemas e dos modais**
- Expansão do sistema viário visando a integração das malhas viárias dos municípios

PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO
- Determinação de **grandes unidades regionais**
- Definição das diretrizes do desenvolvimento urbano

MEIO AMBIENTE
- Determinação de **grandes unidades ambientais**
- Expansão do sistema viário visando a integração das malhas viárias dos municípios

DESENVOLVIMENTO DO PDUI 30



EQUIPES 31

EQUIPE DE APOIO
- Representantes regionais
- Técnicos do município polo
- Representantes das Associações de Municípios integrantes da RM

EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL
- Técnicos municipais de cada município da RM
- Representantes da sociedade civil dos municípios da RM

EQUIPE URBTEC™
- Equipe técnica da empresa de Consultoria



EQUIPE DE SUPERVISÃO
- Técnicos do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

SOCIEDADE CIVIL
- Representantes do terceiro setor
- Movimentos Sociais
- ONGs
- Associações de Municípios
- Sindicatos
- Conselhos
- Instituições de Ensino Superior
- População em geral

URBTEC

EVENTOS REALIZADOS 32

EVENTOS PARTICIPATIVOS 29

Eventos que oportunizam a apreciação, participação e debate dos diversos atores envolvidos na construção do conteúdo técnico por etapa, tais como:
- Fórum Metropolitano;
- Audiências Públicas;
- Oficinas Técnicas.

REUNIÕES TÉCNICAS 14

Têm por objetivo o alinhar o andamento dos trabalhos entre as equipes de consultoria, de supervisão e de apoio.

REUNIÕES COMPLEMENTARES 31

Reunião extras de alinhamento e/ou com atores específicos

TOTAL 74

URBTEC

EVENTOS PARTICIPATIVOS REALIZADOS 33



URBTEC

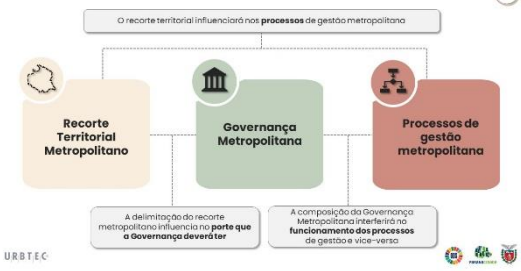
OBJETIVOS DO PDUI 34

PDUI
Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado



URBTEC

RELAÇÃO DE CONTEÚDO 35



URBTEC

2 RECORTE TERRITORIAL METROPOLITANO

RECORTE TERRITORIAL METROPOLITANO 37

- A **revisão territorial** da RM garante que seus limites correspondam às reais necessidades de integração, prezando, consequentemente pela **otimização da gestão metropolitana**
- A decisão de recorte territorial será pautada no **debate técnico e político da gestão metropolitana**
- É preciso subsidiar esse debate
- Para tanto, foram elaboradas **três opções de recorte**, considerando a **integração da gestão entre os municípios, com base nas FPICs**
- Cada opção apresenta **vantagens e desvantagens** a serem debatidas

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO – OPÇÕES DO RECORTE METROPOLITANO 38



RECORTE METROPOLITANO – OPÇÃO 01

39

EIXO URBANO DA BR-376



OPÇÃO 01

13

MUNICÍPIOS

VANTAGENS

- Caráter estratégico para ordenamento territorial, sobre áreas de recursos hídricos sensíveis;
- Foco na integração das políticas de mobilidade;
- Alta integração entre os municípios.

DESVANTAGENS

- Diminuição de capacidade do ente metropolitano para atuação em alguns municípios;
- Limitação do papel da RMM de catalisar o desenvolvimento regional de forma ampla.

RECORTE METROPOLITANO – OPÇÃO 02

40

CORREDOR URBANO-AMBIENTAL ENTRE OS RIOS IVAÍ E PIRAPÓ



OPÇÃO 02

21

MUNICÍPIOS

VANTAGENS

- Integração dos municípios ao longo da BR-376 e da PR-317;
- Estratégia de preservação dos recursos hídricos;
- Recuperação da cobertura florestal às margens dos rios Ivaí e Pirapó.

DESVANTAGENS

- Maiores despesas;
- Maior quantidade de processo de gestão;
- Maior número de agentes metropolitanos necessários.

RECORTE METROPOLITANO – OPÇÃO 03

41

CORREDOR URBANO-AMBIENTAL ENTRE OS RIOS IVAÍ E BANDEIRANTES



OPÇÃO 03

26

MUNICÍPIOS

VANTAGENS

- Manutenção da RM atual;
- Gestão regional integrada
- Controle do Uso do Solo sobre áreas de fragilidade ambiental;
- Maior atratividade de investimentos.

DESVANTAGENS

- Maiores despesas;
- Maior quantidade de processo de gestão;
- Maior número de agentes metropolitanos necessários.

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES

42

	RECURSOS PÚBLICOS	AUTONOMIA	PROCESSOS DE PLANEJAMENTO
Direitos	Acessar **recursos públicos** direcionados às RMs	Participar dos **Conselhos Metropolitanos**	Receber **assessoria técnica** do Ente Metropolitano
Obrigações	Contribuir com **recursos humanos e materiais** para a gestão da RMM	**Revisar o Plano Diretor Municipal** para atender ao disposto no PDUI	Necessidade de **anuência nos processos de aprovação** do parcelamento do solo
	Contribuir com o **Fundo Metropolitano**	**Acatar as decisões do Conselho Metropolitano** - gestão das FPICs	

EXEMPLOS DE PROPOSTAS DE INTERESSE REGIONAL

43

FPIC: MOBILIDADE METROPOLITANA

TEMA: Transporte Público Coletivo Metropolitano

PROPOSTA: Estruturar o transporte coletivo metropolitano, subsidiando – tecnicamente – a definição de uma política tarifária para a região e outras ações para qualificação do transporte coletivo.

FPIC: PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO

TEMA: Integração de informações

PROPOSTA: Estruturação e implantação do sistema de informações metropolitanas.

FPIC: MEIO AMBIENTE

TEMA: Incentivo Ambiental

PROPOSTA: Elaborar e implementar o Programa de Incentivos e Compensações Fiscais voltados à conservação ambiental.

URBTEC

3 GOVERNANÇA METROPOLITANA

DIAGNÓSTICO – ATUAÇÕES REGIONAIS ATUAIS

45



URBTEC

EXEMPLOS ATUAÇÕES REGIONAIS ATUAIS

46

	FPIC DE MOBILIDADE	FPIC DE USO DO SOLO	FPIC DE MEIO AMBIENTE
UNIÃO	Elaboração da **Política Nacional de Mobilidade Urbana**	Políticas e normas nacionais de **desenvolvimento urbano**	Elaboração de políticas nacionais para a **gestão de resíduos sólidos**
ESTADO	Gestão do **transporte intermunicipal coletivo** (metropolitano e rodoviário)	Criação das **Regiões Metropolitanas**	Coordenação e planejamento de ações para proteção de **áreas de mananciais**
MUNICÍPIOS	Elaboração de **Planos de Mobilidade Municipais**	Elaboração de **Planos Diretores Municipais**	Articulação em **Consórcios** intermunicipais e **Associações** de Municípios

URBTEC

O QUE É GOVERNANÇA METROPOLITANA

47

A Governança Metropolitana se refere à **entidade pública responsável pela organização, planejamento e execução das Funções Públicas de Interesse Comum** na Região Metropolitana

Essa entidade **deve ser instituída**, em obediência às determinações do **Estatuto da Metrópole.**

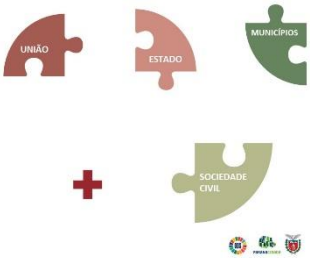
PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA METROPOLITANA

48

A A futura Governança Metropolitana será **interfederativa**, conforme preconizado pelo Estatuto da Metrópole. Portanto, sua estrutura será composta pelos **três entes da federação**

Também terá a participação da **Sociedade Civil** a partir de composições colegiadas

A composição interfederativa é caracterizada pelo **compartilhamento das responsabilidades e ações** sobre as FPICS, entre os entes da federação



URBTEC

PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA METROPOLITANA

49

A principal função da Governança Metropolitana será de **articular os entes** em questão, na **gestão integrada das FPICs dentro do território metropolitano**

Tem como **princípios**:

1. A articulação dos **órgãos competentes**, atualmente já atuantes na **execução das FPICs**
2. A necessidade de um **corpo técnico dedicado** aos processos metropolitanos
3. A **atuação colegiada**, em fomento ao caráter interfederativo



URBTEC

ATUAÇÃO DA GOVERNANÇA METROPOLITANA

50

Para tanto, contará com **três instâncias**, e um **sistema integrado de alocação de recursos** conforme determinado pelo Estatuto da Metrópole (Art. 8º):

Colegiada	Técnica	Executiva
Instância Deliberativa	**Instância Técnico-Consultiva**	**Instância Executiva**
Responsável por **decisões estratégicas**, e aprovações de demandas, assim como pela **visão orçamentária** da gestão.	É composta pelo o **corpo técnico** metropolitano e **uma câmara técnica por FPIC**. É responsável pela condução dos **processos metropolitanos**, assim como elaboração dos planos e projetos. **Subsidia tecnicamente** a Instância Deliberativa.	É composta pelos **órgãos executores** atuantes na Região. Tem a responsabilidade de **implantar planos e projetos**, assim como as **propostas estratégicas** metropolitanas.

URBTEC

SISTEMA INTEGRADO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

51

FUNDO METROPOLITANO

COMPOSIÇÃO

RUBRICA DE CUSTEIO OPERACIONAL
Recursos de **contribuições dos integrantes da Governança** Metropolitana (Estado e Municípios), e **taxas de análise.**

RUBRICA DE CUSTEIO DE PROJETOS
Recursos de repasses federais e estaduais, e em especial diferentes **fontes de financiamento**, a depender do projeto em questão.

INTERAÇÃO

APROVAÇÃO DE MOVIMENTAÇÕES
Se dá pela **Instância Deliberativa**, também responsável pela definição do orçamento metropolitano.

SOLICITAÇÃO DE MOVIMENTAÇÕES
Se dá pelas **Instâncias Técnico-Consultiva e Executiva**, a depender do projeto em questão.

URBTEC

CUSTOS OPERACIONAIS PRELIMINARES

52

	Corpo Técnico Preliminar – Instância Técnico-Consultiva
Diretoria Administrativa	Diretoria Assessoria Gerência Administrativa Financeira Gerência Recursos Humanos Gerência de serviços
Assessoria Jurídica	Consultor Jurídico Assessoria
Diretoria Técnica	Diretoria Assessoria
Técnicos	Técnico em Gestão Ambiental Técnico em Gestão Territorial Técnico em Mobilidade Técnico em Geoprocessamento Técnico em Planejamento Urbano Técnico em Informática Estagiários

Estrutura física Mínima

Equipamentos e Infraestrutura

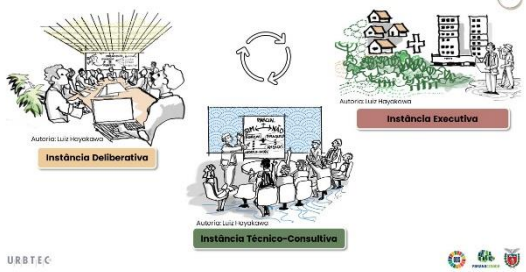
Custos Fixos Estimados (água, luz, internet, etc.)

Cálculo estimado de **operação anual aproximadamente** R$ 3.000.000,00

URBTEC

ATUAÇÃO DA GOVERNANÇA METROPOLITANA

53



URBTEC

INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA METROPOLITANA

54

O detalhamento da Governança, assim como sua instituição, deve ocorrer a partir de **esforços coletivos**

Suas definições serão pautadas no **debate entre os futuros integrantes**

A proposta inicial da Governança visa subsidiar esse debate

Para isso, são realizadas **reuniões setoriais** com instituições atuantes na Região. Assim como **eventos participativos**

Após instituída, a Governança também **pode se atualizar e se modificar**, conforme a necessidade, como instituindo **mais FPICs**

URBTEC

4 PROCESSOS DA GESTÃO METROPOLITANA

PRINCIPAIS PROCESSOS DE GESTÃO METROPOLITANA

56

MOBILIDADE METROPOLITANA
1. Anuência de **Planos de Mobilidade**
2. Coordenação do planejamento do **transporte público coletivo metropolitano**
3. Coordenação do planejamento e implantação de **diretrizes viárias** de relevância metropolitana

USO DO SOLO
1. Anuência Prévia de Parcelamentos Urbanos
2. Anuência de Planos Diretores Municipais
3. Emissão de Consultas Prévias
4. Administração do Sistema de Informações Metropolitanas (SIM)

MEIO AMBIENTE
1. Coordenação do planejamento da gestão de **resíduos sólidos metropolitanos**
2. Atuação subsidiária em processos de **licenciamento ambiental**
3. Atuação subsidiária em processos de **outorga de recursos hídricos**
4. Coordenação do planejamento da gestão de **áreas de risco metropolitanas**

URBTEC

EXEMPLO DE PROCESSOS DE GESTÃO: ANUÊNCIA DE PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS E PLANOS DE MOBILIDADE

57

A anuência dos Planos Diretores Municipais visa a **compatibilização do planejamento municipal com a diretrizes metropolitanas**, conforme preconizado pelo Estatuto da Metrópole.



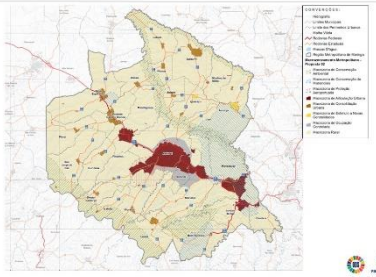
EXEMPLO DE PROCESSOS DE GESTÃO: ANUÊNCIA DE PARCELAMENTOS DO SOLO

58

A anuência dos processos de parcelamento do solo urbano, por parte da entidade metropolitana, segue o preconizado pela **Lei Federal nº 6.766/1979** e visa o **controle da ocupação**, em áreas de interesse metropolitano



MACROZONEAMENTO METROPOLITANO PROPOSTO 59



URBTEC

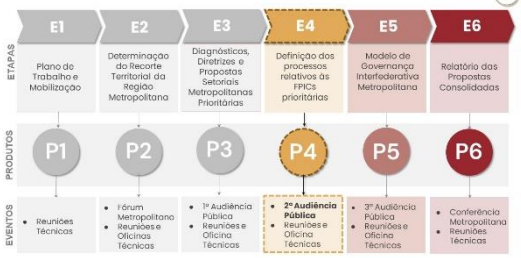
EXEMPLO DE PROCESSOS DE GESTÃO:
ATUAÇÃO SUBSIDIÁRIA EM LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS 60

A atuação da Governança em processos de **licenciamento ambiental** se dá de forma **subsidiária, em associação aos órgãos e instituições competentes**, especificamente em processos sobre **áreas de relevância metropolitana**.



5 PRÓXIMOS PASSOS

PRÓXIMOS PASSOS 62



6 PARTICIPAÇÃO

PARTICIPAÇÃO NO EVENTO 64

As participações se darão por **ordem de inscrição**, sendo priorizada a fala de um representante municipal por rodada.

O **tempo para participações ao vivo** será de **1 hora e 5 minutos**. Esgotado este período, as contribuições encaminhadas serão respondidas em relatório, que será publicado no site do PDUI.

3min

O **tempo de fala** é limitado a **2 minutos** por inscrito. Quando próximo a este prazo, um dos colaboradores sinalizará a necessidade de concluir.

Após a resposta da contribuição, **não haverá tempo para réplicas ou tréplicas**.

URBTEC

PARTICIPAÇÃO NO EVENTO 65

Os participantes poderão **manifestar seu interesse de fala** aos organizadores do evento ou responsáveis do CAM

Os organizadores do evento constituirão a **ordem de fala dos participantes** inscritos e **informarão quais os próximos** a se manifestarem

Aqueles que não tiverem interesse em vocalizar sua contribuição poderão se manifestar através das **fichas de contribuição** disponibilizadas

URBTEC

PARTICIPAÇÃO NO PDUI 66

Aqueles que desejarem poderão encaminhar contribuições e questionamentos sobre o conteúdo da audiência por meio do site **em até 7 dias corridos após o dia do evento**

Demais contribuições podem ser enviadas no site www.pduimaringa.com.br durante todo o andamento do PDUI

Haverá outros eventos públicos com oportunidade de participação ao longo das próximas etapas do plano

URBTEC

Fonte: URBTEC™, 2022.

VERSÃO PRELIMINAR

11.4. REGISTROS – LOCAL SEDE

11.4.1. **REGISTRO FOTOGRÁFICO**









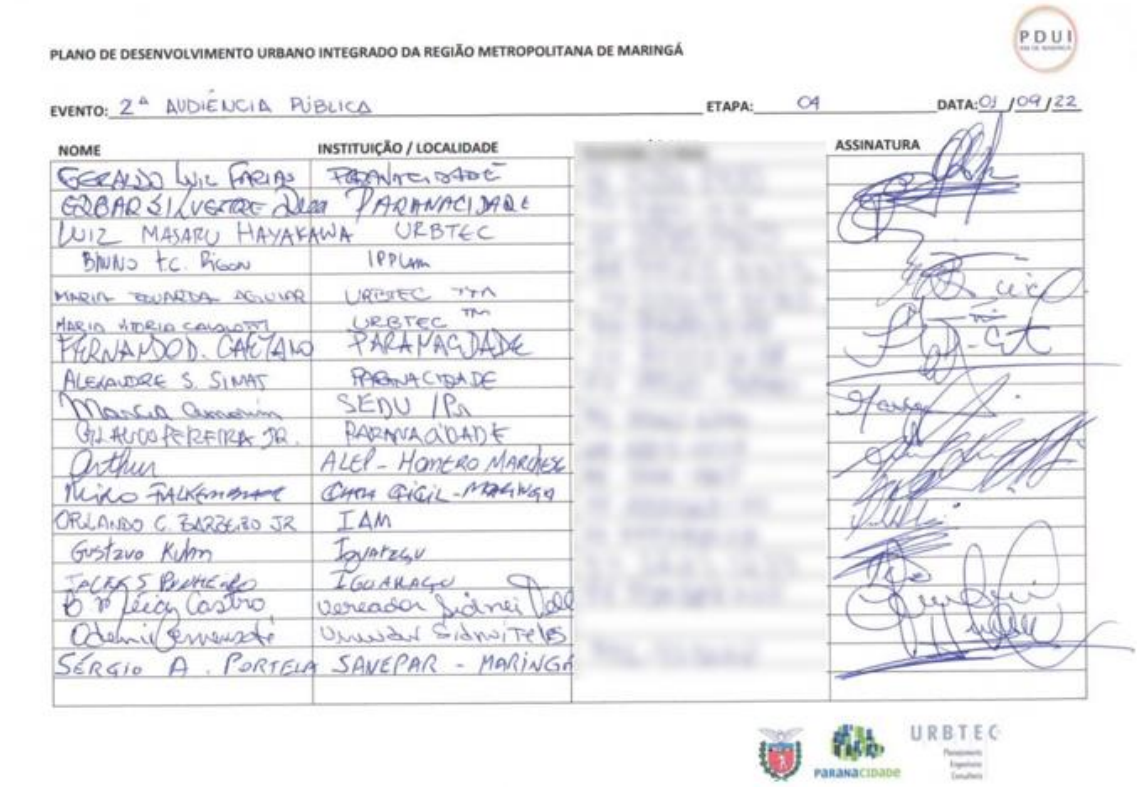




Fonte: URBTEC™

VERSÃO PRELIMINAR

11.4.2. **LISTA DE PRESENÇA**



PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EVENTO: 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA ETAPA: 04 DATA: 01/09/22

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE		ASSINATURA
GERALDO LUIZ FARIAS	PARANACIDADE		
GIOVANA SILVESTRE DIAS	PARANACIDADE		
LUIZ MASARU HAYAKAWA	URBTEC		
BRUNO T.C. PIGON	IPPLAM		
MARIA EDUARDA AGUIAR	URBTEC		
MARIA VITORIA CAVALOTTI	URBTEC		
FERNANDO D. CAETANO	PARANACIDADE		
ALEXANDRE S. SIMAS	PARANACIDADE		
MARCIA [illegible]	SEDU / PR		
GIL HUGO PEREIRA JR.	PARANACIDADE		
Arthur	ALEP - HOMERO MARCHESE		
MIRKO FALKENBACH	CÂMARA FEDERAL - MARINGÁ		
ORLANDO C. BARREIRO JR	IAM		
Gustavo Kuhn	Ipiranga		
JOICE S. BONFIM	IGUARAÇU		
P. M. Leão Castro	Vereador Sidnei Telles		
Odenir Fernandes	Vereador Sidnei Telles		
SÉRGIO A. PORTELA	SANEPAR - MARINGÁ		



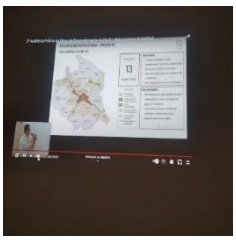
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE		ASSINATURA
GUSTAVO TANIGUCHI	URBTEC		
Luiz Magdysto Costa	Câmara Municipal		
Marina Silva da Costa	UEM / DCO		
GIOVANNE BELOTO	UEM / SETI		
BRUNA D'BARROS	IPPLAM / PMM		
Samir Jorge	CREA-PR		
Paloma Campos de Lara	AMR / PMM		
ADRIANA DE S.R. GAIO	PARANACIDADE		
Natalia B.R. Gutelin	IPPLAM		
EDUARDO PIZZATTO DIBIASO	IPPLAM		
LETICIA L. ZAGUINE	IPPLAM		
Samira Beal	IPPLAM		
LAURA GRANZOTTO	IPPLAM		
José Oldevino	AMTECH		
Renata C.S. Chatelet	IAM		
Graziany L. Carvalho	Observatório Metropolitano		
Paulo Sérgio	Observatório Periferia		

Fonte: URBTEC™.2022

11.5. REGISTROS – CENTROS DE APOIO MUNICIPAL (CAMS)

11.5.1. REGISTROS FOTOGRÁFICO

Astorga	Atalaia
	
Cambira	**Floraí**
	
Flórida	**Iguaraçu**
	
Itambé	**Ivatuba**
	

VERSÃO PRELIMINAR

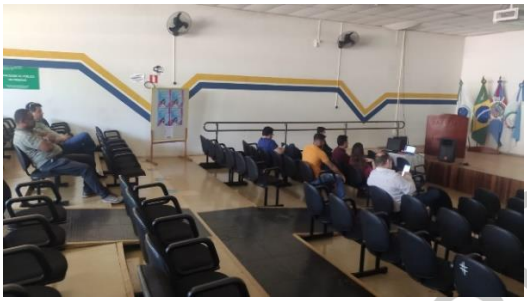
Jandaia do Sul



Mandaguaçu



Mandaguari



Marialva



Munhoz de Mello



Ourizona



VERSÃO PRELIMINAR

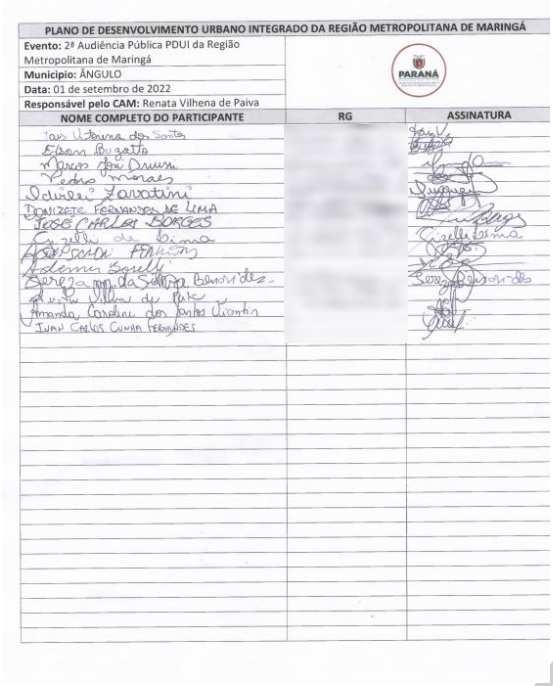
Paiçandu	Santa Fé
	
São Jorge do Ivaí	**Sarandi**
	

Fonte: Prefeituras Municipais da RMM (2022).

VERSÃO PRELIMINAR

11.5.2. **LISTAS DE PRESENÇA**

Ângulo

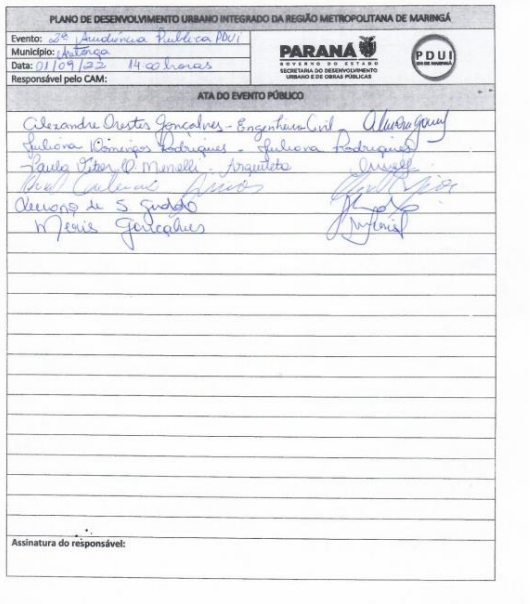


PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 2ª Audiência Pública PDUI da Região Metropolitana de Maringá
Município: ÂNGULO
Data: 01 de setembro de 2022
Responsável pelo CAM: Renata Vilhena de Paiva

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA
Ivo Ulterna dos Santos		
Edson Buzatto		
Marcos José Dawin		
Pedro Moraes		
Oliveira Zavatini		
DONIZETE FERNANDES DE LIMA		
JESSE CARLOS BORGES		
Aparecida de Lima		
[illegible] FERREIRA		
Edenes Soares		
Sonia [illegible]		
Amanda Cristina dos Santos Quintão		
IVAN CARLOS CUNHA FERREIRES		

Astorga



PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 2ª Audiência Pública PDUI
Município: Astorga
Data: 01/09/22 14 horas
Responsável pelo CAM:

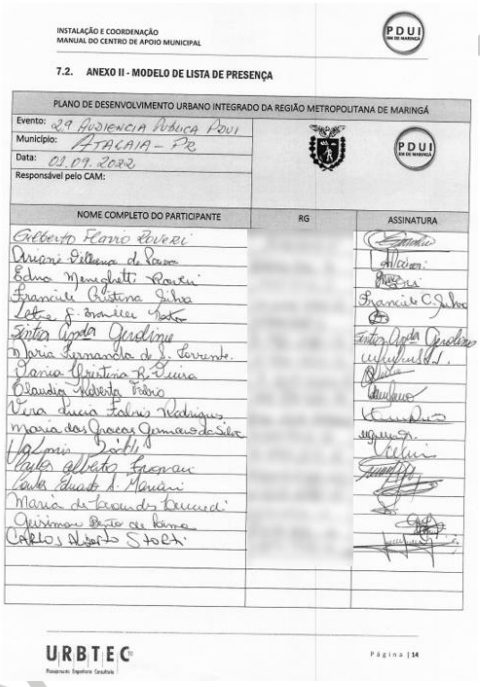
PARANÁ — SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS — PDUI

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Gilcxandre Ourtes Gonçalves - Engenheiro Civil
Sulcira Domingos Rodrigues - Sulcira Rodrigues
Paula Peter A Minelli - Arquiteta
Oswaldo de S Gustado
W Jesus Gonçalves

Assinatura do responsável:

Atalaia



INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO
MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PDUI

7.2. ANEXO II - MODELO DE LISTA DE PRESENÇA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

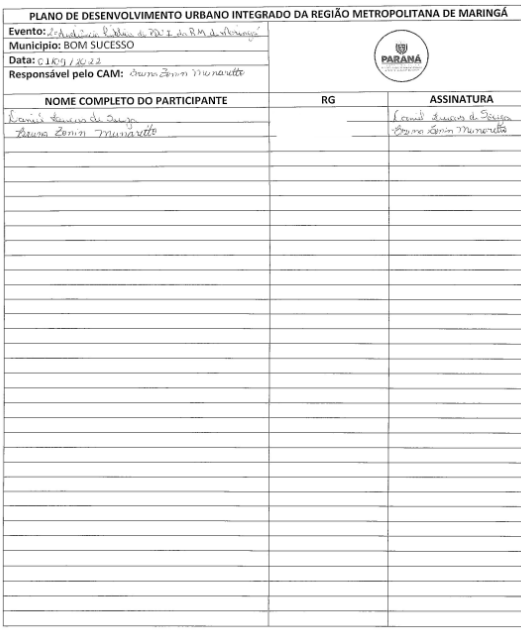
Evento: 2ª AUDIENCIA PÚBLICA PDUI
Município: ATALAIA – PR
Data: 01.09.2022
Responsável pelo CAM:

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA
Gilberto Flavio Favoni		
Luciana Stefania de Souza		
Edna Menegatti Favoni		
Francieli Cristina Silva		
Leticia [illegible]		
Fatima Lopes Cardoso		
Maria Fernanda de J. Torrente		
Flavia Cristina R. Lima		
Orlando Roberto Pedro		
Vera Lucia Fabris Rodrigues		
Maria das Graças Gomes da Silva		
[illegible]		
Carlos alberto Favoni		
Carla Cristina A. Mariani		
Maria de Lourdes Bernardi		
Guilherme Bastos de Lima		
CARLOS ALBERTO SILVA		

URBTEC

Página | 14

Bom Sucesso



PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

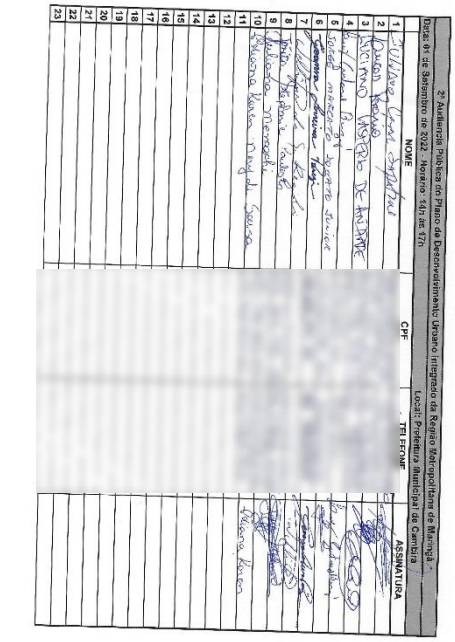
Evento: [illegible]
Município: BOM SUCESSO
Data: 01/09/2022
Responsável pelo CAM: Bruno Zanin Munaretto

PARANÁ

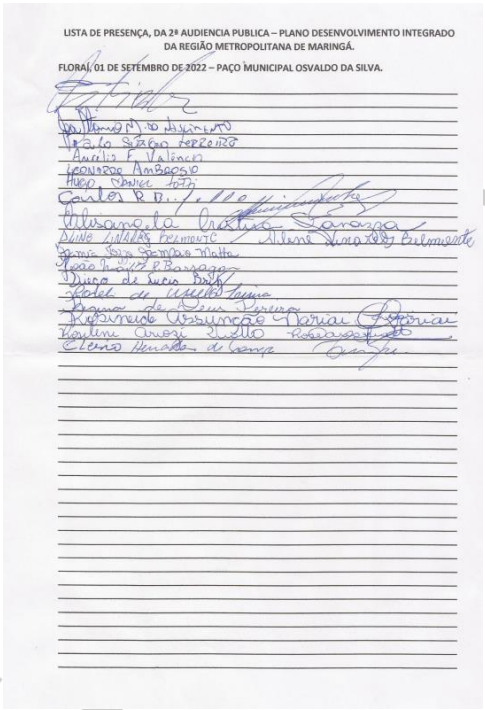
NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA
Luciana Stefania de Souza		
Bruno Zanin Munaretto		

VERSÃO PRELIMINAR

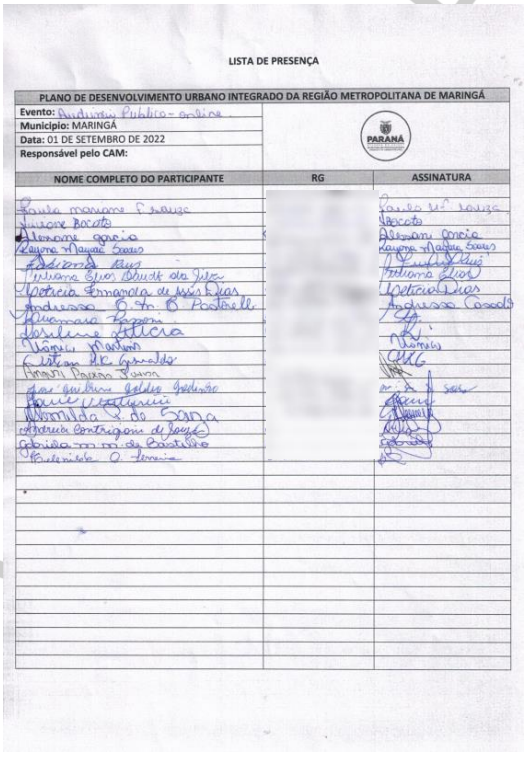
Cambira



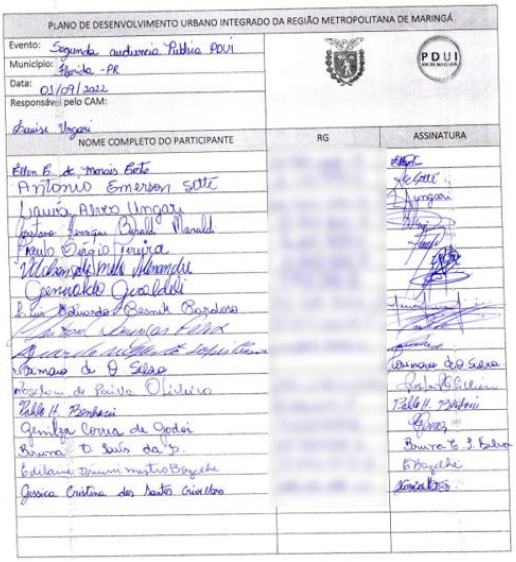
Floraí



Floresta



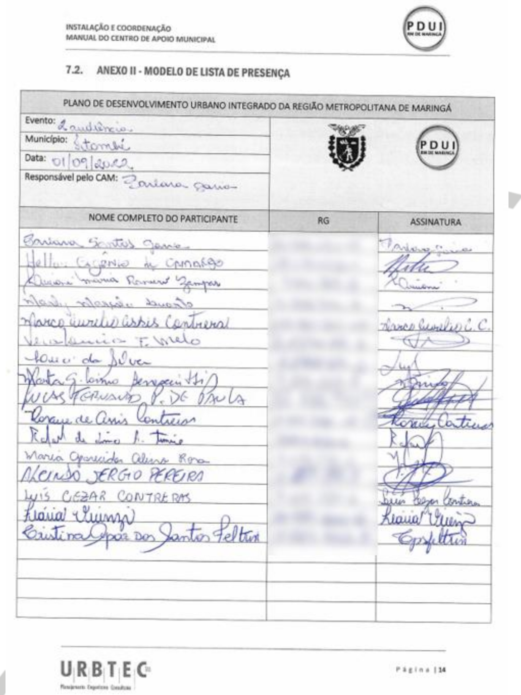
Florida



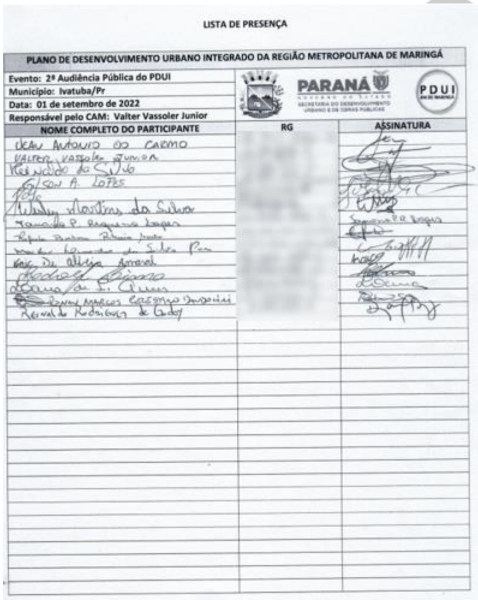
Iguaraçu



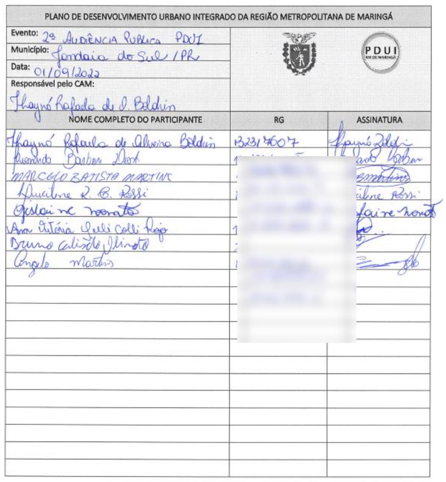
Itambé



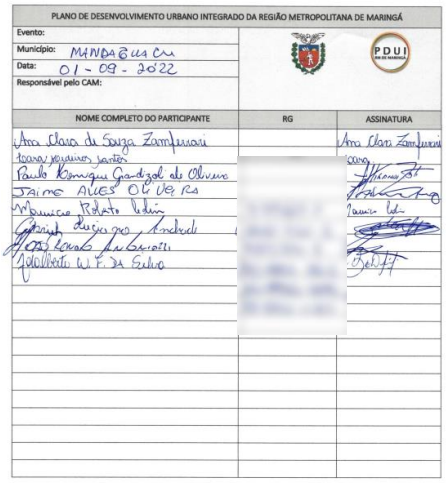
Ivatuba



Jandaia do Sul



Mandaguaçu

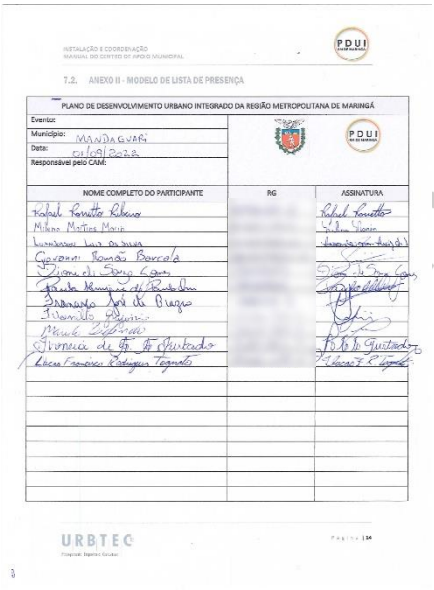


PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento:
Município: MANDAGUAÇU
Data: 01 - 09 - 2022
Responsável pelo CAM:

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA
Ana Clara de Souza Zamperoni		
Ivone Aparecida Santos		
Paulo Henrique Gardizol de Oliveira		
JAIME ALVES DE VERAS		
Mauricio Roberto Velin		
Gabriela Rodrigues Andreoli		
Andressa Lourenço Lucchetti		
Adalberto W. F. da Silva		

Mandaguari



INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

7.2. ANEXO II - MODELO DE LISTA DE PRESENÇA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento:
Município: MANDAGUARI
Data: 01/09/2022
Responsável pelo CAM:

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA
Rafael Fanette Ribeiro		
Milene Martins Maria		
Luciane Luz da Silva		
Gerente: Ramão Barcela		
Diana da Silva Cam		
Paulo Henrique da Rocha		
Bernardo José de Barros		
Marcelo Pereira		
Mariele Silveira		
Veronica da Fé de Andrade		
Lucas Francisco Rodrigues Fagundes		

URBTEC

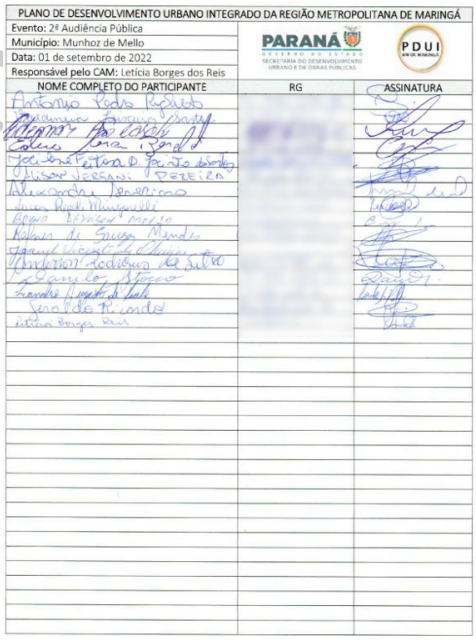
Marialva



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA
LISTA DE PRESENÇA
2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – PDUI
DATA: 01/09/2022

NOME	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Lucas Wilson Sacha			
Ana Paula Lopes			
Paulo Roberto Ulisses			

Munhoz de Mello



PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

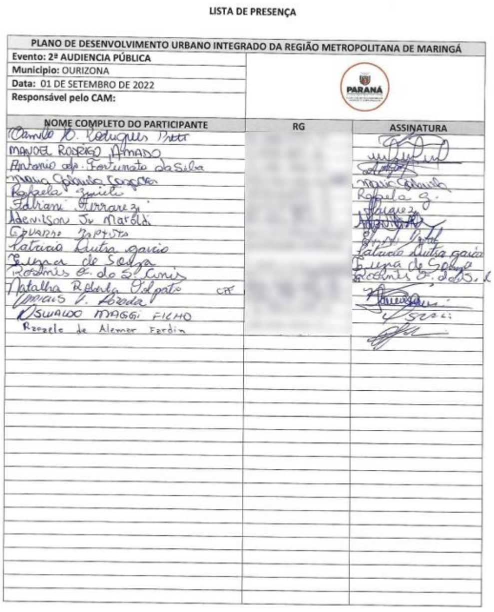
Evento: 2ª Audiência Pública
Município: Munhoz de Mello
Data: 01 de setembro de 2022
Responsável pelo CAM: Leticia Borges dos Reis

PARANÁ – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA
Antonio Pedro Peixoto		
Marcos Vinicius Pereira		
Edson Lima Leite		
José Antonio Pereira		
Jhonson Vergani Ferreira		
Alexandre Perondini		
Lucas Paulo Munguelli		
Bruno Ramos Mello		
Rafaela de Souza Mendes		
Gabriel Vicente Oliveira		
Anderson Rodrigues da Silva		
Eduardo Gomes		
Fernando Augusto de Paula		
Vinicius de Ricardo		
Leticia Borges dos		

VERSÃO PRELIMINAR

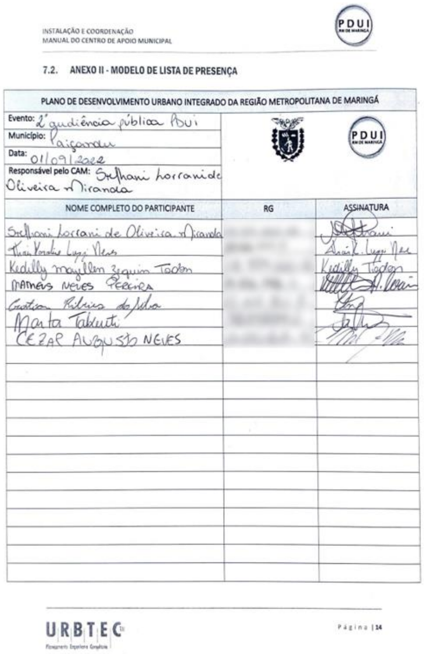
Ourizona


LISTA DE PRESENÇA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
Evento: 2ª AUDIENCIA PÚBLICA
Município: OURIZONA
Data: 01 DE SETEMBRO DE 2022
Responsável pelo CAM:

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA

Paiçandu


INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO
MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

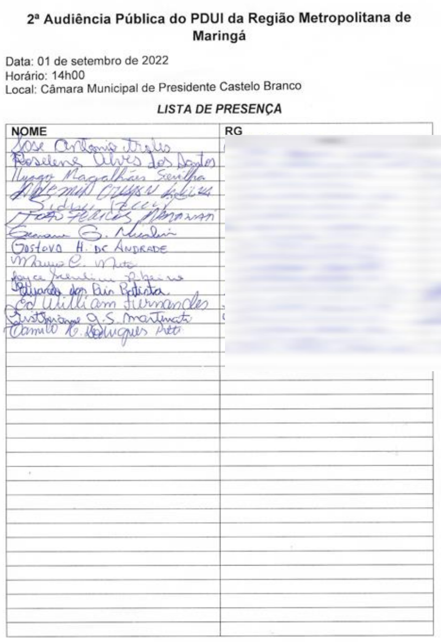
7.2. ANEXO II - MODELO DE LISTA DE PRESENÇA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
Evento: 2ª audiência pública PDUI
Município: Paiçandu
Data: 01/09/2022
Responsável pelo CAM:

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA

URBTEC
Página | 14

Presidente Castelo Branco


2ª Audiência Pública do PDUI da Região Metropolitana de Maringá

Data: 01 de setembro de 2022
Horário: 14h00
Local: Câmara Municipal de Presidente Castelo Branco

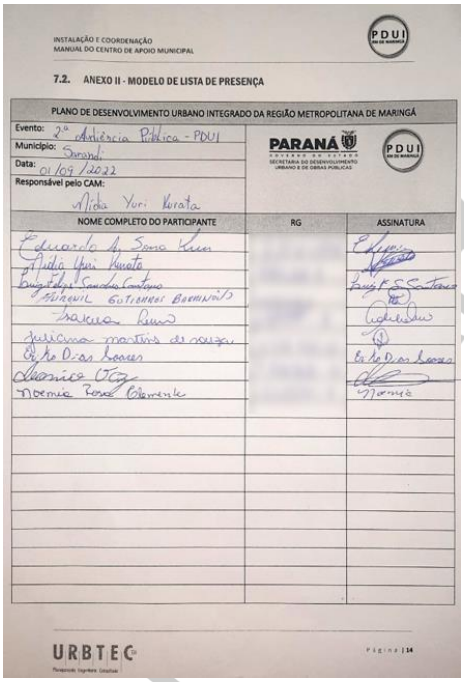
LISTA DE PRESENÇA

NOME	RG

Santa Fé


PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
Evento: 2ª audiência pública do PDUI
Município: Santa Fé - PR
Data: 01/09/2022
Responsável pelo CAM:

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA

São Jorge do Ivaí	Sarandi
	

Fonte: Prefeituras Municipais da RMM (2022).

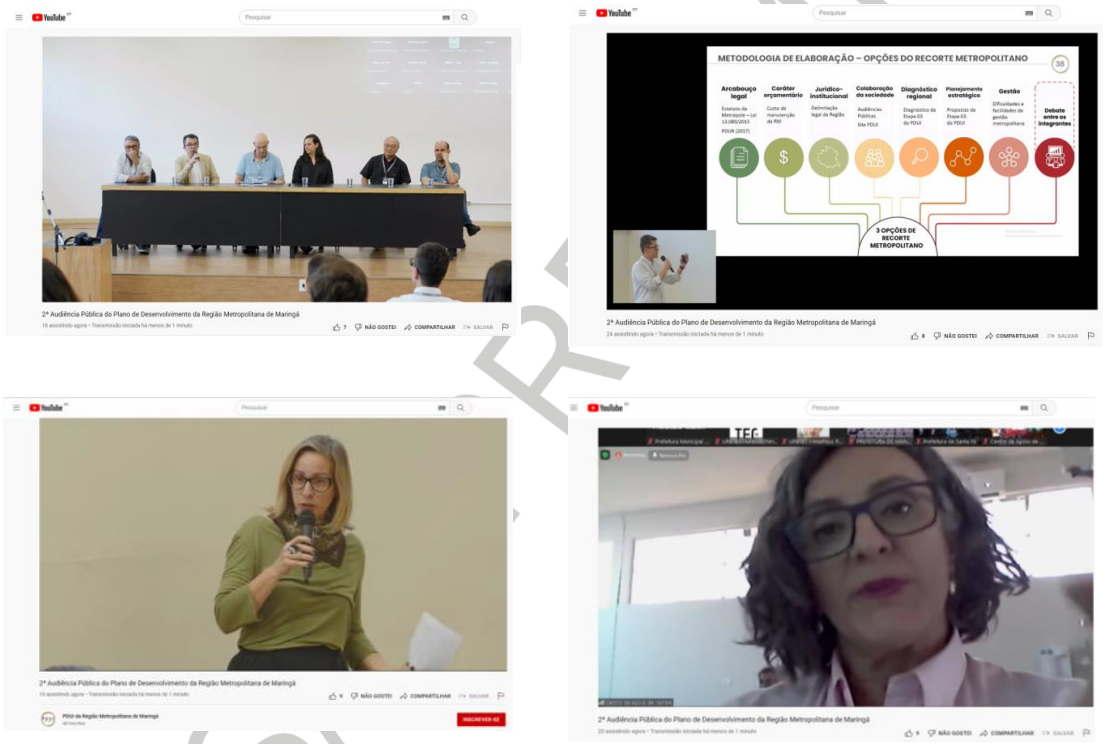
VERSÃO PRELIMINAR

11.6. REGISTROS – ACOMPANHAMENTO VIRTUAL

Além da realização do local sede, junto à participação dos CAMs, a 2ª Audiência Púbica foi transmitida ao vivo, a partir da plataforma Youtube.

A transmissão se deu pelo canal oficial do PDUI da RM de Maringá (www.bit.ly/PDUI-RMM) e a gravação do evento permanecerá disponível nesse canal.

11.6.1. **REGISTRO FOTOGRÁFICO**



Fonte: URBTEC™ (2022).

11.6.2. **ALCANCE DA TRAMSMISSÃO**

Durante a transmissão ao vivo do evento, pela plataforma Youtube, foram contabilizados 28 usuários assistindo simultaneamente ao evento. Até o presente momento, a gravação da Segunda Audiência Pública possui 106 visualizações na plataforma.

VERSÃO PRELIMINAR

11.7. CONTRIBUIÇÕES

11.7.1. CONTRIBUIÇÕES DURANTE O EVENTO

Participante	Entidade/Órgão representado
Exmo. Sr. Maurício A. Silva (Prefeito Prof. Índio)	Prefeito de Mandaguaçu
Exmo. Sr. Ricardo Dias Silva	Vice-reitor da UEM
Exma. Sra. Ana Lúcia Rodrigues	Vereadora de Maringá
Exma. Sra. Bruna Barroca	Diretora Presidente do IPPLAM
Sra. Beatriz Fleury Silva	Professora da UEM

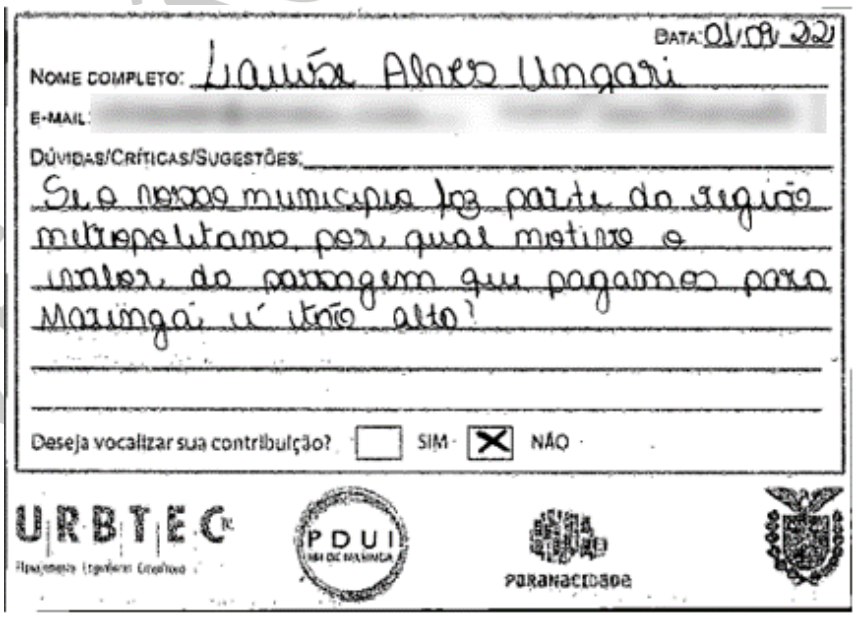
11.7.2. CONTRIBUIÇÕES VIA FICHA CAMS

11.7.2.1. FLÓRIDA

11.7.2.2. CONTRIBUIÇÃO 01:

REMETENTE: Lauíse Alves Ungari

REGISTRO DA CONTRIBUIÇÃO


DATA: 01/09/22

NOME COMPLETO: Lauíse Alves Ungari

E-MAIL: [redacted]

DÚVIDAS/CRÍTICAS/SUGESTÕES:

Se o nosso município faz parte da região metropolitana, por qual motivo o valor da passagem que pagamos para Maringá é tão alto?

Deseja vocalizar sua contribuição? ☐ SIM ☒ NÃO

URBTEC PDUI PARANACIDADE

VERSÃO PRELIMINAR

TRANSCRIÇÃO DA FICHA DE CONTRIBUIÇÃO

Se o nosso Município faz parte da Região Metropolitana, por qual motivo o valor da passagem que pagamos para Maringá é tão alto?

RESPOSTA

Prezada Sra. Lauíse, inicialmente gostaríamos de agradecer sua colaboração com o PDUI da Região Metropolitana de Maringá.

Salientamos que a etapa atual em desenvolvimento do Plano refere-se às definições dos processos de gestão da futura governança metropolitana. Para tanto, o conteúdo técnico em questão se pauta na *Etapa 03 - Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias*.

Conforme apontado em diagnóstico, atualmente, a participação dos municípios na Região Metropolitana apresenta poucos impactos no cotidiano dos municípios. Isso ocorre, pois, a RM atual carece de um planejamento integrado e de uma governança estruturada capaz de ordenar a atuação dos integrantes da região e de desenvolver ações e de implementar planos e projetos. O desenvolvimento do PDUI busca responder a essas questões.

Em relação ao transporte coletivo, o diagnóstico elaborado ainda na Etapa 03 do PDUI ressalta que as linhas de transporte coletivo metropolitanas não atendem, necessariamente, aos municípios metropolitanos por lei. Esse serviço é atualmente regulado pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR). Há municípios na RM de Maringá que contam com o serviço de linhas metropolitanas e, portanto, acabam tendo tarifas reduzidas. Esse não é o caso do município de Flórida, que possui apenas linhas de transporte coletivo intermunicipal rodoviária.

Apesar de alguns municípios contarem com o serviço de linhas metropolitanas, ressalta-se que apenas Maringá, Sarandi e Paiçandu possuem integração tarifária.

É importante destacar que a organização do transporte coletivo metropolitano deverá ser uma competência do novo ente metropolitano. Portanto, os municípios metropolitanos deverão poder trazer suas demandas por transporte coletivo junto à governança interfederativa.

VERSÃO PRELIMINAR

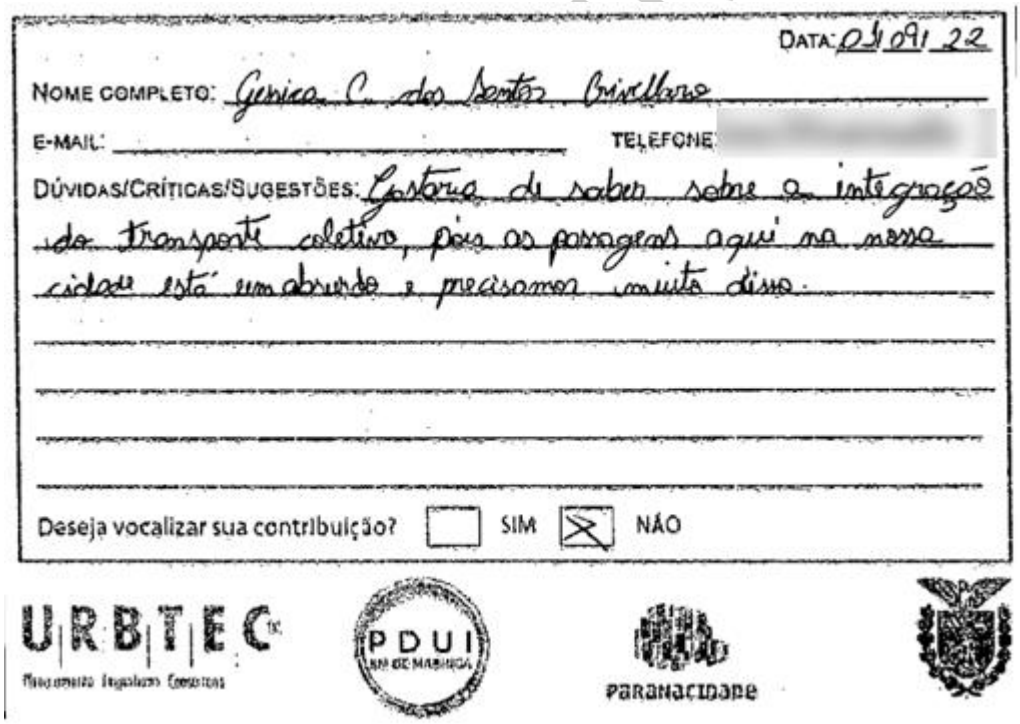
Para mais informações acerca do diagnóstico feito sobre a Mobilidade Metropolitana da Região Metropolitana, verifique o *Relatório da Etapa 03 - Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias, Subproduto P3B: Mobilidade Metropolitana* no site do plano: www.pduimaringa.com.br/documentos.

Ressaltamos que outras considerações podem ser encaminhadas a qualquer momento por meio do site do Plano: www.pduimaringa.com.br/participe.

11.7.2.3. CONTRIBUIÇÃO 02:

REMETENTE: Gessica C. dos Santos

REGISTRO DA CONTRIBUIÇÃO


DATA: 01/09/22

NOME COMPLETO: Gessica C. dos Santos Bisellare

E-MAIL: _____ TELEFONE: [illegible]

DÚVIDAS/CRÍTICAS/SUGESTÕES: Gostaria de saber sobre a integração do transporte coletivo, pois as passagens aqui na nossa cidade está um absurdo e precisamos muito disso.

Deseja vocalizar sua contribuição? ☐ SIM ☒ NÃO

URBTEC

PDUI

PARANACIDADE

TRANSCRIÇÃO DA FICHA DE CONTRIBUIÇÃO

Gostaria de saber sobre a integração do transporte coletivo, pois as passagens aqui na nossa cidade está um abuso e precisamos muito disso.

VERSÃO PRELIMINAR

RESPOSTA

Prezada Sra. Gessica,

Agradecemos por sua contribuição ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM).

Salientamos que a etapa atual em desenvolvimento do Plano refere-se às definições dos processos de gestão da futura governança metropolitana. Para tanto, o conteúdo técnico em questão se pauta na *Etapa 03 - Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias.*

Em relação à integração do transporte coletivo, é proposta que a organização e planejamento do transporte metropolitano sejam de competência do novo ente metropolitano. Assim sendo, caberá ao ente aprofundar os estudos relativos à viabilidade econômica e técnica da integração do transporte coletivo entre os municípios, bem como promover o debate político sobre essa questão e articular o apoio das demais esferas administrativas.

Para mais informações acerca da proposta para o novo ente metropolitano, verifique o *Relatório da Etapa 04 – Definição dos processos relativos às três FPICs priorizadas,* disponível no site do plano: www.pduimaringa.com.br/documentos.

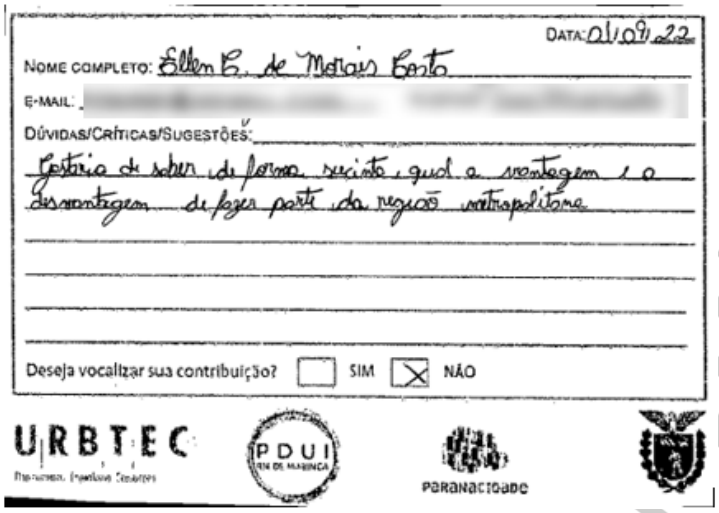
Agradecemos novamente sua contribuição e nos mantemos à disposição. Ressaltamos que outras considerações podem ser encaminhadas a qualquer momento por meio do site do Plano: http://www.pduimaringa.com.br/participe.

VERSÃO PRELIMINAR

11.7.2.4. CONTRIBUIÇÃO 03:

REMETENTE: Ellen C. de Morais Costa

REGISTRO DA CONTRIBUIÇÃO


DATA: 01/09/22

NOME COMPLETO: Ellen C. de Morais Costa

E-MAIL:

DÚVIDAS/CRÍTICAS/SUGESTÕES:

Gostaria de saber de forma sucinta, qual a vantagem e a desvantagem de fazer parte da região metropolitana

Deseja vocalizar sua contribuição? ☐ SIM ☒ NÃO

URBTEC

PDUI

PARANACIDADE

TRANSCRIÇÃO DA FICHA DE CONTRIBUIÇÃO

Gostaria de saber de forma sucinta, qual a vantagem e a desvantagem de fazer parte da região metropolitana.

RESPOSTA

Prezada Sra. Ellen, inicialmente gostaríamos de agradecer sua colaboração com o PDUI da Região Metropolitana de Maringá. De forma sucinta, é possível entender alguns benefícios e obrigações que o município possui ao participar da Região Metropolitana (RM).

Há benefícios gerais garantidos aos municípios, tais como: Assessoria técnica do Ente Metropolitano; Participação nos Conselhos Metropolitanos; Participação na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado da RM; Acesso aos recursos públicos direcionados às regiões metropolitanas.

Por outro lado, é possível citar algumas obrigações gerais dos municípios participantes de uma região metropolitana, tais como: Revisar o Plano Diretor Municipal para atender ao disposto no Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RM; Acatar as decisões do Conselho Metropolitano, inclusive o repasse de competência sobre a gestão dos serviços identificados como Funções Públicas de Interesse Comum – FPICs, podendo incluir questões sobre transporte público,

VERSÃO PRELIMINAR

saneamento, uso e ocupação do solo e outras; Contribuir com recursos humanos e materiais para a gestão da RM.

Ademais, é importante mencionar que os municípios deverão submeter processos de parcelamento do solo para anuência prévia ao ente metropolitano, conforme determinado pela Lei Federal 6.766/1979. Em relação a essa questão, por um lado, o ente metropolitano pode auxiliar os técnicos municipais na análise técnica de novos parcelamentos. Por outro lado, trata-se de um novo processo a ser absorvido no cotidiano das prefeituras.

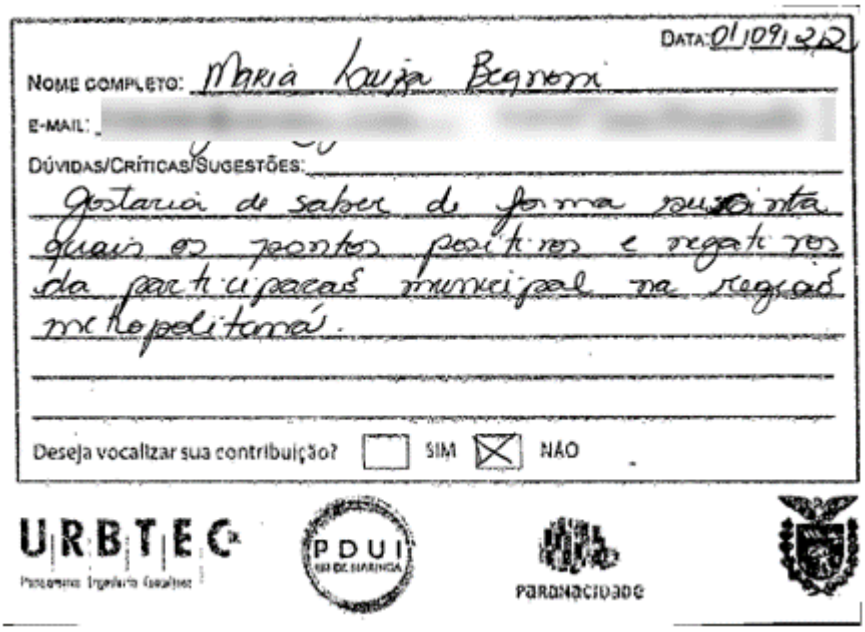
Nesta e na próxima etapa do Plano, os custos e a forma de rateio para participação na Região Metropolitana serão debatidos em maior detalhe, contribuindo também para uma maior compreensão sobre as obrigações dos municípios metropolitanos.

Agradecemos novamente sua contribuição e nos mantemos à disposição. Ressaltamos que outras considerações podem ser encaminhadas a qualquer momento por meio do site do Plano: http://www.pduimaringa.com.br/participe.

11.7.2.5. CONTRIBUIÇÃO 04:

REMETENTE: Maria Luiza Bagnoni

REGISTRO DA CONTRIBUIÇÃO


DATA: 01/09/22

NOME COMPLETO: Maria Luiza Bagnoni

E-MAIL: [redacted]

DÚVIDAS/CRÍTICAS/SUGESTÕES:

Gostaria de saber de forma resumida quais os pontos positivos e negativos da participação municipal na região metropolitana.

Deseja vocalizar sua contribuição? ☐ SIM ☒ NÃO

URBTEC

PDUI

PARANACIDADE

VERSÃO PRELIMINAR

TRANSCRIÇÃO DA FICHA DE CONTRIBUIÇÃO

Gostaria de saber de forma sucinta, quais os pontos positivos e negativos de participação municipal na região metropolitana.

RESPOSTA

Prezada Sra. Maria Luíza,

Agradecemos por sua contribuição ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM).

Com a estruturação do ente metropolitano, é possível considerar alguns benefícios gerais garantidos aos municípios participantes de uma região metropolitana, tais como: Assessoria técnica do Ente Metropolitano; Participação nos Conselhos Metropolitanos; Participação na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMM; Acesso aos recursos públicos direcionados às regiões metropolitanas.

Por outro lado, é possível citar algumas obrigações gerais dos municípios participantes de uma região metropolitana, tais como: Revisar o Plano Diretor Municipal para atender ao disposto no Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RM; Acatar as decisões do Conselho Metropolitano, inclusive o repasse de competência sobre a gestão dos serviços identificados como Funções Públicas de Interesse Comum – FPICs, podendo incluir questões sobre transporte público, saneamento, uso e ocupação do solo e outras; Contribuir com recursos humanos e materiais para a gestão da RMM.

Ademais, é importante mencionar que os municípios metropolitanos deverão submeter processos de parcelamento do solo para anuência prévia ao ente metropolitano, conforme determinado pela Lei Federal 6.766/1979. Em relação a essa questão, um ponto positivo é que o ente metropolitano pode auxiliar os técnicos municipais na análise técnica de novos parcelamentos. Contudo, há que se considerar também que se trata de mais um processo a ser absorvido no cotidiano das prefeituras.

Nesta e na próxima etapa do Plano, os custos e a forma de rateio para participação na Região Metropolitana serão debatidos em maior detalhe,

VERSÃO PRELIMINAR

contribuindo também para uma maior compreensão sobre as obrigações dos municípios metropolitanos.

Agradecemos novamente sua contribuição e nos mantemos à disposição. Ressaltamos que outras considerações podem ser encaminhadas a qualquer momento por meio do site do Plano: http://www.pduimaringa.com.br/participe.

Recomendamos que a senhora siga acompanhando as próximas etapas do Plano. Agradecemos e nos mantemos à disposição.

11.7.3. ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO

Para a divulgação da Segunda Audiência Pública de Maringá, foi criado um Planejamento Estratégico de Comunicação, contendo as formas de divulgação e cronograma prévio de publicação. No Quadro 2, apresenta-se o cronograma proposto pela Consultoria para os municípios e em seguida as formas de divulgação utilizadas para a Audiência Pública.

Quadro 2: Cronograma Divulgação

Data	Atividade	Responsabilidade
28/07	• Envio do Planejamento Estratégico de Comunicação.	URBTEC™
28/07 a 01/08	• Apreciação e devolutiva do Planejamento Estratégico de Comunicação.	PARANACIDADE
01 a 05/08	• Produção dos materiais.	URBTEC™
08 a 10/08	• Apreciação e devolutiva dos materiais.	PARANACIDADE
11/08	• Publicação no Diário Oficial.	PARANACIDADE
16/08	• Envio dos materiais para as Imprensas Municipais e CAMs.	URBTEC™
16/08 a 25/08	• Impressão dos materiais de divulgação e disposição em locais estratégicos.	Responsáveis das Imprensas Municipais e dos CAMs

VERSÃO PRELIMINAR

Data	Atividade	Responsabilidade
16/08	• Disparo de Convites Oficiais.	PARANACIDADE
16/08	• Publicação do primeiro *press-release* no site do PDUI; • Reforço da divulgação nos grupos do WhatsApp; • Disparo das Cartas-Convite.	URBTEC™
16/08 a 17/08	• Publicação do primeiro *press-release* nos sites/portais; • Publicação nas redes sociais (Facebook e Instagram) da primeira peça — conteúdo educativo.	Responsáveis das Imprensas Municipais e dos CAMs
16/08 a 17/08	• Envio dos materiais para os veículos de comunicação.	PARANACIDADE
23/08	• Publicação do segundo *press-release* no site do PDUI; • Reforço da divulgação nos grupos do WhatsApp; • Disparo das Cartas-Convite (reforço).	URBTEC™
23 a 26/08	• Publicação do segundo *press-release* nos sites/portais; • Publicação nas redes sociais (Facebook e Instagram) da segunda peça — chamada oficial.	Responsáveis das Imprensas Municipais e dos CAMs

SÃO PRELIMI

Data	Atividade	Responsabilidade
30, 31/08 e 01/09	Publicação nas redes sociais (Facebook e Instagram) da terceira peça — contagem regressiva.	Responsáveis das Imprensas Municipais e dos CAMs

VERSÃO PRELIMINAR

11.7.3.1. PRESS-RELEASES

O press-release é um texto jornalístico que atua como divulgador e validador das informações acerca do evento, oficializando o seu acontecimento por meio do respaldo jornalístico. Foram publicados no site do PDUI (www.pduimaringá.com.br/noticias) e disparados para as prefeituras.



18 de ago · 1 min para ler

População de 26 municípios é convidada para 2ª Audiência Pública do PDUI da RM de Maringá

A população dos 26 municípios da Região Metropolitana de Maringá está convidada a participar da 2ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá. O evento será realizado em 1º de setembro, às 14h, no formato híbrido.

2ª Audiência Pública
01/09 às 14h

Presencialmente será realizado no polo Maringá, e transmitido nos Centros de Apoio Municipais (CAMs) — locais públicos instalados nos demais municípios da Região, onde a população poderá acompanhar e participar do evento. Além disso, haverá uma transmissão ao vivo pelo canal do Youtube.

Na ocasião, os participantes vão conhecer os resultados obtidos na atual fase de elaboração do Plano, referentes aos processos de gestão metropolitana. A participação é mais uma oportunidade para a população contribuir com as definições da atuação metropolitana e debater sobre temáticas como a integração do transporte público coletivo e a execução de obras de grande porte, entre outras.

O evento é realizado pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDU), a partir do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, e contará com a presença de autoridades atuantes na Região.

Mais informações acerca da realização do evento podem ser consultados no site oficial do Plano: www.pduimaringa.com.br.

SERVIÇO
Segunda Audiência Pública da Região Metropolitana de Maringá
Data: 01/09/022
Horário: 14h
Local (Sede): Auditório da Biblioteca Central (BCE) — UEM
Endereço (Sede): Av. Colombo, 5790 - Zona 7, Maringá (PR)
Transmissão ao vivo: bit.ly/PDUI-RMM
Mais informações: www.pduimaringa.com.br/audiencia



23 de ago · 1 min para ler

Segunda Audiência Pública do PDUI da Região Metropolitana de Maringá acontecerá no próximo dia 1º

A Segunda Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM) acontecerá no próximo dia 1º de setembro, quinta-feira, às 14h. A população dos 26 municípios da RMM está convocada para participar do evento, que ocorrerá no formato híbrido.

Presencialmente será realizado em Maringá e nos Centros de Apoio Municipais (CAMs) — locais públicos instalados nos demais Municípios da Região, de onde a população poderá acompanhar e participar do evento. Além disso, haverá uma transmissão ao vivo pelo canal do Youtube.

Os participantes vão conhecer os resultados da atual fase de elaboração do PDUI, referentes aos processos de gestão metropolitana. Será uma oportunidade para a população contribuir com as definições da atuação metropolitana e debater sobre temáticas como a integração do transporte público coletivo, a execução de obras de grande porte, entre outros assuntos.

O evento é realizado pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDU), a partir do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, e contará com a presença de autoridades atuantes na Região.

Mais informações acerca da realização do evento podem ser consultados no site oficial do Plano: www.pduimaringa.com.br.

2ª Audiência Pública
01/09 às 14h

SERVIÇO
Segunda Audiência Pública da Região Metropolitana de Maringá
Data: 01/09/022
Horário: 14h
Local (Sede): Auditório da Biblioteca Central (BCE) — UEM
Endereço (Sede): Av. Colombo, 5790 - Zona 7, Maringá (PR)
Transmissão ao vivo: bit.ly/PDUI-RMM
Mais informações: www.pduimaringa.com.br/audiencia

11.7.3.2. REDES SOCIAIS

As redes sociais se configuraram como os principais meios de divulgação da atualidade, consolidando-se como ferramentas eficazes para a disseminação de informações.

A campanha foi composta por três peças para publicação no Facebook e Instagram, a saber:

1ª PEÇA – CONTEÚDO EDUCATIVO (MARKETING DE CONTEÚDO / INBOUND)

A primeira peça foi um carrossel, isto é, uma série contínua de imagens com informações que se complementam. O intuito dessa publicação foi instrumentalizar a população acerca do que é o PDUI, a importância desse instrumento para a Região, e o que é uma audiência pública, entre outros conteúdos explicativos.

Figura 29: Conteúdo Educativo Redes Sociais



VERSÃO PRELIMINAR



Fonte: URBTEC™, 2022.

2ª PEÇA – CHAMADA OFICIAL

A segunda peça foi um *card* único, ou seja, apenas uma imagem estática, acompanhada de uma legenda que aprofunda as informações. O objetivo dessa publicação foi reiterar o convite para a população, simplificando o conteúdo publicado anteriormente.

Figura 30: Chamada Oficial Redes Sociais



Fonte: URBTEC™, 2022.

3ª PEÇA – CONTAGEM REGRESSIVA

A terceira peça é composta por três imagens no formato *story*, com uma mensagem de contagem regressiva para o evento, como “Faltam 2 dias para a Audiência Pública”.

VERSÃO PRELIMINAR

Figura 31: Contagem Regressiva Redes Sociais



Fonte: URBTEC™, 2022.

11.7.3.3. CONVITES

Foram enviados aos principais atores da RMM dois modelos de convites:

- Convites formais – envio às principais autoridades da Região, por parte do PARANACIDADE.
- Convites complementares – envio às principais instituições da Região, assim como interessados e envolvidos no PDUI, por parte da Consultoria.

11.7.3.4. CONVITES FORMAIS

Os convites formais foram encaminhados à Equipe de Apoio do PDUI, aos Prefeitos Municipais e a representantes de instituições/órgãos estaduais. Um modelo prévio foi elaborado pela Consultoria e repassado ao PARANACIDADE, que consolidou os documentos e os enviou. Ressalta-se que os Prefeitos Municipais foram orientados a participar da Segunda Audiência Pública a partir dos CAMs de seus respectivos municípios, como forma de fortalecer e incentivar a participação nos Centros de Apoio. A seguir são apresentados os modelos de convites formais encaminhados ao PARANACIDADE.

VERSÃO PRELIMINAR

Figura 32: Modelo de convite formal à Segunda Audiência Pública - Prefeitos Municipais e Equipe de Apoio



PDUI

Exmo. Sr. Prefeito

O **Governo do Estado do Paraná**, a partir da **Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas** e do Serviço Social Autônomo **PARANACIDADE**, tem a satisfação de convidá-lo a participar da 2ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá.

O PDUI é um instrumento urbanístico estabelecido pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal n.º 13.089/2015) que visa orientar o **planejamento** e a **governança de Regiões Metropolitanas**. O escopo do PDUI da Região Metropolitana de Maringá (RMM) contempla a proposição de um **novo ente metropolitano** e novos processos para as **Funções Públicas de Interesse Comum** (FPICs) na Região.

Este evento tem como **objetivo principal** apresentar os resultados preliminares da presente Etapa 04 do PDUI, a que confere as **definições de processos referentes às FPICs priorizadas**, para a população da região, possibilitando sua aceitação e contribuições. Por este motivo, sua participação e seu apoio institucional são de fundamental importância.

O evento será realizado no dia **01 de setembro** (quinta-feira), presencialmente, no município de Maringá e transmitido ao Centro de Apoio de seu município. O centro possibilitará a contribuição dos presentes com direito a fala, a qual também será transmitida no evento no polo e no canal do Youtube do PDUI. Destarte, **a participação de Vossa Excelência seria imensamente enriquecedora à cerimônia.**

Certos de contarmos com seu apoio, agradecemos e nos colocamos à disposição para sanar quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir.

2ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Maringá

Data: 01 de setembro de 2022

Horário: das 14h00 às 17h

Realização no Município Sede: Av. Colombo, 5790 - Zona 7, Maringá - PR - Auditório da Biblioteca Central (BCE) – UEM

Locais dos centros de apoio municipais: Confira no site

http://www.pduimaringa.com.br/audiencia

Transmissão via *Youtube* – Canal do PDUI da Região Metropolitana de Maringá: www.bit.ly/PDUI-RMM

URBTEC

PDUI

Exmo. Sr.

O **Governo do Estado do Paraná**, a partir da **Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas** e do Serviço Social Autônomo **PARANACIDADE**, tem a satisfação de convidá-lo a participar da 2ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá.

O PDUI é um instrumento urbanístico estabelecido pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal n.º 13.089/2015) que visa orientar o **planejamento** e a **governança de Regiões Metropolitanas**. O escopo do PDUI da Região Metropolitana de Maringá (RMM) contempla a proposição de um **novo ente metropolitano** e novos processos para as **Funções Públicas de Interesse Comum** (FPICs) na Região.

Este evento tem como **objetivo principal** apresentar os resultados preliminares da presente Etapa 04 do PDUI, a que confere as **definições de processos referentes às FPICs priorizadas**, para a população da região, possibilitando sua aceitação e contribuições. Por este motivo, sua participação e seu apoio institucional são de fundamental importância.

O evento será realizado no dia **1.º de setembro** (quinta-feira), presencialmente no município de Maringá, e transmitido nos Centro de Apoio dos demais Municípios. Os Centros possibilitarão contribuições dos presentes com direito a fala, a qual também será transmitida no evento no polo e no canal do Youtube do PDUI. Destarte, a **sua participação seria imensamente enriquecedora à cerimônia.**

Certos de contarmos com o seu apoio, agradecemos e nos colocamos à disposição para sanar quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir.

2ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Maringá

Data: **1.º de setembro de 2022**

Horário: **14h00 às 17h**

Realização no Município Sede: **Auditório da Biblioteca Central (BCE) – UEM** (Av. Colombo, 5790 - Zona 7, Maringá)

Centros de Apoio Municipais: **Confira os endereços no site**

http://www.pduimaringa.com.br/audiencia

Transmissão via *Youtube*: www.bit.ly/PDUI-RMM

URBTEC

Fonte: URBTEC™ (2022).

11.7.3.5. CONVITES E ENVIOS COMPLEMENTARES

Os convites e envios complementares foram encaminhados por parte da Consultoria via e-mail, a partir da plataforma *Mailchimp.* Foram enviados seis e-mails, como o total de 372 destinatários. No quadro abaixo, compilam-se os e-mails enviados, seu objetivo, data de envio e quantitativo de aberturas, em relação ao número de destinatários.

Quadro 3: Relação dos Convites Complementares à Segunda Audiência Pública

Destinatário	Objetivo	Nº de Destinatários[2]	Nº de Aberturas	Data de Envio
EAM	Convite e solicitação de divulgação	139	32	15/08/2022
Secretarias Municipais, Consórcios Intermunicipais, Inscritos no site do PDUI	Convite	184	61	24/08/2022
Câmaras Municipais de Vereadores	Convite	53	13	24/08/2022
Responsáveis pelos CAMs	Comunicado – repasse de orientações	39	17	24/08/2022

[2] Contabilizam-se aqui os destinatários colocados em cópia, sendo esses os membros da Equipe de Supervisão e parte da Equipe Consultora, visto que influenciam no número de aberturas.

Imprensas Municipais	Envio da mídia *kit*, com solicitação de publicação – release, mídias para redes sociais	40	12	28/04/2022
Reenvio – Imprensas Municipais e Responsáveis pelos CAMs	Reenvio da mídia *kit* e solicitação de republicação	64	24	06/05/2022

Fonte: URBTEC™ (2022).

Ressalta-se que o envio de orientações aos responsáveis pelos CAMs foi de outros envios por parte da Consultoria, em especial em encaminhamento do Manual de Coordenação e Instalação dos Centros de Apoio Municipais (conforme Anexo 17.1.1). Ademais, foi criado um grupo na plataforma *WhatsApp* com os responsáveis, facilitando a troca de informações e o envio de dúvidas.

Figura 33: Registro do grupo de *WhatsApp* - Responsáveis pelos CAMs da Segunda Audiência Pública



Fonte: URBTEC™, 2022.

11.7.3.6. RÁDIO

O rádio segue sendo uma forte ferramenta de divulgação, principalmente em Municípios menores. Por isso, junto às outras peças de divulgação, foi encaminhado um texto de locução para que o evento seja divulgado pelas rádios locais.

VERSÃO PRELIMINAR

11.7.4. DIVULGAÇÃO NOS MUNICÍPIOS

Figura 34: Divulgação dos Municípios

Astorga



Atalaia



Floraí



Itambé



Ivatuba



Mandaguaçu



Mandaguari



Ourizona



Paiçandu



Presidente Castelo Branco



Santa Fé



São Jorde do Ivaí



Sarandi



Fonte: Prefeituras Municipais da RMM (2022).

11.7.5. FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

As possibilidades de participação no evento se deram de três formas: (1) Participação presencial no evento sede – em Maringá; (2) Participação presencial nos 25 Centros de Apoio Municipais definidos; (3) Acompanhamento remoto da transmissão do evento por meio do *Youtube* e envio de contribuições via site oficial do PDUI.

Ademais, a partir da publicação do evento em Diário Oficial (12/08/2022) até 7 dias corridos após sua realização (08/09/2022) esteve disponibilizado no site

VERSÃO PRELIMINAR

oficial do PDUI um espaço para o envio de contribuições acerca do conteúdo da Segunda Audiência Pública. Apesar da criação específica de canal para contribuições da Audiência Pública nesse período, ressalva-se que no site oficial também há um canal aberto para recebimento de contribuições no geral, o qual permanecerá aberto ao longo de toda a elaboração do Plano.

11.7.6. **RESULTADOS DE PARTICIPAÇÃO**

O evento teve no total 266 participações, sendo 231 presenciais (evento sede e CAMs) e 125 remotas (*Youtube*[3]), conforme ilustra referência a seguir.

Figura 35: Quantitativo de participações presenciais na Segunda Audiência Pública
Fonte: URBTEC™, 2022.



2ª Audiência Pública	
Quantitativo de participações da 2ª Audiência Pública	
Município	Nº de participantes
Ângulo	14
Astorga	6
Atalaia	17
Bom Sucesso	2
Cambira	-
Doutor Camargo	-
Floraí	17
Floresta	17
Flórida	17
Iguaraçu	-
Itambé	16
Ivatuba	14
Jandaia do Sul	8
Lobato	-
Mandaguaçu	8
Mandaguari	-
Marialva	3
Maringá - Município Sede*	35
Munhoz de Mello	16
Nova Esperança	-
Ourizona	15
Paiçandu	7
Presidente Castelo Branco	14
Santa Fé	20
São Jorge do Ivaí	11
Sarandi	9
TOTAL DE PARTICIPANTES	266



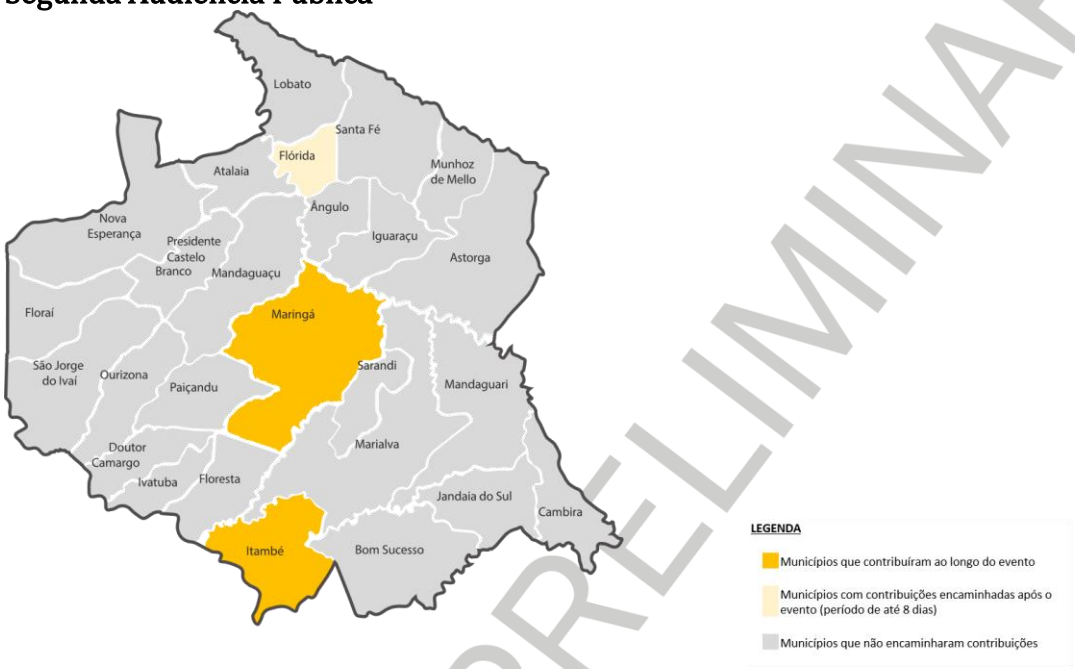
Dentre os 26 municípios da RMM, durante o evento apenas 4 participantes no município polo se manifestaram com fala e um participante no Centro de Apoio de Itambé. Além disso, o município de Flórida teve representantes contribuindo de outras formas (seja a partir de fichas escritas, site ou envios específicos), tal relação é ilustrada na

[3] A gravação da Segunda Audiência Pública do PDUI da Região Metropolitana de Maringá está disponível na plataforma *Youtube* e pode ser acessada a partir do canal oficial do Plano: www.pduimaringa.com.br/audiencia

VERSÃO PRELIMINAR

Figura 36 . O registro das contribuições recebidas e de suas respostas técnicas pode ser consultado no item de contribuições e respostas.

Figura 36: Municípios que encaminharam contribuições sobre o conteúdo da Segunda Audiência Pública



Fonte: URBTEC™, 2022.

VERSÃO PRELIMINAR

12. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 07 - SEPL

Data: 13/09/2022

Horário: 09h

Local: Híbrido

Virtual: Plataforma Microsoft Teams

Presencial: Palácio das Araucárias – PARANACIDADE

Participantes: Carlos Storer, Fabricio Miyagimae, Fernando D. Caetano, Geraldo Luiz Farias, Glauco Pereira, Gustavo Taniguchi, Lissandra Baldissera, Luisa Amorielo, Manoela Feiges, Maria Vitoria Cavalotti e Sônia Maria dos Santos.

Pauta: Apresentação da Etapa 04 e debate em relação a Governança Metropolitana.

MEMÓRIA DE EVENTO

Geraldo Luiz Farias, gestor dos contratos dos PDUIs das RMs de Londrina e de Maringá, realizou a abertura da reunião agradecendo a participação de todos. Na sequência, passou a palavra para Carlos Storer, fiscal do contrato do PDUI da RM de Londrina, que contextualizou os presentes sobre os objetivos da reunião e as etapas de elaboração dos PDUIs das RMs de Londrina e de Maringá.

O evento teve continuidade com a explanação de Manoela Feiges, arquiteta e urbanista da equipe de Consultoria URBTEC™, que tratou sobre a proposta de modelo de governança interfederativa para as RMs e dos principais processos envolvidos.

Sônia Maria dos Santos, representante da Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL /PR), questionou se a configuração territorial das regiões metropolitanas estava sendo debatida junto aos municípios.

Fernando Caetano, fiscal do contrato do PDUI da RM de Maringá, respondeu que a delimitação territorial das RMs tem sido debatida desde o início do processo, fazendo parte do escopo da elaboração dos planos. Destacou que foram elaboradas três opções de delimitação territorial a partir da perspectiva técnica para debate junto aos municípios, população e lideranças políticas.

VERSÃO PRELIMINAR

Carlos Storer complementou informando que na RM de Londrina a maioria dos municípios[4] já expressou o desejo de permanecer na região.

Geraldo Luiz Farias destacou que as opções de delimitação territorial foram apresentadas em oficinas técnicas, em reuniões específicas com os Prefeitos Municipais e em Audiência Pública. Pontuou que na RM de Londrina há maior coesão no posicionamento dos municípios, que desejam continuar integrando a RM[5]. No caso da RM de Maringá, há municípios que ainda estão avaliando se desejam continuar na região[6].

Gustavo Taniguchi, Diretor da Consultoria URBTEC™, questiona os participantes sobre as propostas da Secretaria com rebatimentos no território metropolitano.

Fabrício Miyagima, também representante da SEPL/PR, informa que há uma proposta preliminar para constituição de uma Agência Metropolitana. Contudo, ressalva que a proposta ainda está em debate, não sendo uma proposta oficial da Secretaria.

Na sequência, os presentes debateram estratégias para o detalhamento das propostas referentes às governanças das RMs de Londrina e de Maringá, o seu conteúdo mínimo e formas de engajar os gestores públicos e técnicos municipais e estaduais no debate.

Geraldo Luiz Farias recomendou que fossem avaliadas diferentes opções para o modelo de governança, sendo pontuadas vantagens e desvantagens de cada proposta. Na sequência, as proposições serviriam como subsídio para a tomada de decisão e posicionamento dos atores envolvidos.

VERSÃO PRELIMINAR

[4] A maioria dos municípios que já participam da RM, conforme determinado pela Lei Complementar 81/1998 e alterações.

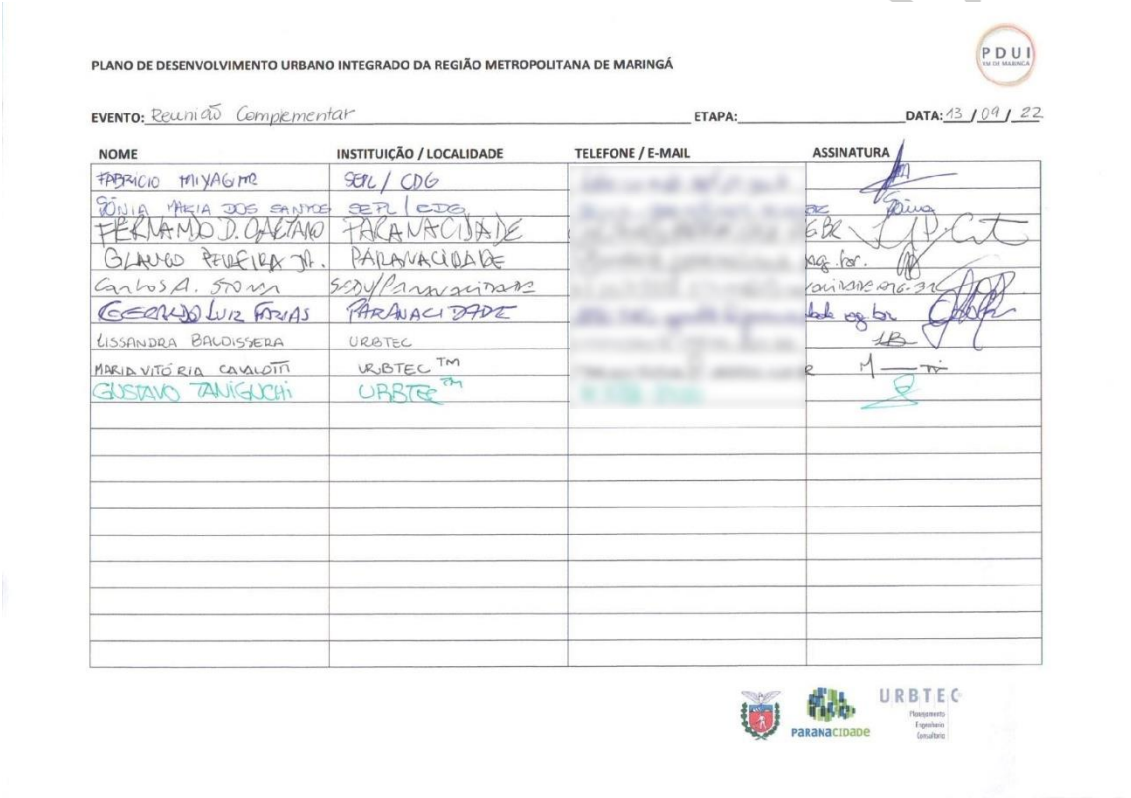
[5] Idem ao anterior.

[6] Em relação aos municípios que já participam da RM, conforme determinado pela Lei Complementar 83/1998 e alterações.

Ao final, Gustavo Taniguchi lembra aos presentes sobre as próximas reuniões e trata sobre os próximos passos na elaboração dos Planos. Geraldo Luiz Farias agradece a participação de todos, encerrando o evento.

LISTA DE PRESENÇA

Figura 37: Lista de Presença Evento Presencial Reunião Técnica Complementar 07



PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EVENTO: Reunião Complementar ETAPA: DATA: 13 / 09 / 22

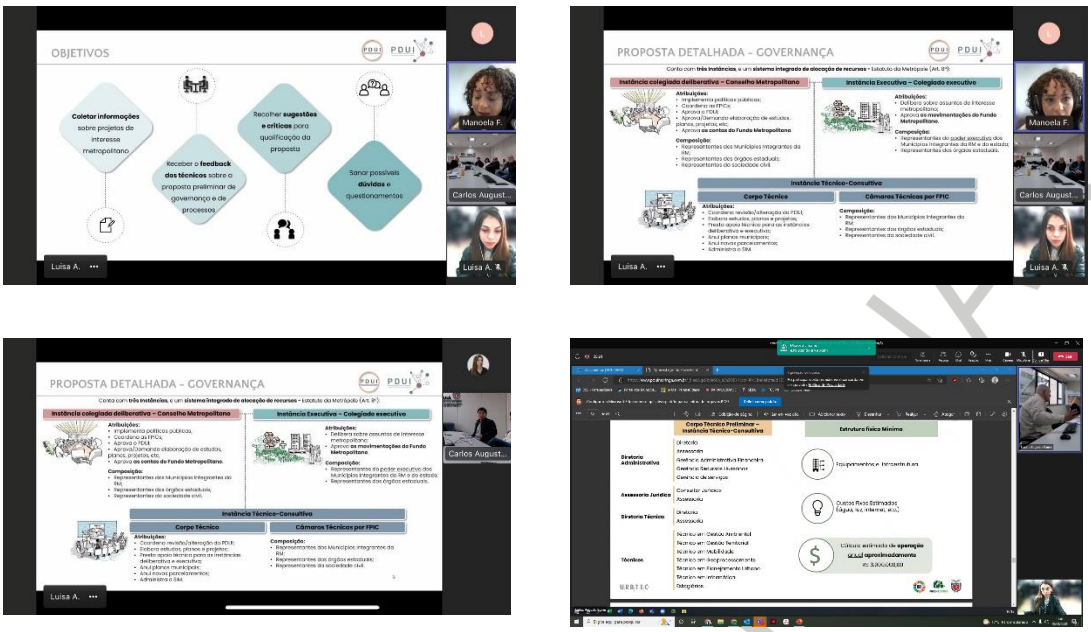
NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
FABRICIO MIYAGI	SEDU / CDG		
SONIA MARIA DOS SANTOS	SEDU / CDG		
FERNANDO D. CAETANO	PARANACIDADE		
CLAUDIO PEREIRA JR.	PARANACIDADE		
Carlos A. Stona	SEDU/Paranacidade		
GERALDO LUIZ FARIAS	PARANACIDADE		
LISSANDRA BALDISSERA	URBTEC		
MARIA VITÓRIA CAVALOTTI	URBTEC TM		
GUSTAVO TANIGUCHI	URBTEC TM		

Fonte: URBTEC™, 2022.

VERSÃO

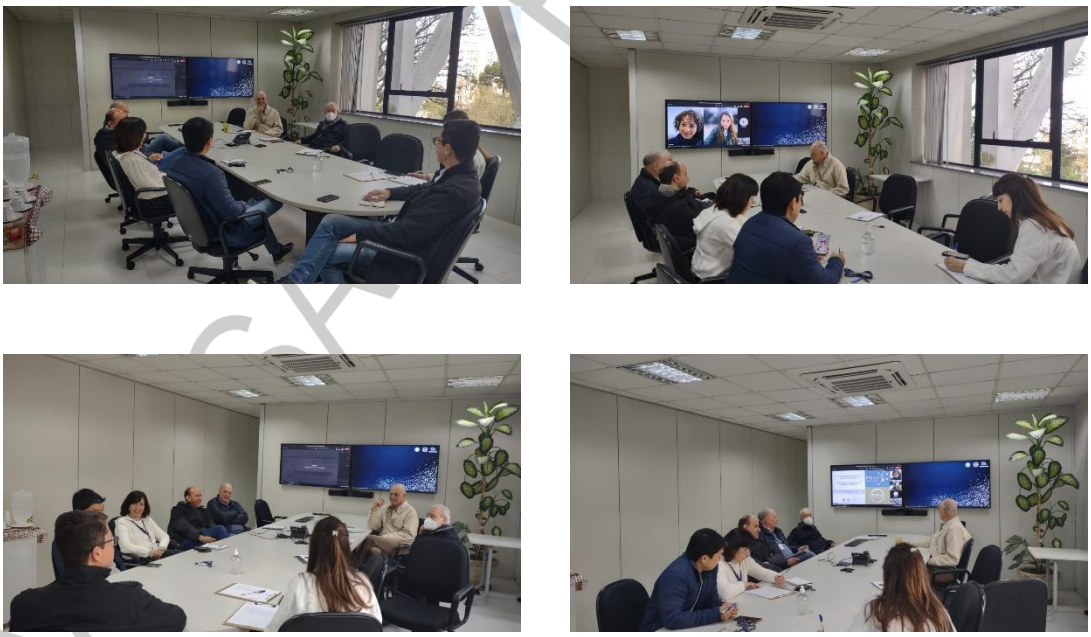
REGISTROS

Figura 38: Registros Virtual da Reunião Técnica Complementar 07



Fonte: URBTEC™, 2022.

Figura 39: Registros da Reunião Técnica Complementar 07



Fonte: URBTEC™, 2022.

APRESENTAÇÃO

Figura 40: Apresentação da Reunião Técnica Complementar 07



PROPOSTA DETALHADA - GOVERNANÇA

Conta com **três instâncias**, e um **sistema integrado de alocação de recursos** - Estatuto da Metrópole (Art. 8º):

Instância colegiada deliberativa – Conselho Metropolitano

Atribuições:
- Implementa políticas públicas;
- Coordena as FPICs;
- Aprova o PDUI;
- Aprova/demanda elaboração de estudos, planos, projetos, etc;
- Aprova **as contas do Fundo Metropolitano**.

Composição:
- Representantes dos Municípios integrantes da RM;
- Representantes dos órgãos estaduais;
- Representantes da sociedade civil.

Instância Executiva – Colegiado executivo

Atribuições:
- Delibera sobre assuntos de interesse metropolitano;
- Aprova **as movimentações do Fundo Metropolitano**.

Composição:
- Representantes do poder executivo dos Municípios integrantes da RM e do estado;
- Representantes dos órgãos estaduais.

Instância Técnico-Consultiva

Corpo Técnico

Atribuições:
- Coordena revisão/alteração do PDUI;
- Elabora estudos, planos e projetos;
- Presta apoio técnico para as instâncias deliberativa e executiva;
- Anui planos municipais;
- Anui novos parcelamentos;
- Administra o SIM.

Câmaras Técnicas por FPIC

Composição:
- Representantes dos Municípios integrantes da RM;
- Representantes dos órgãos estaduais;
- Representantes da sociedade civil.

PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS

Evolução da proposta:
- Compreensão sobre o papel **da instância executiva** proposta pelo Estatuto da Metrópole.

Em relação à participação da Secretaria:
- **A participação** da Secretaria pode ocorrer **em todas as instâncias.**
- É importante pontuar que o representante da Secretaria pode variar conforme a participação em cada instância.

Exemplo:
- *Instância Técnico-consultiva* – para emissão de pareceres técnicos > participação de um técnico da Secretaria;
- *Instância Deliberativa* – para tomada de decisão estratégica > participação de um gestor da Secretaria.

3 PROPOSTA PRELIMINAR DE PROCESSOS

PRINCIPAIS PROCESSOS DA GESTÃO METROPOLITANA

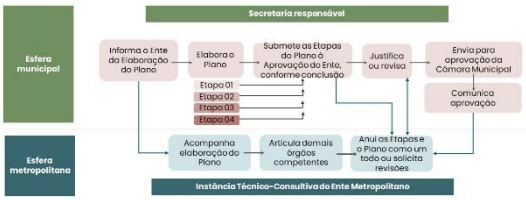
USO DO SOLO
1. Anuência Prévia de Parcelamentos Urbanos
2. Anuência de Planos Diretores Municipais
3. Emissão de Consultas Prévias
4. Administração do Sistema de Informações Metropolitanas (SIM)

MEIO AMBIENTE
1. Coordenação do planejamento da gestão de resíduos sólidos metropolitanos
2. Atuação subsidiária em processos de licenciamento ambiental
3. Atuação subsidiária em processos de outorga de recursos hídricos
4. Coordenação do planejamento da gestão de áreas de risco metropolitanas

MOBILIDADE METROPOLITANA
1. Anuência de Planos de Mobilidade
2. Coordenação do planejamento do transporte público coletivo metropolitano
3. Coordenação do planejamento e implantação de diretrizes viárias de relevância metropolitana

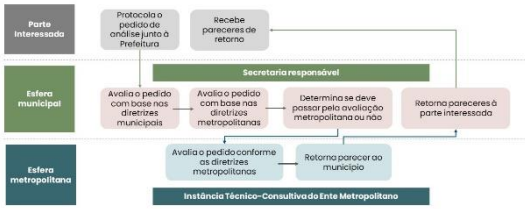
EXEMPLO DE PROCESSO DE GESTÃO: ANUÊNCIA DE PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS E DE MOBILIDADE

A anuência dos Planos Diretores Municipais e de Mobilidade visa a **compatibilização do planejamento municipal com as diretrizes metropolitanas**, conforme preconizado pelo Estatuto da Metrópole.



EXEMPLO DE PROCESSO DE GESTÃO: ANUÊNCIA PRÉVIA DE PARCELAMENTOS DE SOLO URBANO

A anuência dos processos de parcelamento do solo urbano, por parte da entidade metropolitana, segue o preconizado pela **Lei Federal nº 6.766/1979** e visa o **controle da ocupação**, em áreas de interesse metropolitano



AÇÕES QUE ENVOLVEM A SECRETARIA

Participação da SEPL no Ente Metropolitano (sugestão):
- Alinhar diretrizes metropolitanas com as diretrizes de planejamento regional do estado;
- Auxiliar na execução de obras/projetos/ações de interesse regional;
- Emitir pareceres sobre obras/projetos/ações da Secretaria com impacto na região metropolitana;
- Compatibilizar as diretrizes de uso e ocupação do solo metropolitano com as diretrizes previstas para a região pelo estado.

4 QUESTIONAMENTOS E DEBATE

QUESTIONAMENTOS

Como os participantes avaliam a proposta para participação do órgão no ente interfederativo?

Há algum projeto de relevância metropolitana sendo executado pelo órgão?

Há algum processo relevante que não foi considerado?

Facilitaria alguma ação/processo do órgão em questão?

Como é feita a interlocução com os municípios atualmente?

5 PRÓXIMOS PASSOS



Fonte: URBTEC™, 2022.

VERSÃO PRELIMINAR

13. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 08 - IAT

Data: 13/09/2022

Horário: 14h00

Local: Híbrido

Virtual: Plataforma Microsoft Teams

Presencial: Palácio das Araucárias – PARANACIDADE

Participantes: Carlos Storer, Fernando D. Caetano, Geraldo Luiz Farias, Gil Polidoro, Glauco Pereira, Gustavo Taniguchi, Lissandra Baldissera, Luisa Amorielo, Manoela Feiges, Marcia Polidoro e Walter Helmuth Echert Junior.

Pauta: Apresentação da Etapa 04 e debate dos processos relacionados ao IAT.

MEMÓRIA DE EVENTO

Fernando Caetano, fiscal do contrato do PDUI da RM de Maringá, deu início ao evento, agradecendo a participação de todos. Explanou aos participantes a pauta da reunião e pontuou que entende que os processos do Instituto Água e Terra (IAT) seriam os mesmos nas regionais de Londrina e de Maringá.

Na sequência, a palavra foi passada para a arquiteta e urbanista da equipe de Consultoria URBTEC™, Manoela Feiges, que explanou a proposta da equipe para o modelo de governança interfederativa das regiões e os processos envolvidos na gestão da FPIC de Meio Ambiente.

Walter Helmuth Echert Junior, representante do escritório regional do IAT em Londrina, destacou que a delimitação territorial das RMs não corresponde à regionalização do instituto. Pontuou que diversos temas abordados na apresentação técnica são coordenados por diretorias específicas no instituto, tais como resíduos sólidos e recursos hídricos.

Gil Polidoro, geólogo e especialista em Meio Ambiente da equipe de Consultoria URBTEC™, explanou em maior detalhe as propostas elaboradas pela equipe técnica. Destacou os resultados obtidos em diagnóstico em relação aos

VERSÃO PRELIMINAR

licenciamentos ambientais e à gestão dos recursos hídricos nas RMs. Relatando sua experiência profissional na Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). O geólogo pontuou os limites da atuação do ente metropolitano e a proposta de articulação entre o mesmo e os órgãos ambientais existentes nas esferas municipal, estadual e federal.

Walter sugere que o conteúdo da reunião seja apresentado para as diretorias do IAT, responsáveis por cada um dos temas abordados. De acordo com o representante, os escritórios regionais seguem as diretrizes elaboradas pelas diretorias do IAT, que teriam maior agência para contribuir com a proposta apresentada. Walter destacou que seguiria à disposição.

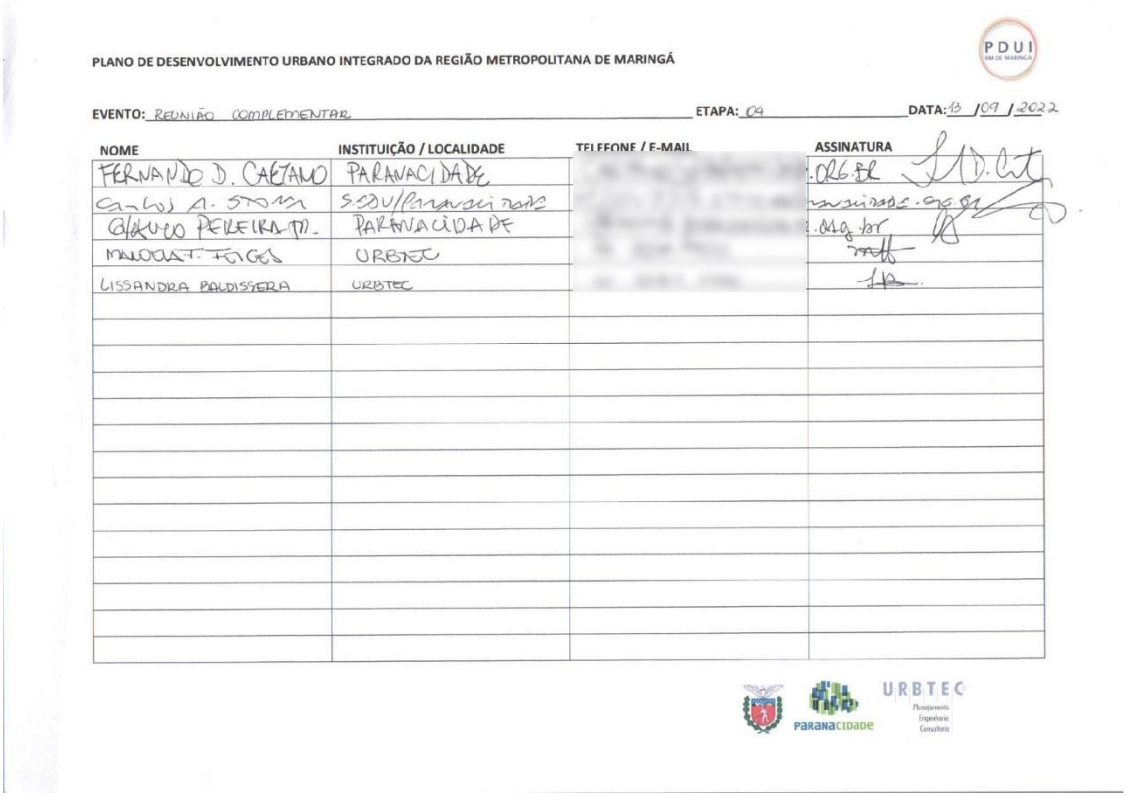
Os participantes então acordaram em avaliar a realização de reunião específica com as diretorias citadas por Walter.

Não havendo novas contribuições, Manoela Feiges agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE PRESENÇA

Figura 41: Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 08



PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

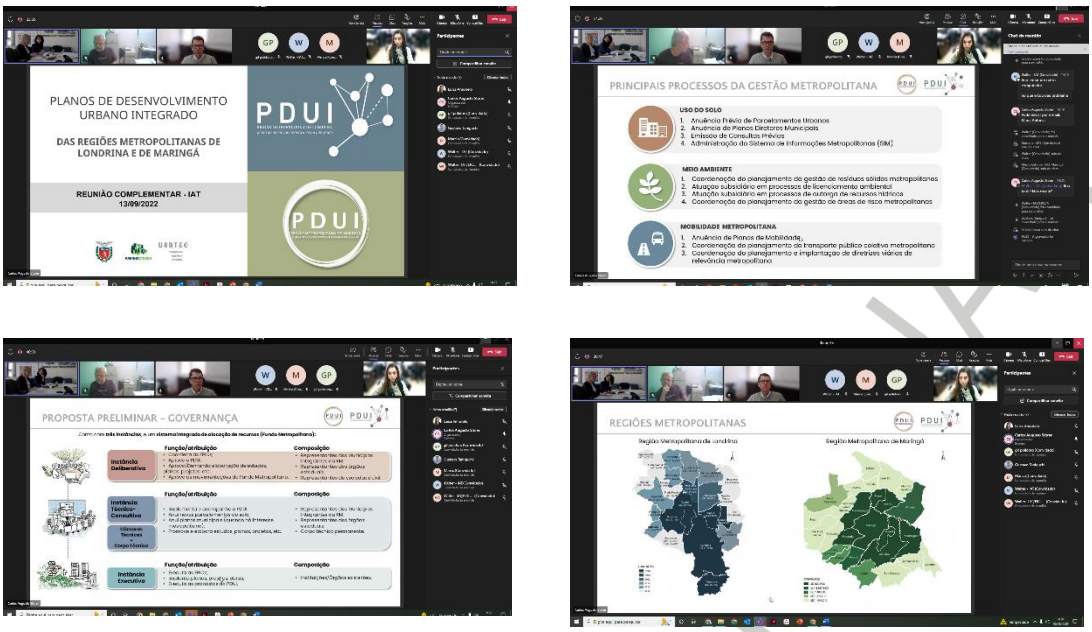
EVENTO: REUNIÃO COMPLEMENTAR ETAPA: 04 DATA: 13 / 09 / 2022

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
FERNANDO D. CAETANO	PARANACIDADE		
CARLOS A. STORM	SEDU/Paranacidade		
CLÁUDIO PEREIRA M.	PARANACIDADE		
MARCELA T. FIGES	URBTEC		
LISSANDRA BALDISSERA	URBTEC		

Fonte: URBTEC™, 2022.

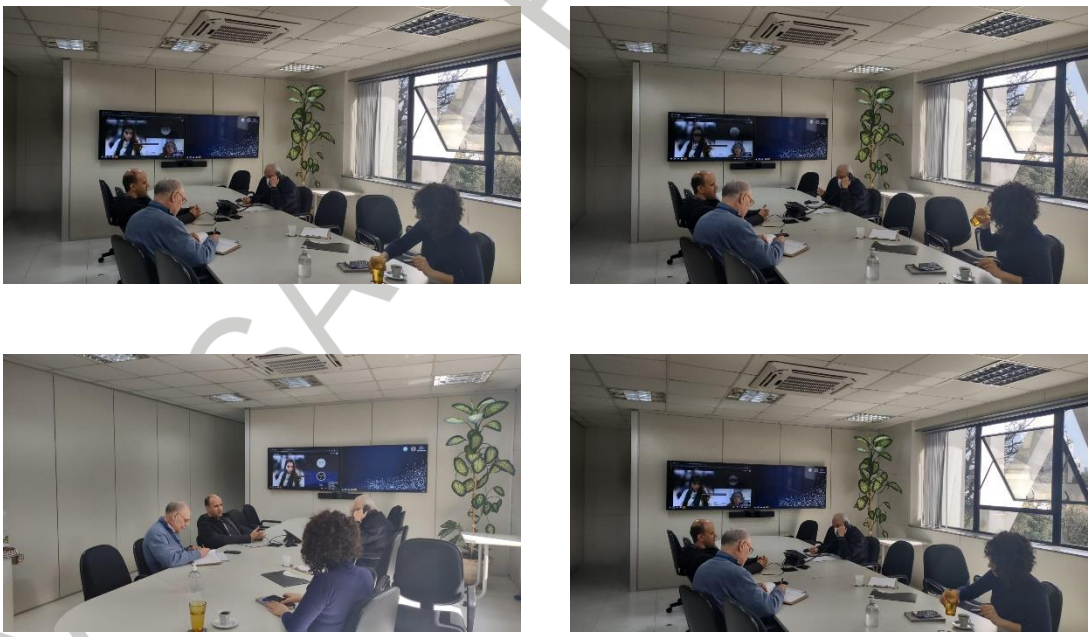
REGISTROS

Figura 42: Registros Virtual da Reunião Técnica Complementar 08



Fonte: URBTEC™, 2022.

Figura 43: Registros da Reunião Técnica Complementar 08



Fonte: URBTEC™, 2022.

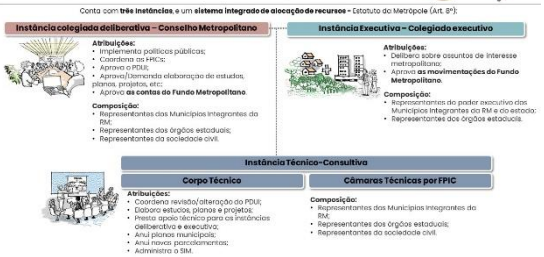
VERSÃO PRELIMINAR

APRESENTAÇÃO

Figura 44: Apresentação da Reunião Técnica Complementar 08



PROPOSTA DETALHADA - GOVERNANÇA



3 PROPOSTA PRELIMINAR DE PROCESSOS

PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS

Diferença entre as propostas:

- Compreensão sobre o papel **da instância executiva** proposta pelo Estatuto da Metrópole.

Em relação à participação do Instituto:

- Nas duas propostas, a participação do instituto poderia ocorrer em todas as instâncias, com exceção da instância executiva da proposta dois – que teria enfoque nos representantes do executivo municipal e estadual.
- É importante pontuar que o representante do instituto poderia variar conforme a participação em cada instância.
  Exemplo:
  - *Instância Técnico-consultiva* – para emissão de pareceres técnicos > participação de um técnico do Instituto;
  - *Instância Deliberativa* – para tomada de decisão estratégico > participação de um gestor do instituto.

PRINCIPAIS PROCESSOS DA GESTÃO METROPOLITANA

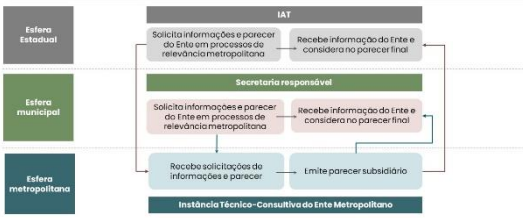
USO DO SOLO
1. Anuência Prévia de Parcelamentos Urbanos
2. Anuência de Planos Diretores Municipais
3. Emissão de Consultas Prévias
4. Administração do Sistema de Informações Metropolitanas (SIM)

MEIO AMBIENTE
1. Coordenação do planejamento da gestão de resíduos sólidos metropolitanos
2. Atuação subsidiária em processos de licenciamento ambiental
3. Atuação subsidiária em processos de outorga de recursos hídricos
4. Coordenação do planejamento da gestão de áreas de risco metropolitanas

MOBILIDADE METROPOLITANA
1. Anuência de Planos de Mobilidade
2. Coordenação do planejamento do transporte público coletivo metropolitano
3. Coordenação do planejamento e implantação de diretrizes viárias de relevância metropolitana

EXEMPLO DE PROCESSO DE GESTÃO: ATUAÇÃO SUBSIDIÁRIA EM LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS

A atuação da Governança em processos de **licenciamento ambiental** se dá de forma **subsidiária, em associação aos órgãos e instituições competentes**, especificamente em processos sobre **áreas de relevância metropolitana**.



AÇÕES QUE ENVOLVEM O ÓRGÃO

Atuação do ente metropolitano junto ao IAT:

- **Coordenação e planejamento das Unidades de Conservação, Áreas Estratégicas e Parques Urbanos no território da RM;**
- **Coordenação de ações voltadas para efetivação da gestão ambiental** (ex. programa de qualificação dos técnicos);
- **Gestão das informações** metropolitanas sobre áreas de risco;
- **Coordenação de ações** voltadas para a gestão das áreas de risco metropolitanas;
- **Gestão dos mananciais por meio**: (i) da criação do Sistema integrado de Gestão dos mananciais; (ii) da delimitação das áreas de mananciais por decreto; (iii) da criação de conselho gestor dos mananciais; (iv) da elaboração de plano de reordenamento territorial nas áreas de manancial; etc.
- **Participação na gestão dos recursos hídricos** por meio: (i) da contribuição na elaboração de normativas junto ao CERH-PR e na revisão do Plano de Metas dos Planos de Bacia; (ii) da proposição de protocolo para emissão, acompanhamento e monitoramento de outorgas de recursos hídricos; (iii) da elaboração de projeto de implantação imediata do PSA.

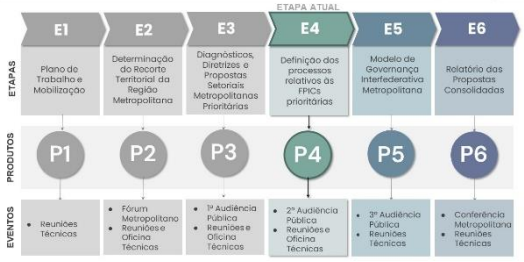
4 QUESTIONAMENTOS E DEBATE

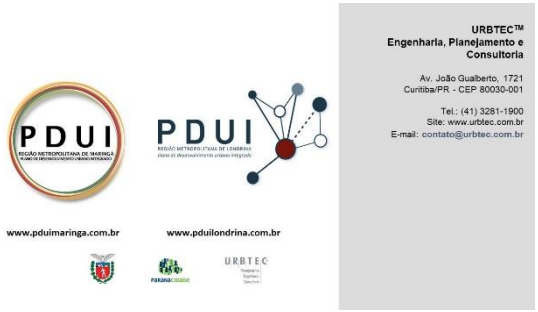
QUESTIONAMENTOS

- Como os participantes avaliam a proposta para participação do órgão no ente interfederativo?
- Há algum projeto de relevância metropolitana sendo executado pelo órgão?
- Há algum processo relevante que não foi considerado?
- Facilitaria alguma ação/processo do órgão em questão?
- Como é feita a interlocução com os municípios atualmente?

5 PRÓXIMOS PASSOS

PRÓXIMOS PASSOS





Fonte: URBTEC™, 2022.

VERSÃO PRELIMINAR

14. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 09 – SEIL/DER

Data: 19/09/2022

Horário: 14h

Local: Híbrido

Virtual: Plataforma — *Microsoft Teams*

Presencial: Palácio das Araucárias – PARANACIDADE

Participantes: Carlos Storer, Fernando Caetano, Glauco Pereira Junior, Gustavo Taniguchi, Lissandra Baldissera, Luciana Bruel, Maria Eduarda Aguiar, Maria Elizabete das Neves Bozza e Roberto Abagge dos Santos.

Pauta: Apresentação da Etapa 04.

MEMÓRIA DE EVENTO

Carlos Augusto Storer, representante do PARANACIDADE e fiscal do contrato de elaboração do PDUI da RML, deu início à reunião, agradecendo a presença dos representantes da SEIL e do DER e contextualizando a presente Etapa 04 do Plano.

Carlos expos o objetivo da reunião, de alinhamento das futuras interfaces entre o órgão metropolitano proposto e as instituições estaduais já atuantes. Fernando Caetano, também representante do PARANACIDADE e fiscal do contrato de elaboração do PDUI da RMM, ratifica a fala anterior e destaca a relevância de compreender a visão das instituições sobre como deve funcionar o Ente Interfederativo, colhendo subsídios em especial acerca da implantação da FPIC de Mobilidade Metropolitana.

Maria Elizabete das Neves Bozza, representante do DER-PR, concorda com a relevância do presente diálogo e do debate metropolitano. Cita os esforços do DER de elaboração de planos de mobilidade intermunicipais e a intenção de que planos semelhantes sejam aplicados na RML e RMM, com início a partir dos municípios polos. Comenta que a principal dificuldade no planejamento da mobilidade é a ausência de transporte público coletivo municipal, sobrecarregando, portanto, as

VERSÃO PRELIMINAR

linhas intermunicipais e consequentemente a atuação do DER. Ressalta a importância do diálogo entre os municípios, o DER e o PDUI, atingindo coerência técnica no que tange o planejamento do sistema de transporte público metropolitano.

De maneira geral, comenta que em sua visão, o sistema tronco-alimentar é o mais adequado no contexto atual, como forma de mitigar a problemática financeira acerca do atendimento do transporte público metropolitano.

Fernando agradece a fala de Elizabete e passa a palavra a Gustavo Taniguchi, diretor da Consultoria URBTEC™, que dá início à apresentação técnica.

Gustavo contextualiza o processo de elaboração dos PDUIs da RML e RMM, assim como o arcabouço legal que embasa a proposta de gestão metropolitana. Ressalta o caráter interfederativo que deve ser atingido pela governança metropolitana e apresenta a estrutura institucional proposta.

Comenta o desafio da instituição da Entidade Interfederativa e a necessidade de definir como demais instituições estaduais, como o DER, são integradas ao Ente.

Em resposta, Elizabete cita a necessidade de criar a cultura da integração do transporte, conciliando as operações e que para tanto, é preciso definir anteriormente os possíveis pontos de integração e quais os terminais existentes têm capacidade de receber essa demanda. Comenta ainda a necessidade de planejamento do cálculo tarifário e como se darão as composições municipais, do DER e demais envolvidos. Conclui afirmando que esse é um momento propício para articular essas definições, junto ao PDUI.

Fernando cita que o DER, dada sua experiência e atuação, terá papel fundamental na implantação e gestão da FPIC de Mobilidade Metropolitana na Governança Metropolitana. Questiona se há escritórios regionais do DER em Londrina e Maringá.

Em resposta, Elizabete afirma que há ramificações regionais, no entanto com pouca capacidade técnica para atuação na área de transporte. Comenta a falta de aporte político.

VERSÃO PRELIMINAR

Em seguida, Gustavo segue com a apresentação técnica, demonstrando as etapas futuras de elaboração do Plano.

Elizabete questiona se, na opinião de Gustavo, há um terminal na RMM capaz de abrigar a integração de transporte. Ambos, concordam que o ideal seria que houvesse um terminal em Sarandi. Fernando comenta que isso pode ser inserido como uma proposta metropolitana.

Gustavo questiona se há integração tarifária entre Sarandi e Maringá. Elizabete comenta que não. Lissandra Baldissera, arquiteta urbanista, representante da URBTEC™, cita o convênio de integração entre Sarandi, Paiçandu e Maringá.

Gustavo cita o exemplo de Recife, onde foi formado um consórcio entre os municípios e o estado na gestão do transporte metropolitano. Elizabete comenta a dificuldade de articulação entre múltiplos atores, inclusive internos ao estado.

Luciana Bruel, representante da SEIL, questiona como se dará a atuação da futura Entidade Interfederativa, nos moldes do Estatuto da Metrópole, no que compete à integração do transporte.

Gustavo responde que a principal atuação será na articulação entre os municípios e demais instituições.

Fernando questiona como se daria a integração na RMM, envolvendo Paiçandu, Maringá e Sarandi. Elizabete responde que Sarandi e Paiçandu tem atualmente o maior número de linhas metropolitanas da Região. Retoma a possível proposta de articulação entre diferentes instituições estaduais em prol da criação de terminais de integração.

Fernando e Carlos comentam que é previsto no Estatuto da Metrópole o compartilhamento de responsabilidades acerca das FPICs e que o futuro órgão interfederativo articulará esse compartilhamento. Elizabete ressalta a necessidade de já articular possíveis soluções, sem que o prazo de instalação do Ente Interfederativo adie a tomada de decisões necessárias no âmbito do transporte metropolitano. Cita a possibilidade de firmar um Termo de Cooperação Técnica entre municípios, PARANACIDADE, DER, SEDU, SEPL e SEIL para já estimular os municípios metropolitanos e evitar dependências em relação ao estado e município polo.

VERSÃO PRELIMINAR

Fernando comenta que essa cooperação seria essencialmente a própria governança metropolitana. Questiona a disponibilidade do DER e SEIL de avaliarem os materiais já disponíveis do PDUI.

Elizabete responde que avaliará os materiais e volta à proposta de cooperação entre instituições. Fernando afirma a validade da proposta e junto com Elizabete acordam uma possível nova reunião, para prosseguirem com a proposta com os demais interessados.

Em seguida, foram levantados questionamentos acerca do planejamento aeroportuário, rodoviário e ferroviário. Em resposta, Luciana, comenta o planejamento dos aeroportos de Londrina e Maringá, contido nos respectivos Planos Básicos de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA).

Quanto ao aeroporto de Londrina, cita sua concessão e previsão de ampliação. Por sua vez, quanto à Maringá ressalta que a concessão das rodovias não considerou os planos para o aeroporto.

Em complemento, Gustavo afirma que o Macrozoneamento Metropolitano Proposto, em ambos os PDUIs, considera os PBZPAs.

Luciana retoma o contexto do planejamento ferroviário, afirmando que o projeto do Trem Pé Vermelho foi suspenso e sua retomada demanda novo estudo de viabilidade, com revisão do EVTEA. Em seguida, são debatidas as opções de traçado da Ferrovia Norte-Sul.

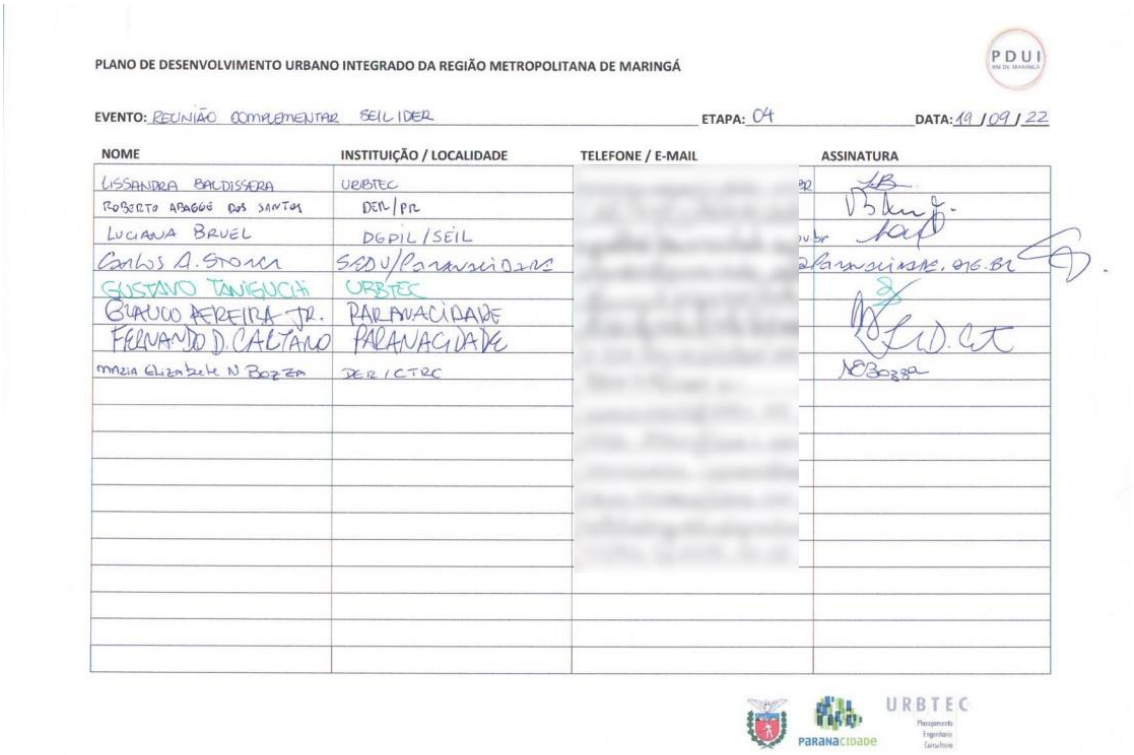
Roberto Abagge dos Santos contextualiza a questão do Contorno Norte de Londrina, com traçado revisado por conta do conflito com o Ribeirão do Jacutinga. Afirma que, dado o fim das concessões rodoviárias, o novo traçado deverá ser contemplado nas revisões. Cita ainda as duplicações da PR-445, entre Lerroville e Londrina e Londrina e Mauá da Serra, além da contratação da duplicação da PR-317, incidente na RMM.

Por fim, Elizabete retoma as definições acordadas. Em seguida, Fernando agradece a colaboração de todos e encerra a reunião.

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE PRESENÇA

Figura 45: Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 09



PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EVENTO: REUNIÃO COMPLEMENTAR SEIL IDER ETAPA: 04 DATA: 19 / 09 / 22

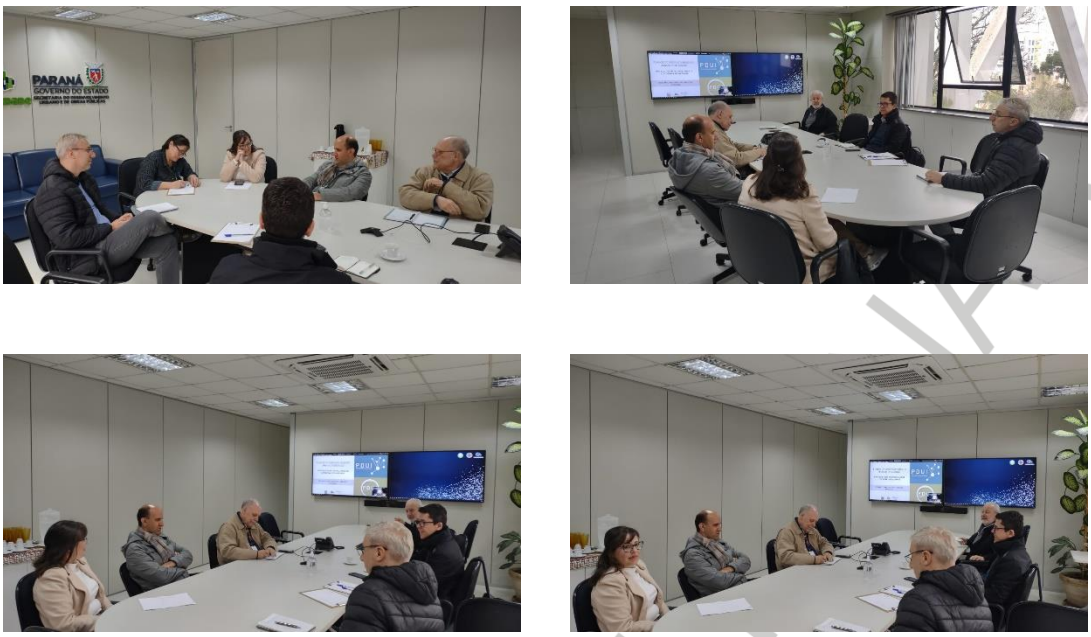
NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
LISSANDRA BALDISSERA	URBTEC		
ROBERTO ABAGGÉ DOS SANTOS	DER/PR		
LUCIANA BRUEL	DGPIL/SEIL		
CARLOS A. STORCH	SEDU/PARANACIDADE		
GUSTAVO TANIGUCHI	URBTEC		
GLAUCO AREIRA JR.	PARANACIDADE		
FERNANDO D. CAETANO	PARANACIDADE		
MARIA ELIZABETE N BOZZA	DER/CTRC		

Fonte: URBTEC™, 2022.

VERSÃO PR

REGISTROS

Figura 46: Registros da Reunião Técnica Complementar 09

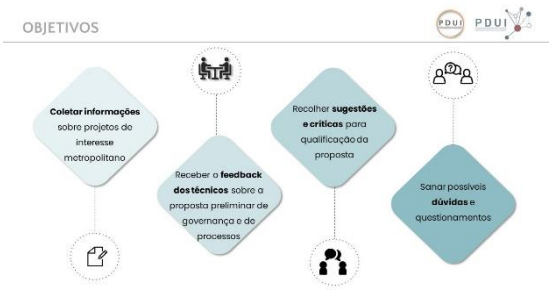


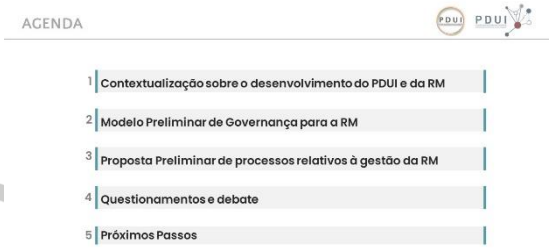
Fonte: URBTEC™, 2022.

APRESENTAÇÃO

Figura 47: Apresentação da Reunião Técnica Complementar 09





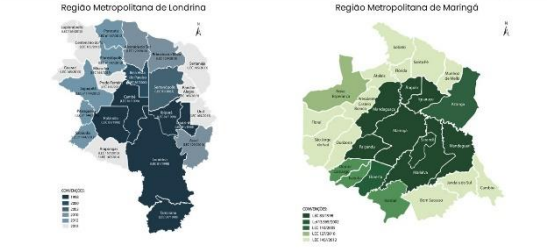




CONTEXTUALIZAÇÃO



REGIÕES METROPOLITANAS



2 MODELO PRELIMINAR DE GOVERNANÇA

PROPOSTA PRELIMINAR - GOVERNANÇA

Conta com **três instâncias**, e um **sistema integrado de alocação de recursos (Fundo Metropolitano)**:

	Função/atribuição	Composição
Instância Deliberativa	• Coordena as FPICs; • Aprova o PDUI; • Aprova/Demanda elaboração de estudos, planos, projetos, etc; • Aprova as movimentações do Fundo Metropolitano.	• Representantes dos Municípios integrantes da RM; • Representantes dos órgãos estaduais; • Representantes da sociedade civil.
Instância Técnico-Consultiva **Câmaras Técnicas + Corpo Técnico**	• Implementa e acompanha o PDUI; • Anui novos parcelamentos do solo; • Anui planos municipais (quando há interesse metropolitano); • Promove e elabora estudos, planos, projetos, etc.	• Representantes dos Municípios integrantes da RM; • Representantes dos órgãos estaduais; • Corpo técnico permanente.
Instância Executiva	• Executa as FPICs; • Implanta planos, projetos, obras; • Executa as propostas do PDUI.	• Instituições/Órgãos existentes.

PROPOSTA DETALHADA - GOVERNANÇA

Conta com **três instâncias**, e um **sistema integrado de alocação de recursos** - Estatuto da Metrópole (Art. 8º):

Instância colegiada deliberativa – Conselho Metropolitano

Atribuições:
- Implementa políticas públicas;
- Coordena as FPICs;
- Aprova o PDUI;
- Aprova/Demanda elaboração de estudos, planos, projetos, etc;
- Aprova **as contas do Fundo Metropolitano**.

Composição:
- Representantes dos Municípios integrantes da RM;
- Representantes dos órgãos estaduais;
- Representantes da sociedade civil.

Instância Executiva – Colegiado executivo

Atribuições:
- Delibera sobre assuntos de interesse metropolitano;
- Aprova **as movimentações do Fundo Metropolitano**.

Composição:
- Representantes do poder executivo dos Municípios integrantes da RM e do estado;
- Representantes dos órgãos estaduais.

Instância Técnico-Consultiva

Corpo Técnico

Atribuições:
- Coordena revisão/alteração do PDUI;
- Elabora estudos, planos e projetos;
- Presta apoio técnico para as instâncias deliberativa e executiva;
- Anui planos municipais;
- Anui novas parcelamentos;
- Administra o SIM.

Câmaras Técnicas por FPIC

Composição:
- Representantes dos Municípios integrantes da RM;
- Representantes dos órgãos estaduais;
- Representantes da sociedade civil.

PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS

Em relação à participação dos órgãos estaduais:
- A participação da SEIL/DER poderia ocorrer em todas as instâncias, com exceção da instância executiva da proposta detalhada (pois tem enfoque nos representantes do executivo municipole estadual).
- O representante de determinado órgão pode variar conforme a participação em cada instância:

Exemplo:
- *Instância Técnico-consultiva* – para emissão de pareceres técnicos > participação de um técnico;
- *Instância Deliberativa* – para tomada de decisão estratégica > participação de um gestor.

3 PROPOSTA PRELIMINAR DE PROCESSOS

PRINCIPAIS PROCESSOS DA GESTÃO METROPOLITANA

USO DO SOLO
1. Anuência Prévia de Parcelamentos Urbanos
2. Anuência de Planos Diretores Municipais
3. Emissão de Consultas Prévias
4. Administração do Sistema de Informações Metropolitanas (SIM)

MEIO AMBIENTE
1. Coordenação do planejamento da gestão de resíduos sólidos metropolitanos
2. Atuação subsidiária em processos de licenciamento ambiental
3. Atuação subsidiária em processos de outorga de recursos hídricos
4. Coordenação do planejamento da gestão de áreas de risco metropolitanas

MOBILIDADE METROPOLITANA
1. Anuência de Planos de Mobilidade
2. Coordenação do planejamento do transporte público coletivo metropolitano
3. Coordenação do planejamento e implantação de diretrizes viárias de relevância metropolitana

EXEMPLO DE PROCESSO DE GESTÃO: ANUÊNCIA DE PLANOS DE MOBILIDADE

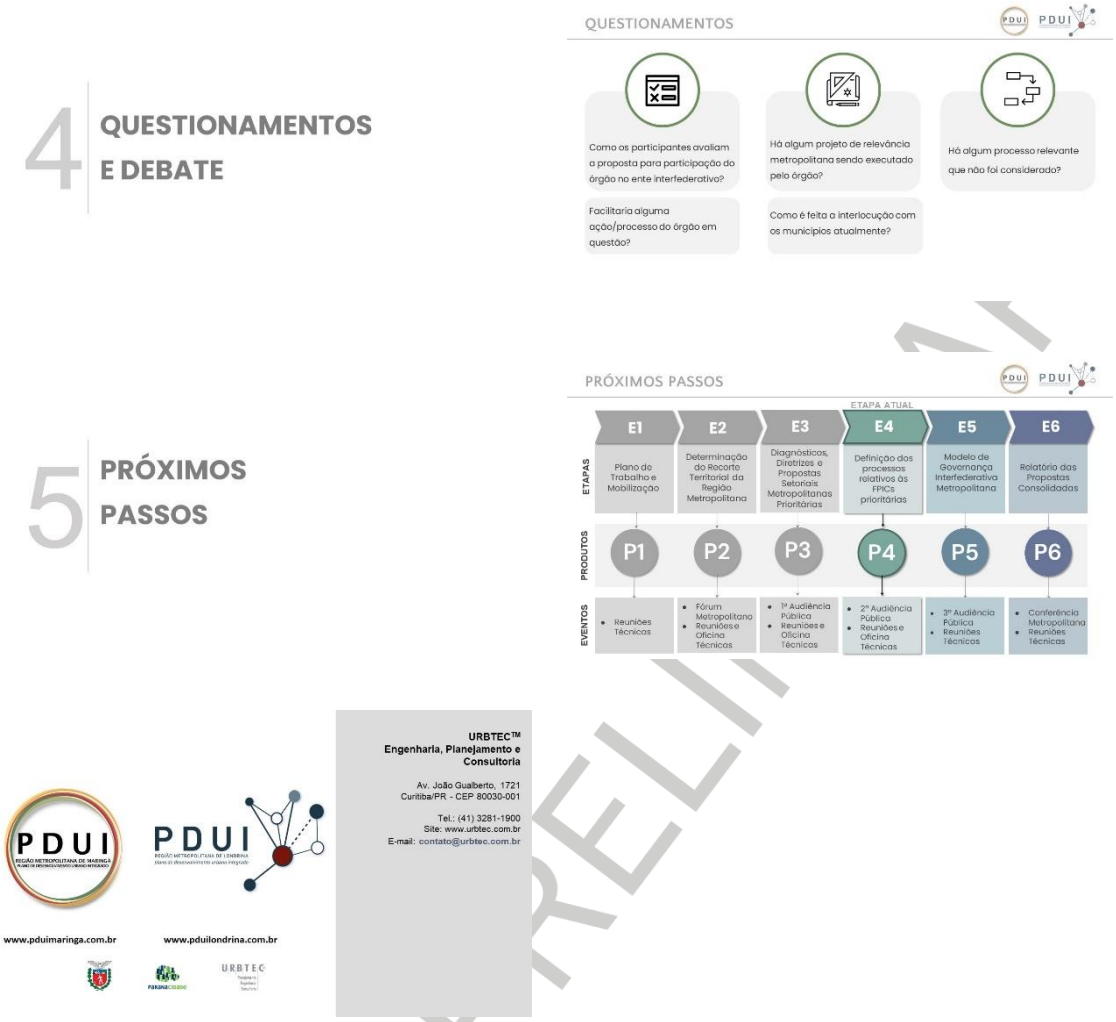
A anuência dos Planos Diretores Municipais visa a **compatibilização do planejamento municipal com a diretrizes metropolitanas**, conforme preconizado pelo Estatuto da Metrópole.



AÇÕES QUE ENVOLVEM O ÓRGÃO

TRANSPORTE DE PASSAGEIROS INTERMUNICIPAL:
- DER-PR: Atualmente responsável pelo transporte de passageiros intermunicipal, incluso linhas metropolitanas nas RMs de Londrina e de Maringá.
- Proposta: Competência do DER-PR sobre as linhas metropolitanas seja delegada ao ente metropolitano nas RMs. – *constituição de Consórcio Metropolitano de Transporte.*

DEMAIS AÇÕES:
- Compatibilização das diretrizes estaduais para implementação/melhoria de infraestruturas de mobilidade e logística com as diretrizes metropolitanas.
- Construção de Sistema de Informações Metropolitanas (SIM) integrado.
- Ação conjunta na execução de projetos/programas e obras com impacto no território metropolitano.



Fonte: URBTEC™, 2022.

VERSÃO PRELIMINAR

15. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 10 – IAT

Data: 19/09/2022

Horário: 09h00

Local: Híbrido

Virtual: Plataforma — *Microsoft Teams*

Presencial: Palácio das Araucárias – PARANACIDADE

Participantes: Carlos Storer, Geraldo Luiz Farias, Gil Polidoro, Glauco Pereira Junior, Ivonete Chaves, José Luiz Scroccaro, Lissandra Baldissera, Manoela Feiges, Marcia Polidoro, Maria Eduarda Aguiar, Nara da Silva e Rossana Baldozi.

Pauta: Apresentação da Etapa 04.

MEMÓRIA DE EVENTO

Geraldo Luiz Farias, representante do PARANACIDADE e gestor do contrato de elaboração dos PDUIs das RMs de Londrina e Maringá, deu início à reunião, contextualizando os Planos e o objetivo da reunião, de alinhamento do conteúdo da presente Etapa 04 junto às instituições estaduais competentes. Em seguida, passa à palavra à Manoela Feiges, coordenadora adjunta dos PDUIs e representante da Consultoria URBTEC™, que inicia a apresentação técnica.

Manoela contextualizou a elaboração do PDUI e sua etapa atual, de proposição dos processos de gestão e concepção da futura Governança Metropolitana Interfederativa. Em complementação, Geraldo aprofunda a conceituação da futura entidade interfederativa, citando o arcabouço legal do Estatuto da Metrópole e o exemplo da COMEC.

Manoela segue com a apresentação, demonstrando a proposta preliminar da estrutura da Governança, a partir das Instâncias preconizadas pela lei supracitada.

José Luiz Scroccaro, representante do IAT, ressalta a necessidade de diferenciar o corpo técnico das câmaras técnicas, para que se especifique os espaços

de participação da sociedade civil e demais atores. Gil Polidoro, geólogo especialista da FPIC de Meio Ambiente do PDUI da RMM, concorda e afirma que essa diferenciação foi considerada.

Gil e Geraldo retomam a conceituação de FPICs, contextualizando as três FPICs priorizadas. Especificamente quanto à FPIC de Meio Ambiente, Gil ressalta que as características ambientais não seguem necessariamente os limites políticos adotados e, portanto, nessa FPIC, o compartilhamento de responsabilidades preconizado pelo Estatuto da Metrópole se faz necessário, visto que há instituições competentes já atuantes na temática, porém, que não se referem necessariamente ao âmbito metropolitano.

Manoela segue a apresentação, exemplificando como se daria a participação do IAT na Instâncias propostas para a Governança Metropolitana. Retoma os principais processos de gestão da FPIC de Meio Ambiente.

José comenta que o IAT também atua na FPIC de Uso do Solo, como em processos de anuência de parcelamentos do solo, com relevância ambiental. Em resposta, Gil concorda e cita novamente o arcabouço legal que embasa a gestão metropolitana. Ressalta que os processos propostos não restringem ou removem atribuições atuais, mas sim as integram à atuação metropolitana.

Rossana Baldozi, representante do IAT, questiona então se há mais câmaras técnicas, contemplando a temática de Uso do Solo.

Gil responde que sim e explica que as câmaras técnicas reúnem os participes relevantes à temática em questão, com fim de embasar pareceres, em subsídio ao corpo técnico.

Quanto à temática de pontos de captação de recursos hídricos, José destaca que essa questão não é abordada nos Planos Diretores Municipais. Em complemento, Ivonete Chaves, representante do IAT, comenta que a homologação de um Decreto Estadual acerca dos mananciais incidentes nas RMs é essencial para o processo de licenciamento ambiental. Questiona, ainda, como se dará atuação da Entidade Metropolitana nesse processo.

Em resposta, Gil afirma que a atuação nesses processos também será subsidiária, atuando conforme acionado pelos órgãos competentes.

VERSÃO PRELIMINAR

Quanto à outorga de recursos hídricos, Gil comenta o diagnosticado levantado em especial para a RMM, em que se evidencia a concentração de pontos de captação irregulares, assim como a sobrecarga de corpos hídricos. Concorda com a urgência de oficialização de um Decreto Estadual demarcando as áreas de mananciais, de ambas as Regiões – RMM e RML.

José cita que o Decreto nº 745 de 2015, (atualizado recentemente pelo Decreto nº 10499 de 2022, que regulamenta o ordenamento territorial das áreas de mananciais de abastecimento público situadas na Região Metropolitana de Curitiba), poderia ser utilizado como referencial ou alterado para contemplar as demais regiões metropolitanas.

Gil cita a Lei de Proteção de Mananciais, que embasou a oficialização de decretos demarcando as áreas de mananciais da RMC. Em seguida, junto com José, concorda que a Lei deverá definir as principais diretrizes da temática e o decreto, a nível estadual, as especificidades, inclusive de gestão.

Gil comenta a importância da avaliação dos produtos já finalizados dos PDUIs, por parte dos representantes do IAT. Em seguida, Manoela retoma a apresentação e ratifica a importância de avaliação dos materiais dos Planos, em especial ao que cabe na FPIC de Meio Ambiente.

São apresentados os fluxos propostos para os processos da FPIC de Meio Ambiente.

Ivonete questiona a participação da Entidade Metropolitana nos processos de outorga de recursos hídricos. Em resposta, Gil comenta que a participação seria a partir da informação sobre áreas de interesse metropolitano, que possam vir a inibir a outorga. José afirma que essa informação seria publicitada a partir de Planos Metropolitanos e, assim, o IAT já teria acesso à relação das áreas de interesse metropolitano e, portanto, não há necessidade de envolver diretamente o Ente Metropolitano.

Na sequência, os representantes do IAT pontuaram a importância de que os processos da FPIC de Meio Ambiente relativos às áreas de risco considerassem também a questão do monitoramento e controle de cheias. Também foi debatido o

VERSÃO PRELIMINAR

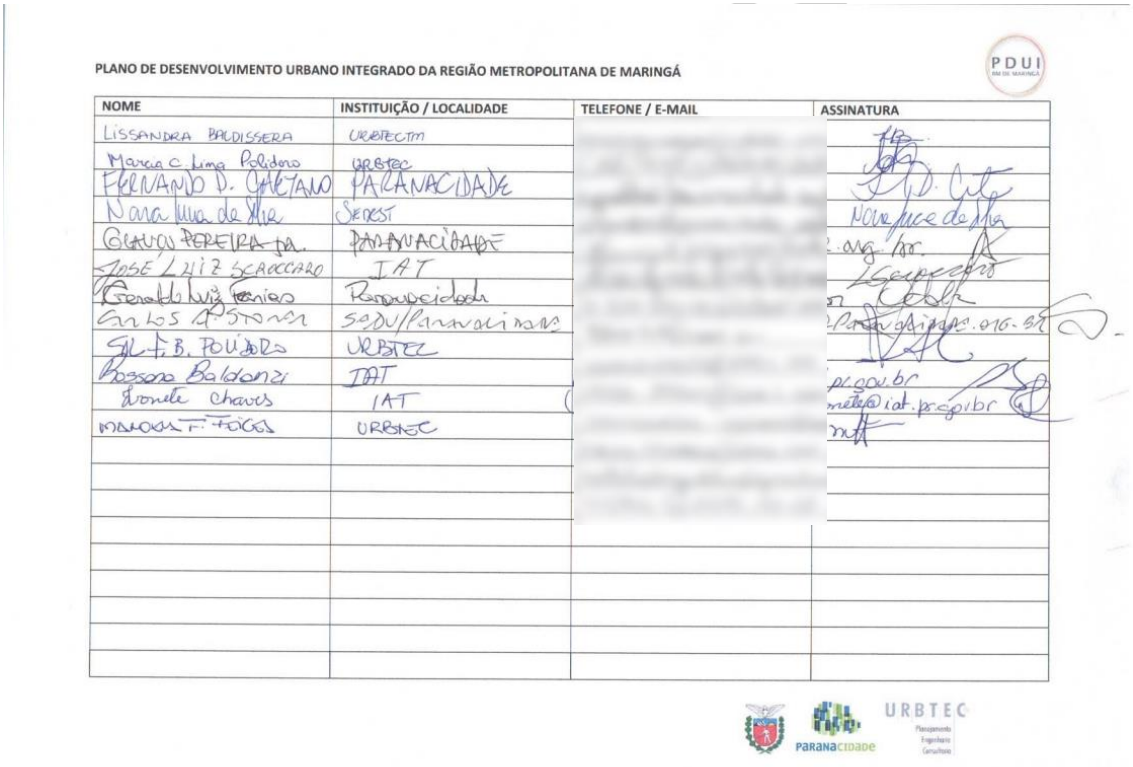
possível auxilio do ente metropolitano na revisão das metas dos Planos de Bacias que incidem sobre as regiões metropolitanas em questão.

Ao final da reunião, Manoela reforça o pedido de envio das considerações dos representantes do IAT acerca dos materiais dos PDUIs, em especial do Produto 04. José afirma que será realizado um parecer conjunto, a ser encaminhado ao PARANACIDADE em seguida.

Agradece-se a colaboração de todos, encerrando a reunião.

LISTA DE PRESENÇA

Figura 48: Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 10



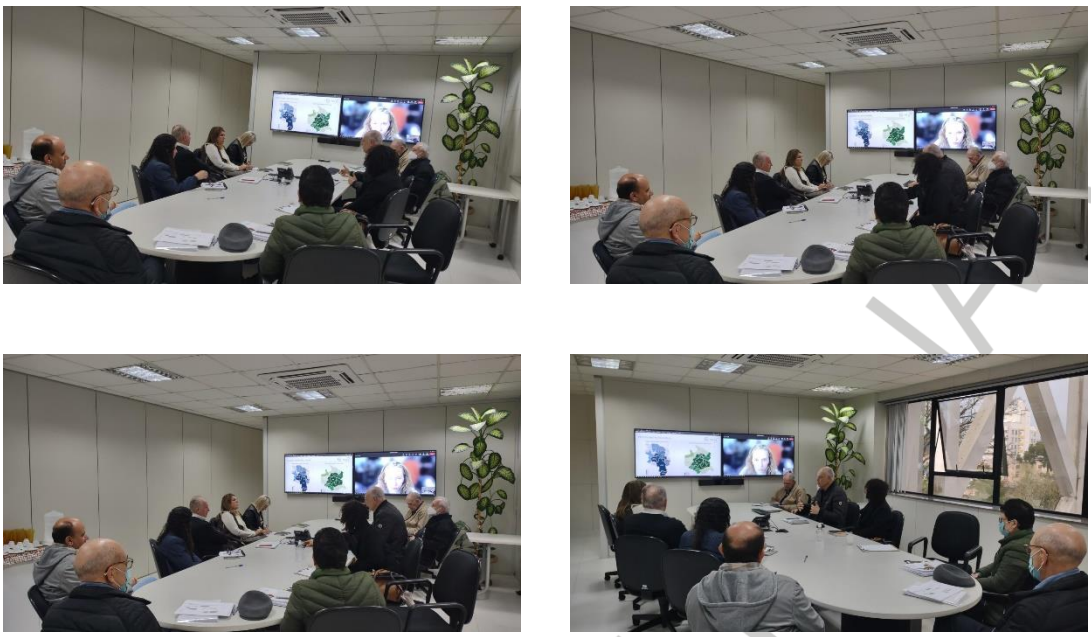
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
LISSANDRA BALDISSERA	URBTECTM		
Marcia C. Lima Polidoro	URBTEC		
FERNANDO D. GAETANO	PARANACIDADE		
Nara Lúcia de Mir	SEDEST		
CLAUDIA PEREIRA DA.	PARANACIDADE		
JOSÉ LUIZ SCARCCARO	IAT		
Geraldo Luiz Ferreira	Paranacidade		
Carlos A. Stoner	SEDU/Paranacidade		
GIL F. B. POLIDORO	URBTEC		
Rossano Baldanzi	IAT		
Ironete Chaves	IAT		
MANOELA F. FOGES	URBTEC		

Fonte: URBTEC™, 2022.

REGISTROS

Figura 49: Registros da Reunião Técnica Complementar 10

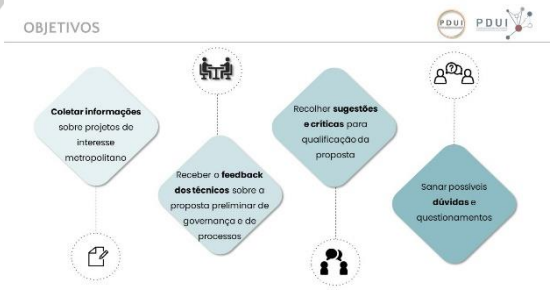


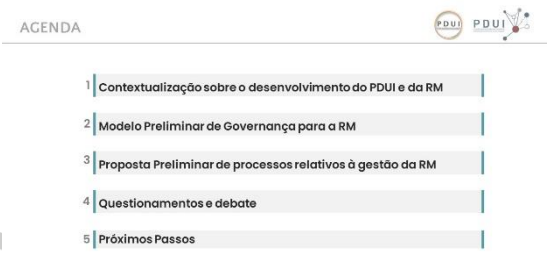
Fonte: URBTEC™, 2022.

APRESENTAÇÃO

Figura 50: Apresentação da Reunião Técnica Complementar 10

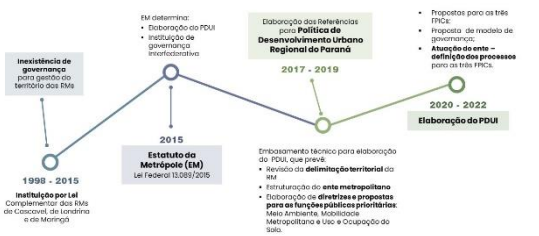








CONTEXTUALIZAÇÃO



REGIÕES METROPOLITANAS

Região Metropolitana de Londrina



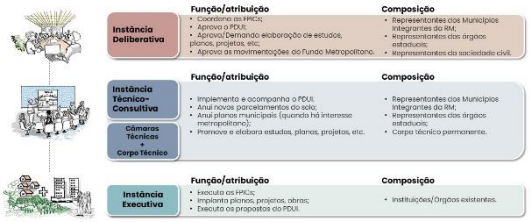
Região Metropolitana de Maringá



2 MODELO PRELIMINAR DE GOVERNANÇA

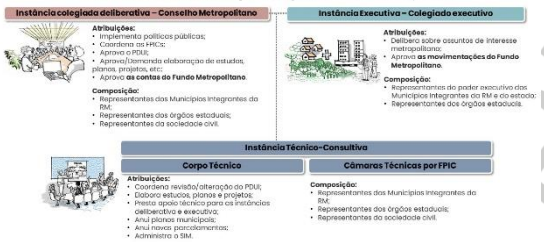
PROPOSTA PRELIMINAR - GOVERNANÇA

Conta com **três instâncias**, e um **sistema integrado de alocação de recursos (Fundo Metropolitano)**:



PROPOSTA DETALHADA - GOVERNANÇA

Conta com **três instâncias**, e um **sistema integrado de alocação de recursos** – Estatuto da Metrópole (Art. 8º):



PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS

Diferença entre as propostas:

- Compreensão sobre o papel **da instância executiva** proposta pelo Estatuto da Metrópole.

Em relação à participação do Instituto:

- Nas duas propostas, a participação do instituto poderia ocorrer em todas as instâncias, com exceção da instância executiva da proposta dois – que teria enfoque nos representantes do executivo municipal e estadual.
- É importante pontuar que o representante do instituto poderia variar conforme a participação em cada instância.
  Exemplo:
  - *Instância Técnico-consultiva* – para emissão de pareceres técnicos > participação de um técnico do Instituto;
  - *Instância Deliberativa* – para tomada de decisão estratégica > participação de um gestor do Instituto.

3 PROPOSTA PRELIMINAR DE PROCESSOS

PRINCIPAIS PROCESSOS DA GESTÃO METROPOLITANA

USO DO SOLO
1. Anuência Prévia de Parcelamentos Urbanos
2. Anuência de Planos Diretores Municipais
3. Emissão de Consultas Prévias
4. Administração do Sistema de Informações Metropolitanas (SIM)

MEIO AMBIENTE
1. Coordenação do planejamento da gestão de resíduos sólidos metropolitanos
2. Atuação subsidiária em processos de licenciamento ambiental
3. Atuação subsidiária em processos de outorga de recursos hídricos
4. Coordenação do planejamento da gestão de áreas de risco metropolitanas

MOBILIDADE METROPOLITANA
1. Anuência de Planos de Mobilidade
2. Coordenação do planejamento do transporte público coletivo metropolitano
3. Coordenação do planejamento e implantação de diretrizes viárias de relevância metropolitana

EXEMPLO DE PROCESSO DE GESTÃO: ATUAÇÃO SUBSIDIÁRIA EM LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS

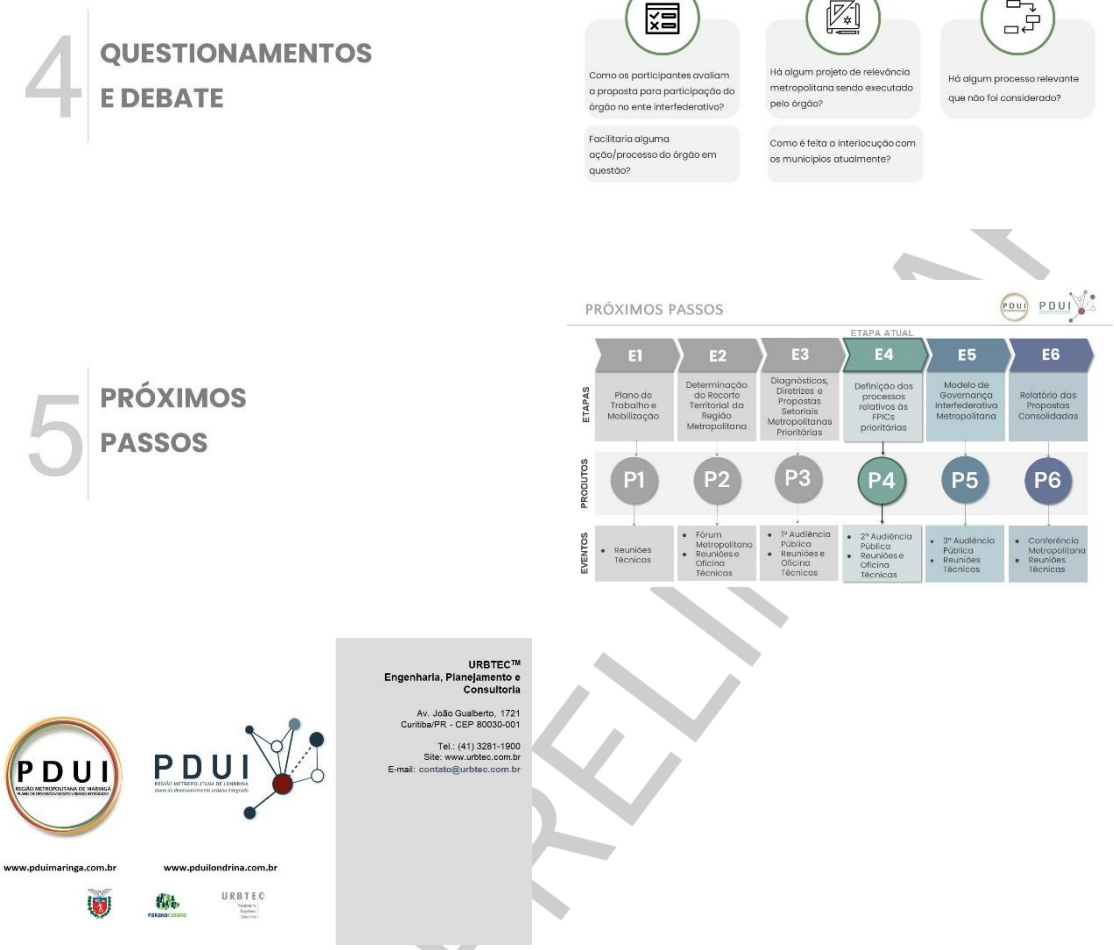
A atuação da Governança em processos de **licenciamento ambiental** se dá de forma **subsidiária, em associação aos órgãos e instituições competentes**, especificamente em processos sobre **áreas de relevância metropolitana**.



AÇÕES QUE ENVOLVEM O ÓRGÃO

Atuação do ente metropolitano junto ao IAT:

- **Coordenação e planejamento das Unidades de Conservação, Áreas Estratégicas e Parques Urbanos no território da RM;**
- **Coordenação de ações voltadas para efetivação da gestão ambiental** (ex. programa de qualificação dos técnicos);
- **Gestão das informações** metropolitanas sobre áreas de risco;
- **Coordenação de ações** voltadas para a gestão das áreas de risco metropolitanas;
- **Gestão dos mananciais por meio**: (i) da criação do Sistema integrado de Gestão dos mananciais; (ii) da delimitação das áreas de mananciais por decreto; (iii) da criação de conselho gestor dos mananciais; (iv) da elaboração de plano de reordenamento territorial nas áreas de manancial; etc.
- **Participação na gestão dos recursos hídricos** por meio: (i) da contribuição na elaboração de normativas junto ao CERH-PR e na revisão do Plano de Metas dos Planos de Bacia; (ii) da proposição de protocolo para emissão, acompanhamento e monitoramento de outorgas de recursos hídricos; (iii) da elaboração de projeto de implantação imediata do PSA.



Fonte: URBTEC™, 2022.

VERSÃO PRELIMINAR

16. REUNIÃO TÉCNICA 10 – *WORKSHOP* FINAL

Data: 22/09/2022

Horário: 14h

Local: Híbrido

Virtual: Plataforma Microsoft Teams

Presencial: Palácio das Araucárias – PARANACIDADE

Participantes: Augusto Pereira, Edgar Silvestre, Fernando Caetano, Geraldo Luiz Farias, Gil Polidoro, Gustavo Taniguchi, Laura Granzotto, Luisa Amorielo, Marcia Polidoro, Maria Eduarda Aguiar, Mariano Macedo, Samira Elias e Carlos Storer.

Pauta: Encerramento da Etapa 04.

MEMÓRIA DE EVENTO

Inicialmente, Edgar Silvestre, representante do escritório regional do PARANACIDADE em Maringá, comenta o envio de um ofício, por parte do município de Nova Esperança a deputados estaduais, solicitando a retirada do município da Região Metropolitana de Maringá. Comenta, ainda, que aparentemente o município de Lobato fará o mesmo.

Em seguida, Geraldo Luiz Farias, representante do PARANACIDADE e gestor do contrato de elaboração do PDUI da RM de Maringá, junto com Fernando Caetano, também integrante do PARANACIDADE e fiscal do mesmo contrato, acordam a elaboração interna do modelo de um documento jurídico, contemplando a formalização da intenção de saída desses municípios da RM e a justificativa da ausência municipal na Segunda Audiência Pública do Plano. Afirmam que os documentos serão encaminhados aos Prefeitos Municipais e quando retornados, deverão ser anexados aos relatórios da Etapa 04.

Em retomada ao objetivo da reunião, Fernando cumprimenta os demais participantes e contextualiza o fechamento da Etapa 04 de elaboração do Plano. Em seguida passa a palavra ao diretor da URBTEC™, Gustavo Taniguchi, que dá início à apresentação técnica.

VERSÃO PRELIMINAR

Gustavo frisa que o conteúdo da Etapa considera as contribuições recebidas na Segunda Audiência Pública, assim nas reuniões complementares realizadas com as instituições nas últimas semanas. Apresentou o andamento do Plano, reforçando os próximos eventos participativos.

Em seguida, apresentou o conteúdo requisitado no Termo de Referência e a forma pelo qual foi apresentado em relatório. Falou sobre os eventos realizados na etapa e sobre os materiais de registro Centros de Apoio Municipal da Segunda Audiência Pública.

Fernando afirmou que entrará em contato com os municípios que ainda não encaminharam os registros.

Gustavo retomou em seguida as opções de recorte metropolitano propostas, assim como a metodologia utilizada em sua concepção.

Apresentou, ainda, a estrutura a ser seguida na Governança Metropolitana, em obediência ao preconizado pelo Estatuto da Metrópole. Demostrou também as composições propostas para o Fundo Metropolitano, em que se concentraram os recursos de operação do futuro Ente Interfederativo.

Seguiu com o cálculo estimado de custo de operação anual da Governança, ressaltando que não houve considerações acerca do montante estimado na Segunda Audiência Pública. Questiona se houve algum retorno da SEPL acerca do conteúdo.

Fernando afirma que não.

Abordando em seguida os processos de gestão propostos, retomou os principais a serem assumidos por cada FPIC. Relembrou ainda os esforços do DER de estudar a futura concessão das Linhas Metropolitanas de Transporte Público em Londrina, a ser replicado em Maringá.

Laura Granzzoto, representante do IPPLAM, afirma que o Instituto ainda tem dúvidas e considerações acerca do Macrozoneamento Metropolitano, proposto na Etapa 03 do Plano.

Fernando e Gustavo, em resposta, solicitam o retorno formal do IPPLAM com as considerações em questão.

VERSÃO PRELIMINAR

Quanto ao conteúdo geral do Plano e da Etapa 04, Laura defende a necessidade de abarcar mais temáticas, como saneamento básico. Em resposta, Geraldo Luiz Farias explica que inicialmente o saneamento básico era considerado na FPIC de Meio Ambiente, no entanto, a partir da homologação da Lei Estadual Complementar n° 237/2021, que diz respeito às Microrregiões de Saneamento no Paraná, a temática foi removida do escopo do PDUI.

Em seguida Laura argumenta a possível inclusão de outras FPICs a serem consideradas no PDUI, como de segurança pública e saúde. Em resposta, Fernando e Carlos Storer – representante do PARANACIDADE e fiscal do contrato de elaboração do PDUI da RM de Londrina – contextualizam o motivo de terem sido concebidas inicialmente três FPICs prioritárias no PDUI, afirmando que as temáticas em questão englobam políticas públicas, que demandam integração, até então não executadas integralmente por outras instituições a nível regional. Relembram ainda, que após a instauração da Governança Metropolitana novas FPICs podem ser propostas.

Laura então questiona como se daria o processo de proposição de novas FPICs dentro do futuro Ente Interfederativo. Em resposta, Geraldo e Gustavo afirmam que bastaria a deliberação interna da entidade, sem a necessidade de alterações de leis ou revisão imediata do PDUI.

Retomando o Macrozoneamento Metropolitano Proposto, Laura afirma ter dúvidas acerca dos critérios de delimitação da Macrozona de Ocupação Controlada. Em resposta, Geraldo e Gustavo reafirmam a necessidade de retorno formal do IPPLAM, com as considerações em questão e ressaltam que, caso necessário, outra reunião específica a respeito do macrozoneamento poderia ser realizada.

Retornando à apresentação técnica, Gustavo exemplifica o processo de anuência de Planos Diretores e de Mobilidade. Gil Polidoro, geólogo, especialista da FPIC de Meio Ambiente do PDUI da RM de Maringá, questiona se houve retorno do IAT acerca dos processos discutidos em reunião complementar.

Acorda-se que Fernando entrará em contato com o IAT, encaminhando novamente os materiais da Etapa 04 e solicitando retorno, com sugestão de um prazo máximo. Em adendo, Carlos pede que essa solicitação também englobe os materiais do PDUI da RM de Londrina.

VERSÃO PRELIMINAR

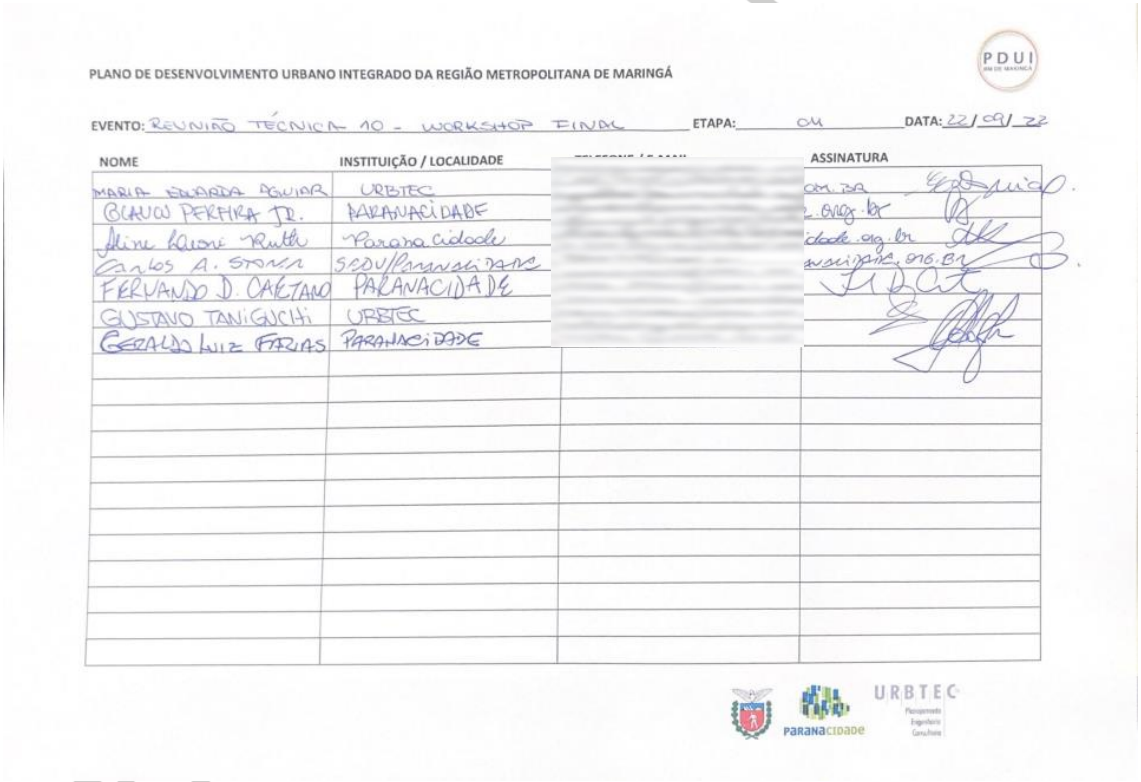
Gustavo segue apresentando o cronograma inicial da Etapa 05, citando a proposta de união da Reunião Técnica 11 e da Oficina Técnica 04. Laura sugere o contrário, de forma que a Reunião Técnica 11 seja voltada à discussão do macrozoneamento metropolitano e à Oficina Técnica ao escopo da Etapa 05.

Geraldo e Fernando concordam com a proposta de Laura. Com isso, Geraldo solicita o encaminhamento do cronograma atualizado. Acorda-se que ambos os eventos serão realizados no formato virtual.

Ao final, Fernando reforça a finalização da Etapa 04 e agradece a colaboração dos participantes. Geraldo finaliza a reunião e agradece a presença de todos.

LISTA DE PRESENÇA

Figura 51: Lista de Presença Reunião Técnica 10



PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

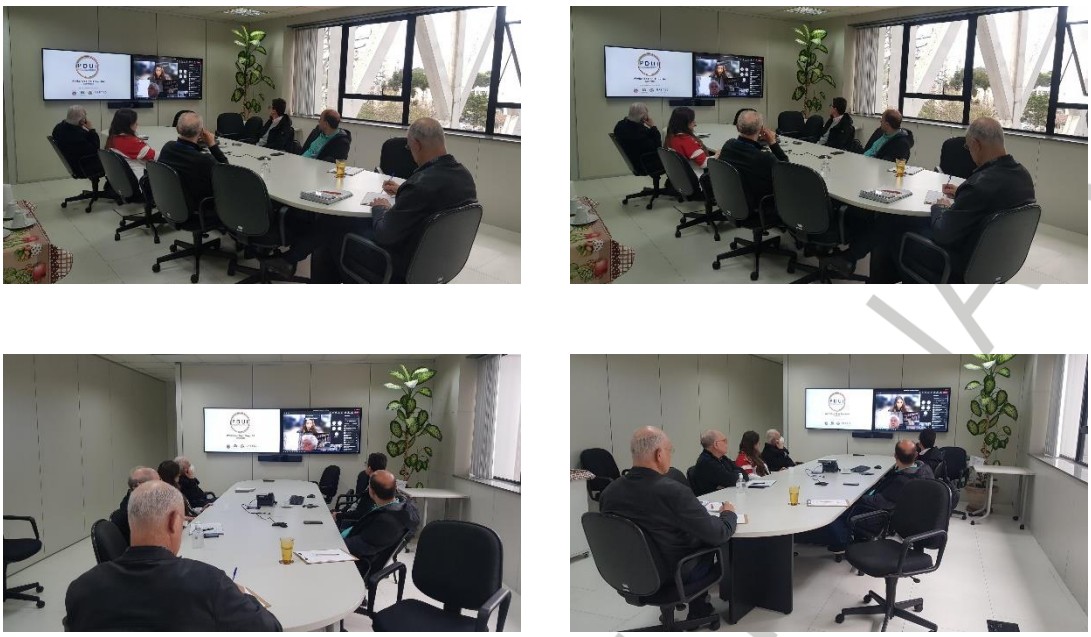
EVENTO: REUNIÃO TÉCNICA 10 - WORKSHOP FINAL ETAPA: 04 DATA: 22/09/22

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE		ASSINATURA
MARIA EDARDA AGUIAR	URBTEC		
CLAUDIO PEREIRA JR.	PARANACIDADE		
Aline Raione Ruttli	Paranacidade		
Carlos A. Stoch	SEDU/Paranacidade		
FERNANDO D. CAETANO	PARANACIDADE		
GUSTAVO TANIGUCHI	URBTEC		
GERALDO LUIZ FARIAS	PARANACIDADE		

Fonte: URBTEC™, 2022.

REGISTROS

Figura 52: Registros da Reunião Técnica 10



Fonte: URBTEC™, 2022.

APRESENTAÇÃO

Figura 53: Apresentação da Reunião Técnica 10



ETAPA 04 - DEFINIÇÃO DOS PROCESSOS RELATIVOS ÀS FPICS PRIORITÁRIAS

5

P4 TERMO DE REFERÊNCIA

- Reconhecimento dos **processos relacionados à gestão de cada uma das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs)** prioritárias;
- Análise da tratativa dada pelos municípios da RMM a esses processos;
- Proposição de **processos de gestão** para cada uma das FPICs em nível metropolitano;
- Identificação das **adaptações necessárias** às gestões municipais para atendimento do interesse metropolitano na gestão de cada uma das FPICs;
- Indicação dos **custos e responsabilidades** dos integrantes municipais na futura Governança Interfederativa.

P4 RELATÓRIO

- Análise institucional e legal;
- **Modelo Preliminar para Governança Interfederativa;**
- Processos de gestão para as FPICs prioritárias;
- Identificação dos processos de gestão:
  - Proposta para os **processos de gestão** em nível metropolitano;
  - Síntese da definição dos principais processos para as FPICs priorizadas;
  - **Custos e responsabilidades**

EVENTOS ETAPA 04

6

REUNIÕES COMPLEMENTARES 10

- **Duas** Reuniões Técnicas Complementares com o IPPLAM
- **Quatro** Reuniões Técnicas Complementares com o PARANACIDADE
- **Quatro** Reuniões Técnicas Complementares com as Instituições

EVENTOS PARTICIPATIVOS 2

- Oficina Técnica 03*
- 2ª Audiência Pública

REUNIÕES TÉCNICAS 3

- Reunião Técnica 08 – Workshop Preliminar*
- Reunião Técnica 09 – Instituições
- Reunião Técnica 10 – Workshop Final

TOTAL 15

* Em reunião com o PARANACIDADE e com oficialização via ofício, a Reunião Técnica 08 e a Oficina Técnica 03, foram realizados em conjunto

EVENTOS ETAPA 04

7

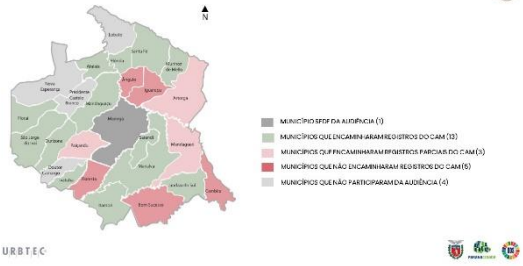
REUNIÕES COMPLEMENTARES — PARANACIDADE, IPPLAM, INSTITUIÇÕES

EVENTOS PARTICIPATIVOS — OFICINA TÉCNICA 03, 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

REUNIÕES TÉCNICAS — REUNIÃO TÉCNICA 09

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – CENTROS DE APOIO MUNICIPAIS

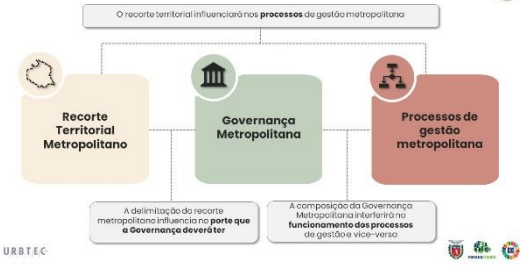
8



URBTEC

RELAÇÃO DE CONTEÚDO

9



URBTEC

2 RECORTE TERRITORIAL METROPOLITANO

RECORTE TERRITORIAL METROPOLITANO

11

- A **revisão territorial** da RM garante que seus limites correspondam às reais necessidades de integração, prezando, consequentemente pela **otimização da gestão metropolitana**
- A decisão de recorte territorial será pautada no **debate técnico e político da gestão metropolitana**
- É preciso subsidiar esse debate
- Para tanto, foram elaboradas **três opções de recorte**, considerando a **integração da gestão entre os municípios, com base nas FPICs**
- Cada opção apresenta **vantagens e desvantagens** a serem debatidas

A REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ ATUAL

12

26 MUNICÍPIOS INTEGRANTES

Conforme definido na Lei Estadual Complementar nº 83/1998.



METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO – OPÇÕES DO RECORTE METROPOLITANO

13



RECORTE METROPOLITANO – OPÇÃO 01

14

EIXO URBANO DA BR-376



OPÇÃO 01
13 MUNICÍPIOS

VANTAGENS

- Caráter estratégico para ordenamento territorial, sobre áreas de recursos hídricos sensíveis;
- Foco na integração das políticas de mobilidade;
- Alta integração entre os municípios.

DESVANTAGENS

- Diminuição de capacidade do ente metropolitano para atuação em alguns municípios;
- Limitação do papel da RMM de catalisar o desenvolvimento regional de forma ampla.

RECORTE METROPOLITANO – OPÇÃO 02

CORREDOR URBANO-AMBIENTAL ENTRE OS RIOS IVAÍ E PIRAPÓ

15



OPÇÃO 02

21

MUNICÍPIOS

CONVENÇÕES

Municípios considerados
Integração da mancha urbana
Novas centralidades
Conservação de recursos Hídricos
Corredores ambientais
Fluxo logísticos existentes
Fluxo logísticos projetados

VANTAGENS

- Integração dos municípios ao longo da BR-379 e da PR-317;
- Estratégia de preservação dos recursos hídricos;
- Recuperação da cobertura florestal às margens dos rios Ivaí e Pirapó.

DESVANTAGENS

- Maiores despesas;
- Maior quantidade de processo de gestão;
- Maior número de agentes metropolitanos necessários.

RECORTE METROPOLITANO – OPÇÃO 03

CORREDOR URBANO-AMBIENTAL ENTRE OS RIOS IVAÍ E BANDEIRANTES

16



OPÇÃO 03

26

MUNICÍPIOS

CONVENÇÕES

Municípios considerados
Integração da mancha urbana
Novas centralidades
Conservação de recursos Hídricos
Corredores ambientais
Fluxo logísticos existentes
Fluxo logísticos projetados

VANTAGENS

- Manutenção da RM atual;
- Gestão regional integrada
- Controle de Uso do Solo sobre áreas de fragilidade ambiental;
- Maior atratividade de investimentos.

DESVANTAGENS

- Maiores despesas;
- Maior quantidade de processo de gestão;
- Maior número de agentes metropolitanos necessários.

3 GOVERNANÇA METROPOLITANA

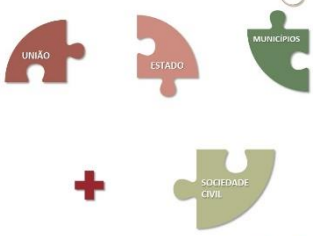
PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA METROPOLITANA

18

A futura Governança Metropolitana será **interfederativa**, conforme preconizado pelo Estatuto da Metrópole. Portanto, sua estrutura será composta pelos **três entes da federação**

Também terá a participação da **Sociedade Civil** a partir de composições colegiadas

A composição interfederativa é caracterizada pelo **compartilhamento das responsabilidades e ações** sobre as FPICS, entre os entes da federação



URBTEC

PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA METROPOLITANA

19

A principal função da Governança Metropolitana será de **articular os entes** em questão, na **gestão integrada das FPICs dentro do território metropolitano**

Tem como **princípios**:

1. A articulação dos **órgãos competentes**, atualmente já atuantes na **execução das FPICs**
2. A necessidade de um **corpo técnico dedicado** aos processos metropolitanos
3. A **atuação colegiada**, em fomento ao caráter interfederativo



URBTEC

ATUAÇÃO DA GOVERNANÇA METROPOLITANA – DETALHADA

20

Para tanto, contará com **três instâncias**, e um **sistema integrado de alocação de recursos** conforme determinado pelo Estatuto da Metrópole (Art. 8º):

Instância colegiada deliberativa – Conselho Metropolitano



Atribuições:

- Implementa políticas públicas;
- Coordena as FPICs;
- Aprova o PDUI;
- Aprova/Demanda elaboração de estudos, planos, projetos, etc;
- Aprova **as contas do Fundo Metropolitano**.

Instância Executiva – Colegiado executivo



Atribuições:

- Delibera sobre assuntos de interesse metropolitano;
- Aprova **as movimentações do Fundo Metropolitano.**

Instância Técnico-Consultiva

Corpo Técnico



Câmaras Técnicas por FPIC

Atribuições:

- Coordena revisão/alteração do PDUI;
- Elabora estudos, planos e projetos;
- Presta apoio técnico para as instâncias deliberativa e executiva;
- Analisa planos municipais;
- Analisa novos parcelamentos;
- Administra o SIM.

URBTEC

SISTEMA INTEGRADO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

21

FUNDO METROPOLITANO

COMPOSIÇÃO

RUBRICA DE CUSTEIO OPERACIONAL

Recursos de contribuições dos integrantes da Governança Metropolitana (Estado e Municípios), e taxas de análise.

RUBRICA DE CUSTEIO DE PROJETOS

Recursos de repasses federais e estaduais, e em especial diferentes fontes de financiamento, a depender do projeto em questão.

INTERAÇÃO

APROVAÇÃO DE MOVIMENTAÇÕES

Se dá pela **Instância Deliberativa**, também responsável pela definição do orçamento metropolitano.

SOLICITAÇÃO DE MOVIMENTAÇÕES

Se dá pelas **Instâncias Técnico-Consultiva e Executiva**, a depender do projeto em questão.

URBTEC

CUSTOS OPERACIONAIS PRELIMINARES

22

	Corpo Técnico Preliminar – Instância Técnico-Consultiva
Diretoria Administrativa	Diretoria Assessoria Gerência Administrativa Financeira Gerência Recursos Humanos Gerência de serviços
Assessoria Jurídica	Consultor Jurídico Assessoria
Diretoria Técnica	Diretoria Assessoria
Técnicos	Técnico em Gestão Ambiental Técnico em Gestão Territorial Técnico em Mobilidade Técnico em Geoprocessamento Técnico em Planejamento Urbano Técnico em Informática Estagiários

Estrutura física Mínima

Equipamentos e Infraestrutura

Custos Fixos Estimados (água, luz, internet, etc.)

Cálculo estimado de **operação** anual **aproximadamente** R$ 3.000.000,00

URBTEC

4 PROCESSOS DA GESTÃO METROPOLITANA

PRINCIPAIS PROCESSOS DE GESTÃO METROPOLITANA

24

MOBILIDADE METROPOLITANA

1. Anuência de **Planos de Mobilidade**
2. Coordenação do planejamento do **transporte público coletivo metropolitano**
3. Coordenação do planejamento e implantação de **diretrizes viárias** de relevância metropolitana

USO DO SOLO

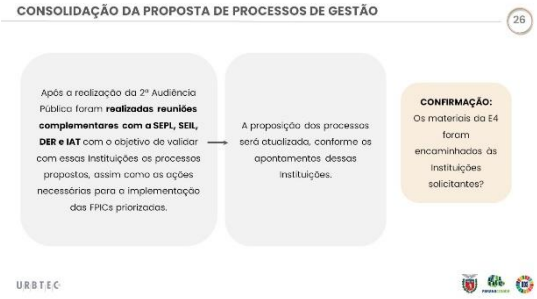
1. Anuência Prévia de Parcelamentos Urbanos
2. Anuência de **Planos Diretores Municipais**
3. Emissão de **Consultas Prévias**
4. Administração do **Sistema de Informações Metropolitanas (SIM)**

MEIO AMBIENTE

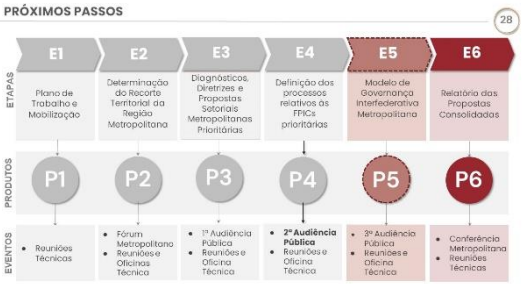
1. Coordenação do planejamento da gestão de **resíduos sólidos metropolitanos**
2. Atuação subsidiária em processos de **licenciamento ambiental**
3. Atuação subsidiária em processos de **outorga de recursos hídricos**
4. Coordenação do planejamento da gestão de **áreas de risco metropolitanas**

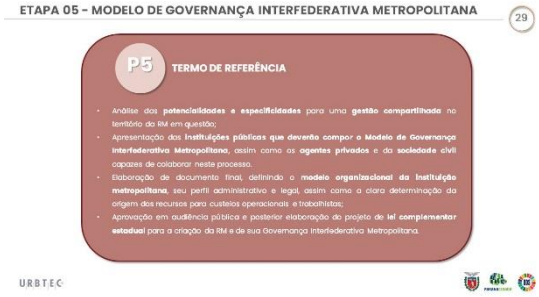
URBTEC



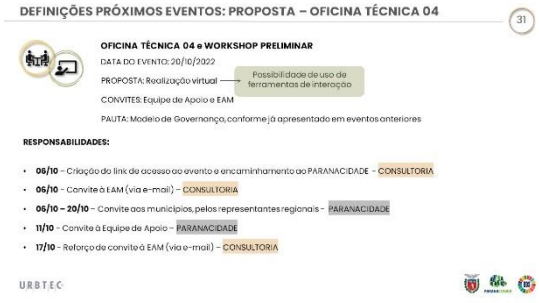


5 PRÓXIMOS PASSOS

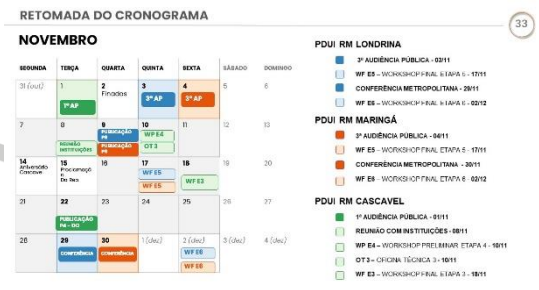














URBTEC™
Engenharia, Planejamento e Consultoria
Av. João Gualberto, 1721
Curitiba/PR - CEP 80030-001
Tel.: (41) 3281-1900
Site: www.urbtec.com.br
E-mail: contato@urbtec.com.br

Fonte: URBTEC™, 2022.

17. ANEXOS

17.1. SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

17.1.1. MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

Figura 54: Manual do Centro de Apoio Municipal



SUMÁRIO

1. ESTRUTURA DO MANUAL 4
2. O QUE É O PDUI? 4
3. O QUE É O CENTRO DE APOIO MUNICIPAL? 6
4. QUAL O EVENTO? 7
4.1. PERÍODO ELEITORAL 7
5. A INSTALAÇÃO DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL 8
5.1. ESPAÇO FÍSICO MÍNIMO 8
5.2. PESSOAL NECESSÁRIO 8
5.3. EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS 9
6. A COORDENAÇÃO DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL 9
6.1. O RESPONSÁVEL 9
6.2. O MOMENTO DE CONTRIBUIÇÕES 11
7. ANEXOS 12
7.1. ANEXO I - CHECK-LIST DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL 13
7.2. ANEXO II - MODELO DE LISTA DE PRESENÇA 14
7.3. ANEXO III – MODELO DE FICHA DE CONTRIBUIÇÃO ESCRITA 15
7.4. ANEXO IV - ROTEIRO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 16

1. ESTRUTURA DO MANUAL

Este manual tem por objetivo orientar os responsáveis pela **instalação dos Centros de Apoio Municipais (CAMs)**, para a realização de eventos públicos em modelo híbrido, referentes à elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM).

Este documento se estrutura em sete capítulos:

1. Breve introdução a respeito do manual;
2. Introdução ao PDUI;
3. Definição de Centro de Apoio Municipal (CAM);
4. Descrição do evento em questão, a 2ª Audiência Pública do PDUI;
5. Orientação da instalação do CAM, indicando o espaço físico, pessoal e equipamentos necessários;
6. Orientação da Coordenação do CAM, quais as responsabilidades dos envolvidos e como funcionará o momento de contribuições do evento;
7. Anexos.

Recomendamos a leitura deste manual para compreender o funcionamento do evento e assegurar sua plena execução.

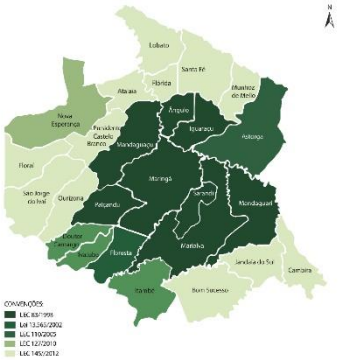
No site do PDUI da RMM estão os disponíveis outros documentos que embasam a discussão do Plano e da Audiência em questão: www.pduimaringa.com.br.

2. O QUE É O PDUI?

O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM) é um instrumento urbanístico previsto na Lei Federal nº 13.089/2015 – Estatuto da Metrópole. Seu objetivo é orientar o **planejamento e a gestão da região de forma integrada**, guiado pelos aspectos de uso do solo, mobilidade e meio ambiente regionais.

A **Região Metropolitana de Maringá (RMM)** foi oficialmente criada por meio da Lei Complementar nº 83, de julho de 1998, abrangendo originalmente os municípios

de Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaraçu e Mandaguaçu, além do município polo. Até 2012, ocorreram diversas anexações de municípios, totalizando **26 municípios integrantes** atualmente.



A elaboração do PDUI da RMM é decorrente da Concorrência Pública 001/2019 e Contrato de Prestação de Serviços Nº 008/2020, celebrado em 2020, entre a URBTEC™ Engenharia, Planejamento e Consultoria e o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, junto à Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDU/PR).

A elaboração do PDUI está estruturada em seis etapas:



A presente Etapa 04 contempla a 2ª Audiência Pública do PDUI da RMM que será tratada neste manual.

Para mais informações consulte o site: www.pduimaringa.com.br

3. O QUE É O CENTRO DE APOIO MUNICIPAL?

O Centro de Apoio Municipal (CAM) é uma **estrutura pública municipal com o objetivo de possibilitar o acompanhamento e participação** da população nos eventos públicos do PDUI da RMM, ampliando as oportunidades de contribuições comunitárias — essenciais para a elaboração do Plano.

A cada CAM será designado, a partir do contato do PARANACIDADE, um **representante municipal** que será **responsável pela coordenação da estrutura e condução da participação social** dos presentes, durante o evento. Suas responsabilidades serão detalhadas ao longo deste manual.

Os CAMs serão instalados em cada município da RMM para as datas dos eventos em questão. Os responsáveis pelo centro receberão o **link de acesso ao evento na plataforma *Zoom*** pela consultoria URBTEC™. **Os links serão enviados nos endereços de e-mail previamente informados** pelos representantes do centro ao PARANACIDADE. A partir da plataforma, o evento público será transmitido e os cidadãos presentes no CAM poderão realizar contribuições.

A organização, instalação e coordenação dos CAMs são de responsabilidade de seus respectivos municípios. Por sua vez, a convocação e orientação dos municípios é de responsabilidade do PARANACIDADE.

4. QUAL O EVENTO?

O presente evento que irá demandar o uso dos Centros de Apoio Municipais, se refere à **2ª Audiência Pública do PDUI da Região Metropolitana de Maringá**, que acontecerá no dia **1º de setembro de 2022** (quinta-feira), às **14h00**. O evento ocorrerá presencialmente no município de Maringá e nos CAMs instalados nos outros 25 municípios pertencentes à RMM.

A 2ª Audiência Pública do Plano tem como objetivo **apresentar à população os resultados preliminares da presente Etapa 04 do PDUI**, que se refere definição dos processos de gestão metropolitanos. **Além da apreciação, a Audiência também possibilitará a realização de contribuições pela comunidade.** Tendo em vista tal objetivo, e em consonância com os princípios estabelecidos no Estatuto da Metrópole, a instalação dos CAMs é fundamental para a garantia da ampla participação da população.

Mais informações e documentos acerca do evento podem ser consultados em: www.pduimaringa.com.br/audiencia

4.1. PERÍODO ELEITORAL

De acordo com as orientações, já indicadas nos procedimentos da 2ª Audiência Pública, em virtude da vigência do período eleitoral de 2022, é **terminantemente proibido qualquer tipo de manifestação de cunho político-eleitoral, seja por parte de membros da sociedade civil, quanto autoridades.**

O participante que profira fala ou contribuição passível de enquadramento como manifestação política-eleitoral terá seu microfone (físico ou virtual) desativado e será convidado a se retirar do evento.

Em caso de recusa, o participante será escoltado para fora do evento ou removido da transmissão ao vivo.

Em obediência as restrições cabíveis ao referido período, as divulgações e publicações da Segunda Audiência Pública se limitam ao modelo de publicidade legal, atendendo ao preconizado pelas Leis Federais nº 13.089/2015 e nº 10.257/2001.

5. A INSTALAÇÃO DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

A definição do endereço sede do CAM deve ser realizada previamente ao evento, conforme acordado entre o PARANACIDADE e o responsável pelo CAM. O espaço deverá ser de acesso público e, preferencialmente, ser um local de referência no município (como a Prefeitura ou a Câmara de Vereadores).

O CAM deverá ser instalado, na data de realização do evento, atendendo os devidos pré-requisitos para a participação da sociedade, conforme aqui informado.

Nos capítulos seguintes serão discriminados os critérios mínimos a serem cumpridos para o bom funcionamento do evento.

5.1. ESPAÇO FÍSICO MÍNIMO

A sede de instalação do CAM deve atender às **medidas sanitárias vigentes**, decorrentes da pandemia da COVID-19. Nesse sentido, deve ser garantida a devida **ventilação** do ambiente, caso possível, o **distanciamento social** também deverá ser garantido.

Recomenda-se a **capacidade mínima de 30 pessoas**, considerando os cidadãos e representantes municipais, que também estarão presentes no CAM.

A sede do CAM **obrigatoriamente** deve ter **acesso à internet**, viabilizando a transmissão e acompanhamento do evento.

5.2. PESSOAL NECESSÁRIO

Para a instalação e coordenação do CAM é necessário garantir, minimamente, a presença do **responsável pelo CAM**, designado pela Prefeitura Municipal em conjunto com o PARANACIDADE, no momento de contato com o município.

Se possível, é recomendável a participação de um **técnico de informática ou outra especialidade similar**, que poderá auxiliar na disponibilização e instalação dos equipamentos técnicos necessários para o acompanhamento da transmissão do evento.

Também é recomendável que seja convocado um **auxiliar** ao responsável pelo CAM, que facilitará o cumprimento das responsabilidades que são listadas nos próximos capítulos deste documento.

Dado o caráter oficial de Audiência Pública, é interessante convocar **representantes do Executivo e/ou Legislativo**, como Prefeitos (as), Secretários (as), Vereadores (as) e seus assessores para a devida representação institucional do município.

5.3. EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS

Para a participação do CAM no evento público em questão são necessários equipamentos técnicos que viabilizem sua transmissão e acompanhamento. São esses:

- **Computador:** com a plataforma *Zoom* instalada em seu *desktop*. Para a instalação acesse o site: https://zoom.us/download
- **Tela e Projetor**: para projetar a tela do computador, transmitindo o evento.
- **Cabo de internet**: para conectar o computador ao acesso de internet do CAM. Recomenda-se o uso do cabo, ao invés do *wi-fi*, com o objetivo de evitar quedas de conexão e instabilidades na transmissão.
- **Sistema de som:** conectado ao computador, assegurando a transmissão clara do áudio do evento no CAM e captação das falas dos participantes.
- **Cadeiras e mesa de apoio:** assegurando a acomodação de, no mínimo, 30 participantes.
- ***Webcam*:** conectada ao computador, garantindo a transmissão da imagem do CAM e dos participantes no evento.

6. A COORDENAÇÃO DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

6.1. O RESPONSÁVEL

O responsável municipal designado deverá coordenar o CAM e orientar a população participante acerca do funcionamento geral do evento.

Suas atividades estão descritas nesse documento e estão sintetizadas também no **Anexo I.**

Suas principais responsabilidades são:

1. Definir o **local** sede do CAM.
2. Manter **contato** com a equipe do PARANACIDADE e da consultoria URBTEC™ acerca das definições do evento.
3. Auxiliar na **divulgação** do evento público em questão entre os técnicos municipais, representantes de segmentos da sociedade civil, de associações, de movimentos sociais, de instituições de ensino superior e demais possíveis interessados.
4. Viabilizar a publicação dos materiais de divulgação nos portais da Prefeitura, encaminhados pela Consultoria e pela URBTEC™.
5. Garantir a correta **instalação** do CAM, mobilizando os demais representantes municipais necessários.
6. Abrir o CAM ao público **30 minutos antes** do horário definido para o início do evento.
7. Acessar o **link do evento** (a ser disponibilizado pela URBTEC™) pela plataforma *Zoom*, a partir do computador instalado no CAM. O Acesso ao link do Zoom deve ser realizado meia hora antes do início do evento.
8. Recolher a assinatura dos participantes presentes no CAM, a partir da lista de presença. (Seu modelo consta no **Anexo II**).
9. Realizar o **registro fotográfico** do CAM e seus participantes.
10. Orientar a **contribuição** por fala dos participantes interessados (conforme momento de contribuições).
11. Disponibilizar fichas de contribuição para aqueles que quiserem contribuir por escrito (**Anexo III**).
12. Informar os inscritos para fala no *chat* da plataforma *Zoom*.
13. Fechar a sede do CAM após o encerramento do evento.
14. **Encaminhar** a lista de presença, as fichas de contribuição e o registro fotográfico para o e-mail: pduimaringa@gmail.com

6.2. O MOMENTO DE CONTRIBUIÇÕES

Após a apresentação técnica a respeito do conteúdo referente ao evento, será realizado o **momento de contribuições, em que os participantes terão direito à fala**. (Os principais momentos do evento podem ser consultados no **Anexo V – Roteiro**).

Assim como o acompanhamento geral, as contribuições do evento a partir do CAM serão realizadas pela **plataforma *Zoom***. Conforme colocado anteriormente, o acesso ao evento será fornecido ao responsável do CAM, por parte da URBTEC™.

Durante todo o evento, os participantes poderão se inscrever para se manifestar no momento de contribuições com o responsável pelo CAM. Aqueles que não tenham interesse em vocalizar suas contribuições, poderão escrevê-la nas fichas de contribuição, a serem disponibilizadas pelo responsável do CAM. É possível encaminhar contribuições acerca do conteúdo da Audiência no site do PDUI em até 07 dias após o evento: www.pduimaringa.com.br/audiencia.

O momento de contribuições será coordenado por diversos atores:

1. O **participante no CAM** deverá:
   - Informar ao responsável do CAM seu interesse em se manifestar
   - Ficar atento ao responsável do CAM e se aproximar do microfone (ou computador) quando for informado que será o próximo a se manifestar
   - Fazer sua contribuição, com limite de fala de 2 minutos

2. O **responsável do CAM** deverá:
   - Receber as inscrições dos participantes que tiverem interesse de realizar falas;
   - Informar no *chat* do *Zoom* o nome completo dos inscritos;
   - Observar o *chat* do *Zoom*, se atentando às mensagens enviadas pelos organizadores do evento;
   - Alertar o participante quando este for o próximo a se manifestar, orientando-o (a) a ficar próximo ao microfone (ou computador) do CAM;
   - Habilitar o microfone do *Zoom*, permitindo que a fala do participante seja ouvida.

3. Os **organizadores do evento** deverão:
   - Observar o *chat* do *Zoom*, aguardando as mensagens dos responsáveis dos CAMs;
   - Organizar a ordem de fala dos participantes, de acordo com a ordem de inscrição;
   - Informar no *chat* do *Zoom* o nome do próximo participante a se manifestar;
   - Informar no *chat* do *Zoom* quando o tempo de fala estiver terminando
   - Desabilitar microfone do *Zoom* daqueles que excederem o limite de fala de 2 minutos.

4. O **mestre de cerimônias** deverá:
   - Informar o início do momento de contribuições.
   - Anunciar o nome do participante que estiver na vez de se manifestar.

Para mais detalhes, recomendamos a leitura do documento de *"Procedimentos"* disponível no site: www.pduimaringa.com.br/audiencia

Dúvidas e sugestões podem ser encaminhadas aos representantes do PARANACIDADE e à URBTEC™ (pduimaringa@gmail.com.br)

7. ANEXOS

7.1. ANEXO I - CHECK-LIST DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

I) DEFINIÇÕES PRÉVIAS			II) IMPRESSÕES		
CHECAGEM	ITEM	OBSERVAÇÃO	CHECAGEM	ITEM	OBSERVAÇÃO
☐	Confirmação da existência sede do CAM	-	☐	Check-list (x1 cópia)	Conforme anexo do Manual do Centro de Apoio Municipal
☐	Publicação dos materiais de divulgação nos portais da Prefeitura		☐	Lista de Presença (x2 cópias)	
☐	Definição de técnico de informática a auxiliar	-	☐	Fichas de Contribuição (x1 original)	
☐	Definição do representante do executivo	-	☐	Roteiro (x1 cópia)	
III) INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS			**IV) ENCAMINHAMENTOS**		
CHECAGEM	ITEM	OBSERVAÇÃO	CHECAGEM	ITEM	OBSERVAÇÃO
☐	Computador e Cabo de Internet	Considerar o próprio computador, no caso do moderador.	☐	Lista de presença assinada por todos os participantes (assim como representantes municipais)	Encaminhar à pduimaringa@gmail.com
☐	Webcam	Conectado ao computador e direcionada aos participantes			
☐	Instalação de Zoom no computador	Download via: https://zoom.us/download	☐	Fichas de contribuição escritas (caso haja)	
☐	Projetor e tela de projeção	Conectar o projetor ao computador e direcionar à tela (considerar TV, caso não haja tela e projetor)	☐	Registro fotográfico	
☐	Sistema de Som	Incluindo alto-falantes e microfone (ou similar).			

7.2. ANEXO II - MODELO DE LISTA DE PRESENÇA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ		
Evento:		
Município:		
Data:		
Responsável pelo CAM:		
NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA

VERSÃO PRELIMINAR



INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO
MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

7.3. ANEXO III – MODELO DE FICHA DE CONTRIBUIÇÃO ESCRITA

DATA: __/__/____

NOME COMPLETO: _____

E-MAIL: _____ TELEFONE: _____

DÚVIDAS/CRÍTICAS/SUGESTÕES: _____

Deseja vocalizar sua contribuição? ☐ SIM ☐ NÃO

DATA: __/__/____

NOME COMPLETO: _____

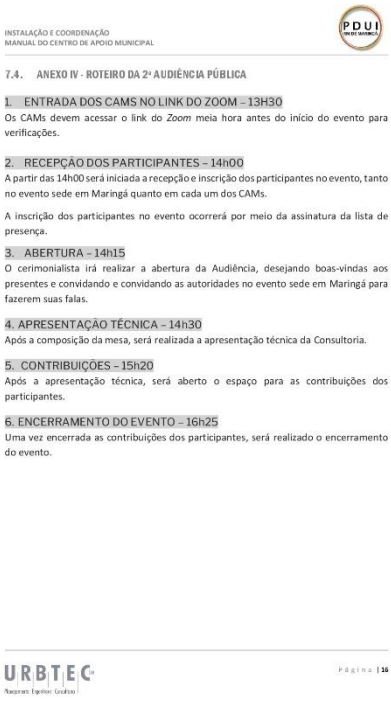
E-MAIL: _____ TELEFONE: _____

DÚVIDAS/CRÍTICAS/SUGESTÕES: _____

Deseja vocalizar sua contribuição? ☐ SIM ☐ NÃO

URBTEC

Página | 15



INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO
MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

7.4. ANEXO IV - ROTEIRO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

1. ENTRADA DOS CAMS NO LINK DO ZOOM – 13H30

Os CAMs devem acessar o link do *Zoom* meia hora antes do início do evento para verificações.

2. RECEPÇÃO DOS PARTICIPANTES – 14h00

A partir das 14h00 será iniciada a recepção e inscrição dos participantes no evento, tanto no evento sede em Maringá quanto em cada um dos CAMs.

A inscrição dos participantes no evento ocorrerá por meio da assinatura da lista de presença.

3. ABERTURA – 14h15

O cerimonialista irá realizar a abertura da Audiência, desejando boas-vindas aos presentes e convidando e convidando as autoridades no evento sede em Maringá para fazerem suas falas.

4. APRESENTAÇÃO TÉCNICA – 14h30

Após a composição da mesa, será realizada a apresentação técnica da Consultoria.

5. CONTRIBUIÇÕES – 15h20

Após a apresentação técnica, será aberto o espaço para as contribuições dos participantes.

6. ENCERRAMENTO DO EVENTO – 16h25

Uma vez encerrada as contribuições dos participantes, será realizado o encerramento do evento.

URBTEC

Página | 16

Fonte: URBTEC™, 2022.

VERSÃO PRELIMINAR

17.1.2. **PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS**

Figura 55: Procedimentos Aplicáveis

PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À SEGUNDA AUDIÊNCIA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

DO OBJETO

A realização da Segunda Audiência Pública tem como objetivos informar, colher subsídios e debater o conteúdo do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Maringá, em cumprimento aos princípios do Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015) e do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).

DA DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

Os relatórios técnicos que compõem o conteúdo do evento serão publicados a partir de **12 de agosto de 2022** em: www.pdui.maringa.com.br; no *site* oficial da SEDU www.consultapublica.sedu.pr.gov.br e do PARANACIDADE www.paranacidade.org.br.

Questionamentos, dúvidas e contribuições podem ser encaminhados no *site* www.pduimaringa.com.br/audiencia.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

As Audiências Públicas são abertas a todos os interessados, que poderão apresentar sugestões e participar do evento, conforme disciplinado nesse documento.

Para a realização da Segunda Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá, diante da situação epidemiológica atual, serão atendidas todas as exigências de segurança sanitária e de distanciamento social dispostas nas normas federais, estaduais e municipais vigentes sobre o tema.

Tendo em vista o objetivo de atingir todos os municípios da Região Metropolitana de Maringá, e considerando as questões sanitárias expostas no parágrafo anterior, a presente audiência será realizada contando com os modelos presenciais (realização do evento no município polo e transmissão do mesmo para Centros de Apoio nos demais municípios da RMM) e acompanhamento virtual (por meio da plataforma Youtube).

O evento será sediado no município polo, Maringá, **no Auditório da Biblioteca Central (BCE) da Universidade Estadual de Maringá - UEM (Avenida Colombo, nº 5790 - Zona 7)** e transmitido ao vivo a partir da plataforma *Zoom* para Centros de Apoio Municipal, instalados nos demais municípios da RMM.

A participação nos Centros de Apoio Municipal é aberta todos os interessados e permitirá direito à fala, mediante inscrição durante o evento.

O acompanhamento da transmissão, sem direito à fala, será realizado pela plataforma Youtube (www.bit.ly/PDUI-RMM) e terá acesso livre a todos os interessados.

O envio de questionamentos relacionados ao conteúdo da Segunda Audiência Pública poderá ser feito a partir do *site* (www.pduimaringa.com.br/audiencia), antes de sua realização e em até 7(sete) dias corridos após a sua realização.

DA MANIFESTAÇÃO POLÍTICA

Em virtude da vigência do período eleitoral de 2022, é terminantemente proibido na Segunda Audiência Pública qualquer tipo de manifestação com correlação político-partidária, seja por parte dos participantes ou agentes públicos, servidores ou não, quanto autoridades, devendo serem observadas as condutas vedadas pelo art. 73 da Lei nº 9.504/1997.

O participante que expresse fala ou contribuição passível de enquadramento como manifestação com conotação político-partidária terá seu microfone (físico ou virtual) desativado. Em repetindo-se a atitude o mesmo será convidado a se retirar do local do evento.

Em caso de recusa, o participante poderá ser escoltado para fora do local do evento ou removido da transmissão ao vivo.

Em obediência as restrições cabíveis ao referido período, as divulgações e publicações da Segunda Audiência Pública se limitam ao modelo de publicidade legal, atendendo ao preconizado pelas Leis Federais nº 13.089/2015 e nº 10.257/2001.

DA REALIZAÇÃO DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Segunda Audiência Pública será realizada no dia **1º de setembro de 2022**, às 14h00.

A Segunda Audiência Pública será presidida pelo representante do PARANACIDADE com apoio da pela Equipe Consultora e terá duração aproximada de 2h30 (duas horas e trinta minutos).

A participação no município sede será realizada no Auditório da Biblioteca Central (BCE) da Universidade Estadual de Maringá - UEM (Avenida Colombo, nº 5790 - Zona 7). O evento deverá respeitar a capacidade de lotação máxima de operação do local.

A participação nos Centros de Apoio Municipal (CAM) também garante o direito à fala e será realizada por meio da plataforma Zoom.

A relação dos CAMs disponibilizados, contendo seus respectivos endereços e responsáveis, será disponibilizada a partir de **12 de agosto de 2022** no *site* oficial: www.pduimaringa.com.br/audiencia; no site oficial da SEDU www.consultapublica.sedu.pr.gov.br e do PARANACIDADE www.paranacidade.org.br.

O acompanhamento transmissão ao vivo se dará pela plataforma Youtube, a partir do canal: www.bit.ly/PDUI-RMM.

Poderão ser encaminhadas contribuições acerca da Segunda Audiência Pública, até 7 dias corridos após a realização do evento, a partir do *site* oficial.

DA PARTICIPAÇÃO NO MUNICÍPIO SEDE

O número de participantes está limitado à capacidade de lotação máxima do local, 150 (cento e cinquenta) lugares. O preenchimento dessas vagas se dará a partir da ordem de chegada.

Esse limite é passível de alterações em decorrência de eventuais atualizações nas exigências estaduais e municipais de segurança sanitária.

No início do evento os participantes deverão identificar-se com documento oficial aos colaboradores do evento para registro de sua presença.

Aqueles com interesse em vocalizar seu questionamento, crítica ou contribuição deverão se inscrever até às 15h20.

A inscrição para fala será realizada mediante assinatura de lista de inscrições, disponível junto aos colaboradores do evento.

Os inscritos serão chamados por ordem de assinatura para se dirigirem ao microfone.

Não há limite no número de inscritos para fala.

Será reservado apenas um tempo de fala de 2 min (dois minutos) por inscrito.

Quando próximo a esse limite, um dos colaboradores do evento sinalizará ao participante a necessidade de concluir sua fala.

Aqueles que não tenham interesse em manifestar-se verbalmente, serão disponibilizadas fichas para contribuições por escrito, conforme modelo em anexo (Anexo I).

As fichas de contribuição serão recolhidas pelos colaboradores do evento e respondidas em relatório, a ser disponibilizado no site do PDUI: www.pduimaringa.com.br

DA PARTICIPAÇÃO NOS CENTROS DE APOIO MUNICIPAL

Os Centros de Apoio Municipal (CAM) são estruturas públicas municipais, destinadas ao acompanhamento e participação na Segunda Audiência Pública.

Em cada município da RMM, a parte do município sede, será instalado um CAM aberto ao público.

O número de participantes está limitado à capacidade de lotação máxima do CAM's. O preenchimento dessas vagas se dará a partir da ordem de chegada.

Ao término da apresentação, a Equipe Consultora abrirá espaço para perguntas e contribuições dos participantes no município sede e Centros de Apoio Municipais.

Respeitando o disposto neste documento, o cerimonial irá anunciar a ordem de fala dos participantes.

A participação com direito à fala será ordenada em rodadas.

A cada rodada será priorizada a fala de um participante por Centro de Apoio Municipal, visando a participação equitativa dos municípios no evento.

A fala dos participantes por Centro de Apoio Municipal será organizada conforme ordem de inscrição junto ao responsável pelo CAM.

Os inscritos terão 2min (dois minutos) para realizar suas contribuições com direito à fala.

Não haverá tempo para réplicas ou tréplicas.

O tempo definido para as contribuições será de até 01h05 (uma hora e cinco minutos), cabendo ao Coordenador, caso necessário, prorrogá-lo por mais 10 (dez) minutos.

Finalizado o tempo previsto, as perguntas e as contribuições restantes serão respondidas em relatório, a ser publicado no *site* www.pduimaringa.com.br

Após o momento de participações com direito à fala, serão feitas as considerações finais e será encerrada a Segunda Audiência Pública do PDUI da Região Metropolitana de Maringá.

O envio de perguntas sobre a Segunda Audiência Pública poderá ser feito a partir do *site* (www.pduimaringa.com.br/audiencia), antes de sua realização e em até 7 (sete) dias corridos após a sua realização.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Equipe Consultora lavrará em até 8 (oito) dias úteis a ata da respectiva Audiência Pública e a encaminhará à Equipe de Supervisão, permanecendo uma cópia de seu arquivo digital à disposição dos interessados no *site* www.pduimaringa.com.br/audiencia

ANEXO I - FICHA DE CONTRIBUIÇÃO



PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À SEGUNDA AUDIÊNCIA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

DO OBJETO

A realização da Segunda Audiência Pública tem como objetivos informar, colher subsídios e debater o conteúdo do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Maringá, em cumprimento aos princípios do Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015) e do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).

DA DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

Os relatórios técnicos que compõem o conteúdo do evento serão publicitados a partir de **12 de agosto de 2022** em: www.pdui.maringa.com.br; no *site* oficial da SEDU www.consultapublica.sedu.pr.gov.br e do PARANACIDADE www.paranacidade.org.br.

Questionamentos, dúvidas e contribuições podem ser encaminhados no *site* www.pduimaringa.com.br/audiencia.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

As Audiências Públicas são abertas a todos os interessados, que poderão apresentar sugestões e participar do evento, conforme disciplinado nesse documento.

Para a realização da Segunda Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá, diante da situação epidemiológica atual, serão atendidas todas as exigências de segurança sanitária e de distanciamento social dispostas nas normas federais, estaduais e municipais vigentes sobre o tema.

Tendo em vista o objetivo de atingir todos os municípios da Região Metropolitana de Maringá, e considerando as questões sanitárias expostas no parágrafo

PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À SEGUNDA AUDIÊNCIA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

DO OBJETO

A realização da Segunda Audiência Pública tem como objetivos informar, colher subsídios e debater o conteúdo do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Maringá, em cumprimento aos princípios do Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015) e do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).

DA DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

Os relatórios técnicos que compõem o conteúdo do evento serão publicitados a partir de **12 de agosto de 2022** em: www.pdui.maringa.com.br; no *site* oficial da SEDU www.consultapublica.sedu.pr.gov.br e do PARANACIDADE www.paranacidade.org.br.

Questionamentos, dúvidas e contribuições podem ser encaminhados no *site* www.pduimaringa.com.br/audiencia.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

As Audiências Públicas são abertas a todos os interessados, que poderão apresentar sugestões e participar do evento, conforme disciplinado nesse documento.

Para a realização da Segunda Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá, diante de situação epidemiológica atual, serão atendidas todas as exigências de segurança sanitária e de distanciamento social dispostas nas normas federais, estaduais e municipais vigentes sobre o tema.

Tendo em vista o objetivo de atingir todos os municípios da Região Metropolitana de Maringá, e considerando as questões sanitárias expostas no parágrafo

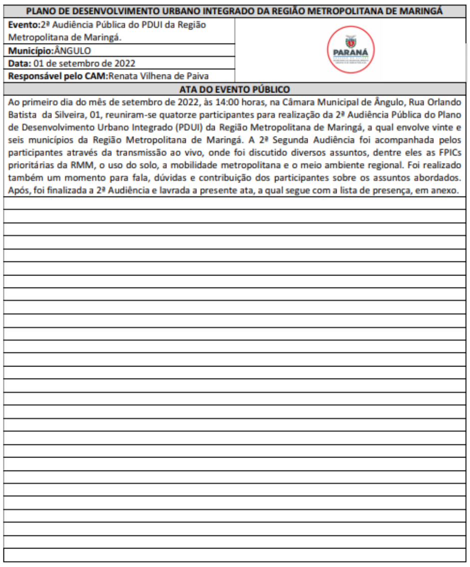
Fonte: URBTEC™, 2022.

17.1.3. ATAS CENTROS DE APOIO MUNICIPAL

As atas dos Centros de Apoio Municipal não foram requisitadas pelo Manual, contudo alguns municípios por iniciativa própria a desenvolveram. A seguir são apresentadas as atas de Floraí, Ivatuba, Munhoz de Mello, Ourizona e Sarandi.

Figura 56: Atas Centros de Apoio Municipal

Ângulo



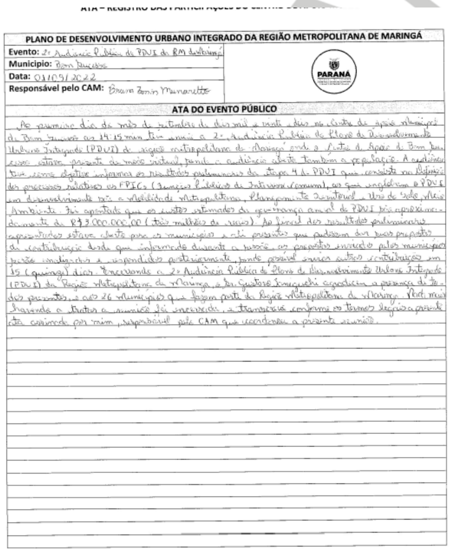
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 2ª Audiência Pública do PDUI da Região Metropolitana de Maringá.
Município: ÂNGULO
Data: 01 de setembro de 2022
Responsável pelo CAM: Renata Vilhena de Paiva

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Ao primeiro dia do mês de setembro de 2022, às 14:00 horas, na Câmara Municipal de Ângulo, Rua Orlando Batista da Silveira, 01, reuniram-se quatorze participantes para realização da 2ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá, a qual envolve vinte e seis municípios da Região Metropolitana de Maringá. A 2ª Segunda Audiência foi acompanhada pelos participantes através da transmissão ao vivo, onde foi discutido diversos assuntos, dentre eles as FPICs prioritárias da RMM, o uso do solo, a mobilidade metropolitana e o meio ambiente regional. Foi realizado também um momento para fala, dúvidas e contribuição dos participantes sobre os assuntos abordados. Após, foi finalizada a 2ª Audiência e lavrada a presente ata, a qual segue com a lista de presença, em anexo.

Bom Sucesso



PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento:
Municipio: Bom Sucesso
Data: 01/09/2022
Responsável pelo CAM:

ATA DO EVENTO PÚBLICO

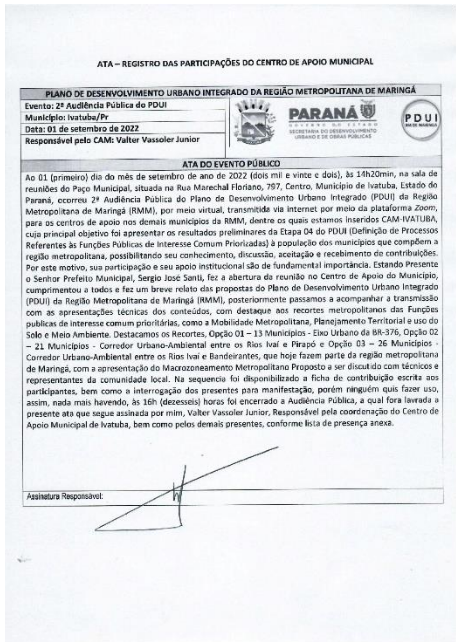
Floraí



Ata da 2ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Maringá – PDUI. Ao primeiro dia do mês de setembro de 2022 ás 14:00 hs no Auditório do Paço Municipal Osvaldo da Silva de Florai, reuniram-se representantes de segmentos organizados para presenciar, participar através de meio virtual dessa audiência regional, esse ato público colabora com a elaboração do plano de desenvolvimento da região metropolitana de Maringá, sendo Florai um dos seus 26 participantes. Esse momento se vive, e isso foi perfeitamente entendido por todos os participantes, a construção para um plano regional, onde todos os municipios sejam beneficiados com realizações comuns, serviços, obras de todas as naturezas, com o máximo de cuidado com itens importantes da nossa sobrevivência, como saúde e meio ambiente. Todos os participantes tiveram a oportunidade de interagir com outros municípios intercalados, com palestrantes e coordenadores. Nada mais havendo a ser discutido, encerramos a presente ata, que vai acompanhada de sua lista de presença e assinada por um de seus coordenadores.

RG 986.264-8 PR

Ivatuba



ATA – REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 2ª Audiência Pública do PDUI
Município: Ivatuba/Pr
Data: 01 de setembro de 2022
Responsável pelo CAM: Valter Vassoler Junior

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS
PDUI RM DE MARINGÁ

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Ao 01 (primeiro) dia do mês de setembro de ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 14h20min, na sala de reuniões do Paço Municipal, situada na Rua Marechal Floriano, 797, Centro, Município de Ivatuba, Estado do Paraná, ocorreu 2ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), por meio virtual, transmitida via internet por meio da plataforma *Zoom*, para os centros de apoio nos demais municípios da RMM, dentre os quais estamos inseridos CAM-IVATUBA, cuja principal objetivo foi apresentar os resultados preliminares da Etapa 04 do PDUI (Definição de Processos Referentes às Funções Públicas de Interesse Comum Priorizadas) à população dos municípios que compõem a região metropolitana, possibilitando seu conhecimento, discussão, aceitação e recebimento de contribuições. Por este motivo, sua participação e seu apoio institucional são de fundamental importância. Estando Presente o Senhor Prefeito Municipal, Sergio José Santi, fez a abertura da reunião no Centro de Apoio do Município, cumprimentou a todos e fez um breve relato das propostas do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), posteriormente passamos a acompanhar a transmissão com as apresentações técnicas dos conteúdos, com destaque aos recortes metropolitanos das Funções publicas de interesse comum prioritárias, como a Mobilidade Metropolitana, Planejamento Territorial e uso do Solo e Meio Ambiente. Destacamos os Recortes, Opção 01 – 13 Municípios - Eixo Urbano da BR-376, Opção 02 – 21 Municípios - Corredor Urbano-Ambiental entre os Rios Ivaí e Pirapó e Opção 03 – 26 Municípios - Corredor Urbano-Ambiental entre os Rios Ivaí e Bandeirantes, que hoje fazem parte da região metropolitana de Maringá, com a apresentação do Macrozoneamento Metropolitano Proposto a ser discutido com técnicos e representantes da comunidade local. Na sequencia foi disponibilizado a ficha de contribuição escrita aos participantes, bem como a interrogação dos presentes para manifestação, porém ninguém quis fazer uso, assim, nada mais havendo, às 16h (dezesseis) horas foi encerrado a Audiência Pública, a qual fora lavrada a presente ata que segue assinada por mim, Valter Vassoler Junior, Responsável pela coordenação do Centro de Apoio Municipal de Ivatuba, bem como pelos demais presentes, conforme lista de presença anexa.

Assinatura Responsável:

Munhoz de Mello

Ourizona



PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 2ª Audiência Pública
Município: Munhoz de Mello
Data: 01 de setembro de 2022
Responsável pelo CAM: Leticia Borges dos Reis

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Audiência pública do PDUI da Região Metropolitana de Maringá para apresentação dos resultados preliminares da presente Etapa 04 do PDUI, referente as Definição de Processos Referentes às FPICs Priorizadas, com a participação dos municipes de Munhoz de Mello no Centro de Apoio Municipal (CAM), situado no Centro Cultural Monteiro Lobato na Rua Domingos Ricardo de Lima,189.

A audiência teve início às 14h15 com a transmissão do evento realizado no Auditório da Biblioteca Central (BCE) – UEM, em Maringá. Após a apresentação dos trabalhos, os participantes do CAM foram convidados a fazerem os seus questionamentos e contribuições por videoconferência ou por escrito. Os participantes desta CAM entenderam a necessidade de avaliar com cautela o exposto para fazer as considerações necessárias sobre a permanência deste município na Região Metropolitana, sendo assim, optaram por não se pronunciarem no momento. Desta forma, se deu por encerrada a participação no evento às 16 h23 do mesmo dia.

Assinatura do responsável:



ATA – REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

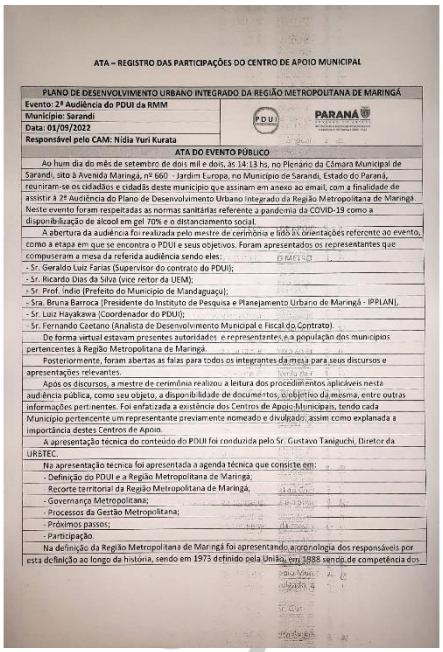
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – PDUI
Município: OURIZONA
Data: 01 DE SETEMBRO DE 2022
Responsável pelo CAM: OSWALDO MAGGI FILHO

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Aos 01 dias do mês de setembro do ano de 2022, às 14:00 horas reuniram-se no Centro Cultural Cecília Meireles na cidade de Curitona, Estado do Paraná, funcionários públicos, Prefeito Municipal Manoel Rodrigo Amado, Vereadores, Secretários Municipais, comerciantes e população convidada através de publicações em jornais mural de aviso, publicações em redes sociais oficiais do município e convites formalizados e distribuídos em mãos, para participarem da 2ª AUDIÊNCIA DO PDUI – PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO da Região Metropolitana de Maringá. Formada a mesa das autoridades passou a palavra para ao Sr. Geraldo Luiz Farias – Analista do Paranacidade, que agradeceu a presença de todos os participantes presentes, autoridades e apoiadores dos Centros de apoio dos municípios participantes. Destacou da índio a participação dos municípios fomentando a apresentação das propostas e da recepção de novas para análise e discussão. Passada a palavra ao Sr. Mauricio Índio – Prefeito de Mondoguaçu, destacou a importância dos municípios e prefeitos nas tomadas de decisões em assuntos relativos ao Desenvolvimento da Região Metropolitana. Encerrada sua palavra tomou a palavra o Reitor da Universidade Estadual de Maringá – UEM que também destacou da importância dos trabalhos realizados. Após o uso da palavra pelos membros da mesa, passou a ser imediatamente os procedimentos aplicáveis a 2ª Audiência Pública, como os Objetivos, Disponibilização dos documentos e Disposições preliminares que após finalizada foi dado início a apresentação técnica pela equipe da URBITEC. Começou destacando a agenda do PDUI, Recorte Territorial, Governança Metropolitana, Processo de Gestão. Finalizando todo a trabalho de apresentação deu-se início ao uso da palavra pelos inscritos a usarem o espaço para apresentarem propostas e discutirem sobre as demandas dos municípios. Após todos fazerem o uso da palavra foi dada por encerrada a Audiência agradecendo o apoio e a participação de todos.

Sarandi



ATA – REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 2ª Audiência do PDUI da RMM
Município: Sarandi
Data: 01/09/2022
Responsável pelo CAM: Nidia Yuri Kurata

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Ao hum dia do mês de setembro de dois mil e dois, às 14:13 hs, no Plenário da Câmara Municipal de Sarandi, sito à Avenida Maringá, nº 660 - Jardim Europa, no Município de Sarandi, Estado do Paraná, reuniram-se os cidadãos e cidadãs deste município que assinam em anexo ao email, com a finalidade de assistir à 2ª Audiência do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Maringá. Neste evento foram respeitadas as normas sanitárias referente a pandemia da COVID-19 como a disponibilização de alcool em gel 70% e o distanciamento social.

A abertura da audiência foi realizada pelo mestre de cerimônia e lido as orientações referente ao evento, como a etapa em que se encontra o PDUI e seus objetivos. Foram apresentados os representantes que compuseram a mesa da referida audiência sendo eles:

- Sr. Geraldo Luiz Farias (Supervisor do contrato do PDUI);
- Sr. Ricardo Dias da Silva (vice reitor da UEM);
- Sr. Prof. Índio (Prefeito do Município de Mandaguaçu);
- Sra. Bruna Barroca (Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá - IPPLAN);
- Sr. Luiz Hayakawa (Coordenador do PDUI);
- Sr. Fernando Caetano (Analista de Desenvolvimento Municipal e Fiscal do Contrato).

De forma virtual estavam presentes autoridades e representantes e a população dos municípios pertencentes à Região Metropolitana de Maringá.

Posteriormente, foram abertas as falas para todos os integrantes da mesa para seus discursos e apresentações relevantes.

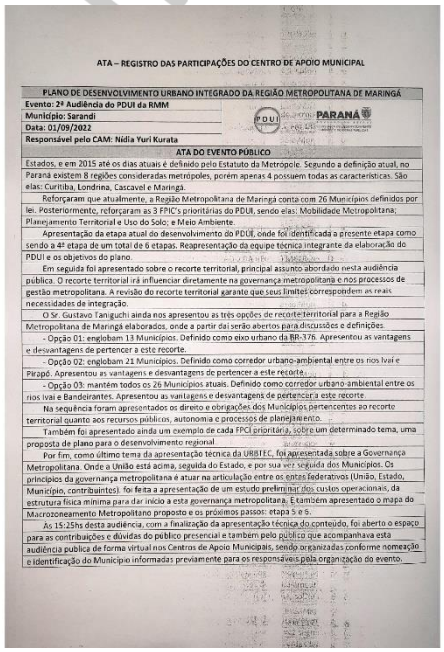
Após os discursos, a mestre de cerimônia realizou a leitura dos procedimentos aplicáveis nesta audiência pública, como seu objeto, a disponibilidade de documentos, o objetivo da mesma, entre outras informações pertinentes. Foi enfatizada a existência dos Centros de Apoio Municipais, tendo cada Município pertencente um representante previamente nomeado e divulgado, assim como explanada a importância destes Centros de Apoio.

A apresentação técnica do conteúdo do PDUI foi conduzida pelo Sr. Gustavo Taniguchi, Diretor da URBTEC.

Na apresentação técnica foi apresentada a agenda técnica que consiste em:

- Definição do PDUI e a Região Metropolitana de Maringá;
- Recorte territorial da Região Metropolitana de Maringá;
- Governança Metropolitana;
- Processos da Gestão Metropolitana;
- Próximos passos;
- Participação.

Na definição da Região Metropolitana de Maringá foi apresentando a cronologia dos responsáveis por esta definição ao longo da história, sendo em 1973 definido pela União, em 1988 sendo de competência dos



ATA – REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 2ª Audiência do PDUI da RMM
Município: Sarandi
Data: 01/09/2022
Responsável pelo CAM: Nidia Yuri Kurata

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Estados, e em 2015 até os dias atuais é definido pelo Estatuto da Metrópole. Segundo a definição atual, no Paraná existem 8 regiões consideradas metrópoles, porém apenas 4 possuem todas as características. São elas: Curitiba, Londrina, Cascavel e Maringá.

Reforçaram que atualmente, a Região Metropolitana de Maringá conta com 26 Municípios definidos por lei. Posteriormente, reforçaram as 3 FPIC's prioritárias do PDUI, sendo elas: Mobilidade Metropolitana; Planejamento Territorial e Uso do Solo; e Meio Ambiente.

Apresentação da etapa atual do desenvolvimento do PDUI, onde foi identificada a presente etapa como sendo a 4ª etapa de um total de 6 etapas. Reapresentação da equipe técnica integrante da elaboração do PDUI e os objetivos do plano.

Em seguida foi apresentado sobre o recorte territorial, principal assunto abordado nesta audiência pública. O recorte territorial irá influenciar diretamente na governança metropolitana e nos processos de gestão metropolitana. A revisão do recorte territorial garante que seus limites correspondem as reais necessidades de integração.

O Sr. Gustavo Taniguchi ainda nos apresentou as três opções de recorte territorial para a Região Metropolitana de Maringá elaborados, onde a partir daí serão abertos para discussões e definições.

- Opção 01: englobam 13 Municípios. Definido como eixo urbano da BR-376. Apresentou as vantagens e desvantagens de pertencer a este recorte.
- Opção 02: englobam 21 Municípios. Definido como corredor urbano-ambiental entre os rios Ivaí e Pirapó. Apresentou as vantagens e desvantagens de pertencer a este recorte.
- Opção 03: mantém todos os 26 Municípios atuais. Definido como corredor urbano-ambiental entre os rios Ivaí e Bandeirantes. Apresentou as vantagens e desvantagens de pertencer a este recorte.

Na sequência foram apresentados os direito e obrigações dos Municípios pertencentes ao recorte territorial quanto aos recursos públicos, autonomia e processos de planejamento.

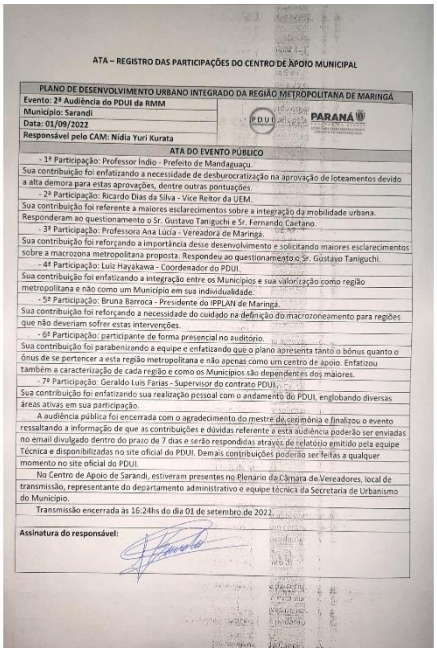
Também foi apresentado ainda um exemplo de cada FPCI prioritária, sobre um determinado tema, uma proposta de plano para o desenvolvimento regional.

Por fim, como último tema da apresentação técnica da URBTEC, foi apresentada sobre a Governança Metropolitana. Onde a União está acima, seguida do Estado, e por sua vez seguida dos Municípios. Os princípios da governança metropolitana é atuar na articulação entre os entes federativos (União, Estado, Município, contribuintes). foi feita a apresentação de um estudo preliminar dos custos operacionais, da estrutura física mínima para dar início a esta governança metropolitana. E também apresentado o mapa do Macrozoneamento Metropolitano proposto e os próximos passos: etapa 5 e 6.

Às 15:25hs desta audiência, com a finalização da apresentação técnica do conteúdo, foi aberto o espaço para as contribuições e dúvidas do público presencial e também pelo público que acompanhava esta audiência publica de forma virtual nos Centros de Apoio Municipais, sendo organizadas conforme nomeação e identificação do Município informadas previamente para os responsáveis pela organização do evento.

VERSÃO PRELIMINAR

Sarandi



ATA – REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 2ª Audiência do PDUI da RMM
Município: Sarandi
Data: 01/09/2022
Responsável pelo CAM: Nídia Yuri Kurata

PDUI PARANÁ

ATA DO EVENTO PÚBLICO

- 1ª Participação: Professor Índio - Prefeito de Mandaguaçu.
Sua contribuição foi enfatizando a necessidade de desburocratização na aprovação de loteamentos devido a alta demora para estas aprovações, dentre outras pontuações.
- 2ª Participação: Ricardo Dias da Silva - Vice Reitor da UEM.
Sua contribuição foi referente a maiores esclarecimentos sobre a integração da mobilidade urbana. Responderam ao questionamento o Sr. Gustavo Taniguchi e Sr. Fernando Caetano.
- 3ª Participação: Professora Ana Lúcia - Vereadora de Maringá.
Sua contribuição foi reforçando a importância desse desenvolvimento e solicitando maiores esclarecimentos sobre a macrozona metropolitana proposta. Respondeu ao questionamento o Sr. Gustavo Taniguchi.
- 4ª Participação: Luiz Hayakawa - Coordenador do PDUI.
Sua contribuição foi enfatizando a integração entre os Municípios e sua valorização como região metropolitana e não como um Município em sua individualidade.
- 5ª Participação: Bruna Barroca - Presidente do IPPLAN de Maringá.
Sua contribuição foi reforçando a necessidade do cuidado na definição do macrozoneamento para regiões que não deveriam sofrer estas intervenções.
- 6ª Participação: participante de forma presencial no auditório.
Sua contribuição foi parabenizando a equipe e enfatizando que o plano apresenta tanto o bônus quanto o ônus de se pertencer a esta região metropolitana e não apenas como um centro de apoio. Enfatizou também a caracterização de cada região e como os Municípios são dependentes dos maiores.
- 7ª Participação: Geraldo Luis Farias - Supervisor do contrato PDUI.
Sua contribuição foi enfatizando sua realização pessoal com o andamento do PDUI, englobando diversas áreas ativas em sua participação.

A audiência pública foi encerrada com o agradecimento do mestre de cerimônia e finalizou o evento ressaltando a informação de que as contribuições e dúvidas referente a esta audiência poderão ser enviadas no email divulgado dentro do prazo de 7 dias e serão respondidas através de relatório emitido pela equipe Técnica e disponibilizadas no site oficial do PDUI. Demais contribuições poderão ser feitas a qualquer momento no site oficial do PDUI.

No Centro de Apoio de Sarandi, estiveram presentes no Plenário da Câmara de Vereadores, local de transmissão, representante do departamento administrativo e equipe técnica da Secretaria de Urbanismo do Município.

Transmissão encerrada às 16:24hs do dia 01 de setembro de 2022.

Assinatura do responsável:

Fonte: Prefeituras Municipais da RMM (2022).

VERSÃO PRELIMINAR